

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo



Dissertação

**Materialidade e significado no conjunto histórico e
paisagístico de Jaguarão:**
os valores do patrimônio e a prática da preservação no município

Roseli Maria Comissoli de Sá

Pelotas, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Dissertação



**Materialidade e significado no conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão:
os valores do patrimônio e a prática da preservação no município**

Roseli Maria Comissoli de Sá

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S111m Sá, Roseli Maria Comissoli de

Materialidade e significado no conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão : os valores do patrimônio e a prática da preservação no município / Roseli Maria Comissoli de Sá ; Sylvio Arnaldo Dick Jantzen, orientador. — Pelotas, 2016.

248 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Preservação do patrimônio em Jaguarão. 2. Valores do patrimônio de Jaguarão. 3. Paisagem cultural de Jaguarão. 4. Critérios de intervenção no Patrimônio. 5. PAC cidades históricas em Jaguarão. I. Jantzen, Sylvio Arnaldo Dick, orient. II. Título.

CDD : 720.9

Roseli Maria Comissoli de Sá

Materialidade e significado no conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão:
os valores do patrimônio e a prática da preservação no município

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Dr. Sylvio Arnaldo Dick Jantzen

Pelotas, 2016

Roseli Maria Comissoli de Sá

**Materialidade e significado no conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão:
os valores do patrimônio e a prática da preservação no município**

**Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre
em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de
Pelotas.**

Data da Defesa: 14 de outubro de 2016.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Sylvio Arnaldo Dick Jantzen (Orientador)
Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

.....
Prof. Dr. Ana Lúcia Costa Oliveira
**Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.**

.....
Prof. Dr. Ester Judite Bendjouya Gutierrez
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

.....
Prof. Dr. Wilson Marcelino Miranda
Doutor em Integração Regional pela Universidade Federal de Pelotas

Agradecimentos

À Universidade Federal de Pelotas – UFPEL e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PROGRAU, seus professores, alunos e funcionários.

Ao meu orientador, Dr. Sylvio Arnaldo Dick Jantzen.

Aos membros da Banca, Dra. Ana Lúcia Costa Oliveira, Dra. Ester Judite Bendjouya Gutierrez e Dr. Wilson Marcelino Miranda.

Aos meus pais, Marly e Ismael, aos quais ainda não agradei o suficiente, pelos exemplos de força, de caráter e de amor aos livros.

Ao Lucio, que me acompanhou nessa jornada e se apaixonou por Jaguarão tanto quanto eu.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram na minha caminhada.

Em especial à minha filha Gabriela, a quem dedico esta dissertação, por ser sempre o meu porto seguro e a minha fonte inspiradora.

Resumo

SÁ, Roseli Maria Comissoli de. **Materialidade e significado no conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão**: os valores do patrimônio e a prática da preservação no município. 2016. 248 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O patrimônio arquitetônico de Jaguarão/RS é um dos maiores e mais íntegros do Brasil. Desde 1980, mobilizações em prol de sua preservação vêm ocorrendo. Do Projeto Jaguar ao PAC Cidades Históricas, as ações contribuem para o debate sobre os critérios de intervenção no patrimônio do município. A compreensão dos valores históricos, antropológicos, arquitetônicos e paisagísticos, que garantiram a proteção nacional do seu núcleo histórico, e que têm sua síntese no conceito de Paisagem Cultural, é fundamental para o entendimento desses critérios. As intervenções no patrimônio devem estar calcadas em conhecimento teórico e em posicionamento crítico, não existindo neutralidade. A ampliação conceitual no campo do patrimônio em nível internacional e seus desdobramentos em contexto brasileiro são analisados, com destaque para o debate sobre os valores objetivos/materiais e subjetivos/simbólicos e para a discussão de conceitos como “conservar” e “restaurar”. A análise de projetos para a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo e para o Mercado Público Municipal de Jaguarão, duas ações do PAC Cidades Históricas no município, auxilia no debate acerca das questões do restauro e dos valores a preservar. Aspectos relativos à conservação do patrimônio também são abordados, propondo-se, para o futuro, a elaboração de um manual de boas práticas na preservação. A discussão acerca da aplicabilidade de conceitos em Jaguarão, dos valores de seu patrimônio e das questões práticas relativas à conservação e ao restauro auxilia na identificação dos obstáculos com os quais a preservação no município se depara.

Palavras-chave: Teoria e Prática da Preservação do Patrimônio; Preservação do Patrimônio em Jaguarão; Valores do Patrimônio de Jaguarão; Paisagem Cultural de Jaguarão; Critérios de Intervenção no Patrimônio de Jaguarão; PAC Cidades Históricas em Jaguarão; Restauração e Conservação em Jaguarão.

Abstract

SÁ, Roseli Maria Comissoli de. **Materialidade e significado no conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão**: os valores do patrimônio e a prática da preservação no município. 2016. 248 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The architectural heritage of Jaguarão City (RS) Brazil, is one of the largest and most intact in the country. Since 1980, mobilizations for its preservation have been taking place. From the Jaguar Project to the PAC Historical Cities, the actions are contributing to the debate about the intervention criteria in the municipality's patrimony. The knowledge of historical, anthropological, architectural and landscape values, which guaranteed the national protection of its historical nucleus, and which have their synthesis in the concept of Cultural Landscape, is fundamental for the understanding of these criteria. The intervention in the patrimony must be based on theoretical knowledge and critical positioning, and there is no neutrality. The conceptual expansion in the field of patrimony at the international level and its unfolding in the Brazilian context are analyzed, with emphasis on the debate on objective (material) and subjective (symbolic) values and on the discussion of concepts such as "conserve" and "restore". The analysis of projects for the Divino Espírito Santo Church and for the Municipal Public Market of Jaguarão City, two actions of the PAC Historical Cities in the town, assists in the debate about the issues of restoration and the values to be preserved. The aspects related to the conservation of heritage are also addressed, proposing for the future, the development of a manual of good practices in preservation. The discussion about the applicability of concepts in Jaguarão City, the values of its patrimony and the practical questions related to conservation and restoration helps to identify the obstacles the municipality is facing for its preservation.

Keywords: Theory and Practice of Heritage Preservation; Heritage Preservation in Jaguarão; Values Jaguarão Equity; Cultural Landscape of Jaguarão; Intervention criteria in Jaguarão Equity; PAC Historical Cities in Jaguarão; Restoration and Conservation in Jaguarão.

Lista de Figuras

Figura 1	Localização de Jaguarão	70
Figura 2	Vista aérea de Jaguarão e localização dos elementos geográficos referidos.....	70
Figura 3	Bacia do Rio da Prata.....	71
Figura 4	Mapa da Real medição e demarcação (1814).	73
Figura 5	Planta da Guarda do Cerrito (1815).	73
Figura 6	Vila do Espírito Santo do Cerrito.	74
Figura 7	Planta da Villa de Jaguarão (1854), desenhada em 1869	75
Figura 8	Mapa de evolução do traçado urbano de Jaguarão.....	76
Figura 9	“Projecto da Fortificação para a Cidade de Jaguarão” (1865).	77
Figura 10	Pintura "Jaguarão". Autor: Schneider (1880).	78
Figura 11	Localização da região dos Pampas na América do Sul	79
Figura 12	Linguagens arquitetônicas em Jaguarão.....	82
Figura 13	Mapa de predominância das linguagens arquitetônicas na área tombada.....	83
Figura 14	Antiga Estação Ferroviária de Jaguarão.....	85
Figura 15	Tipologia “cachorro sentado”.....	85
Figura 16	Urbanização de Jaguarão.....	86
Figura 17	Museu Dr. Carlos Barbosa.	87
Figura 18	Elementos de Arquitetura.	88
Figura 19	Edifício Tiaraju.....	89
Figura 20	Regras de Composição Formal - Sobrado.....	90
Figura 21	Fachada com elementos art nouveau.....	91
Figura 22	Fachada com elementos art déco.....	91
Figura 23	Antigo Hotel Susini - entorno da praça central	92
Figura 24	Hotel Sinuelo - edificado no local, inaugurado em 1970.....	92

Figura 25	Antiga sede do Banco Pelotense - Rua 27 de Janeiro	92
Figura 26	Atual sede do Banrisul, edificado no local.....	92
Figura 27	Antiga residência que abrigou posteriormente uma pensão.....	92
Figura 28	Atual sede do Banco do Brasil edificado no local na década de 70.....	92
Figura 29	Antiga edificação onde funcionou o Café do Comércio.	92
Figura 30	Atual sede da Caixa Federal, construída no local.	92
Figura 31	Algumas tipologias residenciais identificadas em Jaguarão.	102
Figura 32	Graus de descaracterização das edificações.....	103
Figura 33	Ponte Internacional Mauá em construção (1928).....	107
Figura 34	Construção das torres da alfândega brasileira (s/data).....	107
Figura 35	Ponte Internacional Mauá.	108
Figura 36	Torres neocoloniais da Ponte Mauá.	108
Figura 37	Mapa Síntese - Diretrizes para Gestão - Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão.	112
Figura 38	Santa Casa de Caridade (s/data).....	115
Figura 39	Estação Ferroviária (s/data).....	115
Figura 40	Chácara do Galo.....	116
Figura 41	Face de quadra – Setor 1 – Quadra 33 – Rua Gal. Osório.	118
Figura 42	Vista aérea de Jaguarão na direção sul.....	120
Figura 43	Vista aérea de Jaguarão na direção norte.	120
Figura 44	Carta de Cores de Puebla/México, para edificações dos séculos XVI–XVII–XVIII.	123
Figura 45	Cores do Teatro Esperança.....	125
Figura 46	Estudos cromáticos para o Teatro Esperança, elaborados pelo IPHAE	125
Figura 47	Percentual de imóveis por tipo de conservação na área de tombamento.	132
Figura 48	Interior do Teatro Esperança e detalhe do forro após restauração (2015).....	136

Figura 49	Imagens da obra de restauração da Antiga Enfermaria Militar.	137
Figura 50	Inspetoria Veterinária de Jaguarão.	137
Figura 51	Caderno para a Requalificação da Praça Alcides Marques – CEGOV.....	138
Figura 52	Antigo Fórum.	138
Figura 53	Casarão da Prefeitura.	138
Figura 54	Clube Jaguareense.....	139
Figura 55	Clube 24 de Agosto	139
Figura 56	Cine Regente	140
Figura 57	Igreja Matriz e casarões do entorno.	150
Figura 58	Mercado Público	150
Figura 59	Localização da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo e do Mercado Público	151
Figura 60	Igreja Matriz do Divino Espírito Santo – Face de quadra.....	153
Figura 61	Igreja Matriz do Divino Espírito Santo – Fachada frontal.....	153
Figura 62	Interior da Igreja Matriz do Divino espírito Santo.....	153
Figura 63	Interior da Igreja Matriz com estrutura para escoramento da cobertura.	153
Figura 64	Levantamento Cadastral Igreja Matriz. Planta Baixa Geral - Nível 2	154
Figura 65	Levantamento Cadastral Igreja Matriz. Altar-Mor.....	155
Figura 66	Levantamento Cadastral Igreja Matriz – Esquadrias.	157
Figura 67	Prospecção de cores em elementos de madeira do altar	158
Figura 68	Diagnóstico da Igreja Matriz. Fachada principal e cortes.....	159
Figura 69	Diagnóstico da Igreja Matriz. Quadro de convenções.	159
Figura 70	Obra da Igreja Matriz, iniciada pela cobertura em junho de 2016.....	161
Figura 71	Cortes da Proposta de Intervenção, indicando procedimentos a adotar.	162
Figura 72	Edificação nos fundos da Igreja Matriz.	163
Figura 73	Fachada do salão paroquial da Igreja Matriz. Existente e proposto.....	163

Figura 74	Mercado Público Municipal (s/ data).....	164
Figura 75	Mercado Público Municipal (2013).	165
Figura 76	Fotos da cisterna encontrada no local onde se pressupunha existir um poço. ..	168
Figura 77	Área coberta sem o elemento vertical de captação de água do telhado.	169
Figura 78	Remendo no piso do pátio onde se pressupunha a existência de um poço.	169
Figura 79	Detalhe do elemento de captação de água.....	169
Figura 80	Foto antiga do pátio interno do Mercado (s/ data).	170
Figura 81	Prospecção do cunhal.....	170
Figura 82	Fotos prospecções Mercado Público (2013).	171
Figura 83	Mercado Público de Jaguarão - Proposta de intervenção urbana.....	172
Figura 84	Edificação da antiga Usina de Energia de Jaguarão.....	172
Figura 85	Planta de layout proposto para o Mercado Público.....	173
Figura 86	Mercado Público de Jaguarão - Proposta de interior	174
Figura 87	Oficina “Uso da Cal no Patrimônio Cultural” em Porto Alegre (2015).....	178
Figura 88	Incêndio no Mercado Público de Porto Alegre/RS (2013).....	181
Figura 89	Incêndio na Estação da Luz em São Paulo/SP (2015).	181
Figura 90	Sobrado do Barão Tavares Leite.	183
Figura 91	Aspectos históricos e urbanísticos de Jaguarão.....	189
Figura 92	Aspectos arquitetônicos de Jaguarão.....	189
Figura 93	Aspectos antropológicos e paisagísticos de Jaguarão.	190
Figura 94	Características do conjunto: alinhamento predial, horizontalidade, volumetria, linhas de composição, modinatura, revestimento e colorística.	192

Lista de Siglas

APPC – Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEGOV – Centro de Estudos sobre Governo
CIP – Centro de Interpretação do Pampa
CPHAE – Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
DEFENDER – Defesa Civil do Patrimônio Histórico
DEPAM – Departamento de Patrimônio Material do IPHAN
FAURB/UFPEL – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
IAPH – Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICR – Instituto Central de Restauração (Roma)
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
IPACJ – Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão
IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (RS)
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LEI PPHAT – Lei nº 4.682/2007 que instituiu a Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Turístico de Jaguarão
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
PAC CH – Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas
PAC2 CH – Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas – 2ª. Fase
PDPJ – Plano Diretor Participativo de Jaguarão
PRIJ – Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão
PRNH – Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937) ou Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1979)
SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do IPHAN
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
ZPHA – Zona de Preservação Histórico Arquitetônica

Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
I. O problema de pesquisa.....	18
II. As questões de pesquisa.....	20
III. Os objetivos da pesquisa.....	20
IV. A justificativa da pesquisa	21
V. As hipóteses da pesquisa.....	22
VI. A metodologia de pesquisa	23
1. OS CONCEITOS E OS VALORES DO PATRIMÔNIO NA HISTÓRIA DA PRESERVAÇÃO E A ATUALIDADE DE SUAS TEMÁTICAS	26
1.1. As concepções de passado e de preservação até o século XVIII no.....	26
contexto europeu	26
1.2. A polarização das ideias preservacionistas na Europa do século XIX.....	28
1.2.1. O restauro estilístico	30
1.2.2. O movimento anti-restauro	31
1.3. A questão dos valores em Riegl.....	33
1.3.1. Os valores rememorativos	35
1.3.2. Os valores de contemporaneidade.....	38
1.4. O restauro científico ou filológico.....	41
1.5. O patrimônio urbano e a Carta de Atenas	43
1.6. O restauro crítico, a Carta de Veneza e as reflexões atuais	45
1.7. O Plano de Bolonha e a Conservação Integrada.....	55
1.8. As questões contemporâneas e a abordagem territorial do patrimônio no	58
contexto brasileiro	58
2. OS VALORES DO PATRIMÔNIO DE JAGUARÃO.....	69
2.1. Os testemunhos históricos e os laços de fronteira	69
2.2. A arquitetura e a paisagem	81
2.2.1. A arquitetura eclética de Jaguarão	83
2.2.2. A paisagem como síntese dos valores do patrimônio de Jaguarão.....	93

3. A TRAJETÓRIA E OS OBSTÁCULOS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE JAGUARÃO	97
3.1. A trajetória antes do tombamento do conjunto urbano	97
3.2. O tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão	106
3.2.1. As diretrizes de intervenção.....	111
3.2.2. Da subjetividade das diretrizes à objetividade das normas de preservação.....	126
3.3. O PAC Cidades Históricas	133
 4. A RESTAURAÇÃO E A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM JAGUARÃO	144
4.1. A restauração.....	144
4.1.1. A restauração em duas ações do PAC CH em Jaguarão	149
4.1.1.1. A Igreja Matriz do Divino Espírito Santo.....	151
4.1.1.1.1. As etapas de identificação, conhecimento do bem e diagnóstico.	154
4.1.1.1.2. A proposta de intervenção	160
4.1.1.2. O Mercado Público Municipal	164
4.1.1.2.1. As etapas de identificação, conhecimento do bem e diagnóstico.	167
4.1.1.2.2. A proposta de intervenção	171
4.2. A conservação	176
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
I. O patrimônio de Jaguarão sob a ótica do “lugar”.....	188
II. Futuras pesquisas.....	203
 REFERÊNCIAS	204
 APÊNDICES	210
A. Tabela Síntese - Pareceres do IPHAN referentes a projetos de Jaguarão (2013 a 2016).....	211
B. Tabela Síntese - Critérios de intervenção em Jaguarão	215
C. Tópicos propostos para um “Manual de boas práticas no patrimônio de Jaguarão”.....	216

ANEXOS.....	218
A. Carta de Vezeza.....	219
B. Tabela Síntese das Linguagens Arquitetônicas de Jaguarão	223
C. Parecer Técnico IPHAN Nº013/2010 - Recomenda o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão. Processo IPHAN Nº 1569-T-08.....	225
D. Parecer do Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN - Recomenda o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão. Processo IPHAN Nº 1569-T-08	233

INTRODUÇÃO

O tema da preservação do patrimônio é de amplo espectro, incluindo ações que vão desde a educação patrimonial, à elaboração de inventários, aos tombamentos, às políticas públicas, às definições de critérios de intervenção, entre outras.

Os critérios de intervenção dizem respeito à conservação, à restauração e às novas inserções, tanto em bens protegidos¹ quanto em seus entornos, sendo responsáveis por garantir que os bens sejam legados da melhor maneira possível às futuras gerações.

A “melhor maneira possível”, contudo, é uma questão subjetiva e requer posicionamento. Esse posicionamento requer reflexão teórica e crítica e, para isso, é importante a compreensão a respeito da evolução do pensamento que envolve os conceitos de restauração e de conservação — categorias fundamentais na análise dos critérios de intervenção — e do que eles representam na atualidade.

Se “o restauro deve ser entendido, antes de tudo, como ato de cultura” (KÜHL, 2008, p. 59), ao abordarmos os critérios de intervenção no patrimônio, devemos fazê-lo à luz das teorias da conservação e da restauração, que vêm amadurecendo há mais de dois séculos.

Essas teorias nos levam ao entendimento da questão dos valores atribuídos aos bens patrimoniais, sejam eles inerentes ou não. Os valores inerentes, objetivos, dizem respeito à materialidade, aos objetos físicos que podem ser descritos e categorizados, ou seja, ao “valor em si”. Os valores não inerentes, subjetivos, dizem

¹ A proteção é um instituto jurídico que se dá por força de lei (tombamento), diferentemente de outras categorias de preservação do patrimônio cultural, que dizem respeito ao conhecimento, à conservação e à valorização desse patrimônio.

respeito aos aspectos simbólicos, aos afetos, às ideologias, às religiões, ao que representam para seus grupos de pertencimento, ou seja, ao “valor atribuído”.

A diversidade de posicionamentos, tanto no campo teórico como na *práxis* da preservação, está relacionada com o entendimento acerca desses valores.

Tudo o que é produzido pelo homem é um bem cultural. Contudo, a memória e o que preservar, assim como o esquecimento e o que pode ser descartado, dentro do mundo infundável dos bens culturais, são definidos a partir de tais valores, os quais devem nortear o como preservar.

A teoria e a prática da preservação estão em relação direta com a ampliação do conceito de patrimônio e essa ampliação ocorre na medida em que novos valores vão sendo atribuídos aos bens culturais.

A questão da atribuição de valores é decisiva nas práticas da preservação, sendo necessário esclarecer as razões que levam a essa atribuição, bem como o que esses valores significam.

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), que destacou “a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural”, contribuiu, em nível internacional², para o redirecionamento que vem ocorrendo nesse início do século XXI, no foco das teorias e práticas preservacionistas.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, já estabelecera que o patrimônio cultural brasileiro é formado por bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os saberes, fazeres e modos de viver dos grupos

² Sobre essa questão ver também a Recomendação de Paris, sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, de 1989, a Carta de Mar del Plata, documento do Mercosul sobre patrimônio intangível, de 1997, a Carta de Fortaleza, do IPHAN, de 1997, a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, de 2001, a Declaração de Istambul, de 2002 e a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo 485/2006.

formadores da nossa sociedade.

A Convenção citada definiu, em seu artigo 2, o patrimônio cultural imaterial como sendo “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas — junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados — que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.”

Também chamado de intangível, esse patrimônio é transmitido e recriado a cada geração, de acordo com sua história e seu ambiente, o que gera um sentimento de identidade e de perpetuação.

Se durante os séculos XIX e XX, as atenções estavam voltadas principalmente para a questão do “como” preservar, relacionada aos aspectos físicos dos bens, conforme destaca Castriota³ (2011), agora são os aspectos simbólicos que se evidenciam e introduzem questionamentos sobre o “porquê”, “o que” e “para quem” preservar.

A ampliação do enfoque sobre o patrimônio — dos bens isolados aos conjuntos arquitetônicos, dos centros históricos às paisagens culturais — e o redirecionamento das teorias e das práticas preservacionistas, tanto em âmbito nacional quanto internacional, vem destacando cada vez mais o valor do significado, da interação do homem com seu meio natural e construído, passando o patrimônio a ser entendido como o resultado das vivências de um povo.

A discussão sobre os critérios de intervenção nesse patrimônio segue no centro do debate e os valores a preservar devem ser cada vez mais explicitados. São esses valores, em suma, que devem balizar o estabelecimento de tais critérios.

³ Leonardo Barci Castriota, arquiteto e urbanista, doutor em filosofia, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, com grande atuação na área do patrimônio cultural.

I. O problema de pesquisa

O conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão é considerado um dos maiores e mais íntegros do Brasil, apresentando edificações que expressam diversas linguagens arquitetônicas, com destaque para sua arquitetura eclética, ainda que a mesma represente menos de 15% em termos quantitativos (IPHAN, 2011. Dossiê de Tombamento de Jaguarão).

Jaguarão apresenta uma experiência acumulada no que diz respeito à preservação de seu patrimônio, graças a uma série de ações empreendidas desde a década de 1980.

O Projeto Jaguar pretendia abranger tanto o patrimônio material quanto aspectos intangíveis desse patrimônio, criando um movimento que envolvesse a comunidade. Visava a melhoria da qualidade de vida, a partir de uma abordagem integrada, a qual trazia questões fundamentais como a preservação da paisagem e do meio ambiente. (NUNES e GARCIA, 1982).

As ações realizadas garantiram um salto de qualidade na história da preservação no município e na afirmação dos valores de seu patrimônio, tendo alcançado um de seus objetivos com a edição do Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão — IPACJ (OLIVEIRA e SEIBT, 1988).

O IPACJ cadastrou seiscentos imóveis de interesse cultural, o que possibilitou a elaboração do Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão — PRIJ, o qual analisou esse acervo arquitetônico, propondo instrumentos urbanísticos e critérios de intervenção que garantissem sua preservação. (OLIVEIRA; SEIBT, 1992).

Para a proteção do conjunto urbano pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, um amplo estudo foi desenvolvido, a partir de uma

abordagem territorial, enfatizando os valores históricos, antropológicos, arquitetônicos e paisagísticos do município, possibilitando a elaboração do Dossiê de Tombamento. (IPHAN, 2011).

O tombamento nacional de Jaguarão está inserido em um contexto de ampliação conceitual, sobretudo no que diz respeito à preservação da paisagem cultural, tema que vem sendo abordado no município desde o Projeto Jaguar. Os critérios de intervenção para as áreas de tombamento e de entorno foram estabelecidos visando à preservação dos valores identificados no patrimônio do município.

O Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas – PAC CH contemplou, em 2013, onze ações no município, graças ao tombamento nacional de seu conjunto urbano. Esse programa prevê investimentos federais em obras de restauração e requalificação do patrimônio edificado e de áreas públicas e visa contribuir para que o patrimônio cultural seja um eixo indutor na geração de renda, agregação social e afirmação da identidade da cidade, dando suporte às cadeias produtivas locais e contribuindo para seu desenvolvimento sustentável. (IPHAN. PAC Cidades Históricas, 2009).

Todas essas ações empreendidas no município não fazem da preservação, contudo, uma tarefa simples e disso advém o problema desta pesquisa:

Quais são as condições que atualmente dificultam a preservação do patrimônio no município de Jaguarão?

Romper com essas dificuldades ainda requer um longo processo e muitas questões implícitas nesse problema devem ser debatidas, a partir de reflexões teóricas embasadas.

II. As questões de pesquisa

Para o desenvolvimento desta pesquisa temos as seguintes questões:

- a) As teorias do restauro e os princípios das cartas patrimoniais aceitos internacionalmente são aplicáveis em Jaguarão?
- b) O que pode e o que não pode ser alterado no conjunto tombado e porquê?
- c) Os critérios de intervenção definidos no tombamento são claros e suficientes para orientar a população e os arquitetos que atuam no município?
- d) As ações governamentais no município abrangem suficientemente as necessidades relativas à preservação do patrimônio?
- e) Que valores devem ser considerados e que valores têm sido considerados em projetos para o patrimônio edificado de Jaguarão?
- f) A que ameaças esse patrimônio está exposto?

III. Os objetivos da pesquisa

Como objetivos gerais, visando o entendimento do problema e das questões relacionadas anteriormente, temos:

- a) Contextualizar as ações de preservação em diferentes níveis, chegando ao nível do município de Jaguarão.
- b) Discutir os critérios de intervenção no conjunto urbano tombado, considerando os valores desse patrimônio.

Como objetivos específicos, temos:

- a) Verificar se as práticas de preservação adotadas em Jaguarão têm base na história da cultura, na dimensão dos valores, nas teorias e práticas da conservação e da restauração e nas recomendações das cartas patrimoniais.
- b) Evidenciar a questão dos valores do patrimônio de Jaguarão.
- c) Contextualizar as ações de preservação do patrimônio empreendidas desde a década de 1980 no município.
- d) Identificar as dificuldades encontradas no atendimento às diretrizes de intervenção estabelecidas com o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão.
- e) Avaliar preliminarmente as ações do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas — PAC CH no município.
- f) Discutir questões de projeto e de obra de restauração, a partir de ações do PAC CH em Jaguarão.
- g) Evidenciar questões práticas necessárias à conservação do patrimônio arquitetônico de Jaguarão.

IV. A justificativa da pesquisa

A riqueza do patrimônio de Jaguarão motivou vários estudos até então. Porém, sob a ótica da valoração, que diz respeito tanto aos aspectos materiais quanto imateriais dos bens patrimoniais, as questões relativas à preservação no município foram pouco exploradas, embora fundamentais ao entendimento acerca dos critérios de intervenção adequados.

Além disso, faz-se necessário um registro sistematizado de todo o processo ocorrido até o presente momento no que se refere à preservação desse patrimônio, tendo em vista que os vários estudos existentes possuem recortes mais específicos.

Quanto ao público afetado pelo tema em estudo, o mesmo não se restringe ao município de Jaguarão, sendo comum a vários municípios com conjuntos urbanos preservados, o que se soma aos aspectos citados acima, dos quais decorre a relevância da presente dissertação.

V. As hipóteses da pesquisa

Como hipóteses a serem verificadas com a presente pesquisa, as quais supomos responder em grande parte ao problema referente às condições que atualmente dificultam a preservação do patrimônio no município de Jaguarão, temos:

- a) Se a questão dos valores do patrimônio é primordial no entendimento dos critérios de intervenção adequados, um dos fatores que dificultam a preservação do patrimônio em Jaguarão é a pouca compreensão ou a divergência acerca dos valores materiais/objetivos e imateriais/subjetivos a preservar.
- b) Se qualquer intervenção altera de alguma maneira a leitura do bem, sendo que a transmissão respeitosa do legado recebido requer o total respeito aos seus valores e que as decisões sobre as intervenções permaneçam no campo cultural (estético, histórico, simbólico), o que se vê muitas vezes em Jaguarão é a falta desses critérios culturais aplicados na prática, a despeito dos mesmos serem pressupostos das ações preservacionistas empreendidas até então no município.

- c) Se existem dificuldades relativas à aplicação dos critérios de intervenção definidos no tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão, então faltou o aprofundamento do processo participativo na definição desses critérios e/ou ações educativas, em paralelo com as ações políticas de preservação, visando a transparência e o esclarecimento à população e aos técnicos envolvidos a respeito dos valores, dos critérios culturais e dos conceitos envolvidos na conservação, na restauração e nas demais intervenções no patrimônio do município. Não sendo isso, então os critérios definidos com o tombamento não são adequados e/ou suficientes.

VI. A metodologia de pesquisa

A pesquisa propõe uma abordagem qualitativa, tendo em vista que a mesma trabalha com significados, aspirações e valores, com processos que não podem se reduzir à operacionalização de variáveis ou a uma abordagem quantitativa.

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, que visa gerar conhecimentos, tendo caráter exploratório e buscando aprimorar ideias relativas ao tema proposto.

Inicialmente o tema foi explorado através de leituras e da formatação do referencial teórico, buscando o entendimento do estado da arte no campo da preservação do patrimônio arquitetônico, urbano e paisagístico, em nível internacional.

Nessa fase foram feitas pesquisas bibliográficas, documentais e eletrônicas, através das quais tornou-se possível contextualizar as teorias dos principais pensadores no campo da preservação do patrimônio e a importância das cartas

patrimoniais reconhecidas internacionalmente, que orientam atualmente as ações de preservação.

Os valores atribuídos ao patrimônio, os conceitos de conservação e de restauração e as definições de critérios de intervenção nuclearam as discussões que ocorreram historicamente nesse campo, e a ampliação conceitual marcou a história da preservação no mundo ocidental.

Essa discussão foi apresentada no Capítulo 1 desta dissertação, intitulado “Os conceitos e os valores do patrimônio na história da preservação e a atualidade de suas temáticas”, que buscou, também, o entendimento das questões da contemporaneidade, aproximando esses referenciais à realidade brasileira, importante para verificação posterior da aplicabilidade de conceitos no contexto de Jaguarão.

O Capítulo 2 abordou especificamente “Os valores do patrimônio de Jaguarão” — históricos, antropológicos, arquitetônicos e paisagísticos —, os quais embasaram o tombamento de seu conjunto histórico, sendo fundamentais na definição dos critérios de intervenção estabelecidos com o mesmo.

Os dados relativos às ações já empreendidas e em andamento no município, referentes à preservação de seu patrimônio, foram coletados através de pesquisas bibliográficas e documentais, além de observação e de informações obtidas no dia-a-dia do trabalho que desenvolvo como arquiteta na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul.

A trajetória da preservação no município, do Projeto Jaguar ao PAC Cidades Históricas, e as principais dificuldades enfrentadas até o presente momento foram apresentadas no Capítulo 3, “A trajetória e os obstáculos na preservação do patrimônio em Jaguarão”. O tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de

Jaguarão estabeleceu critérios de intervenção para o patrimônio protegido, sendo que a análise das motivações que justificaram a aprovação ou a não aprovação de alguns projetos submetidos à análise do IPHAN contribuiu com a discussão.

Vários projetos de intervenção para os bens contemplados no PAC CH já foram concluídos e obras estão em andamento no município, ainda que os investimentos e os prazos previstos inicialmente tenham sido afetados pela crise econômica e política enfrentada pelo país.

Uma avaliação preliminar do programa e dos critérios de intervenção adotados nos projetos para a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo e para o Mercado Público Municipal foram importantes para a etapa de análise das informações e afinamento das hipóteses. Esses projetos foram pesquisados nos processos e arquivos do IPHAN e os critérios de intervenção foram analisados à luz das teorias, dos conceitos e das cartas patrimoniais estudados.

Assim, no Capítulo 4, intitulado “A restauração e a conservação do patrimônio arquitetônico de Jaguarão”, essas questões foram desenvolvidas, salientando-se as premissas de um projeto de restauração, a importância do método em seu desenvolvimento, bem como a importância da conservação para a preservação do patrimônio.

Essas análises levaram às “Considerações Finais”, onde foram apresentados os resultados obtidos e evidenciados os conhecimentos e sua aplicação prática, além de confirmadas as hipóteses.

1. OS CONCEITOS E OS VALORES DO PATRIMÔNIO NA HISTÓRIA DA PRESERVAÇÃO E A ATUALIDADE DE SUAS TEMÁTICAS

Este capítulo apresenta um quadro geral da história da preservação do patrimônio no mundo ocidental, desde o Renascimento até os nossos dias. Trata dos conceitos que influenciaram as práticas de preservação do patrimônio arquitetônico e urbano nos últimos séculos e que inflamam os debates atuais.

Os valores atribuídos ao patrimônio, os conceitos de conservação e de restauração e as definições de critérios de intervenção nuclearam as discussões que ocorreram historicamente nesse campo e são temáticas fundamentais para a compreensão da prática da preservação no contexto brasileiro e no caso de Jaguarão em particular.

1.1. As concepções de passado e de preservação até o século XVIII no contexto europeu

Desde a Idade Média, as preocupações com a preservação de edificações da Antiguidade diziam respeito às necessidades de fazer perdurar no tempo aquilo que cumprisse uma determinada função e atendesse a questões práticas de economia. Não havia o distanciamento histórico necessário para que houvesse uma preocupação com a preservação do testemunho histórico.

Com o Renascimento, pela primeira vez na história ocidental a consciência do passado se impôs, mas a preocupação centrava-se em recuperar e conservar amostras da antiguidade greco-romana e em estudar suas obras, excluindo-se outras épocas.

A palavra monumento em seu sentido original tem uma essência antropológica. Do latim *monumentum*, tem origem na palavra *monere*, que significa lembrar, algo que

atua sobre a memória, fazendo o passado “vibrar como se fosse presente”, contribuindo para a preservação da identidade de uma comunidade, constituindo-se em uma “garantia das origens” que dispersaria as inquietações e inseguranças que acompanham todos os começos e a “angústia da morte e do aniquilamento”. (CHOAY, 2006, p. 17-18).

Por volta de 1420, surge o conceito de monumento histórico. (CHOAY, 2006, p. 31). Nessa época, contudo, muitos monumentos ainda eram espoliados para a construção de palácios e para ampliar coleções particulares. Embora o Renascimento tenha sido um período de alteração da relação de uma cultura com o seu passado, o caráter utilitário da preservação permaneceu até fins do século XVIII.

O Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial — e suas consequências na cultura — inflamaram uma consciência sobre a ruptura entre passado e presente, que começara no Renascimento italiano. Muitas ações deixaram de ser motivadas por questões exclusivamente práticas, passando a ser motivadas por questões culturais, valorizando aspectos estéticos, históricos e simbólicos dos bens patrimoniais.

A questão do uso passou a ser considerada como um meio para se preservar e não mais como a razão de ser da intervenção no bem. Hoje vemos essa questão sofrendo algumas inversões, principalmente na medida em que edificações históricas são vistas como mercadoria.

O tema da preservação a partir de critérios culturais permanece atual. Muitas vezes observamos que motivações econômicas, políticas ou outras acabam por desvirtuar, em maior ou menor grau, a razão de ser dessa preservação. Essa questão será abordada e exemplificada posteriormente, quando tratarmos da restauração do Mercado Público Municipal de Jaguarão que, conforme veremos, foi destituído de seu

caráter de feira popular, em prol de um uso voltado ao turismo.

Até o século XVIII as ações de conservação ou de alteração de uso das edificações não tinham como perspectiva os conceitos de preservação e de restauração, tal como os entendemos hoje. Contudo, certa consciência preservacionista já existia antes do despontar do século XIX, a qual foi sendo formada na medida do reconhecimento das obras de arte e da arquitetura como testemunhos materiais da história.

A arquitetura como testemunho histórico é o elemento que perpassará por toda a discussão que diz respeito à preservação e estará presente quando nos referirmos ao patrimônio de Jaguarão. Também será considerada a discussão iniciada ainda antes do século XIX, que contrapõe a preservação do bem como documento histórico em sua materialidade objetiva e autêntica à preservação da imagem associada ao bem, carregada de simbolismos.

Essa discussão refletirá na maneira de intervir sobre o patrimônio e nos critérios que serão adotados de maneira geral, e no caso de Jaguarão em particular.

1.2. A polarização das ideias preservacionistas na Europa do século XIX

Com a Revolução Industrial, teve início um processo de tomada de consciência de um novo momento histórico. O monumento histórico passou a ser visto como algo insubstituível e os danos ao mesmo seriam irreparáveis. (CHOAY, 2006, p. 136).

Enquanto o século XVIII foi marcado pelo iluminismo, pela objetividade, pela razão, o século XIX foi marcado pela desilusão diante dos infortúnios causados pelo racionalismo do século anterior. Com os novos valores burgueses, o caminho se abriu

para a subjetividade e para a emoção, que seriam expressas com o Romantismo⁴. (BÈNAC, 1963).

A nova estética burguesa filtraria a realidade com a emoção; a originalidade substituiria a imitação e a subjetividade romperia com padrões clássicos de beleza. Esses novos elementos, aliados aos nacionalismos europeus do século XIX, afetariam diretamente as concepções preservacionistas.

A ação dos defensores do patrimônio era eficaz na medida em que assumia a forma de uma disciplina de conservação e também a forma de uma legislação protetora, ambas complementares. (CHOAY, 2006, p. 145). A legislação francesa serviria de referência por muito tempo para a Europa e para outras partes do mundo.

Na França foi criada uma estrutura centralizada que acabou por marginalizar a atuação das associações locais de proteção. A gestão estatal e centralizada do patrimônio serviria de modelo para muitos países, dentre eles o Brasil.

Na Inglaterra, mais ligada às suas tradições, diversas associações de proteção formadas por religiosos, antiquários ou arqueólogos se desenvolveram e desempenharam ativamente as tarefas de conservação dos monumentos.

Às formulações teóricas do francês Viollet-le-Duc (1814—1879), que pregava os refazimentos e completamentos em estilo, contrapunham-se as ideias do inglês John Ruskin (1819—1900), que defendia o bem como documento histórico, com todas as marcas legadas pelo tempo, sendo admitidas apenas ações de conservação para evitar degradações aceleradas.

Assim, as ideias preservacionistas foram polarizadas no ambiente europeu, tendo início um debate que perduraria até os dias de hoje, que diz respeito ao

⁴ O pessimismo em relação à sociedade e à civilização, a crença de uma natureza humana pura, corrompida pela cultura, a exaltação da natureza, da nostalgia do primitivo, a preocupação com o original, junto ao subjetivismo e à sensibilidade, marcariam o Romantismo francês

conservar e ao restaurar, ou seja, aos critérios de intervenção no patrimônio.

1.2.1. O restauro estilístico

Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc iniciou sua carreira como arquiteto na década de 1830, rica em debates sobre as artes e em meio a um ambiente intelectual favorável à arquitetura gótica.

Viollet-le-Duc atuou na restauração da Igreja de Vézelay e da Catedral de Notre-Dame de Paris e participou de muitos outros projetos para igrejas da França. Dentre seus escritos destaca-se o *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XI au XVI Siècle* (1854-1868). A teoria e a prática do restauro na França foram sendo dominadas por Le-Duc.

No verbete "Restauração" de seu *Dictionnaire* Le-Duc definiu: "Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento". (LE-DUC, 2007, p. 29).

Assim, defendia a destruição dos acrescentos, trazendo de volta ao monumento o seu estado mais puro, mesmo que ele nunca houvesse existido: "[...] o melhor a fazer é colocar-se no lugar do arquiteto primitivo e supor aquilo que ele faria se, voltando ao mundo, fossem a ele colocados os programas que nos são propostos." (VIOUET-LE-DUC, 2007, p. 65).

O original e a volta ao estado primitivo, fundamentados no Romantismo, eram essenciais. O arquiteto deveria continuar a obra mediante documentos ou através de regras de estilo ou edifícios circundantes, melhorando a edificação e promovendo uma fruição mais longa e uma destinação adequada. (VIOUET-LE-DUC, 2007, p. 68).

Apesar de seu conhecimento técnico e da coerência de suas formulações, Viollet-le-Duc não aplicou totalmente suas ideias e realizou restauros fantasiosos. Foi pioneiro, contudo ao destacar as dimensões social e econômica da arquitetura. Suas ideias foram seguidas por todo o século XIX, e ainda durante o século XX, por toda a Europa, permanecendo atuais vários aspectos de sua teoria.

Restaurar não só a aparência da edificação, mas também a função portante de sua estrutura, conservando não só a matéria, mas também um “espírito” da qual ela é suporte, é um aspecto importante na concepção de Le-Duc e fundamental para ideias que se desenvolveriam posteriormente, conforme destacado por Kühl na apresentação do livro do autor (VIOLETTE-LE-DUC, 2007, p. 23).

O entendimento do aspecto material, não somente como um documento do passado, mas como suporte de memória portador de fazeres sociais, será importante na discussão acerca da preservação e da restituição de significados ao patrimônio de Jaguarão, através da conservação e da restauração de seus bens.

1.2.2. O movimento anti-restauro

O movimento de preservação dos monumentos históricos na França repercutiu em vários países da Europa. Novas ideias e tendências surgiram.

A década de 1850 consagraria o monumento histórico na maioria dos países europeus, ainda que a industrialização tenha ocorrido de maneira irregular nos diversos países⁵.

O rompimento com modelos de produção tradicionais refletiu em todos os

⁵ A Inglaterra foi o primeiro país a criar as condições para o desencadear da Revolução Industrial. Após 1830, a produção industrial se descentralizou e rapidamente se expandiu para outros países, a exemplo da França. Sobre esse assunto ver AQUINO, Rubim S. L. [et. al.]. **História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

aspectos da vida e marcou a cisão entre “um antes”, onde se encontrava o monumento histórico isolado, e “um depois”, marcado pelo início da modernidade. (CHOAY, 2006, p. 127). As incertezas de um período de mudanças acarretaram uma busca das origens.

Na Inglaterra ideias opostas às de Viollet-le-Duc foram protagonizadas pelo sociólogo, escritor e crítico de arte John Ruskin e seus seguidores, dentre eles William Morris (1834—1896).

Ruskin e Morris introduziram temas como a inclusão da dimensão ecológica na abordagem da preservação, a associação entre o meio ambiente natural e o meio ambiente construído e a inclusão dos conjuntos urbanos no conceito de Monumento Histórico. Suas ideias foram difundidas por toda a Europa em debates e conferências, gerando o "Movimento Anti-Restauro".

Ruskin, considerado o maior teórico da preservação do século XIX, fez várias viagens à Itália, de onde retirou muitos exemplos citados em seus livros, “As Sete Lâmpadas da Arquitetura” e “As Pedras de Veneza”.

O "Movimento Anti-Restauro" teve suas bases fundamentadas nas “Sete Lâmpadas”, principalmente na “Lâmpada da Memória” e repercutiu em toda a Europa. Contrapondo-se ao restauro, o movimento pregava a conservação dos monumentos.

A máxima “a Arquitetura deve ser feita histórica e preservada como tal”, ainda hoje deve ser motivo para reflexão no que diz respeito à nossa própria produção arquitetônica, que será histórica no futuro.

Para tornar a arquitetura histórica, a memória — uma das “Sete Lâmpadas da Arquitetura” — seria componente fundamental. Ao se tornarem memoriais ou monumentais, os edifícios atingiriam uma verdadeira perfeição. Dentre esses edifícios, Ruskin incluía, de maneira pioneira, a arquitetura doméstica, considerando

ser a que originava todas as outras. (RUSKIN, 2008, p. 55-59).

O valor histórico seria o maior valor a preservar, sendo inútil a busca pelo estado original, pregado pelo restauro estilístico. O autor considerava a restauração como a pior forma de destruição que um edifício poderia sofrer. Entendia a restauração como uma mentira, responsável pela criação de falsos históricos, e destacava a importância da conservação.

Com Ruskin a oposição entre restauração e conservação foi explicitada, tornando-se questão chave na discussão sobre os critérios de preservação e de intervenção no patrimônio, perpassando as teorias que se seguiram e perdurando até nossos dias.

A partir do caso particular de Jaguarão observaremos a importância tanto da conservação quanto da restauração. Uma ação não exclui a outra, tratando-se de uma questão de “administração de perdas” em função dos valores a preservar.

A temática dos valores, tratada de maneira pioneira pelo austríaco Alois Riegl, será abordada a seguir.

1.3. A questão dos valores em Riegl

Em fins do século XIX, Viena viveu profundas mudanças sociais e políticas, acompanhadas de inovações nas diversas áreas, reconhecidas e identificadas em toda a Europa, na esfera cultural, como “escolas vienenses”⁶.

À época, as intervenções referentes à preservação de monumentos na Áustria seguiam, em geral, o ideário de Viollet-Le-Duc, apesar das ideias de Ruskin e Morris estarem presentes em alguns autores.

⁶ A esse respeito ver Schorske, 1989.

Contudo, no contexto vienense onde o sujeito se tornava protagonista no processo de significação e a vanguarda bradava por uma arte e uma arquitetura que espelhassem a vida moderna, o historiador da arte Alois Riegl (1858—1905) marcaria o desenvolvimento no campo do patrimônio histórico.

A reflexão de Riegl teve por base, muito mais do que o monumento em si, o valor atribuído a ele. Em *Der Moderne Denkmalkultus: sein Wesen und seine Entstehung*, “El Culto Moderno a los Monumentos. Caracteres y Origen⁷”, escrito em 1903 com fins institucionais, o autor estabeleceu princípios para a preservação histórica com base nos valores dos monumentos.

Riegl, de maneira original, não propôs uma teoria da conservação ou da restauração. Analisou os fatores intrínsecos ao sujeito, presentes na seleção do que seria patrimônio, a partir da atribuição de valores, ou seja, de escolhas, sem referências absolutas, inovando a teoria e a prática da preservação.

Riegl foi um dos mais ilustres representantes da corrente historiográfica de análise da arte conhecida por “visibilidade pura”. O foco estava na capacidade expressiva da arte (na expressão visual ou visualidade) e não somente em suas potencialidades representativas. Contrapunha-se à ideia de progresso ou decadência de um estilo e de História da Arte como a história da evolução técnica, para entendê-la como a história de deslocamentos entre padrões de visibilidade. (BARROS, 2012, p. 62-65).

Apontava-se para a importância da experiência, da subjetividade e da percepção na análise da produção artística (GONSALES, 2014, p. 18). De igual maneira, os fatores intrínsecos ao sujeito seriam os componentes fundamentais para a atribuição de valores aos monumentos.

⁷ A edição espanhola de 2008 foi utilizada neste trabalho, sendo as citações apresentadas traduzidas pela autora.

Riegl mostrou que cada época e cada contexto elege o que tem valor patrimonial e o que não tem. Assim como em um “culto” religioso, onde se elege determinado “santo”, também é o sujeito que elege o que preservar no que Riegl chamou de “culto moderno dos monumentos”.

Riegl conferiu aos sujeitos a responsabilidade da escolha, através de um juízo crítico de valor, consolidando as práticas preservacionistas no âmbito cultural. Assim, os critérios de intervenção deixaram de objetivar a originalidade e a unidade de estilo e passaram a depender dos valores atribuídos pelos sujeitos, sem levar em conta apenas as questões histórico-artísticas.

Essas ideias estão relacionadas com a noção de *Kunstwollen* — vontade, desejo, expectativa ou intenção artística — de cada geração e também com a concepção de nascimento, crescimento e morte — ciclo vital — de estilos.

Na procura das conexões existentes entre a produção artística visual e demais expressões artísticas de uma época, bem como das relações entre o pensamento artístico, filosófico e religioso dessa época, Riegl estava na trilha de algo como o “espírito da época”, o que explica o conceito de *Kunstwollen* elaborado por ele. (BARROS, 2012, p. 68).

O valor atribuído ao monumento estaria diretamente relacionado com esse conceito e refletiria nas formas distintas de intervenção propostas por ele. Os valores identificados por Riegl, que motivaram diversas leituras e teorizações a partir de então, foram divididos em “valores rememorativos” (valores do passado) e “valores de contemporaneidade”.

1.3.1. Os valores rememorativos

O culto aos monumentos estaria relacionado ao culto aos valores rememorativos. Esses valores definiriam os monumentos e a forma de intervir nos mesmos. Os monumentos seriam de três categorias, que se distinguiriam pela ampliação progressiva desse valor rememorativo, equivalendo a três estágios de um processo de ampliação do conceito de monumento.

O primeiro estágio diria respeito ao Monumento Intencionado, obra criada intencionalmente com o objetivo de fazer perdurar uma determinada memória, concebida como documento, a exemplo de obeliscos, tumbas e arcos.

O valor rememorativo intencionado teria como propósito a busca incessante do estado de gênese do monumento, não permitindo que o momento de sua criação se convertesse em passado. O culto a esse valor não aceitaria as marcas do tempo e da destruição sobre os monumentos e o postulado básico seria a restauração.

O segundo estágio diria respeito ao Monumento Histórico. Para Riegl, com a negação de uma forma ideal objetiva, ocorreu uma fusão na ideia de monumento artístico e de monumento histórico. Passando a rememoração a representar a capacidade fundamental do monumento, o autor levava em conta o valor histórico e não o valor artístico.

“[...] se cultuamos um objeto por sua artisticidade, já não podemos considerá-lo um monumento”, é como Gonsales (2014, p. 20) explica a prioridade que Riegl dera ao valor histórico, já que o artístico seria mutável ou inconstante.

Não existindo um valor artístico absoluto, o valor artístico de um monumento não seria um valor histórico, rememorativo, mas um valor de contemporaneidade, o que o excluiria da categoria de monumento e pelo qual Riegl propôs que se deixasse de falar em “monumentos históricos e artísticos” para se falar apenas em “monumentos históricos”.

Para Riegl, os monumentos históricos seriam não intencionados e seus autores, em geral, só teriam pretendido atender necessidades próprias, de seus contemporâneos ou de seus sucessores imediatos.

Nesse caso, o caráter e o significado de monumento teriam sido atribuídos pelos sujeitos modernos e por isso deveriam ser entendidos em seu sentido subjetivo, diferentemente do sentido objetivo, como no caso dos monumentos intencionados, cuja importância dos mesmos diria respeito às próprias obras, tendo em vista sua determinação originária.

No que diz respeito ao valor histórico, quanto mais o monumento apresentasse o seu estado de gênese, maior seria esse valor e as marcas do tempo seriam indesejadas. O culto ao valor histórico não aceitaria a restauração, tendo em vista que a mesma sempre estaria sujeita a uma ação subjetiva. A degradação sofrida pelo monumento, devido à ação da natureza, não deveria ser eliminada, mas conservada, bem como deveria ser evitada a degradação futura.

O terceiro e último estágio do processo de ampliação do conceito de monumento, distinguindo-se pela maior amplitude do valor rememorativo, diria respeito ao Monumento Antigo.

O Monumento Antigo foi entendido como “toda obra humana, independente de significado originário e destino final, que denote exteriormente, de maneira perceptível, que existiu e ‘viveu’ durante muito tempo antes do presente”. (RIEGL, 2008, p. 32).

Para o autor, o século XIX — na busca de um conhecimento preciso do fato histórico — teria sido o século do valor histórico, assim como o século XX seria o século do valor de antiguidade.

A diferença entre os valores rememorativos — histórico e de antiguidade—

estaria no fato de que o histórico evocaria um fato histórico, relativamente objetivo, enquanto o de antiguidade levaria em conta apenas as características que dissessem respeito às “marcas da idade” do monumento, o que representaria um valor subjetivo. (RIEGL, 2008, p. 39).

Como características, o valor de antiguidade apresentaria a aparência não moderna, a oposição ao presente que se manifestaria na imperfeição, no desgaste das cores e da forma, em oposição às características das obras recém-criadas e bem-acabadas. Assim, as ruínas representariam seu exemplo extremo.

Esse valor se apresentaria de forma franca e imediata às massas, por meio de percepção sensorial superficial (o olhar) e em comunicação direta com o sentimento, diferentemente do valor histórico que estaria estruturado sobre uma base científica.

Quanto à ação conservativa dos monumentos, do ponto de vista do valor de antiguidade, o pressuposto seria a não intervenção; não interferência no domínio das leis naturais. Seu objetivo não seria conservar eternamente o monumento, mas mostrar o ciclo de criação e destruição, sem a intervenção da mão humana.

Essa intervenção só seria aceita nos casos em que o monumento pudesse sucumbir prematuramente em razão dessas forças naturais. Nesse sentido, o valor de antiguidade também exigiria a conservação do monumento, ainda que essa fosse entendida como um mal menor.

1.3.2. Os valores de contemporaneidade

Os valores de contemporaneidade estariam em oposição aos valores rememorativos e seriam valores que um monumento poderia oferecer ao homem contemporâneo: o valor instrumental e o valor artístico.

O valor instrumental estaria relacionado à satisfação de necessidades materiais

do homem, prevalecendo o fim prático voltado para o bem-estar. A possibilidade de um conflito entre valor instrumental e valor de antiguidade seria reduzido, segundo Riegl, tendo em vista que mesmo para o valor de antiguidade é necessário que se dê uso ao bem, o que contribuiria para a preservação.

Riegl não considerou, entretanto, que esse uso poderia vir a ocorrer de maneira a não contribuir para a preservação, como acontece muitas vezes hoje em dia, quando o uso visa atender apenas ao mercado, prevalecendo um valor econômico.

O valor artístico estaria ligado às necessidades espirituais do homem. “Todo monumento possui para nós um valor artístico, segundo a concepção moderna, se responde às exigências da moderna vontade de arte (*Kunstwollen*)”. (RIEGL, 2008, p. 79). Essas exigências seriam de duas classes, pelo qual o valor artístico se subdividiria em valor artístico de novidade e valor artístico relativo.

A primeira exigência da moderna vontade de arte estaria relacionada com a ideia de que toda obra de arte nova deve apresentar aparência de nova, com perfeito acabamento, com integridade de forma e cor, facilmente identificável, sendo considerado o valor artístico das massas, chamado de valor de novidade.

A segunda exigência diria respeito ao valor artístico relativo — que assim é chamado por não ser objetivo e estar sujeito a mudança contínua — que só seria apreciado por quem tem formação e cultura estética, na medida em que obras antigas seriam apreciadas não só como testemunho da força criadora dos homens, mas também no que diz respeito à concepção, forma e cor da mesma. (RIEGL, 2008, p. 91).

Assim, enquanto até fins do século XIX se apreciavam obras antigas pela crença no valor artístico absoluto, no século XX se acreditava em uma arte para cada época, valorizando-se a obra do passado porque um artista contemporâneo não

alcançaria aquela concepção, forma e cor, já que possuiria apenas os meios correspondentes à vontade da arte atual.

Riegl inovou ao apresentar diversas maneiras de intervir no monumento, de acordo com os valores atribuídos aos mesmos, impondo ao sujeito a necessidade de se posicionar e de fazer escolhas a partir de um juízo crítico, inserindo definitivamente as práticas de intervenção no patrimônio no âmbito do debate sobre a cultura, o que seria fundamental para o desenvolvimento das ideias do restauro crítico que viria a ocorrer após a Segunda Guerra.

Riegl salientava o significado libertador do conceito de evolução, pelo qual o valor de antiguidade não deveria ser visto como definitivo. No caso de Jaguarão, considerando o conjunto urbano como um monumento nacional, é importante compreender seu valor documental e histórico, seu valor arquitetônico e paisagístico, assim como outros valores identificados a partir de uma vontade de arte (*Kunstwollen*) da nossa época.

Assim, poderemos verificar se os critérios adotados nas intervenções no patrimônio de Jaguarão atendem à preservação desses valores e significados, sendo fundamental o entendimento de que essas intervenções são atos de cultura, devendo os valores culturais balizar a prática da preservação.

Mais do que saber que o sujeito faz escolhas, nossa época precisa identificar quem é esse sujeito, para quem essas escolhas são feitas e qual o significado dos bens escolhidos, a partir de uma ótica contemporânea para sua conservação — um “culto contemporâneo aos monumentos” — e, na qual o foco é cada vez mais voltado para os aspectos intangíveis do patrimônio, para os significados impregnados nos suportes materiais e para uma abordagem territorial, conforme veremos mais adiante.

1.4. O restauro científico ou filológico

Na Itália várias obras de consolidação e restauração de edificações foram realizadas no início do século XIX. Roma se transformou em um dos mais importantes centros de estudos relacionados à preservação do patrimônio.

O chamado “restauro arqueológico” executava essas obras utilizando-se de partes originais existentes. Os monumentos eram estudados e analisados de modo a perceber como teriam sido na época de sua construção, retirando-se todos os acréscimos feitos aos edifícios no decorrer do tempo.

Esses restauros, a exemplo do Arco de Tito e do Coliseu, colocavam em primeiro plano o monumento arqueológico, sendo as intervenções motivadas por razões culturais, sem nenhuma atribuição funcional aos monumentos.

Em fins do século XIX e início do século XX surgiu na Itália uma geração de arquitetos preocupados com o conceito de “restauração” e com a preservação dos valores históricos e artísticos dos monumentos. Os princípios das novas teorias foram estabelecidos por Camillo Boito (1836—1914).

Embora as ideias de Viollet-Le-Duc tenham sido a base para as grandes restaurações italianas e tenham sido difundidas inicialmente por Boito, por volta de 1880 ele reagiu às mesmas. Contrapondo-se também à passividade de Ruskin em relação aos monumentos, Boito defendeu intervenções de nível intermediário, entendendo a restauração como distinta e às vezes oposta à conservação, mas necessária.

Engenheiro, arquiteto, historiador, literato e crítico de arquitetura e de arte, Boito sintetizou, em “Os Restauradores” (1884), experiências e conceitos relativos ao restauro. Consolidou uma via conhecida na Itália como restauro científico, também

chamado de restauro filológico por aproximação com os métodos da linguística, destacando o valor documental da obra, equiparando o monumento a um texto.

Essa nova perspectiva de interpretação do restauro foi resumida em princípios de intervenção, em documento de 1883 considerado a primeira Carta Italiana do Restauro, sendo essas diretrizes para a conservação e restauração dos monumentos históricos incorporadas à lei italiana de 1909, regulamentada em 1913 e em vigor nos dias atuais⁸.

Além da ênfase no valor documental, eram princípios de Boito, conforme destacado por Kühl na apresentação do livro do autor (BOITO, 2008, p. 21-22): priorizar a consolidação e utilizar a restauração somente em último caso; evitar acréscimos que, se necessários, devem ser diversos do original, sem contrastar no conjunto; completar partes faltantes com material diverso ou inscrever a data da restauração; restringir consolidações ao necessário, evitando perder elementos característicos.

Dentre esses princípios estavam ainda: respeitar as várias fases do monumento, retirando apenas os acrescentos de menor valor; usar fotografia e descrições para registrar e justificar fases da obra e usar uma lápide com data e informações sobre o restauro realizado.

Boito fez a distinção entre conservação e restauração, considerando ser, em geral, uma o contrário da outra. Salientou que seu discurso não estaria dirigido aos conservadores, “homens necessários e beneméritos”, mas aos restauradores, “homens quase sempre supérfluos e perigosos”. (BOITO, 2008, p. 37).

Essa distinção fica clara quando o autor destaca que “não se pode chamar restauração a qualquer operação que, não se intrometendo de fato naquilo que é arte

⁸ O texto compilado, da *Legge 20 giugno 1909, n. 364* pode ser consultado em www.archeologia.beniculturali.it/getFile.php?id=429 . Acesso em 03 abr 2015.

na obra antiga ou velha, busca apenas a sua conservação material”, a exemplo da “enorme barbacã⁹ que o papa mandou construir em 1805 para reforçar o Coliseu”. (BOITO, 2008, p. 46).

A importância da conservação é uma temática atualíssima. No Brasil, em que pesem todos os programas federais de promoção do patrimônio desenvolvidos desde a década de 1970, conforme veremos mais adiante, observa-se a falta de destinação de recursos para ações preventivas de conservação, necessárias para evitar maiores perdas causadas pela restauração, bem como para evitar o investimento de somas vultuosas que esse tipo de intervenção demanda. Isso ficará claro também quando abordarmos essas questões a partir do exemplo de Jaguarão.

1.5. O patrimônio urbano e a Carta de Atenas

Gustavo Giovannoni (1873—1947), engenheiro, historiador de arte, arquiteto e urbanista, deu continuidade às ideias de Camillo Boito e uma base mais científica à sua teoria. Aplicou seus princípios aos núcleos urbanos, demarcando um importante momento na história da preservação.

A questão do entorno dos monumentos foi tratada de maneira pioneira por Giovannoni, em “*Vecchie Città ed Edilizia Nuova*” (1931), e o “patrimônio urbano” foi assim nomeado por ele pela primeira vez, integrando os conjuntos urbanos antigos numa “concepção geral da organização do território”. (CHOAY, 2006, p. 194-203).

Giovannoni fundou uma doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano, cujos três grandes princípios eram:

Todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor local,

⁹ Muro de reforço.

regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente; o conceito de monumento histórico não pode designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere; os conjuntos urbanos antigos requerem procedimentos de preservação e restauração análogos aos que foram definidos por Boito para os monumentos. (CHOAY, 2006, p. 200-201).

A abordagem do ambiente urbano antigo, existente desde meados do século XIX, porém restrita a uma pequena área-moldura ao redor do monumento, foi sendo ampliada, principalmente a partir das contribuições de Alois Riegl, quando os aspectos subjetivo e cultural trouxeram a expansão dos conceitos, até que toda a malha urbana antiga passasse a ser entendida como um bem patrimonial.

O englobar dos conjuntos urbanos antigos no conceito de patrimônio foi primordial na conceituação do restauro urbano, possibilitando a elaboração de critérios de intervenção para as cidades históricas, cuja conservação deveria ser parte integrante dos projetos de urbanização, influenciando diretamente na elaboração de planos diretores e nos caminhos trilhados pela legislação italiana.

Giovannoni teve participação fundamental na formulação da Carta de Atenas de 1931, primeiro documento internacional que considerou universais certas regras de proteção e salvaguarda de monumentos e traçou os princípios fundamentais da preservação arquitetônica e urbanística.

A Carta de Atenas destacou a importância das ações de manutenção regulares na edificação para assegurar sua conservação, recorrendo à restauração somente quando indispensável, recomendando, neste caso, o respeito aos aspectos históricos e artísticos, sem prejudicar o estilo de nenhuma época.

Destacou a prevalência do interesse coletivo em relação à propriedade privada, recomendou cuidados especiais na inserção de novas edificações na vizinhança de

monumentos antigos, aprovou o emprego de materiais e técnicas modernas na consolidação de edificações antigas, sem alterar o aspecto e o caráter das mesmas.

Em relação às ruínas, recomendou a anastilose (recolocação em seus lugares de elementos originais encontrados), sempre que possível, com a distinguibilidade dos novos materiais inseridos no trabalho. No que diz respeito ao uso, a carta ressaltou sua importância para os monumentos, devendo respeitar sempre o caráter histórico ou artístico dos mesmos.

Giovannoni admitiu o emprego das técnicas modernas nas intervenções de consolidação, sendo que adições necessárias e complementos deveriam ter formas simplificadas. Essa neutralidade proposta, ainda hoje polêmica, priorizava a conservação documental, renunciando a expressões contemporâneas. (RUFINONI, 2013, p. 77).

Com a Segunda Guerra Mundial uma série de reconstruções e renovações de áreas urbanas teve início. A base foram as evidências dos escombros e a documentação fotográfica, sendo as réplicas justificadas pelo bem dos habitantes que necessitavam das referências do lugar onde viviam. Mesmo sendo um falso histórico, a reconstrução de partes dessas cidades aconteceu em nome da recuperação da identidade social e cultural ameaçada.

Assim, as lacunas não podiam mais receber um tratamento neutro, fazendo com que novos debates surgissem no campo do patrimônio histórico, nos quais o foco era o que privilegiar: o aspecto histórico ou o aspecto estético da obra, havendo um questionamento do chamado restauro “científico” ou “filológico”.

1.6. O restauro crítico, a Carta de Veneza e as reflexões atuais

As dificuldades impostas pela guerra, relativas ao tempo e aos recursos para recuperar milhares de monumentos destruídos, fez com que várias maneiras de intervir fossem adotadas. Com maior importância que vai sendo dada aos aspectos artísticos e estéticos destacaram-se no debate sobre a prevalência destes sobre os históricos os teóricos do chamado “restauro crítico”.

Para além de um ato científico, o restauro passou a ser entendido como um ato crítico, cujo fundamento estava no estudo caso a caso para definir critérios e métodos de intervenção. O restauro crítico realizou as primeiras formulações coerentes com a nova realidade na década de 1940 e seus fundamentos foram aprofundados por Cesare Brandi (1906—1988).

Brandi foi o fundador do *Istituto Centrale del Restauro* (ICR) em Roma, em 1939, dirigindo-o até 1961, coordenando a restauração de inúmeras obras de arte danificadas pela guerra, o que proporcionou uma total experimentação prática de sua teoria, expressa em seu livro “Teoria da Restauração” (1963).

Como teórico no campo da estética e da filosofia da arte, suas formulações apresentam grande autonomia em relação às principais correntes estéticas da época, ainda que fazendo referência às mesmas. A partir de uma trajetória própria, partindo de uma releitura de Benedetto Croce¹⁰ (1866—1952), Brandi caminhou em direção a uma estética verdadeiramente pós-crociana, reelaborou aspectos da pura visibilidade e apresentou afinidades com a fenomenologia¹¹. (KÜHL, 2007).

Para Brandi, a característica peculiar da obra de arte não estaria no processo criativo que a produziu, mas no seu reconhecimento pelo indivíduo, pelo qual a obra

¹⁰ Historiador, escritor, filósofo e político, considerado uma das personalidades mais importantes da Itália no século XX e principal ideólogo do liberalismo novecentesco italiano. Seus escritos giram em torno de um largo espectro temático, sobretudo estética e teoria/filosofia da história. É considerado uma das personalidades mais importantes da Itália no século XX. Fonte: Wikipédia.

¹¹ Sobre a estética de Brandi, ver D'ANGELO, Paolo. Cesare Brandi. Crítica d'arte e filosofia. Macerata: Quod Libet, 2006.

de arte não se compreenderia, se reconheceria, sendo essa possibilidade de reconhecimento contínua no tempo.

O produto humano a que se volta esse reconhecimento se encontra ali, diante de nossos olhos, mas pode ser classificado de modo genérico entre os produtos da atividade humana, até que o reconhecimento que a consciência faz dele como obra de arte, excetue-o, definitivamente, do comum dos outros produtos. (BRANDI, 2008, p. 27)

O conceito de restauro estaria ligado ao conceito de obra de arte: “A restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro.” (BRANDI, 2008, p. 31).

Assim, a restauração estaria condicionada ao reconhecimento da obra de arte, resultando na prevalência dos valores artísticos sobre os históricos, sem, contudo, negar seu intrínseco valor histórico, diferentemente de teorias precedentes que entendiam a preservação do monumento fundamentalmente como preservação do documento histórico.

A referência à consistência física e à sua dúplici polaridade (estética e histórica), traz a restauração para o campo cultural, opondo-se às ações puramente pragmáticas, o que remete à importância da restituição de significados ao bem, já que o mesmo só está sujeito à restauração pelo fato de ser reconhecido como arte.

O restauro, para Brandi, exigiria um trabalho multidisciplinar, calcado em ato histórico-crítico, que afastaria as ações do campo do arbitrário, destacando a relação dialética entre as instâncias estética e histórica. Daí a necessidade do estudo caso a caso, com base em um juízo crítico de valor.

A ação restauradora seria limitada pelo estado de conservação presente. Do ponto de vista da instância histórica a intervenção deve “limitar-se a desenvolver as sugestões implícitas nos próprios fragmentos [...]” (BRANDI, 2008, p. 47).

Do ponto de vista da instância estética, a restauração deveria incidir apenas sobre a matéria da obra de arte, porque a matéria seria o meio através do qual se transmitiria a imagem concebida pelo artista. Além disso, “[...] a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo”. (BRANDI, 2008, p. 33).

Sua teoria teve por base a pintura e a escultura, sem abordar especificamente a arquitetura e nisso reside a principal crítica à mesma. Contudo, Brandi contribuiu com a consolidação do restauro como campo disciplinar, atrelando-o ao pensamento crítico e às ciências e afastando-o do empirismo. (KÜHL, 2008, p. 67).

Os princípios fundamentais da restauração seriam: o da distinguibilidade, que demarca a época de cada intervenção, anulando o risco de produzir falsos históricos, e o da reversibilidade¹², que diz respeito a não alterar a obra em sua substância, possibilitando novas intervenções que venham a ser necessárias. Esses conceitos estão relacionados com a ideia de mínima intervenção, de autenticidade e de uso de técnicas e de materiais compatíveis com o pré-existente.

A Carta Italiana do Restauro de 1972, que disciplinou as intervenções de salvaguarda e de restauração, abrangeria quase integralmente esses princípios. A Carta incluía os conjuntos de interesse monumental, histórico ou ambiental, bem como os jardins e parques considerados de especial importância.

Para Brandi, no contexto do pós-guerra era necessário analisar se as partes desaparecidas dos monumentos teriam ou não valor de obra de arte. Se não fossem obras de arte, a reconstituição poderia ser admitida, pois, ainda que falsos, reconstituíam os dados espaciais sem degradar a qualidade artística do ambiente.

¹² Termo que atualmente vem sendo substituído por retrabalhabilidade, retratabilidade ou eliminabilidade.

(BRANDI, 2008, p. 136).

Na década de 1960 — marcada pela revisão das doutrinas do Movimento Moderno e pelo respeito às necessidades subjetivas e aos símbolos culturais no ambiente construído — os debates no campo do patrimônio levaram a avanços teóricos que foram consolidados em âmbito internacional com a Carta de Veneza de 1964 (ANEXO A), aprofundando os princípios da Carta de Atenas de 1931 e incorporando os princípios brandianos.

A Carta de Veneza, ainda hoje considerada um documento atual e um marco na história da preservação, definiu o monumento histórico como, além da edificação isolada, o sítio urbano ou rural de valor histórico, incluindo as grandes criações e as obras modestas. Destacou a importância da multidisciplinariedade na conservação e na restauração dos monumentos e a necessidade de salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.

Quanto à conservação, o documento expôs a necessidade de manutenção permanente e da destinação do bem a funções úteis à sociedade, sem alterar a disposição ou a decoração dos edifícios e sem modificar relações volumétricas e cromáticas, implicando na manutenção do espaço envolvente.

Quanto à restauração, a carta salientou seu caráter excepcional, cujo objetivo é a preservação dos valores estéticos e históricos do bem, fundamentando-se no respeito ao material original e nos documentos autênticos e terminando onde começa a hipótese, respeitando o princípio da distinguibilidade.

A carta admite o emprego de técnicas modernas para os casos em que as técnicas tradicionais se revelem inadequadas e ressalta a necessidade do respeito às contribuições de todas as épocas.

De acordo com a Carta de Veneza, os mesmos princípios devem ser seguidos

na conservação e na restauração dos sítios históricos, sendo que os graus de intervenção ocorrem de maneira crescente, quantitativamente (e não qualitativamente), a partir da manutenção, passando pela conservação, até chegar, excepcionalmente, na restauração.

Assim, as ações regulares de manutenção devem ser entendidas como o passo primordial da preservação e, apesar da amplitude do debate pós Carta de Veneza, ainda hoje existe grande consenso a respeito da validade de suas definições.

Nesse debate, segundo Kühl (2008, p. 81), as principais reflexões atuais referentes aos princípios de intervenção em bens patrimoniais — as quais têm origem na Itália — são a “crítico-conservativa e criativa”, a “pura conservação” e a “manutenção-repristinação¹³”.

A vertente “crítico-conservativa e criativa” faz uma releitura da teoria brandiana e do restauro crítico, priorizando a conservação e admitindo o uso de recursos criativos, respeitando a obra e fundamentando-se em um juízo histórico-crítico. Essa vertente estaria próxima da “pura conservação” ou “conservação integral” que, diferentemente da “crítico-conservativa e criativa”, não admite a relação dialética das instâncias estética e histórica, privilegiando a histórica e contrapondo restauração e conservação. (KÜHL, 2008).

A vertente da “conservação integral” discordaria da Carta de Veneza, que entende a conservação como um objetivo da restauração. Entende também, de maneira diversa, o novo como algo que deva ser totalmente autônomo. (KÜHL, 2008).

Em polo oposto à “crítico-conservativa e criativa” estaria a vertente da “manutenção-repristinação” ou “hipermanutenção”, onde a manutenção seria a base das intervenções, a partir de formas e técnicas antigas e de repristinação, o que não

¹³ Restabelecimento de uma condição anterior, voltando ao aspecto ou forma primitiva.

legitimaria grandes substituições, mas somente em caso extremamente necessário. (KÜHL, 2008).

Além dessas reflexões, dentro de uma ótica de ampliação dos valores para além dos históricos e artísticos, abrangendo aspectos afetivos e ideológicos e valorizando a questão do significado, Salvador Muñoz Viñas sistematizou uma “Teoria Contemporânea da Restauração” (2004), apresentando uma crítica aos pilares das teorias clássicas, a exemplo da autenticidade, da objetividade, da reversibilidade e da legibilidade na restauração.

O autor definiu conservação como “o conjunto de atividades materiais (de processos técnicos) destinados a garantir a permanência dos objetos simbólicos e historiográficos, atuando diretamente sobre os materiais que os compõem sem alterar sua capacidade simbólica”. (VIÑAS, 2004, p. 80).

O foco estaria no simbolismo do objeto e não na materialidade em si, ocorrendo o mesmo com o conceito de restauração, que seria “o conjunto de atividades materiais, ou de processos técnicos, destinados a melhorar a eficácia simbólica e historiográfica dos objetos de Restauração atuando sobre os materiais que os compõem”. (VIÑAS, 2004, p. 80).

A diferença entre os dois tipos de intervenção estaria apenas no fato de que a conservação, por ocorrer habitualmente, não traria resultados perceptíveis como a restauração, sendo que a capacidade de um bem de funcionar como símbolo estaria diretamente relacionada com seus aspectos perceptíveis.

Para o autor, o único conceito de verdade real e verdadeira seria o estado presente e quando alguém escolhe um estado autêntico frente a outros possíveis, o faz por razões subjetivas. É sempre o sujeito — o restaurador, o *expert*, o político, ou quem tenha o poder de decidir — que elege qual o estado, entre os vários pelo qual o

objeto já passou, é o mais autêntico. (VIÑAS, 2004, p. 91).

Enquanto a Carta de Veneza (1964) expôs como fundamento da restauração o respeito ao material original e aos documentos autênticos, o Documento de Nara¹⁴ (1994) sobre autenticidade ampliou os termos daquela Carta, tendo em vista a ampliação dos conceitos referentes ao patrimônio cultural.

Considerando que esse patrimônio está diretamente relacionado com a identidade cultural dos povos, o Documento de Nara expressa uma nova visão, segundo a qual não é possível basear julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos, devendo ser considerados os contextos culturais nos quais o patrimônio se insere.

Assim, para Viñas esses critérios de julgamento quanto à autenticidade deveriam incluir não só aspectos materiais ou aspectos artísticos e históricos, mas também, e de acordo com o Documento de Nara, tradições e técnicas, localização e espaço, uso e função, espírito e sentimento, dentre outros fatores.

Conforme já visto, para Riegl (2008, p. 51) a norma estética moderna, baseada no valor de antiguidade, teria por base o ciclo natural de criação (pelas mãos humanas) e destruição (pela natureza), fazendo com que nos desagradem tanto a deterioração prematura na obra humana recente quanto a aparência de novo na obra humana antiga alcançada através de restaurações exageradas.

Com isso fica claro que a restauração é uma reinterpretação da obra e uma adequação às nossas expectativas, ou seja, expressa os valores culturais

¹⁴ Nesse documento os especialistas reunidos em Nara, no Japão, agradecem a oportunidade de “desafiar o pensamento tradicional a respeito da conservação [...], no sentido de promover um maior respeito à diversidade do patrimônio cultural na prática da conservação”. De acordo com o documento, o julgamento quanto à autenticidade deve ser baseado em pesquisas e levantamentos que incluam aspectos de “forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos”. (DOCUMENTO DE NARA, 1994).

contemporâneos, sendo que as circunstâncias atuais determinam os critérios de escolha, determinam “o que” e “como” restaurar.

A deterioração natural da obra seria um aspecto importante na eficácia simbólica do objeto e escolher um estado de verdade seria fazer uma eleição a partir de preferências subjetivas. Assim, não poderíamos considerar a “verdade objetiva” como um critério para a restauração. (VIÑAS, 2004, p. 103).

Quanto ao critério de reversibilidade, princípio teórico ainda aceito na prática da restauração, o qual visa a possibilidade de voltar ao estado físico anterior à intervenção eliminando elementos acrescentados no processo de restauração, Viñas entende que a eliminação total seja impossível, sendo mais satisfatório a utilização de conceitos como eliminabilidade — possibilidade de eliminar materiais aplicados em intervenções de restaurações — ou retratabilidade — que permitiria novo tratamento do objeto quando necessário.

Quanto à legibilidade da obra, que para as teorias clássicas deve ser facilitada com a restauração¹⁵, Viñas também ressalta o aspecto subjetivo, tendo em vista que só é legível aquilo que se conhece o código e “a legibilidade ou ilegibilidade não dependem somente daquilo que se pretende ler, mas também da capacidade leitora do espectador”. Além disso, restituir uma possibilidade de leitura perdida eliminaria outras legibilidades, privilegiando uma possibilidade em detrimento de outras. (VIÑAS, 2004, p. 116-117).

O autor faz uma crítica à ótica da restauração como uma questão essencialmente material¹⁶, objetivável, onde as discussões filosóficas, éticas ou

¹⁵ A Carta do Restauro de 1972 define “restauração”, em seu artigo 4º., como sendo qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e objetos de que trata a mesma.

¹⁶ Esse aspecto aparece no primeiro axioma da teoria brandiana: *restaura-se somente a matéria da obra de arte*. (BRANDI, 2008, p. 31)

estéticas são irrelevantes, tendendo a não discutir sobre critérios de intervenção, valores históricos e sociais e sobre aspectos intangíveis, apresentando pretensões de infalibilidade.

Os valores deixariam de ser predeterminados passando a ser variáveis em cada caso e os critérios a serem adotados nas restaurações seriam aqueles que respondessem positivamente à seguinte questão: “Isso contribuirá para que o objeto funcione melhor como símbolo?” (VIÑAS, 2004, p. 158-159). A restauração adequada não dependeria do objeto, mas seria aquela que atendessem às expectativas de um maior número de pessoas afetadas por ele.

O autor ressalta, contudo, o fato de não se pretender mudar a prática da restauração, mas oferecer ferramentas conceituais mais flexíveis e adaptáveis. (VIÑAS, 2004, p. 172-178).

Em que pesem as novas vertentes e reflexões, os princípios de Brandi — autenticidade, distinguibilidade, mínima intervenção, compatibilidade técnica e reversibilidade — são seguidos até hoje no ICR de Roma e em grande parte do mundo ocidental, incluindo-se o Brasil.

As formulações teóricas de Brandi contêm conceitos sólidos, mas também flexíveis o suficiente para possibilitar renovadas interpretações, de modo a continuar servindo de baliza para as intervenções em monumentos históricos, oferecendo meios adequados para atuar de maneira fundamentada e responsável, sem deformar e deturpar o documento, a memória, os bens legados pelo passado, partes integrantes de nosso presente, para que continuem a ser documentos fidedignos e, como tal, sirvam como efetivos elementos de rememoração e suportes da memória coletiva. (KÜHL, 2007, p. 210).

Os princípios brandianos e a Carta de Veneza são hoje adotados pelo IPHAN, não garantindo, contudo, que a prática da preservação no Brasil considere sempre esses princípios, conforme abordaremos posteriormente e exemplificaremos a partir de restaurações promovidas pelo PAC Cidades Históricas no município de Jaguarão.

1.7. O Plano de Bolonha e a Conservação Integrada

O Plano de Bolonha para a preservação e reabilitação de seu centro histórico, iniciado em 1969 pelos arquitetos Pier Luigi Cervellati (1936) e Roberto Scannavini, considerado um marco na área da intervenção urbana, implementou uma nova maneira de trabalhar os problemas do centro histórico, com o controle público das áreas de intervenção e a reutilização social do patrimônio.

Cervellati e Scannavini entendiam a conservação dos centros históricos como uma problemática eminentemente econômica que refletia diretamente na ordem político-social dos mesmos e buscavam garantir a permanência dos habitantes nesses centros históricos.

Com a experiência de Bolonha e o urbanismo reformista italiano da década de 70, além dos parâmetros da conservação urbana lançados por Giovannoni, estavam dadas as bases para uma nova forma de conservação urbana, a chamada “conservação integrada”, cujas diretrizes foram expostas em 1975 na Declaração de Amsterdã e no Manifesto de Amsterdã, resultantes do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu.

A Declaração de Amsterdã ressaltou que o patrimônio não compreendia apenas as construções de valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos e bairros de interesse histórico e cultural, e que a conservação desse patrimônio deveria ser considerada como objetivo maior do planejamento urbano.

Ressaltou, ainda, a importância de manter a composição social dos habitantes dessas áreas, da responsabilidade dos poderes locais e da participação dos cidadãos com a integração do patrimônio na vida social. Salientou a importância de evitar que as leis do mercado fossem aplicadas com rigor nos bairros restaurados, acarretando

a evasão de seus habitantes, sendo fundamental a intervenção do poder público no sentido de moderar tais mecanismos.

O Manifesto de Amsterdã referiu-se à ameaça que sofre o patrimônio, ressaltando que determinado tipo de urbanismo é destruidor quando as autoridades são exageradamente sensíveis às pressões econômicas e às exigências da circulação. Considerou a conservação integrada — pressuposto do planejamento urbano e regional — como capaz de afastar essas ameaças através de recursos jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos.

Embora a experiência de Bolonha e o Manifesto de Amsterdã possam ser considerados marcos na história da preservação, passados mais de quarenta anos, observamos, ainda, no Brasil, a dificuldade enfrentada no que diz respeito à participação popular e à integração do patrimônio na vida social e econômica das comunidades locais.

Desde a redemocratização do país em 1985, ainda que limitados, diversos programas federais foram criados apoiados em princípios de democratização das decisões, de efetiva participação da comunidade e de preservação de áreas urbanas históricas como um todo, a exemplo do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos — PRNH¹⁷, do Programa Monumenta¹⁸ e, atualmente, do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas — PAC CH, que será abordado posteriormente.

O discurso da participação, contudo, muitas vezes acaba por não se traduzir em ações práticas ou que determinem realmente o rumo das ações, tendo em vista diversos fatores. Um dos fatores diz respeito à força de interesses econômicos e o

¹⁷ Sobre o PRNH ver: SPHAN, 1985.

¹⁸ Sobre o Programa Monumenta, ver: BONDUKI, 2010; DUARTE JÚNIOR, 2010 e GIANECCHINI, 2015.

poder de cooptação exercido pelos mesmos, orientado à especulação imobiliária e a outros interesses relacionados.

Outra questão que prejudica o afinamento do discurso da participação com a prática da preservação do patrimônio é a dificuldade de conciliar os critérios apresentados pela população com os critérios técnicos, fazendo com que o processo se torne muito mais de tutela do que de participação e fazendo com que o princípio da democratização das decisões se deforme, tendendo à burocratização.

Em Jaguarão, a política de preservação teve suas bases formatadas em 1992, com o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão — PRIJ, que propôs a preservação do patrimônio cultural da cidade de uma maneira abrangente e integrada, conforme exposto no Manifesto de Amsterdã, além de adotar os princípios da Carta de Veneza de 1964.

O PRIJ pretendia envolver, além do poder público, a comunidade e a iniciativa privada, propondo uma ampla discussão e entendendo a necessidade de integração de fatores políticos e socioeconômicos para a viabilização de uma política preservacionista, sendo que a mesma deveria ser amparada por um programa de educação patrimonial. (OLIVEIRA e SEIBT, 1992, p. 6).

Buscava-se a preservação da paisagem urbana, de maneira que não se restringisse ao entorno da Praça Alcides Marques — núcleo formador da cidade — como proposto no Plano Diretor racional-funcionalista de 1978. Para isso, o PRIJ reforçava a necessidade da participação da comunidade nessas decisões. A política de preservação desenvolvida no município a partir do PRIJ e no decorrer dos anos subsequentes será abordada mais adiante.

1.8. As questões contemporâneas e a abordagem territorial do patrimônio no contexto brasileiro

Por várias décadas, desde sua criação em 1937¹⁹, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — SPHAN — seguiu a política federal de preservação formulada pelo Estado Novo, pioneira e distinta das experiências internacionais, sob a direção de arquitetos modernistas que almejaram a formação de uma identidade nacional — homogênea e unitária, ainda que reconhecendo as diferenças regionais — através da proteção do acervo arquitetônico e artístico proveniente da tradição luso-brasileira, em especial do barroco mineiro do século XVIII.

Em final dos anos 1960 essa política excludente começou a ser renovada, paralelamente à ampliação do conceito de patrimônio e às ideias de articulação da preservação com o desenvolvimento econômico.

Assim como ocorreu na Europa, no Brasil o conceito de patrimônio arquitetônico, restrito até a década de 1960 aos monumentos, aos poucos foi sendo ampliado, agregando-se a ele desde a arquitetura vernacular²⁰ até os conjuntos urbanos. A perspectiva científica na prática da preservação foi sendo cada vez mais redirecionada para a perspectiva cultural e política. Novos temas entraram no debate e novos conceitos foram aplicados ao patrimônio cultural.

Com a constituição de 1988 viria o reconhecimento dos bens de natureza imaterial como patrimônio cultural e a década de 90 seria marcada por novas políticas culturais.

¹⁹ Em 13 de janeiro de 1937, a Lei nº 378 criou o SPHAN, a pedido de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas. O anteprojeto de lei foi elaborado por Mário de Andrade, com a participação de outros modernistas como Manuel Bandeira, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade. O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, ressaltando, em seu artigo 1º, a importância dos bens ligados a *atos memoráveis da história do Brasil*, expressando uma visão de patrimônio, sendo que esse decreto vigora até os dias atuais.

²⁰ Arquitetura espontânea, que se utiliza de materiais e recursos do próprio ambiente.

Ainda hoje, contudo, o debate sobre preservação no Brasil se afasta, muitas vezes, do foro cultural pela força dos interesses econômicos e políticos, sendo esses interesses pouco estudados dentro do campo teórico da preservação do patrimônio.

Vemos a ocorrência, por exemplo, do processo de “gentrificação” ou enobrecimento de certas áreas da cidade através de intervenções urbanas — com recursos públicos ou privados — o que afasta as classes sociais menos favorecidas, tendo em vista o aumento do valor dos imóveis nessas áreas.

Embora Riegl (2008) entendesse que em caso de conflito entre o valor instrumental, de contemporaneidade — relacionado à satisfação de necessidades materiais do homem — e o valor de antiguidade, esse conflito seria reduzido, visto que mesmo para o valor de antiguidade é necessário que se dê uso ao bem, o que contribui para a preservação, observamos que esse conflito se torna importante quando o patrimônio passa a ser entendido como mercadoria, prevalecendo o valor econômico ou de troca.

Essa prevalência do valor econômico, que ocorre em grande parte dos centros históricos brasileiros, implica em uma maneira de intervir dissociada da ideia de que a conservação e a restauração devam ser concebidas no intuito de transformação da realidade social, com efetivo reconhecimento dos bens patrimoniais pela comunidade e pelo seu efetivo controle social.

No município de Jaguarão, por exemplo, vemos o processo de gentrificação ocorrendo no entorno da antiga Enfermaria Militar, onde a valorização das propriedades da vizinhança começou a ocorrer com a obra do PAC CH para o Centro de Interpretação do Pampa — CIP, iniciada em 2012, bem como com as obras de calçamento e melhoria do entorno promovidas pela prefeitura, favorecendo a especulação imobiliária naquela área, ainda que os objetivos do PAC CH e da

Prefeitura sejam em sentido oposto.

A questão da participação das comunidades, no que diz respeito às ações de preservação do patrimônio e à sua relação com o desenvolvimento dos municípios brasileiros, é um tema que merece um estudo específico e aprofundado.

De acordo com Castriota (2007), no Brasil ainda não se consolidou a perspectiva da conservação integrada. Para o autor, existe um “duplo impasse”, que diz respeito tanto à imprecisão teórica, com a “não absorção real no país do conceito contemporâneo e ampliado do patrimônio”, quanto à “decorrente indefinição acerca do tipo de intervenção a ser exercida sobre os bens culturais”. Isso se refletiria em políticas incapazes de conciliar preservação e desenvolvimento.

Em palestra proferida pelo autor durante o III Seminário Comemorativo ao dia do Patrimônio Histórico, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS, no ano de 2015²¹, foram trazidas questões fundamentais para reflexão no que se refere ao possível modelo que estaria se configurando no Brasil em nome da revitalização de áreas urbanas.

Utilizando-se da preservação do patrimônio e da cultura como argumentos, esse modelo estaria calcado em uma ótica da cultura como mercadoria, onde o valor prevalente seria o econômico, existindo um forte discurso sobre a preservação, sendo o mesmo, porém, essencialmente mercantil.

Essa concepção favoreceria que novos instrumentos urbanísticos fossem usados em favor da iniciativa privada, ou mesmo manipulados para o favorecimento de grupos econômicos e, nessa conjuntura, de acordo com o autor, a iniciativa privada teria papel decisivo, com a conivência do Estado, através das Parcerias Público-Privadas. Assim se daria a apropriação do Estado pelas forças do mercado.

²¹ Apresentação disponível em <<http://www.ufrgs.br/predioshistoricos/arquivos/PalestraCastriota.pdf>> Acesso em 29 jul. 2016.

Castriota cita, ainda, a instrumentalização dos Conselhos Populares, que passam a ser manipulados em prol dos interesses privados, sendo os conselheiros, muitas vezes, indicados por detentores de cargos políticos e defensores do poder econômico, ou mesmo pelos próprios agentes imobiliários que, não raro, estão também à frente das prefeituras municipais.

Podemos observar essa força do poder econômico em Porto Alegre, no que diz respeito ao projeto para o Cais Mauá, que embora contando com o apoio da prefeitura municipal, vem sofrendo forte oposição por parte da sociedade civil organizada.

Embora a população de Porto Alegre espere há anos a revitalização da área, em nome dessa “revitalização” o projeto propõe a construção de torres comerciais e de um *shopping center* que atenderá aos interesses dos empreendedores sem levar em conta questões relativas ao meio ambiente, ao patrimônio público e à mobilidade urbana, em uma área central já bastante congestionada.

Outras questões apontadas dizem respeito à falta de integração do projeto com a área de entorno, além de irregularidades por parte do consórcio vencedor, referentes a cláusulas contratuais, dentre outras, o que demonstra que o conceito de revitalização também difere de acordo com os diversos interesses em jogo.

O planejamento e a gestão do patrimônio cultural urbano devem ser instrumentos para evitar distorções que ocorrem devido ao poder do capital, com a priorização da conservação do patrimônio cultural em relação ao processo de transformação urbana nas áreas de interesse patrimonial e em busca do desenvolvimento sustentável.

A questão do desenvolvimento urbano sustentável, originada no discurso ecológico da década de 1980²², tornou-se um novo paradigma de planejamento, modificando a abordagem da conservação integrada e ampliando o seu conceito, a partir da ideia de criação de condições necessárias para suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer os recursos necessários às gerações futuras.

Conforme dados da Organização não Governamental WWF Brasil²³, com um quinto da população mundial, os países do Hemisfério Norte detêm quatro quintos dos rendimentos mundiais e consomem 70% da energia, 75% dos metais e 85% da produção de madeira do planeta.

Como deve se dar o desenvolvimento sustentável, contudo, é uma questão que envolve interesses diversos, o que faz com que vários discursos existam em torno desse conceito. A noção de sustentabilidade é uma construção social e a ideia de um “princípio em evolução” reflete uma visão positivista, na qual o desenvolvimento sustentável seria um “dado objetivo”, ainda não apreendido. (ACSELRAD, 1999, p. 80).

[...] poderá também compreender diferentes conteúdos e práticas a reivindicar seu nome. Isto nos esclarece por que distintas representações e valores vêm sendo associados à noção de sustentabilidade: são discursos em disputa pela expressão mais legítima. Pois a sustentabilidade é uma noção a que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e ideias. (ACSELRAD, 1999, p. 80).

Sendo o espaço urbano um território político, é sob essa ótica que as questões referentes à preservação do patrimônio devem ser abordadas. Kühl (2008, p. 118) destaca a relação existente entre economia, conflito de classes e intervenção no

²² O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi usado pela primeira vez em 1987 no Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas – ONU.

²³ Dados disponíveis em <<http://www.wwf.org.br>> Acesso em 30 jul. 2016.

patrimônio histórico, salientando o implícito significado anticapitalista existente no método da restauração.

A autora ressalta a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre a inter-relação existente entre teoria de restauração, prática de intervenção e realidade socioeconômica e política em que essas atividades são praticadas, sob o risco de tornar a restauração uma atividade alienada da sociedade para a qual opera e a serviço de um capitalismo cada vez mais selvagem. (KÜHL, 2008, p. 118-119).

Questões como a interação e a construção mútua do tangível e do intangível e a dimensão imaterial como essência implícita do patrimônio material são entendimentos recentes que vieram para revolucionar o pensamento sobre o patrimônio, “jogando luz sobre as matrizes de valoração sempre presentes nas operações de preservação”. (CASTRIOTA, 2011, p. 56).

Atividades, lugares e bens materiais, marcos e referências de identidade para determinado grupo social, são abarcados sob o conceito de Referências Culturais que, em suma, são o que popularmente se chama de “raiz de uma cultura” (IPHAN, 2000, p. 30) e que hoje contam, no Brasil, com um instrumento de preservação: o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC.

A teoria e a prática da preservação estão em relação direta com a ampliação do conceito de patrimônio que, por sua vez, está diretamente relacionado com os valores atribuídos aos bens. A noção ampliada de patrimônio e a entrada em cena de novos atores, tornando o campo do patrimônio mais complexo, trazem também novas categorias de valor e, conseqüentemente, novas escolhas nas políticas de preservação.

A ampliação dessa matriz de valores traz consigo a necessidade de tornar explícita a operação de atribuição de valores, sempre presente nas decisões sobre o

patrimônio. Essa necessidade é o diferencial desse início de século XXI. (CASTRIOTA, 2011, p. 51).

A noção de patrimônio histórico e artístico, ligada aos fatos memoráveis da história ou às excepcionalidades estéticas dos bens, foi ampliada para a noção de patrimônio cultural, de base antropológica, na qual está embutida a questão do significado, ligado ao intangível, à memória pessoal, afetiva e popular.

A própria avaliação do que possa ser esteticamente ou historicamente significativo sofre alterações, incluindo-se exemplares da arquitetura não tradicional na lista de bens protegidos²⁴. Essa valorização cada vez maior dos aspectos simbólicos e imateriais do patrimônio vem se consolidando como um novo marco na história da preservação.

O conceito de patrimônio, que historicamente vem se ampliando, apresenta agora uma dimensão territorial, o que remete à necessidade de repensar o patrimônio a partir das especificidades históricas e culturais de cada região, de cada localidade.

Até final do século XX, a questão da atribuição de valor era menos controversa, tendo em vista a menor complexidade de conceitos que norteavam as escolhas do que era patrimônio — como “obra-prima”, “valor intrínseco” e “autenticidade”, destacando-se sempre os “bens excepcionais” — e o campo relativamente fechado da conservação, cuja atribuição de valor era feita por *experts*. (CASTRIOTA, 2011, p. 55-56).

“As certezas que pareciam existir em nosso campo, enquanto ainda estávamos sob a égide do projeto moderno, parecem se desvanecer no final do século XX e início

²⁴ Sobre esse assunto ver o exemplo do tombamento pelo IPHAN, em 2016, da Casa Flor, em São Pedro da Aldeia/RJ (arquitetura espontânea popular, construída entre 1923 e 1985 por Gabriel Joaquim dos Santos com restos de materiais e conchas). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3809/tombamento-da-casa-da-flor-em-sao-pedro-da-aldeia-rj-e-aprovado-por-unanimidade>

do nosso século.” (CASTRIOTA, 2011, p. 52).

O foco que durante os séculos XIX e XX estava na questão do “como” preservar, relacionado aos aspectos físicos, hoje se volta para o “porquê”, “o que” e “para quem” preservar — questões até então secundárias.

Os bens passam a ser selecionados por seus atributos intangíveis, que não podem mais ser identificados em seus aspectos materiais, pelo qual existe a necessidade de demonstração dos critérios que levaram a essa seleção. (CASTRIOTA, 2011, p. 56).

Isso representa uma revolução nos conceitos sobre o patrimônio, sendo que o patrimônio material “se torna uma ‘categoria social quase vazia’ quando ‘extirpado’ de seus valores culturais imateriais”. (CASTRIOTA, 2011, p. 58).

Castriota destaca a importância do tema do “lugar” como unificador dos elementos tangíveis e intangíveis, que interagem e se constroem mutuamente.

No Brasil, o Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criando os Livros de Registros dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. A Feira de Caruaru (Figura 14), em Pernambuco, exemplifica a categoria de “lugar” e foi registrada pelo IPHAN em 2006.

Lugar de socialização, de permanente construção de identidades e de exposição da criatividade popular, tanto em seus aspectos tradicionais como em sua capacidade de recriação, invenção e inovação [...]. É um lugar de referência viva da história e da cultura do agreste pernambucano, e, de modo mais geral, da cultura nordestina. Sem a dinâmica e o mercado da feira, esses saberes e fazeres teriam desaparecido. (Feira de Caruaru. Portal IPHAN²⁵).

Diferentemente da Europa, os países latino-americanos têm uma história recente e vinculada ao colonialismo, à escravidão, à dominação dos povos nativos, à

²⁵ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/61>> Acesso em 31 jul. 2016.

imigração, dentre outros temas, o que faz com que a atribuição de valores, a definição do que deva ser preservado, para quem e porque preservar — e, conseqüentemente, o como preservar — sejam questões a responder a partir dessa história e a partir de temas próprios de cada um desses países.

Gutiérrez²⁶ (2014) salienta a necessidade de um novo olhar sobre o patrimônio, sob o ponto de vista latino-americano, sendo que esse olhar passaria pelos valores intangíveis do patrimônio. Sob esse ponto de vista, as intervenções em centros ou conjuntos históricos teriam como ponto de partida os habitantes e o uso residencial do patrimônio, a partir de características locais e de critérios patrimoniais adequados a cada especificidade.

Assim como nas culturas orientais o conceito de autenticidade difere do ocidental, permitindo, por exemplo, reconstruir um edifício histórico obsoleto, sem que o mesmo perca o valor patrimonial, também na América Latina os critérios de intervenção no patrimônio devem responder ao modo próprio de valorá-lo, que por sua vez é diverso do que ocorre na Europa. (GUTIÉRREZ, 2014, p. 2-13).

Superando a ideia dos antigos monumentos históricos, começamos a entender e aceitar o patrimônio que nos havia trazido a imigração e, com ele, a assumir a diversidade cultural. [...] começamos a reconhecer o patrimônio industrial; o patrimônio social daquelas manifestações que não expressavam somente os setores mais altos da sociedade, mas que testemunhavam, justamente, aqueles outros que possibilitam os setores mais altos. (GUTIÉRREZ, 2014, p. 13).

Para Waisman²⁷ (2013, p. 198), o ideal de união da América Latina, de maneira que a mesma se liberte da submissão ao mundo desenvolvido e atinja um destino melhor, não implica em uma “fórmula mágica” que possa solucionar problemas

²⁶ Ramón Gutiérrez, arquiteto argentino, pesquisador nas áreas de história da arquitetura e conservação do patrimônio, docente em diversas universidades europeias e americanas, autor de 250 livros sobre arquitetura e urbanismo na Ibero-américa.

²⁷ Marina Waisman (1920—1997), arquiteta argentina, foi professora universitária em Córdoba e desenvolveu importante trabalho crítico sobre a arquitetura latino-americana.

específicos de cada região.

Um verdadeiro conhecimento deve deter-se mais em analisar diferenças do que buscar (ou forçar) semelhanças [...]. Portanto, parece indispensável reconhecer as diferentes situações, estabelecer e definir categorias e, conseqüentemente, estudar as estratégias de intervenção adequadas a cada caso. (WAISMAN, 2013, p. 199).

De acordo com cada uma dessas categorias, as intervenções devem ser diferenciadas. Nos grandes centros tradicionais latino-americanos, que apresentam importante herança cultural pré-hispânica e onde se observa a problemática da favelização, por exemplo, os objetivos e métodos serão diferentes daqueles para os centros históricos não consolidados, e outros ainda mais diversos para os povoados históricos, para os quais o enfoque deve ser ainda mais local. (WAISMAN, 2013, p. 199-205).

A única “receita” válida para sua compreensão [do patrimônio] e, por conseguinte, para uma intervenção adequada é adotar uma clara posição frente ao significado e ao papel que esses testemunhos históricos desempenham, e que podem chegar a desempenhar na comunidade. (WAISMAN, 2013, p. 206).

O Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão, por exemplo, além de tomar por base o Manifesto de Amsterdã (1975) e a Carta de Veneza (1964), conforme já citado, também teve como referência a Carta de Porto Alegre (1991), resultante do 1º Congresso Latino-Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística.

A Carta de Porto Alegre destacou a importância de uma ótica latino-americana para o tratamento das questões da arquitetura, do patrimônio cultural e ambiental e do desenvolvimento desses países, de maneira comprometida com o “espírito do lugar” e com o “espírito do nosso tempo”, desestimulando a substituição especulativa do patrimônio construído e estimulando o desenvolvimento de uma consciência de preservação cultural, apontando para a importância da educação patrimonial.

O conceito de patrimônio se estende hoje para a Paisagem Cultural, conceito adotado pela UNESCO desde 1992, a qual é entendida não mais como um sítio ou lugar, mas como um sistema no qual agem e interagem fatores naturais e humanos ao longo do tempo.²⁸

No Brasil, a chancela da Paisagem Cultural é um instrumento de preservação do patrimônio cultural adotado desde 2009 pelo IPHAN, quando a Paisagem Cultural Brasileira foi definida como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. (IPHAN. Paisagem Cultural. 2009, p. 13).

Assim, relações exemplares entre homem e natureza, a exemplo das tribos indígenas e as tradições da mata, do gaúcho e os pampas, dentre tantas outras, são chamadas de Paisagem Cultural.

Dessa relação surge outra característica fundamental da paisagem cultural: a ocorrência, em determinada fração territorial, do convívio entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um desses elementos isoladamente. (Portal IPHAN²⁹).

Foi nesse contexto, de uma abordagem territorial do patrimônio, que em 2012 ocorreu o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, conforme será abordado mais adiante.

²⁸ Destacamos o trabalho do Instituto Andaluz do Patrimônio Histórico – IAPH, que desenvolveu uma metodologia para a caracterização de Paisagens Culturais, bem como critérios de intervenção e ferramentas de apoio à gestão, a exemplo do Guia da Paisagem, e que tem trabalhado em parceria com o IPHAN no projeto do Parque Histórico Nacional das Missões e na formação de técnicos. Vide <http://www.iaph.es>

²⁹ Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>> Acesso em 26 abr. 2016.

2. OS VALORES DO PATRIMÔNIO DE JAGUARÃO

O acervo arquitetônico de Jaguarão, seja pelo número de exemplares ou por seu estado geral de conservação, é sem igual no Rio Grande do Sul. Apresenta diversas linguagens arquitetônicas com características que imprimem uma unidade ao conjunto de beleza ímpar, colocando o município em destaque no contexto do patrimônio cultural brasileiro.

Neste capítulo buscamos evidenciar os valores históricos, artísticos, paisagísticos e antropológicos relacionados a esse patrimônio, cujo reconhecimento popular e institucional proporcionou o desenvolvimento de uma série de ações em prol de sua preservação.

Os valores materiais, contudo, devem ser entendidos em um contexto territorial, no qual interagem os aspectos tangíveis e intangíveis desse patrimônio. Foram esses valores em interação que fundamentaram o tombamento nacional do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, bem como o estabelecimento dos critérios de intervenção para o conjunto tombado e seu entorno.

2.1. Os testemunhos históricos e os laços de fronteira

Jaguarão é um município com 28.197 habitantes (2014)³⁰, situado ao sul do Rio Grande do Sul, a cerca de 390 km da capital Porto Alegre, à margem esquerda do Rio Jaguarão, fazendo limite com a cidade uruguaia de Rio Branco (Figura 1).

O Cerro da Pólvora, o Cerro das Irmandades e o Rio Jaguarão são elementos

³⁰Dado da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, disponível em < <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Jaguar%E3o> > acesso em 15 nov. 2015.

geográficos determinantes da ocupação do território (Figura 2), inserido no contexto ambiental do bioma Pampa³¹.



Figura 1- Localização de Jaguarão (indicada pela seta).

Fonte: Google Maps. Acesso em 15 nov. 2015.

Figura 2 - Vista aérea de Jaguarão e localização dos elementos geográficos referidos.

Fonte: idem à anterior.

A história do município é marcada por fatores como o crescimento urbano influenciado pela presença militar, o relativo isolamento geográfico, a influência cultural das capitais platinas, sua posição fronteiriça, a falta de desenvolvimento industrial, seu comércio vinculado à produção agropecuária e a economia estruturada a partir do comércio de fronteira.

Outra marca na história do município foi a estagnação econômica enfrentada no século XX, o que contribuiu para a preservação das características morfológicas e arquitetônicas de seu conjunto urbano.

Jaguarão teve participação marcante nos processos de expansão da ocupação portuguesa e espanhola nas Américas e na definição das fronteiras meridionais do Brasil. As influências de seus vizinhos da região do Rio da Prata e o caráter militar da

³¹ No Brasil o bioma Pampa está restrito ao estado do Rio Grande do Sul e ocupa uma área que corresponde a 63% do território estadual. As paisagens naturais do Pampa são variadas e o bioma exibe um imenso patrimônio cultural associado à biodiversidade. Há o predomínio dos campos nativos, mas também estão presentes as matas ciliares, matas de encosta, formações arbustivas, butiazais, banhados, afloramentos rochosos, etc. Informações disponíveis em <<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>> Acesso em 28 nov. 2015.

Jaguarão ficaram definidas como uma região neutra — os Campos Neutrais — e não podiam ser ocupadas.

Assim, somente em 1789 essas terras começaram a ser concedidas sob a forma de sesmarias, como uma maneira encontrada pelos portugueses para garantir a ocupação e permanência no território, transferindo para os particulares a tarefa de ocupar e defender as terras. Com o avanço português ocorrendo dessa forma, os espanhóis estabeleceram as guardas, acampamentos militares de estrutura simples, como uma maneira de proteger territórios e favorecer novas conquistas.

A cidade de Jaguarão procede da Guarda do Cerrito, fundada em 1792 pelos castelhanos. Esse fortim foi projetado pelo alferes de fragata e cartógrafo espanhol Joaquim Gudim. No primeiro ano do século XIX os lusitanos a tomaram, e um ano após, em 1802, construíram nas proximidades a Guarda da Lagoa e do Cerrito. Em 1812, foi criada a freguesia do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão. Duas décadas depois, foi elevada a vila. Em 1855, passou à condição de cidade. (IPHAN, 2011. Dossiê de Tombamento de Jaguarão).

Em 1801 os espanhóis foram expulsos e se estabeleceram do outro lado do Rio Jaguarão, onde hoje se localiza a cidade de Rio Branco. O período que se estendeu até 1811 foi caracterizado pela diminuição das hostilidades e pela criação das condições para o desenvolvimento das atividades comerciais e pastoris.

O documento mais antigo que se conhece, fixando os limites de Jaguarão, foi elaborado por Maurício Inácio da Silveira, por Provisão Régia de 1814, oriunda do Tribunal do Desembargo do Passo, demarcando os limites da Guarda e Povoação do Cerrito, na margem setentrional do Rio Jaguarão (Figura 4).

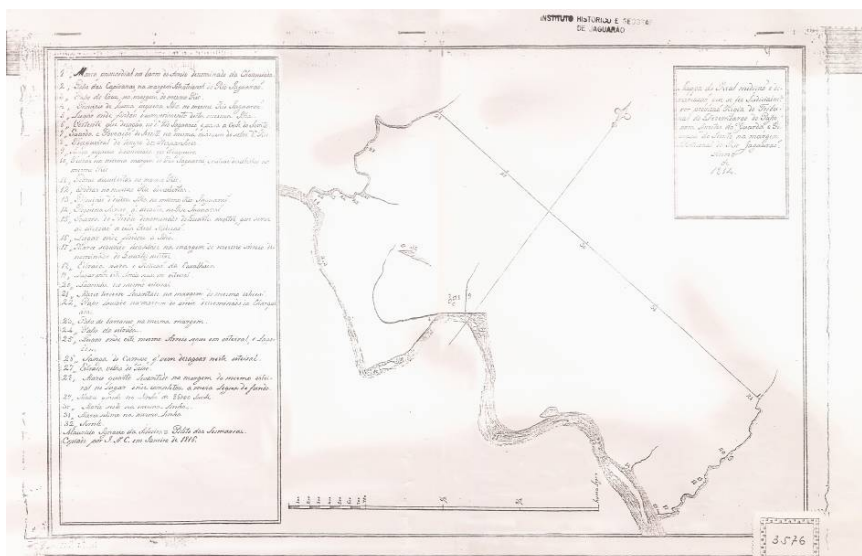


Figura 4 – Mapa da Real medição e demarcação (1814).
 Delimita o território destinado à povoação da Guarda do Cerrito,
 com meia légua de fundo a contar do Rio Jaguarão.
 Fonte: Dossiê de Tombamento de Jaguarão (IPHAN, 2011).

A primeira planta urbana é datada de 1815 (Figura 5) e representa um importante documento para os estudos urbanos de Jaguarão. A praça e o reticulado projetados por João Vieira de Carvalho, engenheiro formado pela Academia Militar de Lisboa, futuro marquês de Lajes, se mantém até os dias atuais, compondo o setor 1 (núcleo original) da atual área de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão.

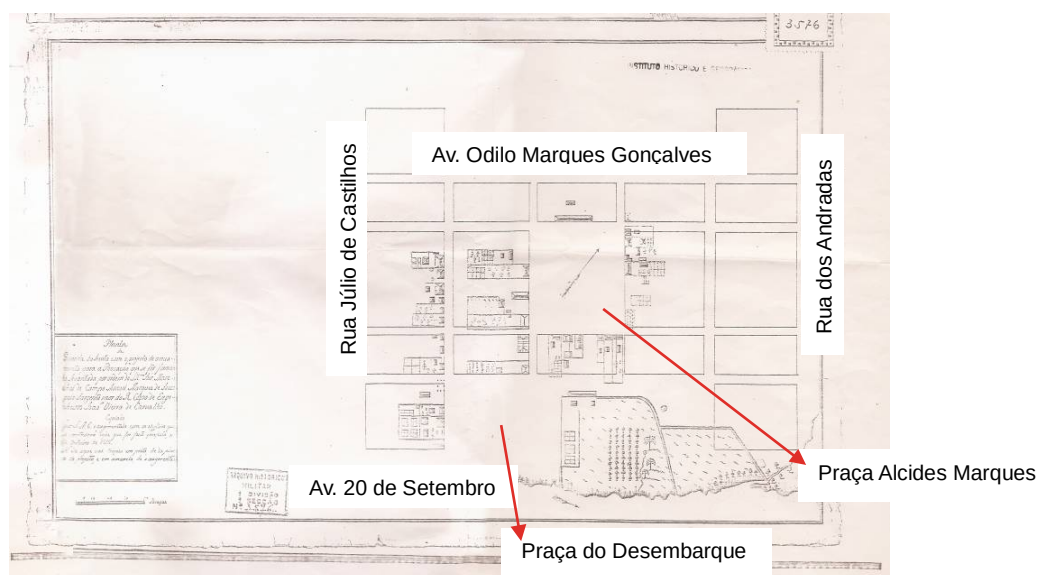


Figura 5 - Planta da Guarda do Cerrito (1815).
 Acrescida a localização de ruas e praças atuais.
 Fonte: Dossiê de Tombamento de Jaguarão – (IPHAN, 2011).

A planta é delimitada pelas atuais Rua Júlio de Castilhos e Rua dos Andradas, Avenida 20 de Setembro e Avenida Odilo Marques Gonçalves. A ocupação se concentrava nas atuais Rua XV de Novembro e Av. 27 de Janeiro e na Praça Dr. Alcides Marques, pelo alinhamento da Rua General Osório.

De 1820 a 1825 o Uruguai — Banda Oriental — foi anexado ao Brasil, com o nome de Província Cisplatina. Em 1822 ocorreu a independência política do Brasil e em 1828 a independência do Uruguai.

Jaguarão era o principal porto da região e ponto de passagem das tropas de gado na fronteira com o Uruguai. Sua economia se desenvolveu voltada para aquele país, o que criou fortes laços econômicos e culturais entre as cidades de Jaguarão e Rio Branco.

Em 1832, a Freguesia foi elevada à Vila do Espírito Santo do Cerrito (Figura 6), 12º. Município da Província de São Pedro do Rio Grande, sendo no ano seguinte criada a Câmara Municipal, contando o município com uma população de 5.457 habitantes. (OLIVEIRA e SEIBT, 1992, p. 16).

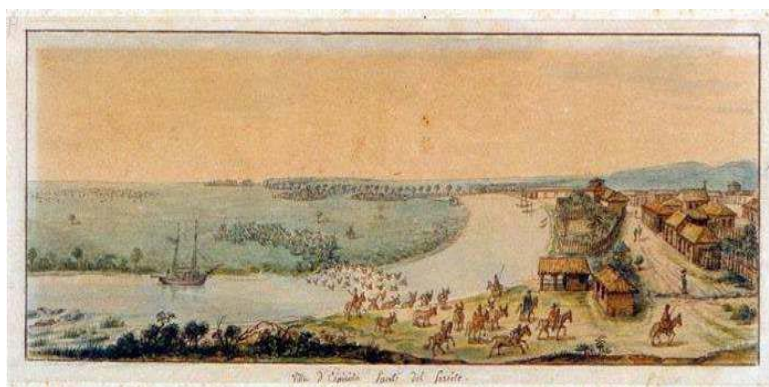


Figura 6 -Vila do Espírito Santo do Cerrito.
Aquarela de Jean Baptiste Debret, 1827.
Fonte: Dossiê de Tombamento de Jaguarão – (IPHAN, 2011).

Em 1835, inspirada na independência uruguaia, teve início a Revolução Farroupilha que buscava a independência do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil, estendendo-se até 1845, quando foi assinada a Paz de Ponche Verde. Em 1836, a

Câmara de Jaguarão foi a primeira a declarar adesão à República Rio-Grandense declarada pelos Farroupilhas.

Em 1846 foi iniciada a construção da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo. Em 1855 a Vila foi elevada à categoria de cidade, a quinta cidade da província, a qual pertenciam as Freguesias de Herval e de Arroio Grande.

O crescimento populacional e a necessidade de expansão da malha urbana levaram a Câmara Municipal a decidir, em 1872, pela retirada das antigas trincheiras existentes na rua de mesmo nome, atual Rua Odilo Marques Gonçalves (Figura 7), relacionadas à presença militar na cidade.

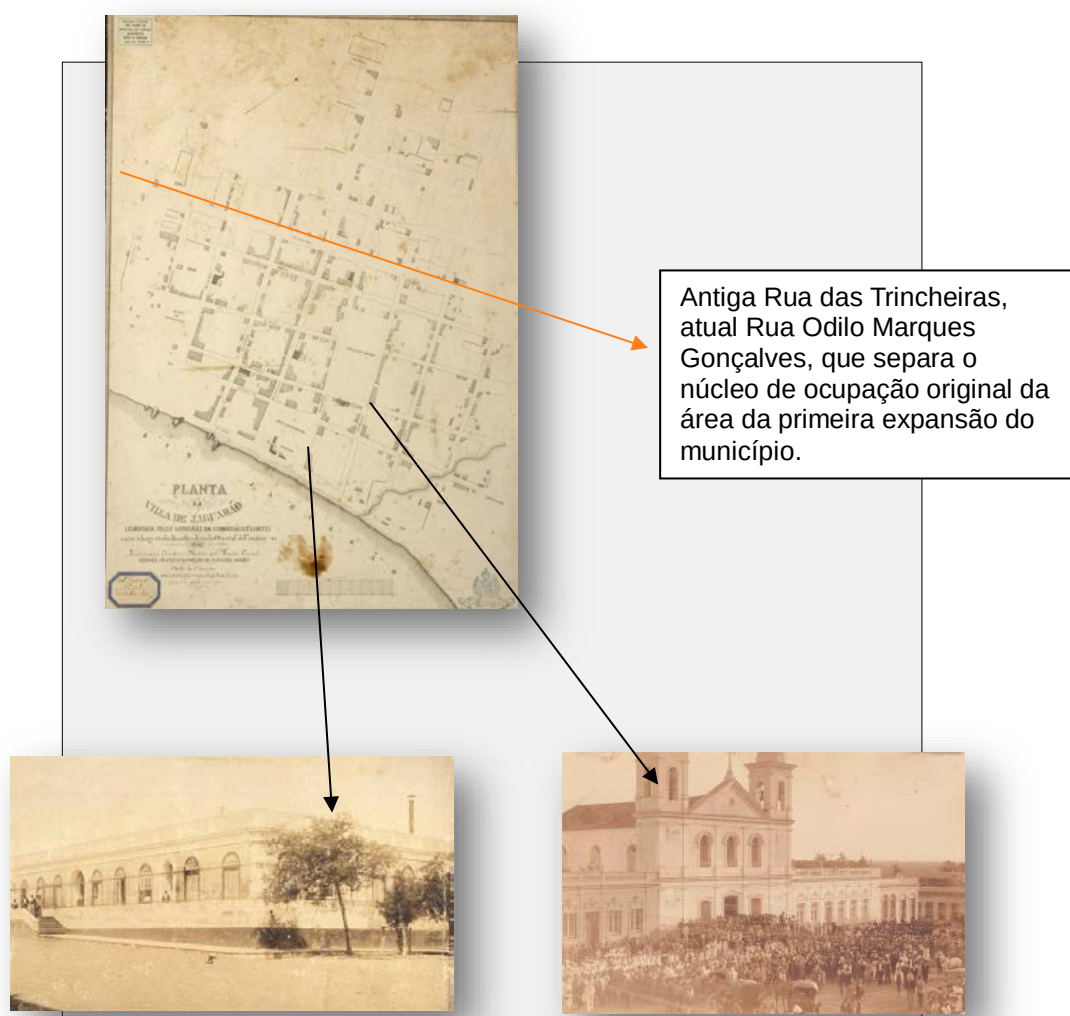


Figura 7 - Planta da Villa de Jaguarão (1854), desenhada em 1869 e fotos do Mercado Público e da Igreja Matriz (sem data). Fonte: Acervo IPHAN.

Os aterros e o fosso existentes nessa rua obstruíam a passagem e, no mesmo ano, um projeto de extensão da malha urbana foi desenvolvido, refletindo um novo momento político-militar, econômico e institucional da cidade.

A Rua das Trincheiras (Odílio Marques Gonçalves) passou a servir como marco referencial urbano, dividindo a “cidade velha”, desenhada na planta de 1815, da “cidade nova”, de 1872. Esta nova área seguia o traçado reticulado da malha antiga, mas as ruas foram modificadas, tornando-se mais largas e possibilitando o plantio de árvores em canteiros centrais, enquanto no perímetro urbano da planta de 1815 as ruas são estreitas e sem arborização. (IPHAN, 2011. Dossiê de Tombamento de Jaguarão, p. 131). (Figura 8).

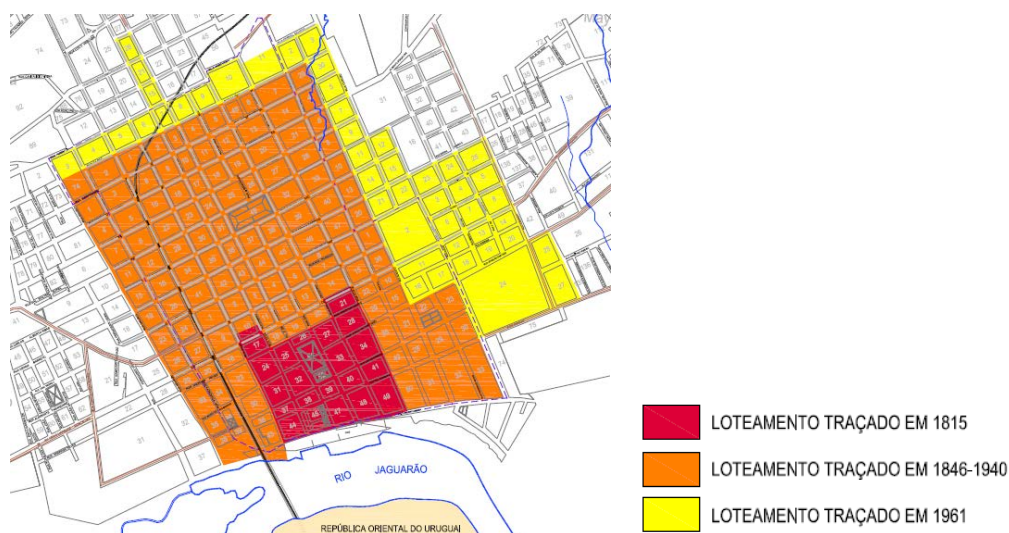


Figura 8 - Mapa de evolução do traçado urbano de Jaguarão
 Fonte: IPHAN. Dossiê de Tombamento. Prancha 6/30 – Anexo I

A construção do cais também ocorreu em 1856, à frente da Praça do Desembarque, local onde, a partir de 1864, foi construído o Mercado Público Municipal.

Os conflitos de posse, contudo, seguiam na região do Prata e em 1865 Jaguarão foi invadida pelos *blancos* uruguaios. Em relatório da Câmara Municipal, enviado no mesmo ano ao General Visconde de Bôa Vista, presidente da Província, o episódio e o prejuízo foram relatados, reclamando a punição dos criminosos e a “reparação dos graves e horrorosos atentados cometidos pelos invasores”:

Como não ignoraes, no dia 27 de Janeiro do corrente ano, foi esta cidade assaltada e repellidos os inimigos, em numero superior a 1500 homens, ao mando de Bazilio Muñoz, Thimoteo Apparicio, Angelo Muniz, João Bias e outros chefes do governo de Montevideu. O inimigo teve alguns mortos e outros feridos e a guarnição desta cidade um morto e cinco feridos [...]. Segundo o resumo da respectiva comissão de officio nomeados pelo comando da Guarnição desta cidade, além de outros factos que a decência faz calar, a soma do dano causado, pelos invasores, monta em 251:633\$555 réis, a saber: 19 escravos, 309 rezes de corte, 270 ovelhas, 2560 cavallos, (?) mulas mansas, 41 poltros, 105 eguas, e 161:875\$555 réis, valor de objetos roubados e estragados. (Apontamentos para uma Monographia de Jaguarão, 1912, p. 96-97)

Sitiada a cidade, e em desvantagem bélica, os militares jaguarenses, sob o comando do Coronel Manoel Pereira Vargas, resistiram às investidas dos uruguaiois, que acabaram recuando e partindo em retirada na noite de 27 de janeiro. O episódio rendeu ao município o título de “Cidade Heróica” e consolidou a fronteira brasileira à margem esquerda do Rio Jaguarão.

Do mesmo ano (1865) é datado o “Projecto da Fortificação para a Cidade de Jaguarão”, elaborado pelo Tenente de Estado Maior de 1ª Classe Antônio Mascarenhas Salles de Freitas, porém o mesmo nunca foi executado. (Figura 9).



Figura 9 - “Projecto da Fortificação para a Cidade de Jaguarão” (1865).
Fonte: Acervo IPHAN.

Jaguarão vivia um período de desenvolvimento econômico, cuja atividade pastoril era a base da economia da região, tendo a produção do charque um importante papel. A atividade comercial de cidade fronteira também era expressiva e a prosperidade econômica propiciava o desenvolvimento e o número crescente de construções, principalmente a partir de 1850 (Figura 10).



Figura 10 – Pintura "Jaguarão". Autor: Schneider (1880).
Fonte: Acervo IPHAN.

O tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão pelo IPHAN considerou os valores históricos de relevância nacional. Esses valores dizem respeito à definição das fronteiras meridionais do Brasil; ao caráter militar da ocupação que, junto às influências platinas definiram o traçado urbano do município; à economia do gado que reflete processos ocorridos no restante do Brasil, como a escravidão e o rápido desenvolvimento de uma elite. (IPHAN, 2011. (IPHAN, 2011. Dossiê de Tombamento de Jaguarão).

O valor histórico reside, ainda, no fato de Jaguarão apresentar testemunhos de “projetos nacionais”, a exemplo da estratégia para a segurança nas fronteiras com a presença militar e a implantação da malha férrea que, além de conectar a cidade ao restante do país, permitia a ligação entre o Brasil e o Uruguai, sendo um importante

ponto de articulação internacional. (IPHAN, 2011. (IPHAN, 2011. Dossiê de Tombamento de Jaguarão).

Os processos de ocupação e de disputas de territórios na região do Prata, além de marcarem a história e a formação do município de Jaguarão e de seu vizinho Rio Branco, no Uruguai, contribuíram também para a aproximação cultural das populações desses municípios e do Brasil com os países vizinhos.

Isso ocorreu não somente através das atividades produtivas, da economia comum da região dos pampas (Figura 11) e da paisagem rural e urbana comum, mas também através das tradições, da gastronomia e da própria língua, na medida em que tanto o português quanto o espanhol são falados corriqueiramente nas regiões de fronteira.



Figura 11 - Localização da região dos Pampas na América do Sul
Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pampa> - Acesso em 05 Mai. 2016

Como aborda Pesavento (2002, p.36) “[...] as fronteiras não podem ser apenas encaradas como marcos divisórios construídos, que representam limites e estabelecem divisões [...]. Elas também induzem a pensar na passagem, na comunicação, no diálogo e no intercâmbio”.

Esses intercâmbios fazem com que exista uma identidade no fato de ser de fronteira.

A condição de fronteira é ser ex-cêntrico, ou seja, é dada pela situação de ser borda, margem ou franja. Não estar no centro é, pois, tanto estar distante quanto ser diferente. Admitir tal condição é postular uma atitude de estranhamento, que possibilita aquilo que se convencionou chamar como sendo a melhor atitude antropológica: “ver mais longe”, colocar-se à distância e em recuo frente à situação observada para melhor enxergá-la e compreendê-la. (PESAVENTO, 2002, p. 37).

As influências culturais fizeram com que, ao longo do tempo, ao invés de dividir, a fronteira de Jaguarão/Rio Branco fosse fator de união e de criação de laços entre as comunidades vizinhas. Existe uma identidade no fato de ser de fronteira. Ser de fronteira não é ter um limite a não ultrapassar, mas ter uma perspectiva ampliada, uma possibilidade de encontros com novas pessoas, novas visões de mundo, novos conhecimentos, que passam a fazer parte de sua própria identidade.

Isso se soma ao fato de toda a região pertencer ao bioma pampa, um território que compõe uma paisagem cultural peculiar, o que fez com que os valores antropológicos relacionados a essa paisagem e à vivência de seu povo fossem considerados dentre as justificativas para o tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão.

O Centro de Interpretação do Pampa — CIP —, por exemplo, proposto para o espaço da Antiga Enfermaria Militar de Jaguarão, faz parte de um esforço de aproximação ainda maior entre os países vizinhos, bem como de valorização da cultura da região da fronteira.

Essas questões refletem a ampliação da noção de patrimônio para além do histórico, ligado a fatos memoráveis, e do artístico, ligado a excepcionalidades estéticas, abrangendo todo um patrimônio cultural imaterial, de base antropológica, cheio de significados e afetos, que envolve toda a comunidade.

2.2. A arquitetura e a paisagem

A paisagem de Jaguarão é marcada pelo desenvolvimento da cidade, por seu traçado urbano particular e por sua implantação, fatores relacionados aos elementos físicos do território, seu relevo e hidrografia e suas condições ambientais características da região dos Pampas, fundamentais para a atividade pecuária, base da economia gaúcha e uruguaia.

Destaca-se, ainda, sua arquitetura preservada que aliada às características naturais do município fazem de Jaguarão um dos conjuntos paisagísticos mais importantes do país. Esse ambiente arquitetônico se consolidou no período áureo da economia do gado no Rio Grande do Sul.

O século XIX foi um período de desenvolvimento da região sul do estado. O período compreendido entre 1870 (final da guerra do Paraguai) e 1931 (final da República Velha) foi de apogeu econômico de Pelotas, principal cidade da região, quando se deu a consolidação de seu espaço urbano, sendo implantados os melhoramentos decorrentes da industrialização e do urbanismo naquela cidade. (SANTOS, p. 7-8).

A exportação do charque possibilitou a importação de novos materiais e técnicas construtivas e dos elementos funcionais e ornamentais utilizados nos palacetes. A proximidade com os países platinos permitiu o traslado de construtores imigrantes, sobretudo italianos, que introduziram o Ecletismo historicista na região.

Desde a abertura dos portos, em 1808, através de todos os portos brasileiros entraram produtos industrializados para a construção civil, assim como muitos profissionais desse setor. Pela proximidade com Buenos Aires e Montevideo, Jaguarão recebia materiais e mão-de-obra também através desses portos, fazendo

com que a influência desses imigrantes na arquitetura da região fosse muito significativa.

Assim, em Pelotas e em Jaguarão a arquitetura adquiriu características semelhantes devido à atuação desses construtores, ainda que em Jaguarão tenha apresentado um menor grau de ostentação.

A economia da pecuária atingiu seu período áureo em Jaguarão por volta de 1870 e sua arquitetura — em especial a arquitetura eclética — ainda hoje é testemunha desse período de prosperidade econômica.

Várias são as linguagens arquitetônicas presentes no acervo arquitetônico do município, conforme descritas na Tabela Síntese das Linguagens Arquitetônicas (ANEXO B), do Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão (IPHAN, 2011).

Mesmo não representando a maioria em número de exemplares (Figura 12), a arquitetura eclética de Jaguarão é a mais expressiva e representativa em seu núcleo histórico, bem como a mais reconhecida por seus moradores e visitantes.

Predominância de linguagens		
Linguagem	Quantidade	
Luso-brasileiro	1,8%	14,6%
Eclético Século XIX	1,2%	
Eclético Século XX	5,9%	
Eclético simplificado	7,5%	
Neocolonial	0,2%	
Proto-moderno	11,8%	
Modernista	0,3%	
Indefinido	41,4%	
Popular	19,7%	
Contemporânea	6,7%	
Em Construção	1,3%	3,3%
Terrenos vazios	2,3%	
Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados coletados no levantamento de campo realizado pela equipe – janeiro 2009.		

Figura 12 - Linguagens arquitetônicas em Jaguarão
 Fonte: Dossiê de Tombamento – IPHAN – SICG - Módulo 1, p. 49

Observa-se no mapa a seguir (Figura 13), que dentro da poligonal de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, em especial no entorno da Praça Alcides Marques (Setor 1), que corresponde ao núcleo original, existe a predominância da arquitetura eclética.

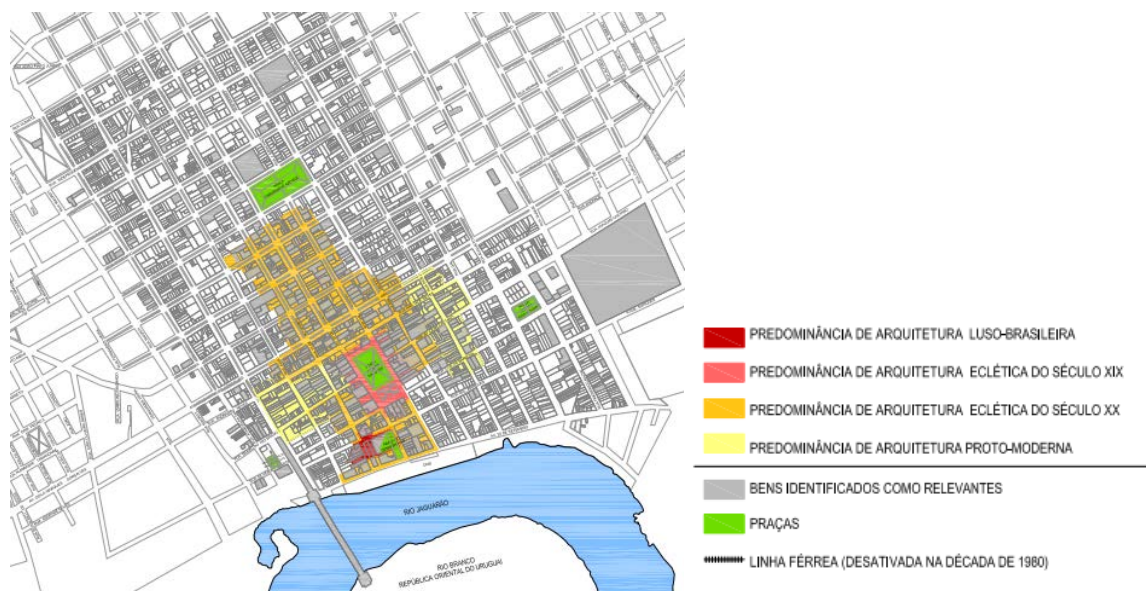


Figura 13 - Mapa de predominância das linguagens arquitetônicas na área tombada.
Fonte: Dossiê de Tombamento IPHAN - SICG - Módulo 2.

2.2.1. A arquitetura eclética de Jaguarão

O parecer técnico do IPHAN, que recomendou o tombamento nacional do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, salientou a importância da linguagem do Ecletismo na arquitetura do município:

[...] seu Centro Histórico constitui um dos conjuntos maiores e mais bem preservados do Brasil, com destaque para seu patrimônio eclético, que testemunham períodos áureos dos processos históricos que ali se desenvolveram, e que atualmente representam um potencial para o desenvolvimento sustentável da cidade, pautado em referenciais como a qualidade ambiental urbana associada à preservação do patrimônio cultural. (IPHAN, 2008. Processo 1.569-T-08. Parecer Técnico 013/2010. p. 315).

O termo “Ecletismo” tem origem na palavra grega *εκλεκτικό* (*eklektikó*) e diz

respeito a uma atitude de escolha, de seleção de coisas sem qualquer tipo de rigidez. A partir dessas escolhas, referenciadas na história, o Ecletismo foi capaz de criar uma nova arquitetura do século XIX, respondendo aos anseios dos novos tempos.

Na busca de uma arquitetura condizente com os novos tempos, usando elementos trazidos da história da arquitetura e criando novas composições, associando técnicas com os processos de concepção, o Ecletismo trouxe a modernidade para a arquitetura.

Possibilitou, ainda, a experimentação dos novos materiais e a adequação dos novos programas da sociedade industrial, trazendo ao mesmo tempo os valores arquitetônicos do passado, adaptados às novas exigências.

O Ecletismo veio atender a esses novos programas, justificando o estilo por sua eficácia funcional, sua racionalidade e sua economia, admitindo o uso de qualquer repertório histórico e de qualquer solução que fosse adequada à situação.

Apresentou, ainda, uma eficácia expressiva através de uma releitura da natureza e da tradição, de maneira a atender à necessidade de comunicação da ideologia burguesa, urbana e progressista.

A arquitetura eclética de Jaguarão está inserida no contexto de modernização das cidades da região platina e do sul do Rio Grande do Sul. A ideia de progresso requeria a urbanização. Era a nova ordem social impondo a necessidade de reestruturação espacial e arquitetônica.

Os novos programas coletivos exigiram novos instrumentos projetuais, os quais foram trazidos pelo Ecletismo e por sua racionalidade técnica e funcional.

A Estação Ferroviária de Jaguarão (Figura 14), representante do Ecletismo tardio da região, de início do século XX, com influências do *art-déco*, foi inaugurada em 1932 e é um exemplo das novas necessidades do município, estando a mesma

inserida em um projeto mais amplo, nacional, e também de articulação internacional através da malha férrea conectada com o país vizinho.



Figura 14 - Antiga Estação Ferroviária de Jaguarão
Fonte: Acervo IPHAN

Em Jaguarão, por se tratar de uma cidade de fronteira, a arquitetura sofreu a influência do Ecletismo uruguaio, a exemplo da tipologia do “cachorro sentado” (Figura 15), comumente encontrada tanto em Jaguarão quanto no país vizinho, sendo um tipo datado do período inicial da urbanização da fronteira.

Essa tipologia é uma “construção popular cuja característica principal consiste na cobertura em uma única água, cujo caimento é da frente do lote para os fundos. Por causa disso o pé-direito das peças vai diminuindo à medida que se chega aos fundos da casa.” (OLIVEIRA e SEIBT, 1992, p. 24).



Figura 15 - Tipologia “cachorro sentado”.
Fonte: IPHAN – Dossiê de Tombamento, p. 172.

Data de 1871 o primeiro Código de Posturas do município de Jaguarão, que deixava clara a preocupação com a definição das ruas através do alinhamento das edificações e com o “aformoseamento” (tornar formosa) das ruas da cidade, procurando adaptar às especificidades de Jaguarão as regras de ordem moral estabelecidas por cidades mais desenvolvidas. (MARTINS, 2001, p. 149).

O Código estabelecia também maior largura para ruas (Figura 16), acompanhando as tendências do urbanismo da época, além de princípios de salubridade, sendo então desenvolvido o projeto de extensão da malha urbana, de 1872, conforme citado anteriormente.



Figura 16 - Urbanização de Jaguarão.
Fonte: Acervo IPHAN.

Em 1875 a Câmara Municipal aprovava alterações no Código, as quais impunham uma linguagem estética para as construções, a exemplo de Pelotas, Porto Alegre, Montevideu e Buenos Aires. Assim, as construções deveriam ter pé direito mínimo de 4,84m, uso de platibanda com canal interior para receber as águas do telhado e portas em arco com um mínimo de 2,64m X 1,33m. (MARTINS, 2001, p.

155).

O novo código de 1898 procurava uma aproximação maior da cidade com o mundo moderno e um controle maior da tipologia formal, introduzindo o porão alto, definindo a altura da fachada em relação à largura da rua e proibindo terminantemente o beiral saliente do telhado. (MARTINS, 2001, p. 158). (Figura 17).

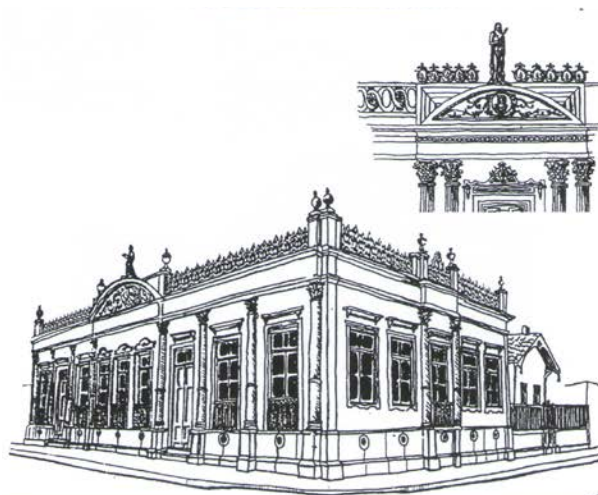


Figura 17 - Museu Dr. Carlos Barbosa.
Edifício com porão, platibanda e aberturas altas.
Fonte: OLIVEIRA e SEIBT, 1992.

De acordo com o Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão (IPHAN, 2011), a arquitetura eclética de Jaguarão no século XIX era caracterizada pela imponência.

Algumas edificações apresentam porões altos, janelas de abrir com postigo, gradis nas sacadas e portas de acesso a um hall de entrada antes do interior (paravento).

Quanto aos ornamentos e variações, aparecem diferentes tipos de platibandas (fechadas ou vazadas), elementos de linguagem neoclássica (como frontões

triangulares e colunas clássicas) ou neorrenascentistas (linhas curvas, arco pleno³², guirlandas) e ornamentos superiores como vasos, pinhas e estátuas.

A arquitetura eclética de Jaguarão fez uso de um repertório de elementos provenientes dos grandes centros, muitas vezes com a imitação de modelos: platibandas, ornamentos e frontões no coroamento; colunas e pilastras, ornatos e revestimentos, vãos com predominância da verticalidade, cunhais³³, portas entalhadas e sacadas no corpo da edificação; faixa de embasamento que pode ser o piso térreo do sobrado ou o porão, com gateiras para ventilação e iluminação. (OLIVEIRA e SEIBT, 1992).

No final do século XIX surgiram elementos de arremate dos telhados, vidros jateados com desenhos florais e portas entalhadas.

Esses elementos, oriundos do repertório histórico, facilmente catalogáveis, favorecem um método que combina elementos de arquitetura (Figura 18) e um sistema de regras compositivas.

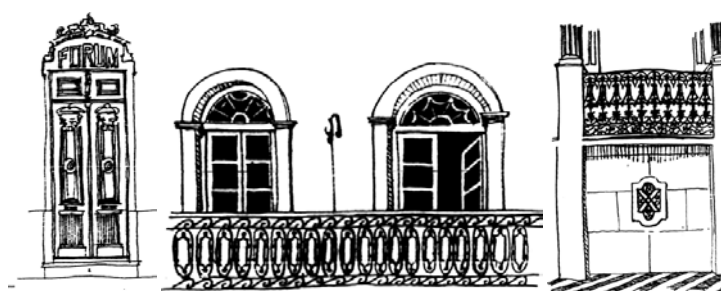


Figura 18 - Elementos de Arquitetura.
Fonte: OLIVEIRA; SEIBT, 1992.

Como exemplo desse modelo de composição temos em Jaguarão o Edifício Tiaraju (Figura 19), que pertenceu à Intendência Municipal no início do século XX,

³² Também chamado de arco romano, ou arco de volta perfeita, é o tipo de arco cuja face côncava corresponde a um semicírculo, diferente do arco abatido, por exemplo, que é achatado e cuja flecha é inferior à metade do raio.

³³ Canto externo vertical que se sobressai no encontro de paredes ou muros de edificações.

localizado na Rua XV de Novembro, n. 627, o qual mostra um conjunto importante de elementos característicos do Ecletismo.



Figura 19- Edifício Tiaraju.
Fonte: Foto da autora (2013).

A edificação apresenta uma composição tripartite clássica — com três faixas horizontais (embasamento, corpo e coroamento) — que, desde a Grécia antiga, vem influenciando a arquitetura mundial, sendo um princípio compositivo presente no *art-déco* (protomodernismo) e encontrado também em algumas obras modernistas.

O embasamento é composto pelo pavimento térreo e apresenta acabamento rusticado em argamassa, imitando alvenaria de pedra, gateiras (respiradouros) sob o piso, janelas com molduras retas e porta de madeira com bandeira³⁴ curva com duas folhas almofadadas.

O corpo apresenta sacadas corridas em ferro fundido, suspensas por cachorros (mãos-francesas), com quatro portas laterais e uma central com ornamentos diferenciados.

O coroamento é composto por uma cimalha (arremate superior composto por

³⁴ Caixilho situado na parte superior de portas ou janelas que visa uma melhor iluminação e ventilação da edificação.

cornija, friso e arquitrave), frontão³⁵ com ornamentos, pináculo central e platibanda vazada. A edificação apresenta, ainda, três faixas verticais compostas simetricamente (Figura 20).

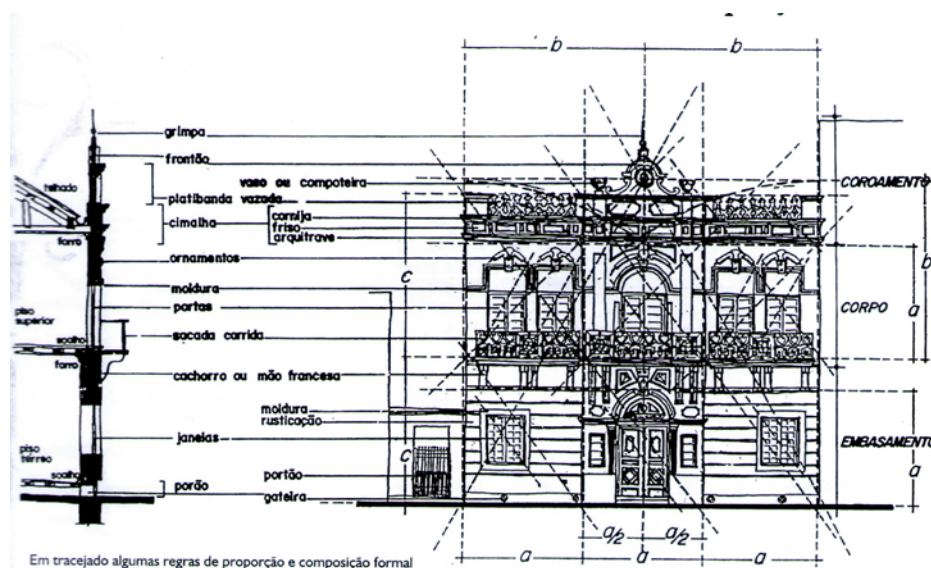


Figura 20 - Regras de Composição Formal - Sobrado

Fonte: OLIVEIRA e SEIBT, 1992

A arquitetura como composição e a subjetividade estética em oposição à objetividade da beleza clássica estão expressas em Jaguarão.

O pluralismo dos elementos é identificado nos vários exemplares existentes na cidade e a ornamentação do início do século XX, chamada de “plateresca”, que não é a rigor uma linguagem formal, mas uma ornamentação, apresenta elementos mouriscos, góticos, lombardos, franceses e florentinos, com janelas geminadas separadas por colunas salomônicas, pináculos nas platibandas, etc. (OLIVEIRA e SEIBT, 1992, p. 47).

A arquitetura eclética de Jaguarão no século XX vai sendo simplificada. Os elementos decorativos das fachadas se geometrizam e as platibandas vazadas tornam-se menos usuais. Aparecem nas fachadas elementos de linguagem *art-nouveau* (formas derivadas da natureza) (Figura 21) e *art-déco* ou protomodernista

³⁵ Parte superior da parede externa frontal da edificação, geralmente em forma triangular.

(formas geométricas). (Figura 22).



Figura 21 - Fachada com elementos *art nouveau*.

Fonte: OLIVEIRA e SEIBT, 1992

Figura 22 - Fachada com elementos *art déco*.

Fonte: Idem à anterior

Jaguarão chegou a sofrer um princípio de descaracterização da imagem da cidade, iniciada na década de 1970, em nome do progresso, acompanhando uma tendência que representou um processo complexo e pouco estudado, que fez com que muitas cidades latino-americanas tivessem sua continuidade histórica rompida.

O Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão — PRIJ — identificou os graus de descaracterização encontrados no município, conforme será mencionado posteriormente, sendo um dos poucos estudos que abordou essa temática.

Como exemplares descaracterizantes da paisagem urbana de Jaguarão temos o caso do Hotel Sinuelo, cuja edificação modernista de cinco pavimentos substituiu um valioso exemplar do ecletismo no município (Figuras 23 e 24) e as edificações das instituições bancárias, a exemplo do Banrisul (Figuras 25 e 26), do Banco do Brasil (Figuras 27 e 28) e da Caixa Federal (Figuras 29 e 30).



Figura 23 - Antigo Hotel Susini - entorno da praça central

Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de Jaguarão

Figura 24 - Hotel Sinuelo - edificado no local, inaugurado em 1970

Fonte: Idem à anterior



Figura 25 - Antiga sede do Banco Pelotense - Rua 27 de Janeiro

Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de Jaguarão

Figura 26 - Atual sede do Barrisul, edificado no local

Fonte: Idem à anterior



Figura 27 - Antiga residência que abrigou posteriormente uma pensão.

Entorno da praça central

Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de Jaguarão

Figura 28 - Atual sede do Banco do Brasil edificado no local na década de 70.

Fonte: Idem à anterior



Figura 29 - Antiga edificação onde funcionou o Café do Comércio.

Rua 27 de Janeiro - Edificação demolida após sofrer um incêndio.

Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de Jaguarão.

Figura 30 - Atual sede da Caixa Federal, construída no local.

Fonte: Idem à anterior.

A continuidade histórica pressupõe o respeito à pré-existência e à cidade como um todo que, de acordo com Waisman (2013, p. 65), em especial na parte sul da América Latina, foi prejudicada pela mentalidade presente, de menosprezo pelo passado em favor da modernidade e de tudo que, superficialmente, seja identificado como representante do progresso, processo hoje em reversão.

Contudo, os atributos históricos que possibilitaram a produção da paisagem arquitetônica de Jaguarão foram mantidos, em certa medida, pela estagnação econômica sofrida pela região durante o século XX e por restrições impostas às cidades situadas em Faixa de Fronteira³⁶, considerada como zona de segurança nacional. (RIBEIRO, 2011, p. 6).

Paradoxalmente, a manutenção desses atributos é hoje a perspectiva do desenvolvimento sustentável da cidade a partir de seu patrimônio cultural.

2.2.2. A paisagem como síntese dos valores do patrimônio de Jaguarão

A ampliação do conceito de patrimônio, que hoje engloba os elementos tangíveis e intangíveis que interagem e se constroem reciprocamente, conforme já abordado, faz com que os valores do patrimônio sejam entendidos também em um contexto mais amplo. Esse contexto é expresso no conceito de Paisagem Cultural, que diz respeito a um sistema composto por fatores naturais, materiais e humanos, em uma perspectiva histórica.

Os elementos que compõem esse sistema não podem ser entendidos de

³⁶ Faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A esse respeito ver a Lei 6634/79, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm> Acesso em 7 ago. 2016.

maneira isolada e, embora falemos em valores históricos e arquitetônicos, por exemplo, esses valores só existem em íntima relação com o território em que se apresentam e na interação do homem, de seus saberes e fazeres, suas relações sociais e econômicas, com seu meio natural e construído, sendo esse conjunto o responsável pela construção da identidade de uma comunidade.

Assim, o patrimônio de Jaguarão é o resultado da vivência de seu povo com o seu lugar e a sua história. Ou seja, a abordagem desse patrimônio deve se dar a partir de uma ótica territorial, como ocorreu quando da elaboração dos estudos para o tombamento do conjunto urbano:

[...] a partir da definição dos recortes temático e territorial, buscou-se destacar os bens representativos desses contextos. As pesquisas enfatizaram principalmente dois processos: as disputas territoriais entre Portugal e Espanha pela posse e controle do território ao sul das suas possessões na América, que após a independência das antigas colônias se estendeu para os países platinos; e o desenvolvimento de uma cultura específica em decorrência dos processos históricos ali ocorridos, que relacionam a região do sul do Brasil aos demais países da Região do Prata e, particularmente, ao Bioma Pampa, aproximando-se do conceito de Paisagem Cultural desenvolvido pelo IPHAN. (MEIRA; FINGER, 2012).

Assim, Jaguarão se insere em uma nova perspectiva para os tombamentos, onde o valor paisagístico é a síntese de uma série de valores arquitetônicos, urbanísticos, históricos, em um marco territorial.

Nota-se que os valores atribuídos aos bens, e suas consequentes inscrições em determinados Livros-Tombo, encontram relação direta com a ampliação do conceito de patrimônio.

Segundo MEIRA e FINGER (2012), os primeiros bens tombados em nível nacional no Rio Grande do Sul, em 1938 — edificações, ruínas de São Miguel, coleções e acervos — foram inscritos no Livro-Tombo das Belas Artes. Nos anos seguintes e até a década de 1970 prevaleceu o enfoque nos valores históricos, embasados na construção ideológica da história celebrativa e do enaltecimento da

figura do gaúcho.

Na década de 70 temos, ainda, o tombamento do conjunto arquitetônico dos Casarões 2, 6 e 8 da Praça Coronel Pedro Osório em Pelotas inscrito no Livro-Tombo de Belas Artes. É na década de 1980, contudo, que tem início no estado a atribuição de valores etnográficos e paisagísticos — em geral associados ao valor histórico — e a inserção de novos temas como a imigração, a arquitetura industrial e eclética, etc. (MEIRA e FINGER, 2012).

No âmbito urbano, o marco se deu com o tombamento de Antônio Prado, com 47 edificações representativas da imigração italiana, ocorrido em 1990, tendo sido reconhecido o valor etnográfico e paisagístico do conjunto, além de seu valor histórico. (MEIRA e FINGER, 2012).

Nos anos de 2003 e de 2006 foram tombados como conjuntos urbanos, respectivamente, o Sítio Histórico das Praças da Matriz e da Alfândega em Porto Alegre e o Conjunto Histórico da Vila de Santo Amaro em General Câmara, contudo, reconhecidos apenas por seus valores históricos.

Na década de 2010, porém:

Já inserido nas políticas de abordagem territorial e de ampliação conceitual, sobretudo quanto à preservação de paisagens culturais, o IPHAN realizou o tombamento do Núcleo Urbano de Santa Tereza. Além de seu valor histórico, como porto de chegada dos imigrantes italianos no século XIX à região, foi valorizada sua inserção peculiar na paisagem da serra gaúcha. [...] Mais recentemente, a proteção do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão avançou ainda mais na abordagem territorial, a partir de um amplo estudo que pesquisou a ocupação da fronteira platina, a partir do qual foram escolhidos os bens representativos. (MEIRA e FINGER, 2012).

Os valores que justificaram o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, relacionados aos aspectos históricos, paisagísticos e antropológicos do município, foram abordados amplamente no dossiê e em outros documentos constantes do processo de tombamento.

Dentre esses documentos, destacamos o parecer técnico nº. 013/2010³⁷ (ANEXO C), elaborado pela arquiteta Anna Finger, do Departamento de Patrimônio Material do IPHAN — DEPAM, que participou amplamente de todas as etapas do processo, e o parecer³⁸ do Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès (ANEXO D).

Salientamos também que, apesar dessa nova conceituação e perspectiva para o patrimônio, falta ainda a real apropriação do mesmo pela comunidade afetada por ele. Apesar das ações que vêm sendo empreendidas no município desde a década de 1980, conforme será abordado a seguir, esse empoderamento é um processo contínuo, que enfrenta dificuldades, já que o valor econômico do patrimônio material acaba, em geral, por prevalecer, atendendo aos interesses de uma pequena parcela da população.

Disso advém a importância da transversalidade das políticas públicas para o patrimônio, visando a uma real conservação integrada; da destinação de uso para as edificações públicas que atenda aos interesses da comunidade; da realização de oficinas contratadas junto às obras de restauração, que visem à disseminação dos saberes e das técnicas tradicionais; da promoção das festividades e dos fazeres populares; das atividades de educação patrimonial e do processo participativo na gestão do patrimônio.

³⁷ Parecer Técnico n. 013/2010. (IPHAN. Processo n. 1569-T-08. Folhas 315 a 322).

³⁸ Parecer submetido e aprovado pelo Pleno do Conselho na 67ª. Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em 3 de maio de 2011. (IPHAN. Processo n. 1569-T-08. Folhas 389 a 396).

3. A TRAJETÓRIA E OS OBSTÁCULOS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE JAGUARÃO

Os testemunhos histórico-culturais expressos no patrimônio de Jaguarão e reconhecidos pelos sujeitos afetados por ele possibilitaram uma série de ações de preservação no município, empreendidas desde a década de 1980, culminando com o tombamento nacional do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, o que possibilitou, mais recentemente, a inscrição do município no Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas.

Contudo, observa-se que apesar de todos esses esforços e avanços, muitos obstáculos foram encontrados nessa trajetória e ainda hoje estão presentes no que diz respeito à preservação no município.

Este capítulo faz uma revisão dessas ações e busca identificar esses obstáculos, bem como avaliar os critérios de intervenção estabelecidos com o tombamento do conjunto urbano, verificando a conexão dos mesmos com os valores que o motivaram e os dificultadores para sua efetiva aplicação.

3.1. A trajetória antes do tombamento do conjunto urbano

O Projeto Jaguar, proposto em 1982 pelos então acadêmicos de arquitetura Valdo Dutra Nunes e Jorge Arismendi Garcia, com o apoio da Prefeitura Municipal de Jaguarão, pretendia abranger, além do patrimônio material arquitetônico, aspectos intangíveis do patrimônio, sob uma ótica integrada.

A proposta era criar um movimento que envolvesse a comunidade, incentivando sua capacidade de manifestação e seu engajamento político. A abrangência econômica, política e cultural objetivava desde o desenvolvimento do artesanato

regional, até a criação de um *camping* municipal, não só como atrativo turístico, mas como possibilidade de geração de trabalho e renda e de melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Buscava-se também a valorização da memória comunitária e de seu acervo cultural, assim como o desenvolvimento de atividades artístico-culturais com a integração de crianças carentes e a transformação de Jaguarão em polo cultural e turístico. A questão da preservação da paisagem e do meio ambiente, ainda pouco discutida à época, também estavam presentes nas proposições do Projeto Jaguar.

No que tange ao patrimônio material, ações importantes foram propostas e efetivamente realizadas, garantindo um salto de qualidade na história da preservação no município. Existia a preocupação com a conservação e manutenção das características das construções e com o estabelecimento de um serviço municipal para orientação relativa a essa manutenção (pintura, caracteres genuínos, etc.). (NUNES e GARCIA, 1982, p. 1).

Outro foco estava na preservação das ruínas da Enfermaria Militar, “prova da função militar que a cidade já estabeleceu; preservando também a paisagem a serviço da cidade onde está assentada a ruína”. (NUNES e GARCIA, 1982, p. 4).

Um importante objetivo do projeto foi alcançado em 1988, com a edição do Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão — IPACJ, realizado em convênio firmado entre a Prefeitura Municipal e a Fundação Nacional Pró-Memória/SPHAN — 10^a. D. R., e publicado pela Universidade Federal de Pelotas — UFPEL.

A equipe que realizou o inventário, em sua maioria acadêmicos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPEL, foi coordenada pela professora arquiteta Ana Lúcia Costa de Oliveira, responsável pela organização do Inventário, junto com o

acadêmico, à época, Maurício Borges Seibt.

O IPACJ, com cerca de 600 fichas, contém o cadastro de prédios do patrimônio arquitetônico urbano de Jaguarão, com dados gerais, fotos, informações sobre a ambiência de cada bem, aspectos arquitetônicos e informações históricas.

O cadastro dessas edificações visava reunir elementos “com a finalidade de serem retiradas medidas de intervenções, segundo critérios de preservação, sem prejudicar o desenvolvimento da cidade”. (OLIVEIRA e SEIBT, 1988, p. 75).

Para realizar o inventário, a cidade foi dividida em setores, de acordo com sua evolução urbana. A partir desse inventário, as diversas linguagens formais existentes na arquitetura do município foram identificadas.

Tornava-se necessária a criação das Zonas de Preservação Histórica e Arquitetônica (ZPHAs) e de uma legislação urbanística do município que estabelecesse os critérios de intervenção para essas áreas. (OLIVEIRA e SEIBT, 1988, p. 82). Essa legislação viria a ser publicada somente em 2007, como parte integrante do Plano Diretor Participativo de Jaguarão de 2006.

O IPACJ foi um instrumento fundamental na preservação do patrimônio do município e serviu de base para estudos posteriores, sendo dado destaque à importância da participação cidadã e à abordagem da conservação de maneira integrada, fazendo referência ao Manifesto de Amsterdã de 1975. (OLIVEIRA e SEIBT, 1988, p. 82).

O Projeto Jaguar não foi só um trabalho técnico. Representou um grande movimento no município, tendo sido a primeira iniciativa de grande significado e abrangência, contando com o envolvimento da população local, aglutinando corações e mentes e desenvolvendo ações culturais importantes, a exemplo das “Vigílias Musicais” nas ruínas da Enfermaria Militar, que ficaram marcadas na memória da

população.

Porém, observamos que, ainda que tenha havido esse grande envolvimento da população, o real empoderamento ou apropriação desse patrimônio pelos jaguarenses não ocorreu de fato (como não ocorre até hoje) na medida em que o movimento acabou por não alcançar a dimensão econômica e política pretendida.

O desenvolvimento do artesanato local e a criação do *camping* municipal, por exemplo, não foram levados à cabo e as correlações de força existentes na economia local não foram alteradas. Nem mesmo as possibilidades de geração de renda a partir da valorização do patrimônio foram ampliadas.

Conforme já abordado, o espaço urbano é um território político e esse empoderamento não se dá a partir de um só movimento. É um processo que envolve uma conscientização contínua, o interesse das instâncias governamentais e a promoção das atividades econômicas voltadas para os interesses da comunidade.

Contudo, chamando a atenção para o patrimônio, o Projeto Jaguar se tornou uma referência para outras ações de preservação no município, corroborando a ideia de que o patrimônio material cumpre seu papel de suporte de memória, sendo reconhecido por seu significado e por representar parte de uma história individual e coletiva.

Outra referência na preservação do patrimônio do município foi o já citado Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão — PRIJ, desenvolvido em 1992 em uma parceria firmada entre a Universidade Federal de Pelotas e a Prefeitura Municipal de Jaguarão. O PRIJ contou com o trabalho intenso de estudantes de arquitetura e de arte, também sob a coordenação da professora arquiteta Ana Lúcia Costa de Oliveira.

Buscando a revitalização da cidade como um todo, e a preservação da paisagem urbana e do patrimônio cultural de maneira abrangente e integrada, o PRIJ

formatou as bases para uma política de preservação no município, que seria desenvolvida no decorrer dos anos subsequentes.

Além das referências da Carta de Veneza (1964), do Manifesto de Amsterdã (1975) e da Carta de Porto Alegre (1991), o PRIJ também tomou por base as ideias propostas do Programa de Revitalização de Núcleos Históricos — PRNH, desenvolvido na década de 1980 pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — SPHAN, que enfatizava a necessidade de preservação do conjunto, e não dos monumentos de maneira isolada, como fator de promoção do desenvolvimento urbano integrado.

O PRIJ fez uso do conceito de “Patrimônio Ambiental Urbano”, cunhado pelo professor Júlio de Curtis:

[...] além de fato físico, caracterizado pelo conjunto de bens materiais, o Patrimônio Ambiental Urbano é, também, fato social, na medida em que, produto de sociedade específica, ele se qualifica pelo modo de produção e utilização desta mesma sociedade. Produção que poderá ser comunitária ou especulativa e utilização que se tornará democrática ou restritiva. (CURTIS, 1980).

Assim, a ideia de Patrimônio Ambiental Urbano não está restrita aos aspectos materiais dos bens e só pode ser compreendida em uma abordagem que o inter-relaciona com a sociedade que o produziu.

O PRIJ enfatizou, ainda, a relação existente entre os instrumentos urbanísticos e a preservação e destacou que a regulamentação e a preservação das características tipológicas e das linguagens formais das edificações são importantes para a qualidade do espaço urbano, garantindo a função social da propriedade.

Considerando que o significado histórico-cultural de um bem arquitetônico está relacionado à sua contextualização histórica, à sua característica tipológica (partido arquitetônico) e à sua linguagem formal (estilo, elementos formais, ornamentos), e que é a sincronia entre esses fatores que determina o valor cultural de um bem e a

alinhado com a proposta de preservação da paisagem urbana e de integração entre as novas edificações e o existente, além de ressaltar a importância da participação da comunidade nessas decisões.

Os instrumentos urbanísticos estabelecidos pelo PRIJ foram importantes para o controle da imagem da cidade que, mesmo apresentando descaracterizações, mantém as características de alinhamento predial e horizontalidade, em geral com edificações de até dois pavimentos. O estabelecimento de posturas de construções também contribuiu para a homogeneidade do conjunto, principalmente no que diz respeito à volumetria.

Os graus de descaracterização das edificações (Figura 32) foram identificados através da análise das características tipológicas e das linguagens formais das mesmas. As descaracterizações foram estabelecidas em comparação com uma construção íntegra, conforme código de posturas de 1898.

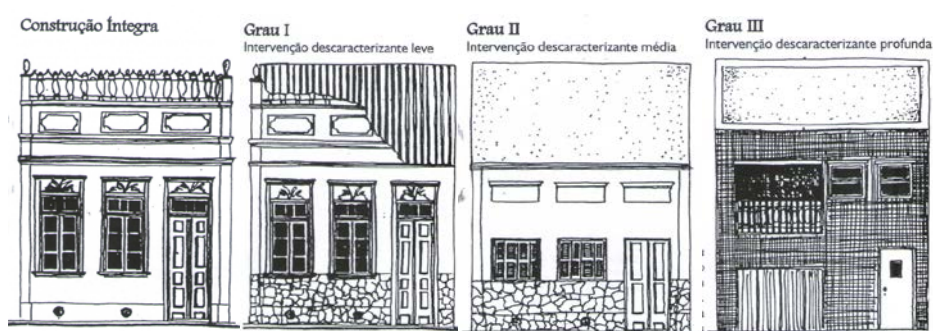


Figura 32 – Graus de descaracterização das edificações
Fonte: OLIVEIRA e SEIBT, 1992, p. 67-68

A descaracterização das edificações de interesse cultural ainda hoje é um tema pouco estudado e o PRIJ foi pioneiro no Brasil em abordar essa questão.

A interpretação dessas descaracterizações, de acordo com o PRIJ, deveria ficar a cargo do Núcleo Técnico (proposto como órgão vinculado à Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Jaguarão), a partir da análise das características tipológicas e

linguagens formais da edificação. (OLIVEIRA e SEIBT, 1992, p. 66). De acordo com o grau de descaracterização, as intervenções deveriam seguir critérios específicos estabelecidos pelo PRIJ.

Considerando que os antigos Códigos de Posturas de Jaguarão (os principais foram os de 1871, 1898 e 1948) haviam sido abandonados, o que ocasionou descaracterizações das edificações (OLIVEIRA e SEIBT, 1992, p. 70), o PRIJ estabeleceu as “Posturas das Construções”, visando a regulamentação em relação à volumetria, composição e relação das edificações com a paisagem urbana.

Os preceitos compositivos propostos pelo PRIJ foram baseados nesses Códigos de Posturas, não permitindo construções de novas edificações que descaracterizassem os limites do quarteirão em que se inserissem, rompendo linhas de composição ou a volumetria do entorno.

Os critérios de intervenção adotados com o tombamento do conjunto seguiram, em grande parte, os princípios do PRIJ, conforme será mencionado posteriormente.

Participar da construção da memória da cidade, entender a necessidade de ações integradas e participativas, fornecer um norte àqueles que se dedicam à preservação e que se deparam com questões de difíceis soluções, tendo em vista os aspectos subjetivos do patrimônio, foram tarefas do PRIJ.

O Programa propôs um plano de atividades que, entendendo a cidade como um organismo vivo, buscou sua revitalização a partir de seu potencial histórico, artístico, ambiental, cultural e humano, sendo fundamental para ações desenvolvidas posteriormente, servindo de base para o Plano Diretor do município e para os estudos que levaram ao tombamento do conjunto.

O Plano Diretor Participativo de Jaguarão — PDPJ³⁹, de 2006, fez uso dos

³⁹ Instituído pela Lei Complementar nº 07, de 28 de novembro de 2006. Essa lei revogou a Lei nº 1.226 de 21 de setembro de 1979, que aprovara o antigo Plano Diretor de Jaguarão, e estabeleceu a

instrumentos urbanísticos e das Zonas de Preservação propostas pelo PRIJ.

[...] a *Zona de Preservação Histórica Arquitetônica* contempla além do núcleo original da cidade, o núcleo de expansão do final do século XIX e determinadas áreas que possuam referências históricas, todas embasadas na análise dos módulos constantes no Inventário do Patrimônio Arquitetônico. A *Zona de Preservação Histórica Natural* abrange áreas físicas, com ou sem vegetações relevantes, que formam as principais vistas da cidade, os locais de contemplação mais importantes e os espaços que representam as áreas verdes necessárias quando do desenvolvimento da cidade. (OLIVEIRA e SEIBT, 1992, p. 62).

A Lei nº 4.682, de 19 de dezembro de 2007, instituiu a Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Turístico de Jaguarão — PPHAT como parte integrante do Plano Diretor Participativo de Jaguarão. O artigo 3 da lei esclarece que a mesma teve como base o PRIJ e alguns dos objetivos estabelecidos pelo Projeto Jaguar. A PPHAT visa promover a preservação do patrimônio, compatibilizando-o com o uso e a ocupação do solo e utilizando-se de incentivos fiscais, de ações de educação patrimonial nas escolas, etc.

Como instrumentos urbanísticos, além do zoneamento, a Lei PPHAT definiu o regime de uso do solo, estabelecendo atividades de acordo com cada zona, e definiu os índices urbanísticos, regulamentando a intensidade construtiva e visando manter as linhas predominantes em cada quarteirão (altura e alinhamento), além de não permitir balanços e marquises.⁴⁰

Quanto aos critérios de intervenção nas zonas de preservação, visando harmonizar as intervenções e/ou novas construções em áreas históricas com o patrimônio existente e a paisagem urbana local, a lei se reporta ao PRIJ, visando especialmente a manutenção das características tipológicas das edificações.

aplicação da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 — Estatuto da Cidade. De acordo com o artigo 40 do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, devendo ser revisado, pelo menos, a cada dez anos. Assim, 2016 é o ano de revisão do Plano Diretor do município de Jaguarão.

⁴⁰ A definição de usos e índices urbanísticos estão descritos na tabela disponível em <<http://www.jaguarao.rs.gov.br/wp-content/uploads/2013/04/13-Tabela-de-%C3%8Dndices-Urban%C3%ADsticos-FINAL1.pdf>> Acesso em 25 mar 2016.

De acordo com a Lei PPHAT — com base nas posturas estabelecidas no PRIJ — para a pintura de fachadas é preciso observar a harmonia do conjunto e os padrões originais. Quanto aos revestimentos, devem ser mantidos os padrões originais e, no caso de novas edificações, devem ser utilizados revestimentos que não entrem em desarmonia com o conjunto existente. Quanto ao fechamento ou abertura de vãos, deve-se observar a manutenção da proporção.

Todas essas questões foram reforçadas com o tombamento do conjunto, através da análise da “face de quadra” estabelecida no mesmo, que será abordada posteriormente.

Na Lei PPHAT os critérios de planejamento para intervenções urbanas e a adoção de incentivos fiscais visando à promoção da conservação e restauração de imóveis inventariados, também tomaram por base as propostas do PRIJ.

3.2. O tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão

O tombamento nacional do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão foi um marco na preservação do patrimônio do município.

Através do Processo n. 1569-T-08, aberto pelo IPHAN em 2008, foi viabilizada sua inscrição, em dezembro de 2012, no Livro do Tombo⁴¹ Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, bem como no Livro do Tombo Histórico, reforçando o destaque do município no contexto do patrimônio cultural brasileiro, tratando-se do maior

⁴¹ O tombamento é o instrumento jurídico criado pelo Decreto-lei 25/1937 para a proteção do patrimônio cultural brasileiro. O IPHAN possui quatro Livros do Tombo para inscrição de bens materiais: o Histórico; o de Belas Artes; o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o de Artes Aplicadas. A expressão Tombamento e Livro de Tombo provém do Direito Português, onde a palavra tomar tem o sentido de registrar, inventariar inscrever bens nos arquivos do Reino. Tal inventário era inscrito em livro próprio que era guardado na Torre do Tombo, a torre albarrã, do castelo de São Jorge, em Lisboa, Portugal.

tombamento no Rio Grande do Sul em número de exemplares.

Jaguarão compartilha, ainda, com a cidade uruguaia de Rio Branco, do primeiro bem binacional tombado: a Ponte Internacional Mauá, edificada no início do século XX, entre 1927 e 1930, sendo a primeira iniciativa de união entre Brasil e Uruguai no contexto das tensões sul-americanas. (Figuras 33 e 34).



Figura 33 - Ponte Internacional Mauá em construção (1928).

Fonte: Acervo IPHAN.

Figura 34 - Construção das torres da alfândega brasileira (s/data).

Fonte: Idem à anterior.

A construção da ponte foi financiada pelo Uruguai, tendo em vista uma dívida contraída com o Brasil durante a Guerra do Prata (1851-1852).

Planejada visando a aproximação política entre os dois países, bem como para facilitar o comércio entre os mesmos, a Ponte Mauá proporcionou a conexão da rede férrea do Rio Grande do Sul ao porto de Montevideo, ainda que as bitolas diferentes dos trilhos dos dois países, por questões de segurança, obrigassem a baldeação de passageiros e cargas na fronteira.

Esse é o único bem tombado isoladamente em Jaguarão em nível federal. Seu tombamento se deu através do Processo n. 1570-T-09, aberto pelo IPHAN em 2009, sendo que a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo de Artes Aplicadas ocorreu em setembro de 2012. É também o primeiro bem reconhecido como Patrimônio Cultural do

Mercosul. (Figuras 35 e 36).



Figura 35 - Ponte Internacional Mauá.

Fonte: Acervo IPHAN.

Figura 36 - Torres neocoloniais da Ponte Mauá.

Fonte: idem à anterior.

Em nível estadual, cinco bens são tombados individualmente no município: as ruínas da antiga Enfermaria Militar, o Mercado Público Municipal, o Teatro Esperança, o Antigo Fórum e a sede do Clube 24 de Agosto.

Dentre os primeiros documentos do processo de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão — folhas 5 a 98 — existe uma cópia do Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão — PRIJ, tendo em vista sua importância para o início das reflexões técnicas a respeito do conjunto de Jaguarão e, conseqüentemente, para a instrução do processo de tombamento, iniciado por solicitação do município.

A base para o tombamento, contudo, foi o Dossiê de Tombamento⁴², o qual fundamentou a proposta de tombamento do conjunto em nível nacional, bem como da Ponte Internacional Mauá, utilizando-se da metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão — SICG, desenvolvida pelo IPHAN.

O SICG é uma ferramenta de caráter federativo, com foco nos bens de natureza material, desenvolvida para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, visando

⁴² Disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/sigwebjaguarao/files/2014/09/Dossi%C3%AA-Tombamento-Jaguar%C3%A3o.pdf>> Acesso em 19 dez. 2015.

possibilitar a todos os interessados, através da internet⁴³, a troca de informações e o acesso aos dados.

O SICG reúne em base única informações sobre cidades históricas, edificações, bens móveis e integrados, paisagens, patrimônio ferroviário, bens arqueológicos, dentre outros, tudo segmentado por categoria e natureza do bem.

Pretende-se com o SICG formar um cadastro unificado dos bens culturais e uma cartografia do patrimônio cultural. Todos os bens serão georreferenciados e classificados conforme a categoria e recorte temático e territorial dos estudos.

O SICG propõe uma metodologia única de documentação e inventário de bens culturais e é constituído por um conjunto de fichas que estão classificadas em três módulos: “Conhecimento”, “Gestão” e “Cadastro”⁴⁴.

Essa metodologia visa uma ampla abordagem do patrimônio cultural material brasileiro, com diversos recortes que partem das informações gerais para as específicas, permitindo também a utilização de outras metodologias, a exemplo do Inventário Nacional de Referências Culturais — INRC, voltado para a identificação do patrimônio imaterial brasileiro, o que possibilita a complementação das informações.

Durante o ano de 2009, uma equipe contratada pelo IPHAN, coordenada pela arquiteta e urbanista Simone R. Neutzling, com a participação de Carlos Alberto A. Santos, doutor em conservação e restauro, da arquiteta e urbanista Ester Judite B. Gutierrez, doutora em história, e da historiadora, mestranda em ciências sociais à época, Cláudia Daiane G. Molet, desenvolveu um extenso trabalho, utilizando-se da metodologia do SICG, que viria a possibilitar a elaboração do Dossiê de Tombamento.

⁴³ Em fase de cadastramento pelo IPHAN dos bens tombados em nível nacional, porém já disponível em <<http://sicg.iphan.gov.br/sicg/pesquisarBem>> Acesso em 28 out. 2016

⁴⁴ O Manual de Aplicação do SICG com as respectivas fichas estão disponíveis em <http://www.iepro.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/01/anexo_II_sistema_integrado_de_conhecimento_e_gestao_sicg.pdf> Acesso em 25 nov. 2015.

O Dossiê foi organizado pela arquiteta Anna Finger, do Departamento de Patrimônio Material — DEPAM — do IPHAN, e revisado pela arquiteta Ana Lúcia Meira, Superintendente do IPHAN-RS à época, tendo sido finalizado em fevereiro de 2011, embasando a proposta de tombamento e tendo sido anexado ao Processo IPHAN n. 1569-T-08.

Através do módulo de “Conhecimento” do SICG foi desenvolvido um amplo estudo sobre a fronteira platina do Brasil, desde as lutas pela conquista do território, até a estruturação do território rio-grandense, passando pela caracterização socioambiental da Campanha e do sul do estado.

Esse estudo permitiu que as informações sobre Jaguarão fossem apresentadas a partir de um enfoque amplo e contextualizado nos processos de formação política e social do sul do Brasil e das relações com os países vizinhos, em especial o Uruguai. O recorte temático do estudo foi o processo de ocupação da Região Platina e o recorte territorial foi a fronteira meridional do Brasil.

A abrangência desse enfoque possibilita que, a partir desses estudos, o IPHAN possa estender a proteção para outros conjuntos, como o de Bagé, Pelotas e Rio Grande, assim como “[...] de uma série de estâncias, fortes, charqueadas e outros bens, entendidos como parte de um sistema inter-relacionado que materializam a história da região [...]”. (IPHAN, 2011. Dossiê de Tombamento de Jaguarão, p. 6).

O Dossiê de Tombamento abrangeu uma análise ampla sobre a formação e o desenvolvimento de Jaguarão, sua estruturação urbana e suas características morfológicas e tipológicas, além das dinâmicas socioeconômicas do município e da caracterização de seu acervo arquitetônico e urbanístico.

Através do módulo de Cadastro do SICG foram inventariadas mais de seiscentas edificações de destaque que compõem o conjunto e através do módulo de

Gestão foi possível identificar as áreas a serem tombadas e as respectivas áreas de entorno, incluindo a caracterização e as diretrizes de cada setor, possibilitando a elaboração da proposta de tombamento nacional.

No que diz respeito à gestão do patrimônio de Jaguarão, a partir da metodologia do SICG foi estabelecida a caracterização de cada setor e demonstrada a diferenciação entre eles, tanto no que diz respeito à ocupação, quanto no que diz respeito à preservação e apropriação, sendo possível, com isso, o estabelecimento de diretrizes para cada setor, conforme será visto a seguir.

3.2.1. As diretrizes de intervenção

A partir dos estudos desenvolvidos para o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, quatro setores foram estabelecidos na área de tombamento, considerados “zonas de proteção rigorosa”, que mantêm preservada a leitura de continuidade do conjunto urbano, apresentando um número significativo de bens de interesse cultural, e outros seis setores na área de entorno, considerados “zonas de proteção complementar”, que apresentam rupturas na leitura de continuidade do conjunto urbano e uma concentração menor de bens de interesse cultural (Figura 37).

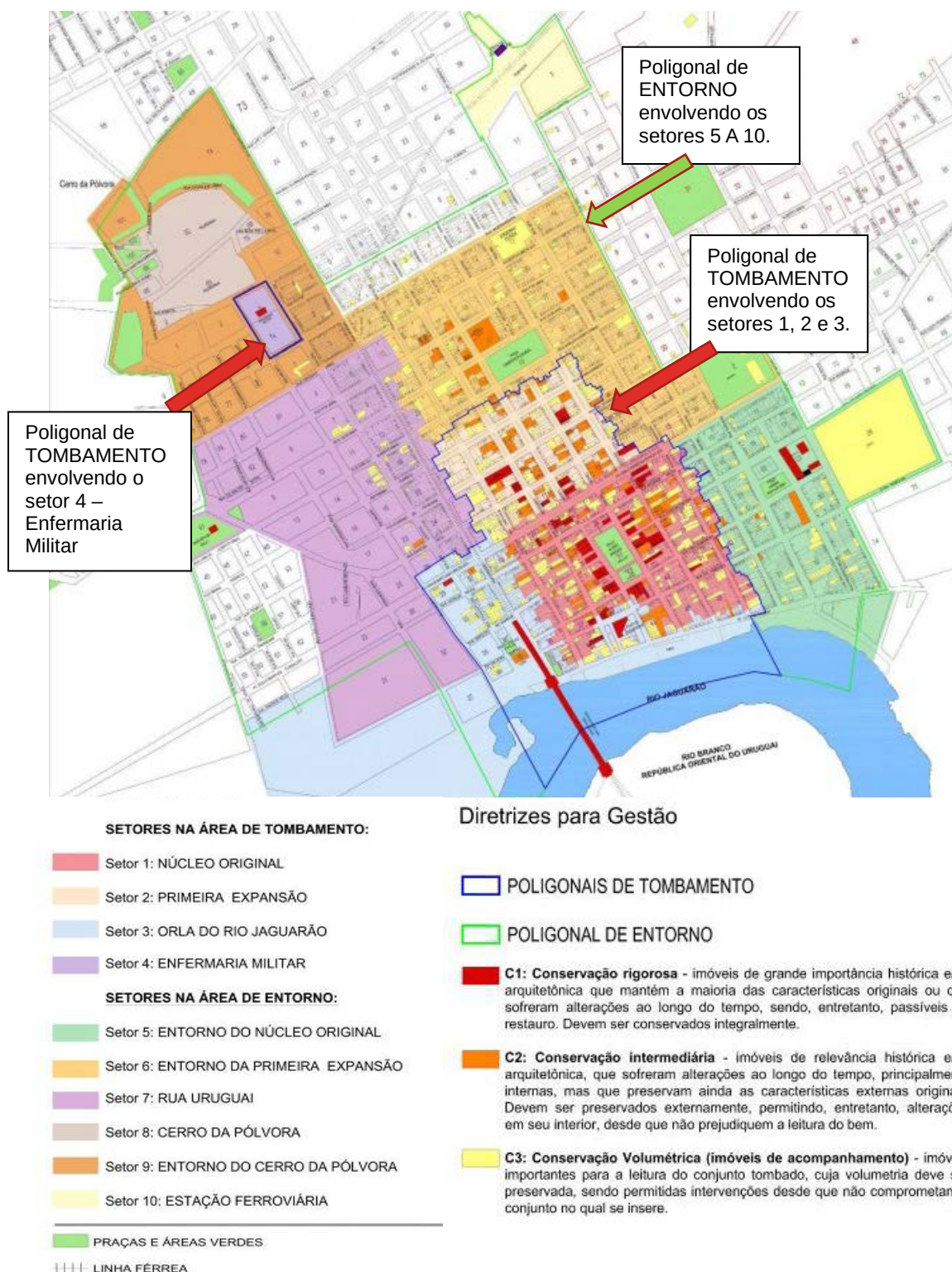


Figura 37 - Mapa Síntese - Diretrizes para Gestão - Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão.
Fonte: Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, p. 221.

O Mapa Síntese (Figura 37) demarca os setores referidos, assim como as edificações de interesse cultural, que totalizam 627 bens. Foram todos inventariados,

cadastrados no SICG e classificados de acordo com o tipo de conservação (rigorosa, intermediária ou volumétrica) estabelecido em função do grau de descaracterização de cada um deles, não ficando mais a interpretação a cargo do Núcleo Técnico, conforme proposto no PRIJ.

Nesse inventário foram identificados o estado de preservação (íntegro, pouco alterado, muito alterado ou descaracterizado) e o estado de conservação (bom, precário, em arruinamento ou arruinado), dentre outras informações relativas a cada uma das edificações.

Na área de tombamento, o Setor 1 corresponde ao Núcleo Original, sendo a área mais antiga da cidade, mantendo o princípio regulador viário remanescente do projeto de 1815, onde se encontram vários casarões ecléticos dos séculos XIX e XX, reunindo a maioria das edificações de interesse de preservação, inclusive algumas edificações protomodernistas.

O Setor 2 corresponde à Primeira Expansão do núcleo original, iniciada por volta de 1846, no qual se encontram várias construções ecléticas do século XX, com fachadas mais simplificadas.

O Setor 3 corresponde à Orla do Rio Jaguarão, sendo parte do núcleo formador da cidade, onde se localizava o antigo atracadouro e se desenvolviam as atividades relacionadas ao porto e à pesca. Neste setor estão presentes a Ponte Internacional Mauá e vários remanescentes da arquitetura luso-brasileira, a exemplo do Mercado Público Municipal.

O Setor 4, no qual se localiza a antiga Enfermaria Militar, embora seja uma área descontínua em relação aos outros três setores de tombamento, faz parte do conjunto tombado.

Os demais setores — Entorno do Núcleo Original, Entorno da Primeira

Expansão, Rua Uruguai, Cerro da Pólvora, Entorno do Cerro da Pólvora e Estação Ferroviária — integram a poligonal de entorno da área tombada.

Cabe esclarecer que o conceito de entorno está relacionado à ideia de uma “área de amortecimento” entre o bem tombado (seja ele isolado ou em conjunto) e o restante da cidade, visando a preservação das condições espaciais necessárias para uma adequada fruição desse bem.

O Decreto-Lei nº25/1937, em seu artigo 18, já tratava da questão do entorno:

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto”.

O entendimento atual sobre área de entorno está relacionado a dois conceitos fundamentais: ambiência e visibilidade do bem protegido. Assim, os critérios de intervenção em áreas de entorno sempre devem ser estabelecidos com base nesses dois princípios, não podendo ser fundamentados na importância cultural das próprias edificações situadas nesses entornos.

Caso essas edificações possuam um valor cultural que justifique uma proteção legal, as mesmas devem ser tombadas, podendo fazer parte de um conjunto, tendo em vista que “um ‘conjunto’ pode ser formado por mais de uma poligonal de tombamento, ou por uma poligonal e edificações isoladas, desde que partilhem da mesma motivação, não configurando um tombamento isolado.” (IPHAN, 2010. Normatização de Cidades Históricas, p. 12).

Isso é observado no tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, onde a antiga Enfermaria Militar faz parte do conjunto tombado, ainda que esteja inserida em uma poligonal distinta.

Observa-se, contudo, que o mesmo não ocorre com o prédio da Santa Casa de

Misericórdia (Figura 38), considerado um referencial urbano, localizado no setor de entorno do núcleo original. Para essa edificação existe a diretriz de que a mesma não deve ser destruída nem ter sua visibilidade obstruída, porém ela não faz parte do conjunto tombado.



Figura 38 - Santa Casa de Caridade (s/data).

Fonte: SICG/IPHAN – Módulo 2 – Análise e Gestão - Ficha 07 – Relatório Fotográfico.

Nesse caso, a edificação deveria estar inserida no conjunto tombado, ainda que em poligonal distinta, como ocorre no caso da antiga Enfermaria Militar.

O mesmo se observa em relação à edificação da antiga Estação Ferroviária (Figura 39), inventariada, para a qual também foi atribuído grau de “Conservação Rigorosa”, devendo ser preservada integralmente, sem contar, entretanto, com a proteção do tombamento, pois está localizada no Setor 10, em área de entorno.



Figura 39- Estação Ferroviária (s/data).

Fonte: Idem à anterior.

Outro caso é o da Chácara do Galo (Figura 40), localizada no Setor 7 (Entorno

– Rua Uruguai), à qual foi atribuído grau de “Conservação Rigorosa”.



Figura 40 – Chácara do Galo.

Fonte: SICG/IPHAN – Módulo 3 – Cadastro - Ficha 01.

Para os casos citados, cabe uma revisão das poligonais, de maneira que as edificações consideradas de “Conservação Rigorosa” sejam envolvidas em uma poligonal de tombamento.

As restrições a serem estabelecidas para intervenções em imóveis localizados em áreas de entorno só são justificadas em função do bem tombado, ou seja, elas só podem ser impostas com o objetivo de conferir visibilidade ao bem tombado, garantindo a harmonia com sua vizinhança, isto é, sua ambiência.

Isso posto, observamos que a partir da caracterização de cada um dos dez setores — quatro de tombamento e seis de entorno — foram estabelecidas, além das diretrizes gerais, diretrizes específicas para cada área, de maneira a permitir ao poder público o planejamento dos investimentos, além de torná-las transparentes para a população e demais agentes envolvidos, orientando a apresentação de projetos a serem aprovados pelo IPHAN⁴⁵.

Como diretrizes gerais definidas para todos os setores (IPHAN, 2011. Dossiê de Tombamento de Jaguarão), sejam eles de tombamento ou de entorno, são destaques: a preservação da paisagem, incluindo os cerros, os arroios e as visuais

⁴⁵ O documento “Diretrizes para Gestão”, parte integrante do Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, incluindo as fichas do SICG, bem como o Mapa Síntese dessas diretrizes, encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Jaguarão, em <http://www.jaguara.rs.gov.br/?page_id=322> Acesso em 30 nov. 2015.

dos principais pontos de observação do conjunto; a priorização dos conjuntos com características semelhantes; a valorização do patrimônio material e imaterial (manifestações culturais da região); a preservação da harmonia volumétrica entre as edificações existentes e as novas; a preservação e valorização das áreas verdes, canteiros centrais e demais espaços abertos.

Além dessas diretrizes, também ficou estabelecido para todos os setores que se mantenha a estrutura morfológica urbana (traçado, parcelamento do solo, configuração dos lotes e espaços públicos), admitindo-se parcelamentos e/ou remembramentos somente em casos onde se restitua a configuração original do lote ou represente a requalificação espacial e ambiental de áreas degradadas.

Como diretriz geral se estabeleceu, ainda, o respeito aos princípios tipológicos predominantes, o que inclui panos de fachada e cobertura, materiais, cores, acabamentos de fachada, ritmo de aberturas, gabarito e implantação no lote e a recuperação dos imóveis em degradação.

Visando à manutenção das características que diferenciam cada setor e a reversão da tendência de descaracterização de algumas áreas, diretrizes específicas foram estabelecidas, tanto no que se refere ao ordenamento territorial, ao sistema viário e ao regime de uso do solo, quanto no que diz respeito às edificações, servindo essas diretrizes de parâmetro para a elaboração de projetos de intervenção em edificações existentes ou novas inserções.

As diretrizes para gestão das áreas de tombamento e de entorno abordam a preservação do patrimônio principalmente no que diz respeito à sua relação com o ambiente urbano e ao impacto que as construções e intervenções possam causar no conjunto, o que corrobora com a premissa de que a razão de ser dos critérios de intervenção no conjunto tombado de Jaguarão é a preservação de seu valor

paisagístico, que é a síntese dos valores arquitetônicos, urbanísticos, históricos, em um marco territorial, conforme abordado anteriormente.

No que diz respeito às intervenções arquitetônicas, estabeleceu-se o regramento para cada setor. Referente à relação quadra/lote/edificação foram definidas diretrizes para parcelamento do solo, recuos e gabarito. No que diz respeito às edificações em si, foram definidas diretrizes para edificações de interesse cultural, novas edificações, edificações existentes, colorística, subdivisões internas e adaptações.

Quanto às diretrizes específicas para cada setor, uma Tabela Síntese é apresentada no “Apêndice A” desta dissertação, da qual destacamos o que segue:

No que diz respeito a recuos, as novas construções devem ocorrer no alinhamento predial e sem recuo lateral nos setores 1, 2 e 3 de tombamento e também no setor 5, de entorno do Núcleo Original. Nada consta referente a essa diretriz para o setor de tombamento 4 (Enfermaria Militar) e também para os setores de entorno 8 e 10.

Para os demais setores de entorno essa questão é relativamente flexibilizada, de acordo com a “face de quadra” (Figura 41), onde a diretriz é condicionada pelas edificações vizinhas. A análise da “face de quadra”, ainda que seja bastante subjetiva, é muito usada nas aprovações de projetos pelo IPHAN.



Figura 41 - Face de quadra – Setor 1 – Quadra 33 – Rua Gal. Osório.
Fonte: SICG/IPHAN – Módulo 2 – Análise e Gestão - Ficha 01.

Observa-se, em relação à questão dos recuos, a importância da manutenção do alinhamento predial nos setores onde ele ficou estabelecido, tendo em vista a preservação de uma das principais características do conjunto.

No estudo realizado para a elaboração do Dossiê de Tombamento e das diretrizes de gestão se verificou, quanto à implantação das edificações, que 60% delas estão no alinhamento predial, sem recuo lateral, e mais 14,2% também estão no alinhamento, porém apresentam recuo lateral, somando cerca de 75% de edificações sem recuo frontal.

Essa é uma característica fundamental da paisagem do município que deve ser preservada: “uma massa compacta delimitando o espaço público, ‘a rua’, e o privado, ‘o lote’”. (IPHAN, 2011. Dossiê de Tombamento de Jaguarão, p. 43).

Com relação ao gabarito das edificações, as diretrizes estabelecem que nos setores 1 e 2, de tombamento, e nos setores 5, 6 e 7, de entorno, deve ser respeitada a altura máxima das construções existentes, além da altura máxima de 7 metros, também condicionada à “face de quadra”.

Já para o setor 3, Orla do Rio Jaguarão, a altura máxima é de 5 metros, visando preservar as visuais do rio e da ponte a partir do Cerro da Pólvora. Para o setor 9 existe uma certa flexibilidade, prevalecendo o critério de não obstrução de visuais. Para os demais setores, nada consta referente à diretriz de gabarito.

Considerando a silhueta horizontal da cidade, com cerca de 95% das edificações com até dois pavimentos, conforme informações do Dossiê de Tombamento (IPHAN, 2011, p. 44), o gabarito é um critério, junto ao critério do alinhamento predial, que deve ser observado com rigidez. (Figuras 42 e 43).



Figura 42 – Vista aérea de Jaguarão na direção sul.
Destaque para a Igreja Matriz e para a Ponte Internacional Mauá.
Fonte: Acervo IPHAN.

Figura 43 – Vista aérea de Jaguarão na direção norte.
Destaque para a Praça Alcides Marques e edificações do entorno.
Fonte: Idem à anterior.

Em ambas as fotos se observa a predominância de edificações construídas no alinhamento predial, de um ou dois pavimentos, imprimindo homogeneidade do conjunto.

Quanto às diretrizes para edificações de interesse cultural, existe a indicação de que as edificações protegidas por tombamento (seja em nível federal, estadual ou municipal) devam ser preservadas tanto externa quanto internamente e as edificações inventariadas devam ter preservadas a volumetria e as fachadas voltadas para via pública.

Contudo, existem também os graus de conservação atribuídos às edificações inventariadas, identificadas no Mapa Síntese (Figura 37) e descritos no Dossiê de Tombamento (IPHAN, 2011, p. 220-221) conforme segue, sendo que esses acabam por prevalecer nas análises do IPHAN:

Conservação Rigorosa (C1 — em vermelho no mapa): imóveis de grande importância histórica e/ou arquitetônica que, no momento do tombamento do conjunto, ainda mantém a maioria das características originais, ou que, apesar de terem sofrido alterações ao longo do tempo, são passíveis de restauro ou recomposição. Por entender que estas edificações guardam referências sobre a arquitetura tradicional do

conjunto e constituem importantes documentos históricos, devem ser analisadas com mais atenção, visando preservar suas características da melhor maneira possível.

Conservação Intermediária (C2 — em laranja no mapa): imóveis de relevância histórica e/ou arquitetônica que, no momento do tombamento, se detectou que já sofreram alterações significativas, principalmente internas, que não são mais passíveis de recomposição, mas que externamente ainda preservam grande parte das características originais. Estas edificações permitem uma maior flexibilidade nos projetos de adaptação, mas devido à sua volumetria e características arquitetônicas significativas para a caracterização da paisagem urbana do conjunto, devem ser externamente preservadas com rigor.

Conservação Volumétrica — imóveis de acompanhamento (C3 — em amarelo no mapa): imóveis importantes para a leitura do conjunto urbano proposto para tombamento, mas que não apresentam mais condições de autenticidade e/ou originalidade que justifique um maior rigor na análise das intervenções propostas visando preservar as características intrínsecas ao imóvel. Nestes casos os imóveis devem preservar a sua volumetria, mas a análise das propostas de intervenção pode se respaldar nas diretrizes gerais para o setor, visando a preservação da leitura do conjunto urbano e sua valorização.

Os imóveis não enquadrados nas classificações acima não foram inventariados por se tratarem de edificações recentes, ou que já foram descaracterizadas ao ponto de não terem mais relação com o conjunto urbano, sendo que os projetos para esses imóveis devem ser analisados conforme as diretrizes propostas para o setor no qual estiver inserido, bem como de acordo com a “face de quadra”.

Quanto às diretrizes para novas edificações, à exceção dos setores com situações especiais, como o Setor 4 (Enfermaria Militar), o Setor 8 (Cerro da Pólvora)

e o Setor 10 (Estação Ferroviária), e dos locais onde se deve impedir a obstrução às visuais obtidas a partir do Cerro da Pólvora em direção à área central, Rio Jaguarão ou Uruguai, e vice-versa, o principal fator a ser levado em conta é, mais uma vez, o contexto na qual está inserida a partir das “faces de quadra”.

Assim, os projetos devem considerar, sobretudo, aspectos relativos a alturas de telhado e coroamento, afastamentos (frontal e laterais), coberturas, acabamentos, ritmo de cheios e vazios, entre outros considerados relevantes para o contexto.

Quanto às construções existentes que estejam fora dos padrões recomendados, na medida do possível, devem ser adaptadas conforme orientações do IPHAN. Quanto às subdivisões internas e às adaptações das edificações ao uso cotidiano, de modo geral (à exceção daquelas edificações com grau de conservação rigorosa) são permitidas, desde que não descaracterizem externamente as edificações de interesse cultural.

Quanto à colorística, as diretrizes para todos os setores são bastante genéricas, referindo-se à necessidade de utilização de cores compatíveis com o estilo arquitetônico nos prédios de interesse histórico-cultural, sendo que para as demais edificações serão indicadas cores de acompanhamento que se harmonizem com o entorno imediato.

O tema da colorística⁴⁶ merece destaque no que diz respeito à preservação do patrimônio de Jaguarão, sendo que o mesmo requer um estudo aprofundado e específico.

A imagem cromática de uma cidade é dada pela relação existente entre as cores dos elementos naturais e dos construídos pelo homem no decorrer da história urbana, e isso distingue um lugar do outro. A memória influencia a escolha das cores

⁴⁶ Sobre esse tema consultar NAOUMOVA (2009).

atuais e induz a tipologias cromáticas: “Quando essa coloração se torna claramente reconhecida e familiar, parece ajudar a criar um sentimento de pertencimento ou ‘sentido de lugar’, afetando a experiência estética e sua avaliação” (NAOUMOVA e LAY, 2007, p. 3).

O estudo necessário poderá propiciar a elaboração de uma carta de cores para o município, a exemplo da existente na cidade de Puebla, no México (Figura 44), visando orientar aos proprietários e usuários dos bens quanto às cores adequadas, de acordo com as especificidades de cada contexto e face de quadra, bem como de acordo com cada linguagem arquitetônica, tendo em vista que as linguagens arquitetônicas possuem tipologias cromáticas próprias.



Figura 44 - Carta de Cores de Puebla/México, para edificações dos séculos XVI–XVII– XVIII.
Fonte: Folder distribuído em palestra proferida na UFPEL (2013).

De acordo com os estudos de Naoumova (2009), realizados em municípios do sul do estado do Rio Grande do Sul (Pelotas e Piratini), as tipologias cromáticas das

principais linguagens arquitetônicas encontradas na região são, em suma, as seguintes:

A linguagem luso-brasileira apresenta uma predominância de edificações caiadas em cor branca, com algumas variações de tonalidades de acordo com o tipo de cal empregado, com eventual uso de cores ocre, amareladas ou avermelhadas devido ao provável uso de pigmentos advindos da argila ou do pó de tijolos. As cores mais escuras, muitas vezes marrom-avermelhadas, predominavam nas esquadrias, nas quais, em geral, se usava a tinta a óleo para proteger a madeira, contrastando com o branco das paredes. (NAOUMOVA, 2009, p. 62-63).

A linguagem eclética apresentou, nas edificações da segunda metade do século XIX e início do século XX, grande variação de cores — azul, verde, rosa, amarelo, ocre — estando as mesmas concentradas nos grandes planos, contrastando com os elementos decorativos de fachada, geralmente pintados em cores próximas ao branco. (NAOUMOVA, 2009, p. 64).

Na linguagem protomoderna, do período de transição entre o Ecletismo e o modernismo, foram introduzidas as cores neutras e discretas como o bege e o cinza, além do cimento aparente — cirex ou “cimento penteado” — de diversas tonalidades, evitando-se o contraste de elementos decorativos com a cor de fundo das paredes. (NAOUMOVA, 2009, p. 65-66).

No Teatro Esperança de Jaguarão, por exemplo, que apresenta linguagem eclética do final do Século XIX, observamos que a cor empregada na fachada em diversas épocas manteve a tipologia cromática característica do período. Por ocasião da restauração concluída em 2015, contudo, esse princípio foi alterado. (Figura 45).

Atualmente os grandes planos apresentam uma cor bastante clara e os elementos decorativos uma cor mais escura.

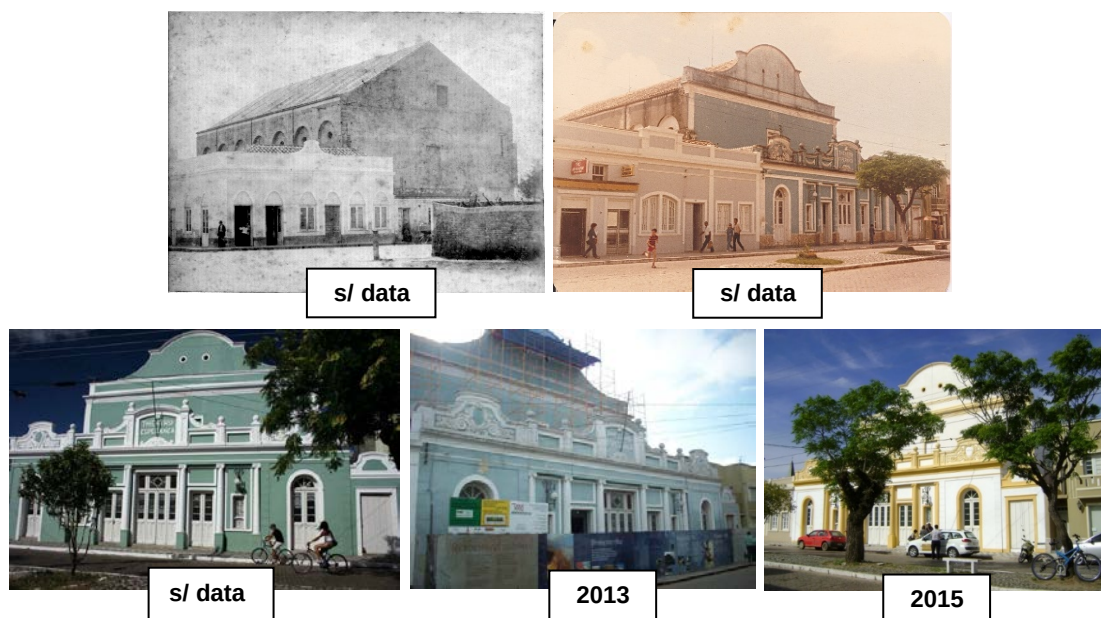


Figura 45 - Cores do Teatro Esperança.
 Observa-se a inversão do claro (fundo) e escuro (elementos decorativos) na pintura atual em relação às demais.
 Fonte: Acervo IPHAN.

Destaca-se que alguns estudos cromáticos para a fachada do Teatro Esperança foram elaborados pelo IPHAE (Figura 46), sendo que a escolha das cores a serem empregadas nas fachadas partiu da Superintendência do IPHAN/RS, com base nesses estudos.

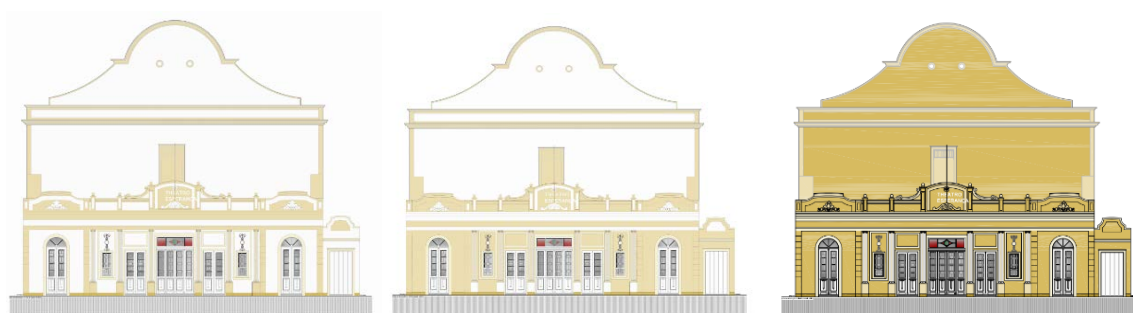


Figura 46 - Estudos cromáticos para o Teatro Esperança, elaborados pelo IPHAE
 Fonte: Acervo IPHAN

Observa-se, contudo, que ainda que exista a necessidade de aprofundamento da discussão acerca das diretrizes de intervenção no Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, os critérios até então estabelecidos são avanços conquistados com a

participação da comunidade.

O estabelecimento de critérios pressupõe um julgamento, pelo qual os mesmos sempre serão discutíveis, fazendo parte do processo participativo que se pretende aperfeiçoar.

3.2.2. Da subjetividade das diretrizes à objetividade das normas de preservação

Considerando que os projetos que chegam para aprovação no IPHAN dificilmente a obtêm sem uma ou mais adequações e que as diretrizes estabelecidas no tombamento têm gerado dúvidas e divergências entre os técnicos da prefeitura, do IPHAN e contratados pelos proprietários, entendemos que, passados cerca de quatro anos do tombamento, é necessário aprofundar as discussões sobre essas diretrizes, conforme previsto à época da elaboração do Dossiê de Tombamento:

[...] as diretrizes agora apresentadas são fruto dos estudos para o embasamento da proposta de tombamento, e que deverão passar por aprimoramentos, na medida em que o IPHAN adquira maior intimidade com o conjunto, de forma a incorporar as demandas atuais da população, mas também aprofundar os aspectos inicialmente mencionados. E esse trabalho só será possível a partir do início da gestão do conjunto tombado. (IPHAN, 2011).

A análise de projetos no IPHAN, visando a aprovação, tem sempre por base, além dos critérios específicos estabelecidos para cada setor, também a análise da “face de quadra”, ou seja, da relação da edificação com o contexto da quadra em que se insere a edificação.

A análise da face de quadra visa a manutenção da harmonia do conjunto no que diz respeito à colorística, aos revestimentos, à proporção e modinatura dos vãos, dentre outros, conforme proposto no PRIJ. Essas questões, contudo, às vezes estão sujeitas a interpretações bastante subjetivas.

Por exemplo, com relação ao gabarito, nos casos em que a diretriz define que “O gabarito será de 02 pavimentos, com altura máxima de sete metros (incluindo todos os volumes construídos), mas condicionado, entretanto, ao contexto onde o edifício estiver inserido de acordo com a ‘face de quadra’” (IPHAN, 2011. Dossiê de Tombamento de Jaguarão), entendemos que possa ocorrer, hipoteticamente, a não aprovação de um projeto com dois pavimentos.

Nesse caso, a análise da face de quadra indica uma situação particular na qual a diretriz deva ser mais restritiva do que a diretriz geral para ao setor. Contudo, essa questão pode ser interpretada de maneira diversa por outro técnico.

Da mesma maneira, nos casos em que a “face de quadra” esteja descaracterizada, não se justifica a aprovação de um projeto fora das diretrizes estabelecidas para o setor, com maior flexibilidade, já que é importante se pensar em uma reversão futura da configuração dessa quadra, na medida em que as edificações forem sendo renovadas. Isso, entretanto, também pode ter um entendimento diverso.

Outra questão diz respeito às áreas de entorno do conjunto tombado. Conforme já abordado, observamos que os setores 5 a 10 são tratados, muitas vezes, de forma semelhante às áreas tombadas (setores 1 a 4) e os projetos propostos para essas áreas têm sido analisados no IPHAN a partir de critérios que se assemelham aos das áreas efetivamente protegidas.

Esses critérios acabam por ir além da questão da ambiência e da visibilidade do conjunto tombado, entrando em questões intrínsecas aos bens, em uma abordagem conflitante com o conceito de “entorno” que, conforme já mencionado, pressupõe que as restrições impostas devam se restringir ao necessário para garantir a qualidade urbana para a fruição do bem protegido. (IPHAN, 2011. Parecer 5/2011 DEPAM/IPHAN).

As edificações inventariadas pelo IPHAN localizadas em áreas de entorno não possuem a proteção legal do tombamento⁴⁷. Contudo, muitas dessas edificações são também inventariadas em nível municipal, protegidas por força do Plano Diretor, devendo sofrer as restrições impostas pelo município, sobre as quais somente ao mesmo cabe analisar.

Se as análises para áreas de entorno não devem ocorrer em função dos atributos das edificações em si, mas em função do conjunto que se encontra dentro do perímetro de tombamento, nesses casos não haveria motivo para não aprovação de projetos, conforme observado em alguns pareceres do IPHAN/RS.

Uma tabela síntese com os pareceres referentes às análises de projetos de Jaguarão no período de 2013 a 2016 é apresentada no “Apêndice B” desta dissertação. Seguem alguns exemplos que ilustram a situação acima exposta:

Parecer n. 231/2013 – Edificação localizada no Setor 6 (Entorno da Primeira Expansão), Quadra 24, Lote 1039, inventariada (conservação volumétrica - C3) -
Motivação para a não aprovação de projeto:

Manter as características da cobertura e seu coroamento, restaurando o telhado com beiral de cimalha e caimento paralelo à calçada. Manter a proporção, tamanho e ritmo dos vãos originais da fachada, principalmente a composição de porta e janela da fachada da rua 15 de Novembro. Deverá ser reapresentado o projeto para análise e aprovação atendendo às recomendações apontadas no parecer, uma vez que dizem respeito a manutenção de elementos que conferem ao imóvel o interesse como patrimônio arquitetônico do conjunto histórico tombado de Jaguarão.

Parecer n. 923/2015 – Edificação localizada no Setor 6 (Entorno da Primeira Expansão), Quadra 39, Lote 902, não inventariada - Motivação para a não aprovação de projeto:

O projeto não atende às diretrizes no que diz respeito à face de quadra. De acordo com o contexto em que a edificação está inserida, o alinhamento predial deve ser mantido em toda a fachada, bem como o ritmo de vãos. Não é permitido o revestimento da fachada com pedra, cerâmica, etc.

⁴⁷ A Portaria IPHAN n. 160/2016 define o caráter dos inventários realizados pelo IPHAN como instrumentos de conhecimento, auxiliares à proteção e preservação do patrimônio cultural.

Recomenda-se (não obrigatório) a manutenção da cimalha na fachada, tendo em vista a valorização de um período histórico de importância para o município, expressa pela mesma. [...].

A questão da “face de quadra”, por exemplo, bastante enfatizada tanto nas diretrizes de tombamento quanto nas de entorno, que diz respeito, além das questões de gabarito e recuo, à colorística, aos revestimentos, à proporção e modinatura dos vãos, dentre outros, deve ser limitada, quando se trata de setores de entorno, às questões de gabarito e recuo que, por manterem a homogeneidade volumétrica, têm relação com a ambiência e visibilidade da área tombada.

Assim, ou algumas diretrizes para essas áreas devem ser afinadas, ou as poligonais de tombamento e entorno devem ser modificadas, já que para os setores de entorno, em muitos casos, as diretrizes para edificações acompanham às dos setores de tombamento.

Outra questão a ser abordada diz respeito a projetos para a área tombada que, ainda que apresentem qualidade arquitetônica, não se enquadram nas diretrizes, principalmente no que se refere a gabarito e recuos.

Observamos, por exemplo, a existência de pareceres do IPHAN que recomendam a aprovação de projetos, ainda que os mesmos não atendam as diretrizes para o conjunto tombado, conforme exemplificado abaixo:

Parecer n. 479/2014 – Edificação localizada no Setor 3 (Orla do Rio Jaguarão), Quadra 33, Lote 263, inventariada (conservação volumétrica - C3) - Motivação para a aprovação de projeto:

Embora o projeto não atenda à diretriz quanto ao recuo do lote, trata-se de projeto bem elaborado, de qualidade estética, e bem contextualizado à edificação existente. A ampliação proposta está mais recuada em relação à existente, deixando-a em destaque, especialmente por encontrar-se numa esquina. Entende-se que em parte a antiga edificação existente já cumpre a exigência da diretriz, já que a mesma foi construída na esquina.

Parecer n. 525/2014 – Edificação localizada no Setor 3 (Orla do Rio Jaguarão),

Quadra 27, Lote 252, não inventariada - C3) - Motivação para a aprovação de projeto:

O projeto atende à diretriz referente ao gabarito, mas não atende quanto ao recuo. A altura limite máxima é de sete metros. A recomendação da diretriz é de se construir novas edificações no recuo, mas entende-se que por ser construção nova de boa qualidade, o projeto será aprovado.

Essas situações demonstram que várias interpretações das diretrizes têm sido adotadas, de acordo com o entendimento de cada técnico, devido a uma falta de discussão mais ampla sobre o assunto e devido à falta de normas de preservação, o que acaba por causar, muitas vezes, “ruídos” entre as diversas partes envolvidas.

Conceitos como “diretriz” e “face de quadra” trazem em seu bojo a subjetividade, enquanto o conceito de norma é algo objetivo.

Considerando estar o município em momento de revisão de seu Plano Diretor, que data de 2006, pode ser também o momento de ampliação da discussão, visando à elaboração de Normas de Preservação, conforme previsto no Dossiê de Tombamento:

Após sua revisão e aprimoramento, as diretrizes deverão subsidiar a elaboração das Normas de Preservação para Jaguarão, que idealmente deverão ser definidas em conjunto com a Prefeitura Municipal, e incorporadas nas legislações locais, de forma que as instituições das diferentes esferas governamentais possam atuar de forma complementar, cada uma responsável pelas suas atribuições específicas. (IPHAN, 2011. Dossiê de Tombamento de Jaguarão).

Os critérios de alinhamento predial e de gabarito, nos setores onde eles existem, não devem ser flexibilizados, ainda que os projetos propostos apresentem qualidade arquitetônica, devendo o alinhamento ser mantido tanto no primeiro pavimento quanto no segundo pavimento.

Referente a isso, assim como aos critérios que dizem respeito a linhas compositivas, proporção de cheios e vazios, uso de materiais adequados, cores, etc., é importante que se desenvolvam ações educativas que visem esclarecer a razão e a importância dos mesmos na preservação do conjunto urbano de Jaguarão.

Seria importante, neste momento, a realização de um seminário no município, coordenado pelo IPHAN, no qual essas questões fossem abordadas, visando um entendimento mais amplo a respeito do tema e com posicionamentos técnicos mais afinados entre as instâncias municipal, estadual e federal, já que a competência de proteger os bens culturais é comum a todas as instâncias⁴⁸.

Ressaltamos que a Lei PPHAT do município também aborda essa temática, conforme mencionado anteriormente, sendo também atribuição do Município a análise desses aspectos nos projetos apresentados para aprovação.

A elaboração de normas de preservação, contudo, requer a utilização de uma metodologia participativa e o fortalecimento da integração existente entre o IPHAN, o IPHAE e o Município.

Nesse processo é importante ficar claro que o tombamento não significa “congelamento” do núcleo histórico. Existe sim a preocupação com a manutenção de determinadas características das edificações inventariadas, bem como com a adequação de novas intervenções, visando evitar a descaracterização do ambiente e da paisagem até então preservados, e promovendo a recuperação de áreas já impactadas.

Os dados que se seguem, referentes aos setores de tombamento (Setor 1 a 4) reforçam essa ideia. O gráfico (Figura 47) demonstra que apenas 4%, ou 44 das 1.160 edificações/lotês existentes na área de tombamento, mantém a maioria das características originais, devendo ser preservadas integralmente (C1 — Conservação Rigorosa).

⁴⁸ Conforme o Art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

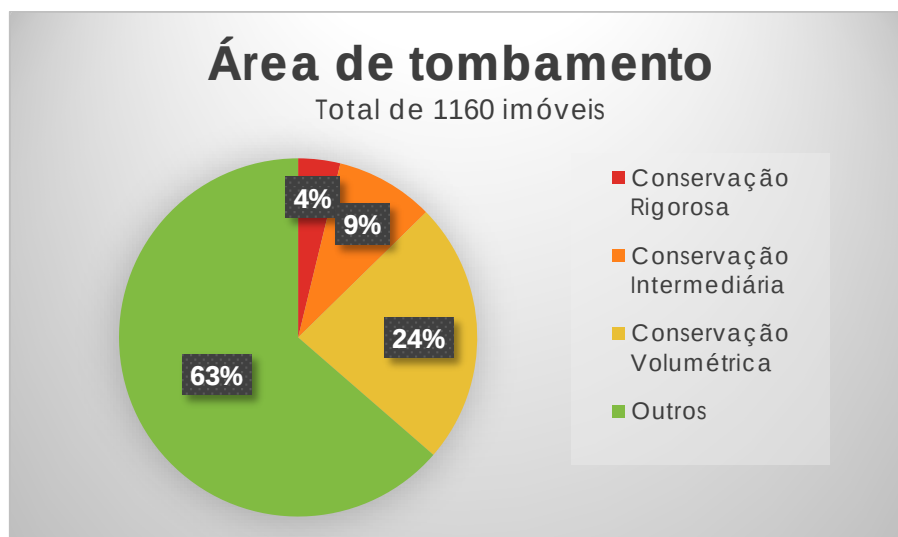


Figura 47 – Percentual de imóveis por tipo de conservação na área de tombamento.
Fonte: elaborado pela autora a partir do mapa síntese.

Observamos, ainda, que 9% (103 edificações) já sofreram alterações internas significativas, embora externamente ainda preservem grande parte das características originais, as quais devem ser mantidas (C2 — Conservação Intermediária) e 24% (275), embora importantes para a leitura do conjunto, não apresentam mais condições de autenticidade e/ou originalidade que justifique a preservação das características intrínsecas ao imóvel (C3 — Conservação Volumétrica). As demais 63% não têm valor para o conjunto urbano.

Assim, notamos que as ações de restauração, quando cabíveis, se aplicam necessariamente a apenas 13% das edificações do núcleo tombado, existindo maior liberdade de intervenção para 87% das edificações, para as quais se aplicam as diretrizes gerais de cada setor sendo fundamental, nesses casos, uma adequada inserção no conjunto e na face de quadra.

Para uma gestão mais eficiente do conjunto, seria importante a implantação de um Escritório Técnico do IPHAN no município, podendo atender inclusive outros municípios da região, atuando de maneira mais próxima ao Escritório Técnico da Prefeitura, complementando a proposta do PRIJ referente a essa necessidade,

viabilizando uma assessoria mais direta aos proprietários e usuários dos bens, de maneira a incentivar a apropriação pela população dos valores identificados no município.

Essa proximidade com a população, conforme vem sendo proposto desde o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão, auxiliaria também na prestação de esclarecimentos técnicos aos profissionais, de maneira a facilitar na elaboração de projetos, para que os mesmos possam tirar partido dos aspectos históricos, culturais e paisagísticos próprios do local, valorizando essas condições.

3.3. O PAC Cidades Históricas

O Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas — PAC CH foi lançado em 2009, valendo-se de experiências prévias de promoção do patrimônio urbano brasileiro, em especial, do Programa Monumenta⁴⁹.

O Programa Monumenta visava uma preservação integrada que revitalizasse a economia local, de forma que as pessoas tivessem interesse econômico na preservação. Não foi concebido apenas para a recuperação física de monumentos, mas como uma referência para a sustentabilidade do patrimônio cultural brasileiro.

Apesar da grande capacidade que o Monumenta demonstrou, promovendo importantes ações de reabilitação em um total de 26 conjuntos históricos urbanos — dois deles no Rio Grande do Sul: Porto Alegre e Pelotas⁵⁰ —, encontrou dificuldades

⁴⁹ O Programa Monumenta foi proposto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — a partir de sua experiência com o apoio à reabilitação de Quito, no Equador, após um terremoto ocorrido em 1987, onde a associação do público com o privado foi bem-sucedida. Em 1996 a primeira proposta para o Programa Monumenta foi formulada pelo IPHAN, mas somente em 1999 o contrato de financiamento foi firmado com o BID. Com vigência prevista de cinco anos, após vários aditamentos o programa se estendeu até 2012.

⁵⁰ Sobre o Programa Monumenta em Pelotas, ver: ZAMBRANO e CAETANO, 2012.

em colocar em prática os mecanismos de sustentabilidade do patrimônio que haviam sido previstos.

O Programa Monumenta se desdobrou no PAC Cidades Históricas, que se apresenta como um avanço em relação a outros programas, devido à sua política de transversalidade — que envolve os ministérios da Cultura, do Turismo, da Educação e das Cidades e outros agentes governamentais e públicos — e por ter como pré-requisito para a inscrição dos municípios a formulação de Planos de Ação (IPHAN, 2009. Planos de Ação para Cidades Históricas).

A consistência dos Planos de Ação das Cidades Históricas estaria no enfrentamento dos problemas estruturais de suas áreas históricas, fazendo das mesmas o propulsor do desenvolvimento sustentável, com a participação social e a atuação integrada dos setores público e privado. No Rio Grande do Sul, treze cidades⁵¹, dentre elas Jaguarão, desenvolveram Planos de Ação sob a orientação do IPHAN, habilitando-se à seleção do PAC CH.

O Plano de Ação foi criado como um instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural com enfoque territorial. O foco do plano não é o perímetro protegido ou o conjunto de bens tombados e sim a dinâmica urbana no seu todo, devendo o mesmo definir objetivos, ações e metas para orientar a atuação integrada do poder público, setor privado e sociedade civil organizada.

Paralelamente à tramitação do processo de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, o município elaborou seu Plano de Ação da Cidade Histórica (PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO, 2009), que contou com um processo participativo iniciado com o Fórum do Patrimônio Histórico e Cultural, tendo

⁵¹ Além de Jaguarão, as cidades são: Antônio Prado, Bagé, Caçapava do Sul, General Câmara (Vila de Santo Amaro), Novo Hamburgo (Bairro Hamburgo Velho), Pelotas, Piratini, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Tereza, São Nicolau e São Miguel das Missões. Essas treze cidades compõem a Associação das Cidades Históricas do Rio Grande do Sul (ACHRS), fundada em março de 2011.

se desenvolvido em vários seminários e debates que ocorreram no decorrer daquele ano.

A partir dessa mobilização, várias proposições foram incluídas no plano de ação, relacionadas a temas como desenvolvimento e turismo, museus, patrimônio cultural e educação, requalificação dos bens culturais e valorização da memória comunitária e do patrimônio imaterial.

Em 2011 foi assinado o Acordo de Preservação do Patrimônio Cultural — APPC de Jaguarão, a partir do qual o município se habilitou para receber recursos federais. Em uma primeira etapa o município recebeu recursos para obras no Teatro Esperança e para obras do Centro de Interpretação do Pampa — CIP, antiga Enfermaria Militar.

Em 2013 o PAC2 CH (segunda etapa do PAC CH) abriu inscrições para receber propostas das cidades selecionadas. Os investimentos para essa etapa, cuja conclusão estava prevista até final de 2015, seriam destinados a 425 ações, em 44 municípios de 20 estados brasileiros, sendo quatro desses municípios localizadas no Rio Grande do Sul: Jaguarão (11 ações), Pelotas (6 ações), Porto Alegre (9 ações) e São Miguel das Missões (3 ações).

A inclusão de Jaguarão no programa só foi possível devido ao tombamento do conjunto, ocorrido em 2012, e ao Plano de Ação elaborado pelo município. Fator decisivo também para a viabilização dessas ações foi o fato de não existir a contrapartida do município no que diz respeito a recursos financeiros, devendo apenas manter a equipe técnica para realizar a interlocução com o IPHAN e para demais atividades necessárias.

Dentre os bens contemplados em Jaguarão estão os cinco prédios tombados pelo IPHAE⁵²: a Enfermaria Militar, o Mercado Público Municipal, o Teatro Esperança,

⁵² IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. **Bens Tombados**. Disponível em

o Antigo Fórum e o Casarão do Clube 24 de Agosto. Além desses, foram contemplados: a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, a antiga Inspetoria Veterinária, o Casarão da Prefeitura Municipal, o Cine Regente, o Clube Jaguareense e a Praça Alcides Marques e Largo das Bandeiras.

Finalizado o ano de 2015, prazo previsto inicialmente para a aplicação dos recursos, o andamento das obras no município ficou aquém do esperado. A única obra concluída foi a restauração do Teatro Esperança, cujo projeto é do arquiteto William Pavão Xavier. (Figura 48).



Figura 48 - Interior do Teatro Esperança e detalhe do forro após restauração (2015).
Fonte: Acervo IPHAN.

A primeira etapa das obras do Centro de Interpretação do Pampa também foi finalizada, faltando outra etapa para sua conclusão, além das instalações museológicas. O projeto é do escritório paulista Brasil Arquitetura, dos arquitetos Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci. (Figura 49).



Figura 49 – Imagens da obra de restauração da Antiga Enfermaria Militar.
Fonte: Fotos da autora (2013).

Não existe previsão, no momento, para a continuidade das obras. A edificação está sob a responsabilidade da Universidade Federal do Pampa — UNIPAMPA e o IPHAN aguarda posicionamento da mesma quanto aos próximos encaminhamentos.

O projeto de restauração para o prédio da Inspetoria Veterinária (Figura 50), o qual se encontra com escoras devido a seu estado precário, é de autoria da arquiteta Simone Neutzling e a contratação da obra deverá ocorrer somente após a aprovação do orçamento pelo IPHAN em Brasília, que está em fase final de análise.



Figura 50 – Inspetoria Veterinária de Jaguarão.
Fonte: Acervo IPHAN.

A requalificação da Praça Dr. Alcides Marques e Largo das Bandeiras está em fase de projeto executivo, sendo que o mesmo está sendo elaborado a partir das diretrizes estabelecidas pelo Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo — CEGOV/UFRGS, que realizou um estudo interdisciplinar que contou com a

participação da comunidade, através de audiências públicas, da prefeitura e dos institutos de patrimônio. (Figura 51).



Figura 51 - Caderno para a Requalificação da Praça Alcides Marques – CEGOV.
Fonte: Acervo IPHAN.

O projeto executivo está sendo desenvolvido sob a responsabilidade do arquiteto Marcelo Fernandez, da empresa Meta Arquitetura, de Porto Alegre, já tendo sido apresentada à comunidade, em audiência pública, a etapa de projeto básico.

Para a restauração da Casa de Cultura — Antigo Fórum (Figura 52), que se encontra interditado devido ao risco de desabamento do telhado e do Casarão da Prefeitura Municipal (Figura 53), os projetos ainda devem ser contratados, visto que vários entraves técnicos e administrativos impediram a contratação até o presente momento (outubro de 2016).



Figura 52 – Antigo Fórum.
Fonte: Acervo IPHAN.

Figura 53 – Casarão da Prefeitura.
Fonte: Idem à Anterior.

O Clube Jaguareense (Figura 54), que também se encontra interditado apesar de uma obra emergencial executada em 2012 devido ao desabamento parcial do telhado, é outra ação que ainda não teve seu projeto de restauração contratado devido a entraves jurídicos.



Figura 54 – Clube Jaguareense.
Exterior e interior com telhado desabado (2012).
Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura de Jaguarão.

A edificação que abriga o Clube 24 de Agosto (Figura 55), de características singelas, não apresenta significativo valor arquitetônico. Contudo, foi tombada pelo IPHAE em 2012 como espaço de memória da cultura afro-brasileira no Rio Grande do Sul.



Figura 55 - Clube 24 de Agosto
Abraço simbólico em prol de sua preservação
Fonte: Acervo IPHAN

Por essa razão, relacionada a aspectos imateriais desse patrimônio, a edificação foi excepcionalmente incluída como uma ação do PAC CH, ainda que não esteja localizada dentro do perímetro tombado pelo IPHAN, conforme previsto no programa (IPHAN, 2009. PAC Cidades Históricas, p. 5), mas dentro de sua área de entorno (Setor 5).

Contudo, também por entraves jurídicos, o projeto de restauração para a edificação do Clube 24 de Agosto ainda não foi contratado.

O Cine Regente (Figura 56), localizado no setor de Entorno da Primeira Expansão (Setor 6), está fora da área tombada pelo IPHAN. A edificação é inventariada, com Grau de Proteção 2 — conservação intermediária, e apresenta linguagem modernista de meados do século XX.

Mesmo estando localizado em área de entorno, o bem foi contemplado no PAC2 CH, porém o projeto de restauração para a edificação ainda não foi contratado, tendo em vista entraves econômicos, advindos da atual crise que assola o país e da limitação de recursos que o programa está enfrentando.



Figura 56 – Cine Regente
Fonte: Acervo IPHAN

A Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, que sofreu intervenção emergencial em 2012 para escoramento do forro, teve a obra de restauração iniciada em junho de

2016. O projeto de autoria da arquiteta Simone Neutzling será abordado posteriormente.

As obras do Mercado Público Municipal, cujo projeto também é do escritório paulista Brasil Arquitetura, tiveram início em 2014 e, embora se encontre paralisada desde dezembro de 2015, pouco falta para sua conclusão. Questões relativas ao projeto e à obra do Mercado Público serão abordadas posteriormente.

Tendo em vista o acima exposto, podemos observar que das onze ações, cuja conclusão estava prevista até o final do ano de 2015, apenas uma foi concluída, duas estão com as obras paralisadas e uma se encontra em obra. Além dessas, apenas uma está com projeto concluído e uma com projeto em andamento, restando cinco ações para as quais não existe nem mesmo projeto contratado.

Assim, apesar da grande expectativa inicial de todos os agentes envolvidos no processo, uma série de fatores dificultaram o andamento das ações. Dentre tais fatores podemos citar problemas ocorridos nas três instâncias envolvidas.

A contrapartida esperada da Prefeitura Municipal, que dizia respeito à disponibilização de corpo técnico necessário para viabilizar a contratação e fiscalização dos projetos e obras, dentre outras atividades técnicas, não aconteceu por falta de recursos da prefeitura. A ideia inicial de que dois técnicos seriam contratados em Jaguarão para desempenhar as atividades relacionadas ao PAC CH não se efetivou, criando uma sobrecarga de trabalho para a equipe existente.

Além dessa questão relacionada à falta de recursos municipais, também o estado do Rio Grande do Sul passa por uma séria crise econômica, com dificuldade de pagamento da própria folha de pessoal, refletindo em uma atuação restrita, desdobrando-se fundamentalmente através da atuação incansável do IPHAE, para contribuir com o processo.

Soma-se a isso a crise econômica e política em nível nacional, agravada nos anos de 2015 e 2016, que vem dificultando o andamento de vários programas do governo, bem como o repasse de recursos previstos para projetos e obras.

A linha de crédito subsidiada para o financiamento de restauração e reabilitação de imóveis privados com tombamento federal, para a recuperação de residências e adaptação das edificações para a exploração econômica (pousadas, restaurantes, etc.), visando dinamizar a economia local, proporcionar sustentabilidade e melhorar a qualidade de vida da população, até o presente momento (outubro de 2016) não foi disponibilizada no Rio Grande do Sul.

Outras questões dizem respeito às dificuldades enfrentadas pela falta de existência prévia da maioria dos projetos, pelos entraves burocráticos para contratá-los, pelas dificuldades de adequação dos orçamentos para atender às regras do PAC CH e obter a aprovação em Brasília, pelas dificuldades na comprovação de propriedade de alguns bens e na elaboração de instrumentos jurídicos necessários para que bens privados tenham uso público, dentre outras.

Observamos, ainda, que a falta de um Escritório Técnico do IPHAN em Jaguarão, considerando que o município está localizado a quase 400 Km de distância de Porto Alegre, dificulta a interlocução entre os agentes envolvidos no processo — IPHAN, IPHAE, Prefeitura, UNIPAMPA, empresas contratadas, população, etc.

Com a atual crise econômica e política que assola o país, resta a dúvida a respeito da sequência que será dada ao programa, principalmente tendo em vista o viés de priorização do grande investidor que vem se configurando com o governo de Michel Temer⁵³, e com as mudanças internas que já vêm ocorrendo no Ministério da

⁵³ Michel Temer assumiu como presidente interino do Brasil em 12/5/2016 e de forma definitiva em 31/8/2016, a partir de um golpe ao estado democrático de direito, de acordo com a sentença proferida em 20/7/2016 pelo júri do Tribunal Internacional sobre a Democracia no Brasil.

Cultura e no IPHAN⁵⁴.

Outra preocupação diz respeito ao que ocorrerá após executadas as restaurações, ou seja, se as edificações e áreas públicas receberão a devida manutenção e se sua conservação será viabilizada pelos entes federados, já que a sustentabilidade dessa etapa não está prevista no programa.

Contudo, é inegável o avanço trazido pelo programa, tanto pelas ações concretas que estão sendo desenvolvidas, que dizem respeito a uma efetiva preservação dos bens, quanto pelo processo que mobilizou a cidade.

Essa mobilização vem ocorrendo desde a elaboração do Plano de Ação até as audiências públicas para definições a respeito do projeto da Praça Alcides Marques e Largo das Bandeiras.

Ainda que o processo participativo traga questões difíceis de serem enfrentadas, a exemplo de critérios que não se coadunam com as questões técnicas, fazendo com que a postura das instituições acabe por ser mais de tutela do que de participação, seu aprimoramento só ocorrerá com a sua prática.

Ainda que esteja longe de se ver implantado o conceito de conservação integrada no município, esse processo, somado a outras ações já empreendidas, tem contribuído para aprimorar a consciência sobre a importância de seu patrimônio e do potencial do mesmo na melhoria da qualidade de vida da população.

⁵⁴ Sobre o loteamento político em curso no IPHAN, com a exoneração de técnicos qualificados, a exemplo do Superintendente do Rio Grande do Sul, arquiteto Eduardo Hahn, vide o ofício do Instituto de Arquitetos do Brasil, datado de 31/8/2016, dirigido ao Ministro da Cultura, que se contrapõe aos acordos de acomodação político-partidários, sem respaldo técnico. Disponível em <http://www.iab.org.br/sites/default/files/IAB_059_2014_2017_Indicacao_Ministro.pdf> Acesso em 7 set. 2016.

4. A RESTAURAÇÃO E A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM JAGUARÃO

Neste capítulo abordamos questões relativas à prática do restauro — projeto e obra — e da conservação do patrimônio arquitetônico em Jaguarão. Os exemplos das restaurações da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo e do Mercado Público Municipal, duas ações promovidas pelo PAC Cidades Históricas, são utilizados na análise da aplicabilidade das teorias mais consensuais do restauro e da Carta de Veneza (1964) no município. A metodologia de projeto e suas implicações na obra de restauro também são abordadas.

Considerando a restauração uma intervenção invasiva, de caráter excepcional, é importante que também sejam levantadas as questões relativas à manutenção e à conservação das edificações, para as quais, em geral, poucas atenções são voltadas.

4.1. A restauração

O projeto de restauração, diferentemente de outros projetos de arquitetura, não deve ter como premissa o programa de necessidades apresentado pelo cliente ou os interesses do mercado, sendo necessário um conhecimento teórico particular para o seu desenvolvimento.

No projeto de restauração o arquiteto deve trabalhar sobre a edificação existente, que possui valores a preservar, os quais devem ser estudados para que as decisões possam ser tomadas.

Conforme abordado anteriormente, as teorias e os posicionamentos em relação a elas são diversos, sendo subjetivas muitas questões de projeto, o que faz do restauro um ato crítico.

A administração de perdas na restauração é inevitável e é importante ter sempre em vista a sua finalidade: disponibilizar o bem para as gerações futuras, transmitindo da melhor maneira possível suas características físicas, sua história e seu caráter simbólico.

Qualquer intervenção traz alterações ao bem e as decisões de projeto não são isentas de um posicionamento frente ao conceito de restauração.

A restauração requer alto grau de especialização dos serviços e deve visar a preservação dos valores históricos e estéticos do bem (CARTA DE VENEZA, 1964), assim como contribuir para que o mesmo funcione melhor como símbolo (VIÑAS, 2004). A restauração requer um projeto elaborado por equipe multidisciplinar coordenada por arquiteto e deve atender a uma série de premissas. Deve atender também aos critérios ou normas estabelecidas para o bem específico.

De acordo com o Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural do Programa Monumenta (GOMIDE; SILVA e BRAGA, 2005⁵⁵), publicado com o objetivo de orientar a elaboração de projetos para aprovação no IPHAN, e adotado também pelo PAC Cidades Históricas⁵⁶, os projetos devem ser elaborados respeitando os valores estéticos e culturais do bem, com o mínimo de interferência na sua autenticidade, sob diversos aspectos.

“Garantir a autenticidade dos materiais implica na manutenção de maior quantidade possível de materiais originais, de modo a evitar falsificações de caráter artístico e histórico.” (GOMIDE; SILVA e BRAGA, 2005, p. 15).

⁵⁵ Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=29&busca=> Acesso em 16 jan. 2016.

⁵⁶ O Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural foi usado como base no documento “Orientações para elaboração de projeto básico”, formulado pelos técnicos do PAC Cidades Históricas para ser usado como referência nas contratações de projetos de restauração para o Programa. O documento está disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/299>> Acesso em 21 nov 2015.

Nesse conceito estão embutidos os princípios da distinguibilidade, sendo que no caso de necessidade de inserção de outros materiais, esses devem ser compatíveis com o existente; e de reversibilidade, possibilitando uma substituição futura, sem danos ao bem. Essa ideia de reversibilidade vem sendo substituída pelo conceito de retratabilidade, conforme abordado anteriormente.

No que diz respeito à autenticidade histórica, a mesma “permeia todos os aspectos associados ao Bem, não sendo permitida qualquer intervenção que possa alterar ou falsificar os valores históricos contidos nos materiais, técnicas construtivas, aspectos estéticos e espaciais.” (GOMIDE; SILVA e BRAGA, 2005, p. 15).

Quanto à autenticidade estética, a mesma está relacionada não apenas ao respeito às ideias originais que fundamentaram a concepção do bem, mas também às alterações posteriores que são reconhecidas por seus valores estéticos e históricos.

Segundo Gomide, Silva e Braga (2005), deve-se garantir também a preservação da autenticidade dos processos construtivos, utilizando-se de técnicas compatíveis e que não descaracterizem os mesmos, assim como a preservação da autenticidade do espaço envolvente, em seus aspectos natural e histórico.

O Manual de Elaboração de Projetos ressalta, ainda, a necessidade de conhecimento das cartas patrimoniais e a premissa de que se deve dar usos compatíveis com a vocação do bem, para garantir sua preservação. (GOMIDE; SILVA e BRAGA, 2005, p. 16).

Apesar dos questionamentos apresentados por Viñas (2004) a respeito da validade do conceito de autenticidade, entendendo que nele está implícita uma ideia de verdade que não existe, o mesmo ainda vem sendo empregado quando se trata de restauração, porém associado à ideia de contribuir com uma maior eficácia do bem como símbolo.

Não se restaura apenas a matéria da obra de arte, mas se restaura também o significado, conforme expõe Viñas (2004), não estando o valor do objeto em si mesmo, mas em seu significado. A materialidade está “embebida” de valores atribuídos pelos sujeitos afetados por sua existência e por isso reflete esses valores, sendo que a restauração deve permitir que esses valores continuem a transparecer.

Além de atender às premissas expostas, um projeto de restauração deve seguir uma adequada metodologia e conter três etapas: identificação e conhecimento do bem, diagnóstico e proposta de intervenção.

A etapa de identificação e conhecimento do bem compreende a análise de aspectos históricos, estéticos, artísticos, formais, técnicos e, principalmente, dos valores atribuídos ao bem no seu reconhecimento como patrimônio cultural, sendo composto pela pesquisa histórica, pelo levantamento físico do bem; análise tipológica; identificação de materiais e do sistema construtivo e prospecções complementares.

Somente com o desenvolvimento minucioso da etapa de identificação e conhecimento do bem é que os aspectos imateriais do patrimônio material podem ser compreendidos e, a partir disso, restaurados seus significados através da materialidade que o reflete.

Os levantamentos, além de terem como objetivo conhecer e analisar a edificação sob seus aspectos históricos, estéticos, artísticos, formais e técnicos, visam também “compreender o seu significado atual e ao longo do tempo, conhecer sua evolução e, principalmente, os valores pelos quais foi reconhecida como patrimônio cultural”. (GOMIDE; SILVA e BRAGA, 2005, p. 20).

Os levantamentos são imprescindíveis, tanto do ponto de vista de documentação da memória, quanto no sentido de subsidiar as decisões projetuais e as definições de caráter técnico, tendo em vista a história do bem, sua tipologia, os

materiais e técnicas empregados, a aferição da autenticidade de seus elementos, etc.

[...] o estudo do monumento, conhece-lo de forma aprofundada, leva ao amor e ao respeito e a uma boa restauração, como colocara Boito. Mas é ainda mais imprescindível recordar que não se trata apenas de conhecer para conservar, mas também, e sobretudo — como mostram os ensinamentos de Riegl [...] — de “conservar para conhecer”. (KÜHL, 2008, p. 228).

O diagnóstico complementa o conhecimento do bem obtido com os levantamentos. É a etapa de análise detalhada dos problemas apresentados pela edificação, expressa através do mapeamento de danos, da análise do estado de conservação e da identificação dos agentes degradadores, para os quais podem ser necessários estudos complementares como geotécnicos, ensaios e testes para análise de materiais, definições de traços de argamassas, etc.

Levantamentos precisos e diagnósticos detalhados são básicos na definição das intervenções. Identificar os aspectos materiais que mais possam garantir a permanência dos valores e significados que a materialidade contém é fundamental nessa investigação. Sem isso a proposta de intervenção acaba sendo superficial no que diz respeito ao restauro da edificação e de seu significado e de seu papel como suporte de memória.

Ressalta-se, ainda, a importância da participação direta do responsável técnico pelo projeto nas etapas de levantamento e diagnóstico, pois esse conhecimento aprofundado do bem reflete nas decisões de projeto e no restauro como ato crítico.

[...] por mais fundamentos teóricos que se obtenham, o resultado final de um levantamento leva certa dose de subjetividade. Se fizerem o mesmo levantamento, dois diferentes bons profissionais terão muitos pontos em comum na representação do desenho, mas darão maior ou menor ênfase em alguns detalhes, em virtude de sua ótica pessoal de entender o monumento e os seus problemas.” (OLIVEIRA, 2008, p. 23).

A proposta de intervenção é composta pelo estudo preliminar, pelo projeto básico e pelo projeto executivo. Questões omissas na proposta fazem com que muitas decisões sejam tomadas no momento da obra, quando surgem problemas não

identificadas anteriormente por falta de investigação preliminar mais aprofundada, ou por falta de projeto executivo ou detalhamento, fazendo com que a intervenção acabe por descaracterizar o bem, deixando de ser uma restauração.

De acordo com a Portaria IPHAN nº 420 de 2010⁵⁷, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno, os produtos das três etapas citadas — identificação e conhecimento do bem, diagnóstico e proposta de intervenção — devem integrar o projeto de restauração, a qual é definida como “serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções” (Art. 3º).

Salienta-se que as três etapas são complementares e interdependentes, podendo ser revisadas a qualquer momento do processo. Os projetos complementares também devem ter por base os levantamentos e diagnóstico elaborados e atender as premissas de “mínimo de intervenção possível, adequação, compatibilidade e, principalmente, respeito aos valores estéticos e culturais da edificação, objeto de intervenção”. (GOMIDE; SILVA e BRAGA, 2005, p. 47).

4.1.1. A restauração em duas ações do PAC CH em Jaguarão

A partir da metodologia de projeto recomendada pelo IPHAN — apoiada nas teorias do restauro e nas cartas patrimoniais e exposta no Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural (GOMIDE; SILVA e BRAGA, 2005) —

⁵⁷Disponível em
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf>
Acesso em 26 mai 2016.

os projetos de restauração da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo (Figura 57) e do Mercado Público Municipal (Figura 58) serão analisados a seguir.

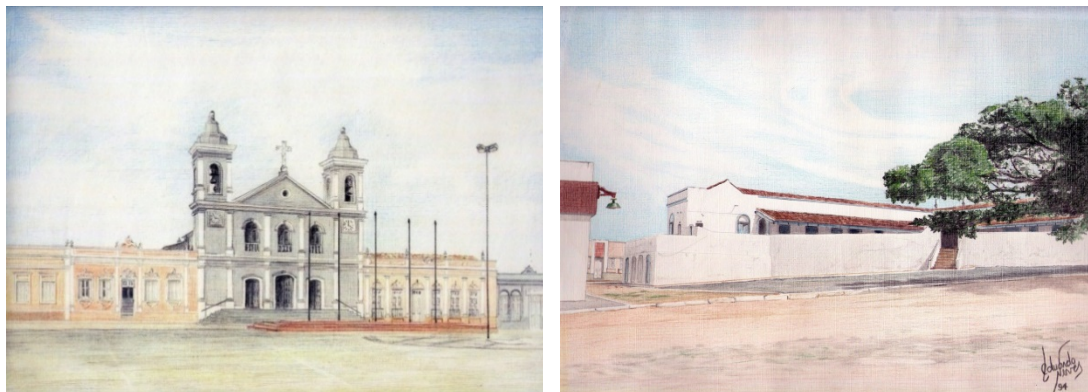


Figura 57 - Igreja Matriz e casarões do entorno.
Desenho: Eduardo Rota Neves (1993).

Figura 58 – Mercado Público
Desenho: Eduardo Rota Neves (1994).
Fonte: Disponibilizado pelo autor do desenho.

A Igreja Matriz do Divino Espírito Santo está localizada no Núcleo Original — setor 1 da área de tombamento—, área mais antiga da cidade, que se manteve ao longo do tempo como um dos espaços principais, com a Praça Alcides Marques e o Largo das Bandeiras como foco central. Outro importante local da cidade era a área do entorno da Praça do Desembarque — localizada no setor 3 da área de tombamento —, onde está situado o Mercado Público, que se configurava como importante centro de atividades do município. (Figura 59).

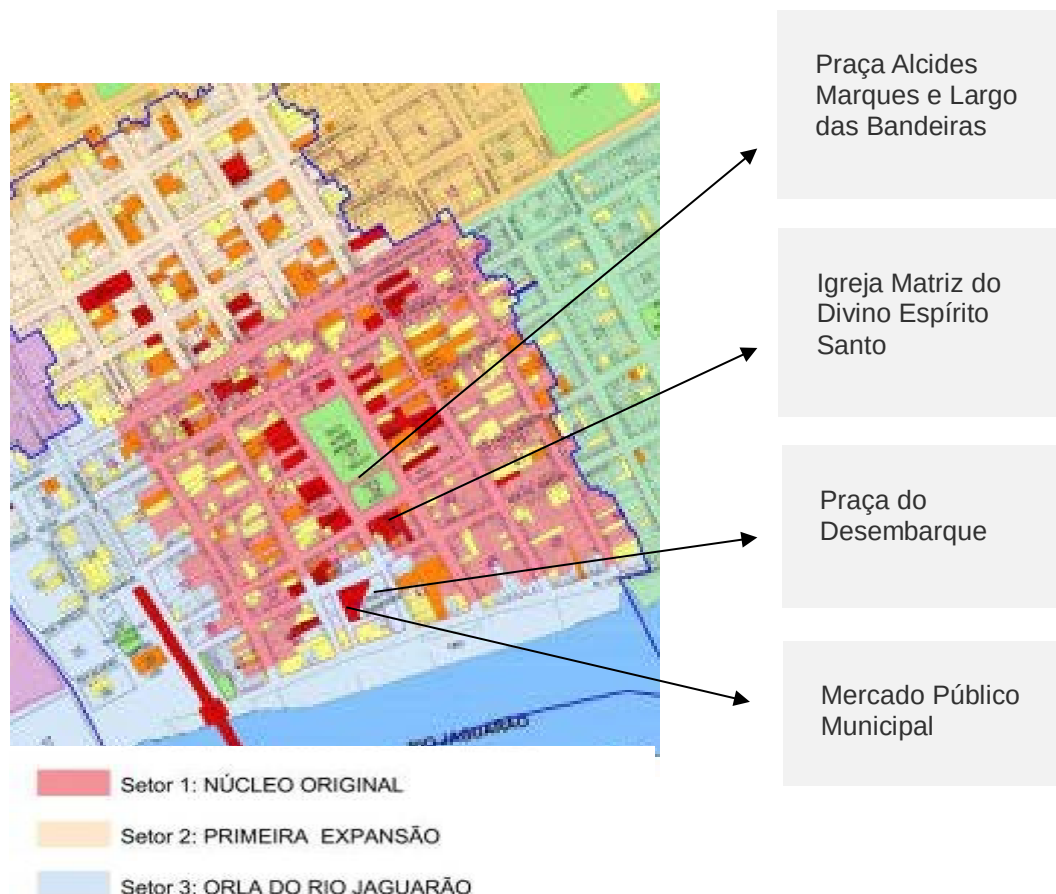


Figura 59 - Localização da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo e do Mercado Público
 Fonte: IPHAN

4.1.1.1. A Igreja Matriz do Divino Espírito Santo

Destacada no contexto da Praça Alcides Marques, a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo teve sua construção iniciada em 1847 e concluída em 1875. Inicialmente sua construção deveria ser em um terreno do outro lado da praça e sua fachada ficaria voltada para o sul, de frente para o Rio Jaguarão, principal acesso à cidade colonial. Porém, acabou por ser edificada no terreno onde existia uma antiga capela, voltada para a praça central. (IPHAN. Ficha SICG - Cadastro da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, 2009).

Em maio de 1846 o Governo Provincial sancionou uma lei autorizando a extração de uma loteria para arrecadar fundos para a obra da nova Igreja Matriz de

Jaguarão. (SOARES, 2011, p. 93).

Em 1854 a igreja estava retelhada, forrada, assoalhada e rebocada interna e externamente. Faltavam-lhe as torres e a capela-mór, para que toda a obra se completasse. E desta forma precária ia funcionando a igreja, até 1871, quando em maio deste mesmo ano, a Câmara Municipal se comprometeu a realizar um estudo para auxiliar as obras da Igreja. (IPHAN. Ficha SICG - Cadastro da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, 2009).

De 1865 a 1870 as obras da Igreja Matriz foram paralisadas, sendo retomadas em 1871. Conforme relatório da Câmara Municipal de 1873, a capela-mor estava emadeirada e coberta, faltando forrá-la de estuque. O relatório alertava, contudo, para a necessidade de pronta conclusão das obras, sob pena de deterioração da mesma, o que traria maiores gastos futuros. (SOARES, 2011, p. 183).

Em 1875 as obras foram praticamente concluídas, faltando somente alguns complementos móveis em seu interior. (SOARES, 2011, p. 202).

Seu sino anunciava o “toque de recolher” para os habitantes: no inverno às oito horas da noite e no verão, as nove. [...] Em 1886, foi mandado demolir o “adro” existente na fachada da igreja, “por interceptar o trânsito público pela rua da Matriz e também para embelezar mais a praça Independência”. (IPHAN. Ficha SICG - Cadastro da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, 2009).

Quanto aos aspectos arquitetônicos, a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo apresenta linguagem eclética de meados do século XIX, tipologia funcional característica e composição clássica tripartite. A edificação é elevada sobre o terreno, com uma escadaria frontal que avança sobre a calçada. Caracteriza-se por ser uma construção de alto porte, com dois pavimentos, duas torres e frontão.

Sua fachada frontal apresenta características sóbrias e poucos elementos decorativos, o que não a impede de ter grande destaque no contexto, tendo em vista as edificações de um pavimento que a ladeiam em toda a face de quadra (Figura 60). A edificação apresenta vãos em arco abatido no pavimento térreo, sendo os demais em arco pleno. Destacam-se, ainda, os dois relógios de origem portuguesa apostos

sobre a fachada. (Figura 61).



Figura 60 - Igreja Matriz do Divino Espírito Santo – Face de quadra.
Fonte: Acervo IPHAN.

Figura 61 – Igreja Matriz do Divino Espírito Santo – Fachada frontal.
Fonte: Idem à anterior.

Internamente a igreja apresenta nave única com retábulos laterais e vitrais na parte superior, quatro capelas laterais, altar-mor com retábulo que apresenta em destaque a representação do Divino Espírito Santo, e coro na parte frontal. (Figura 62). Atualmente (outubro de 2016), em fase inicial da obra promovida pelo PAC CH, existe uma estrutura montada no interior da igreja para o escoramento da cobertura, tendo em vista seu estado precário. (Figura 63).



Figura 62 - Interior da Igreja Matriz do Divino espírito Santo.

Figura 63 - Interior da Igreja Matriz com estrutura para escoramento da cobertura.
Fonte: Acervo IPHAN.

Com o tombamento, para a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo foi atribuído Grau de Proteção C1 (conservação rigorosa), conforme diretrizes de gestão do

conjunto tombado, tendo em vista a importância histórica e arquitetônica da mesma, a qual mantém a maioria das características originais, sendo um importante documento histórico e um exemplar representativo da arquitetura tradicional do conjunto, devendo ter suas características preservadas ao máximo.

4.1.1.1.1. As etapas de identificação, conhecimento do bem e diagnóstico

Nos levantamentos realizados para o projeto de restauração da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo observamos a participação direta e a coordenação dos trabalhos pela arquiteta responsável pelo projeto.

O levantamento cadastral foi executado utilizando-se do sistema de triangulação, onde cada espaço medido tem pelo menos duas diagonais de amarração, apresentando mais diagonais nos casos de espaços delimitados por mais de quatro faces. Nesse sistema todas as medidas são tomadas no mesmo nível, que é marcado preliminarmente em toda a edificação, o que evita erros devido a irregularidades das paredes. (Figura 64).

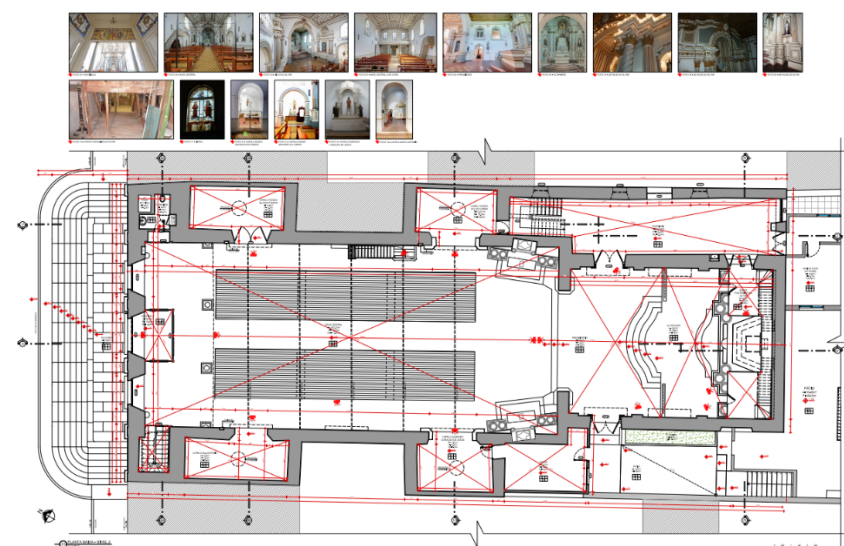


Figura 64 - Levantamento Cadastral Igreja Matriz. Planta Baixa Geral - Nível 2
Prancha LC 07/41

Fonte: IPHAN. Processo nº 01512.003051/2013-17

Várias técnicas e artifícios de medição podem ser usadas em levantamentos⁵⁸, sendo que a precisão é fundamental para a elaboração de projetos de restauração, diferentemente do que ocorre nos levantamentos feitos para fins de inventários, principalmente quando a quantidade de edificações é muito grande e o tempo disponível não permite um trabalho mais detalhado.

As formas sumárias de levantamentos mostram a característica geral da edificação, mas não podem ser utilizados para projetos de restauração, visto que estes permanecerão como documentos de preservação da memória. A representação gráfica detalhada contribui para fidedignidade do documento. (Figura 65).

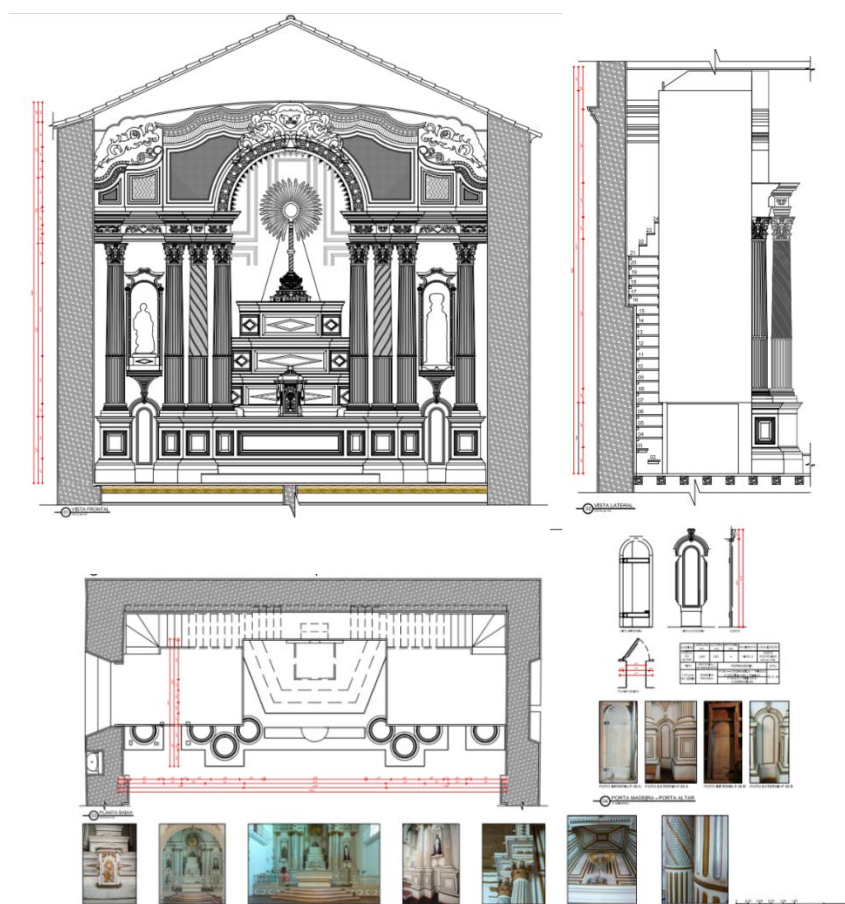


Figura 65 - Levantamento Cadastral Igreja Matriz. Altar-Mor
Prancha LC 39/41

Fonte: IPHAN. Processo nº 01512.003051/2013-17

⁵⁸ Sobre essas técnicas vide OLIVEIRA, 2008.

Foi graças a levantamentos cuidadosos e sistemáticos feitos anteriormente que se conseguiu *repristinar* o Centro Histórico de Varsóvia, arrasado pelos nazistas na Segunda Grande Guerra. Se o procedimento pode ser discutível, diante da moderna cultura da conservação e do restauro, não se pode negar que foi uma intervenção baseada em documentos fidedignos, como refere o Art. 9 da Carta de Veneza. Reconhecemos que a **verdade** histórica foi arranhada, mas a **verdade** da arquitetura não o foi. (OLIVEIRA, 2008, p. 13-14).

À luz das novas tecnologias, alguns projetistas vêm se utilizando de equipamentos como o *scanner a laser 3D* e equipamentos de termografia, dentre outros, para realizar levantamentos arquitetônicos de edificações do patrimônio cultural. Contudo, essas tecnologias ainda apresentam um alto custo, o que tem dificultado seu emprego nos projetos do PAC CH no Rio Grande do Sul.

A fotografia também é um instrumento fundamental na preservação da memória cultural. A fotografia documental de arquitetura, diferentemente da artística, que deve emocionar aos observadores, deve expressar a legibilidade e clareza das informações. Daí a importância de um levantamento fotográfico que zele pela técnica fotográfica adequada, atendendo a fatores básicos como a definição, o contraste e a profundidade de campo. (OLIVEIRA, 2008).

Observamos, no projeto em estudo, que a riqueza do levantamento está expressa também no levantamento fotográfico, refletindo na qualidade dos projetos, sob a ótica do restauro. As fotos acompanham as pranchas de levantamento e diagnóstico, registrando todas as situações gerais e particulares encontradas, a exemplo dos detalhes da cada esquadria (Figura 66).



Figura 67 - Prospecção de cores em elementos de madeira do altar
 Fonte: Fotos da autora (outubro/2016)

Conforme já abordado, o levantamento, junto ao diagnóstico, é importante documento da situação em que o bem se encontra na etapa anterior à obra de restauração.

O diagnóstico da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo foi realizado de maneira a identificar todas as patologias decorrentes da ação da água (umidade ascendente ou descendente, dentre outras), lesões e deformações (fissuras, rachaduras, perda de material, etc.), problemas estruturais (recalque, flambagem), degradação dos materiais (apodrecimento de madeira, degradação do reboco ou da alvenaria, material incompatível, desgaste mecânico, ferrugem, dentre outras).

Foram identificadas, também, a biodeterioração (vegetação, insetos xilófagos e morcegos), as alterações (elementos modificados ou acrescidos), as instalações improvisadas, etc. A representação gráfica desse diagnóstico, em plantas de piso e de forro, em cortes e em fachadas (Figura 68), foi feita a partir de convenção estabelecida (Figura 69).



Figura 68 – Diagnóstico da Igreja Matriz. Fachada principal e cortes.
Fonte: IPHAN - Processo nº 01512.003051/2013-17

CONVENÇÕES	
AÇÃO DA ÁGUA	BIODETERIORAÇÃO
AQ01 Áreas alagadas	AQ20 Vegetação, limo, líquen e musgo
AQ02 Umidade ascendente	AQ21 Insetos xilófagos e morcegos
AQ03 Umidade descendente	ALTERAÇÕES
AQ04 Umidade por condensação	AQ22 Elemento modificado
LESÕES E DEFORMAÇÕES	AQ23 Acréscimos
AQ05 Fissura visível sobre a face da parede	INSTALAÇÕES IMPROVISADAS
AQ06 Fissura visível sobre a face oposta	AQ24 Redes hidrosanitárias aparentes
AQ07 Rachadura	AQ25 Redes elétricas aparentes
AQ08 Fenda	AQ25a Redes aparentes não identificadas
AQ09 Perda de material	AQ26 Redes telefone e lógica aparentes
ESTRUTURA	AQ27 Pontos de Luz
AQ10 Recalque	AQ28 Pontos de Luz
AQ11 Flambagem	AQ29 Equipamento de ar condicionado
DEGRADAÇÃO DOS MATERIAIS	AQ30 Equipamento de som
AQ12 Apodrecimento da madeira	AQ31 Sensor do alarme
AQ13 Degradação do reboco	AQ32 Tomada
AQ14 Material Incompatível	AQ33 Interruptor
AQ15 Degradação da alvenaria	AQ33a Comando não identificado
AQ16 Degradação do piso	AQ34 Espelho metálico
AQ16a Estufamento do piso	AQ35 Patologia não identificada
AQ17 Desgaste mecânico	AÇÃO HUMANA
AQ18 Descolamento de revestimento	AQ36 Pichação
AQ19 Ferrugem	

Figura 69 – Diagnóstico da Igreja Matriz. Quadro de convenções.
Fonte: IPHAN - Processo nº 01512.003051/2013-17

Os diagnósticos detalhados contribuem para uma proposta de intervenção mais assertiva e são imprescindíveis para evitar problemas de maior monta no decorrer da obra.

4.1.1.1.2. A proposta de intervenção

A proposta de intervenção deve refletir os valores que fazem da edificação um bem cultural. No Memorial Descritivo do Projeto de Restauração da Igreja Matriz do Espírito Santo os critérios de intervenção foram expostos:

A proposta de intervenção foi elaborada de forma a respeitar os valores culturais da edificação, procurando causar o mínimo de interferência na autenticidade estética, histórica, dos materiais e dos processos construtivos. Os critérios adotados para o desenvolvimento da proposta de restauração da Igreja Matriz de Jaguarão são os seguintes: autenticidade, contemporaneidade, reversibilidade e diferenciação. (IPHAN - Processo nº 01512.003051/2013-17).

O documento ressalta que a obra deve preservar, sempre que possível, os materiais originais e, caso seja necessário o uso de outros, devem ser compatíveis e diferenciados do existente.

Tão importante quanto a manutenção dos materiais é a manutenção dos processos construtivos, de suas peculiaridades, evitando a introdução de técnicas que sejam incompatíveis e descaracterizem o sistema existente. (IPHAN - Processo nº 01512.003051/2013-17).

Entendemos que ao considerar os critérios citados, não apenas o aspecto material é restaurado, mas também seu significado, respeitando os valores tangíveis e intangíveis do bem.

O projeto de restauração da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, contratado com recursos da paróquia, segue as premissas e a metodologia expostas no Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural do Programa

Monumenta (GOMIDE; SILVA e BRAGA, 2005), apresentando um alto grau de detalhamento em todas as suas etapas, o que traz qualidade ao projeto sob a ótica da restauração, tendendo a apresentar menos imprevistos no decorrer da obra, o que vem se comprovando em seus primeiros meses (Figura 70).



Figura 70 - Obra da Igreja Matriz, iniciada pela cobertura em junho de 2016
Fonte: Fotos da autora (outubro/2016)

O projeto de restauração da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, de acordo com os preceitos da Carta de Veneza, é exemplo do respeito aos materiais originais e aos documentos existentes. As operações de restauro propostas não avançam em conjecturas, sendo os acréscimos distintos, contemporâneos e referenciados na composição arquitetônica original, respeitando o ambiente circundante.

O projeto em questão reporta-se às técnicas tradicionais, assim como se utiliza de técnicas atuais de comprovada eficiência, onde se fazem necessárias, além de focar na preservação da linguagem e tipologia arquitetônica e dos valores do bem.

Além das questões do restauro propriamente ditas, para as quais são apresentadas propostas detalhadas no que diz respeito ao tratamento a ser dado a todas as partes da edificação (estrutura, cobertura, paredes, esquadrias, instalações, forros, pisos, acabamentos, etc) e aos materiais e técnicas a empregar — representados em plantas, cortes (Figura 71) e fachadas e constantes no memorial descritivo —, outra questão importante diz respeito às novas inserções propostas no

projeto.

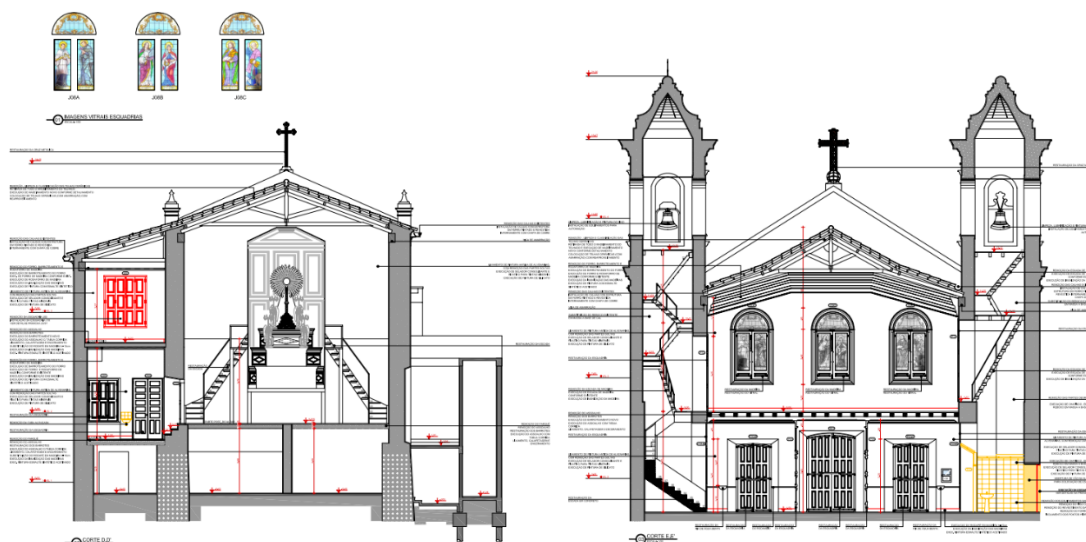


Figura 71 - Cortes da Proposta de Intervenção, indicando procedimentos a adotar.
Prancha PI 13/40.

Fonte: IPHAN - Processo nº 01512.003051/2013-17.

A intervenção contemporânea proposta para o salão paroquial, aos fundos da igreja, também é tema de interesse na análise. Em geral as novas inserções são polêmicas, tendo em vista a dificuldade que encontram em respeitar e harmonizar-se com o bem tombado, sem ferir sua ambiência e visibilidade.

No caso da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, contudo, tendo em vista que na parte dos fundos do terreno, voltada para a Rua General Marques, onde se localiza o salão paroquial, a edificação sofreu, em data incerta, uma intervenção que a descaracterizou (Figura 72), a nova proposta busca uma reintegração da fachada com uma complementação harmônica, porém diferenciada e contemporânea (Figura 73), seguindo os princípios expostos no memorial descritivo.



Figura 72 - Edificação nos fundos da Igreja Matriz.
Exemplo de edificação que sofreu intervenção descaracterizante.
Fonte: Foto da autora (2014).

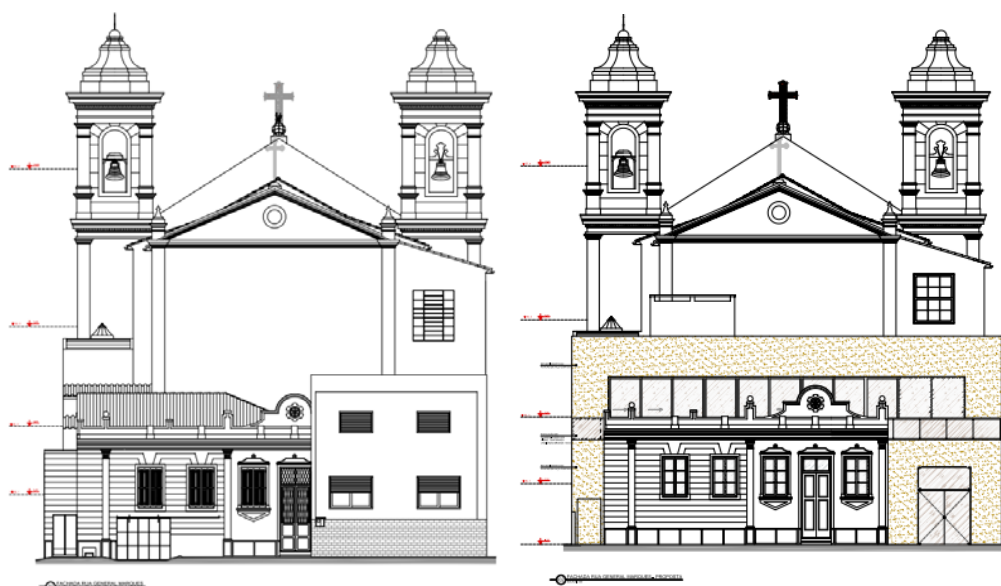


Figura 73 – Fachada do salão paroquial da Igreja Matriz. Existente e proposto.
Fonte: IPHAN - Processo nº 01512.003051/2013-17.

Apesar da descaracterização da edificação da Casa Paroquial, com o tombamento foi atribuído grau de conservação intermediário (C2) à parte original da fachada, devendo ser mantidas as características externas da edificação. A inserção proposta para o terreno aos fundos da Igreja Matriz apresenta elementos que compõem harmonicamente com a edificação existente.

O nível de detalhamento dos projetos demonstra o cuidado e o respeito às

edificações e ao que elas representam para a comunidade e para o patrimônio nacional.

Essas questões demonstram a preocupação com o tratamento objetivo da matéria, de maneira respeitosa, preservando seu significado, subjetivo por essência. Respeitar a materialidade, sua autenticidade, representa o entendimento de que a mesma está impregnada de valores, que por sua vez estão relacionados a emoções e a afetos. Representa a “garantia das origens” e o combate à “angústia da morte e do aniquilamento”, conforme Choay. (2006, p. 18).

Entendemos que os critérios materiais e culturais adequados foram adotados no projeto para a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão e que através da restauração de sua materialidade, seus significados também serão restaurados.

4.1.1.2. O Mercado Público Municipal

O Mercado Público Municipal de Jaguarão (Figura 74) foi construído entre 1864 e 1867, tendo sido um importante local de comércio, ao qual chegavam mercadorias e escravos através do Rio Jaguarão.



Figura 74 – Mercado Público Municipal (s/ data).
Fonte: Acervo IPHAN

Anteriormente, existiam no local pequenas edificações de madeira de comerciantes. A planta datada de 1859 foi analisada por Pereira de Campos, major de engenheiros e inspetor de obras do presidente da província, Joaquim Fernandes Leitão. O militar considerou a mesma imperfeita por faltar uma varanda coberta que protegesse os comerciantes das intempéries, além de ter considerado de pouca resistência o material a ser empregado, propondo melhorias. (IPHAE, 2010).

O engenheiro Benito Ilha Elejalde, em estudo de 1911, descreveu o Mercado, citando que o pavimento era em laje de grês e salientando a existência de um “algibe para o serviço de lavagens”. (IPHAE, 2010).

A edificação foi parcialmente descaracterizada devido à reforma pela qual passou entre 1917 e 1920, quando alguns vãos foram fechados, as bandeiras das portas, originalmente em madeira, foram substituídas por alvenaria, dentre outras alterações (Figura 75).

Foram retiradas as grades que existiam sobre o muro, segundo informações teriam sido colocadas no Cemitério das Irmandades e em casas de família. Provavelmente nesta mesma reforma foi demolida uma das escadas de acesso ao prédio – a escada lateral direita, pela rua 15 de Novembro que já estava em ruínas. (IPHAN. Ficha SICG. Cadastro do Mercado Público, 2009).



Figura 75 - Mercado Público Municipal (2013).
Fonte: Acervo IPHAN.

A edificação de porte médio apresenta um pavimento com passeio elevado em relação ao nível da calçada, planta em “L”, linguagem luso-brasileira com alguns elementos ecléticos e aspecto de fortificação, com paredes de alvenaria de 60 cm de espessura, ritmo nas aberturas, alas dispostas simetricamente e um pátio interno, de onde se avista o Rio Jaguarão e a Ponte Internacional Mauá.

Em 1986 a Prefeitura de Jaguarão solicitou o tombamento da edificação à Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado — CPHAE, dando continuidade às metas propostas pelo Projeto Jaguar, tendo ocorrido o tombamento estadual em 1990.

Com o tombamento do conjunto urbano pelo IPHAN, em 2012, foi atribuído Grau de Proteção C1 (conservação rigorosa) à edificação, tendo em vista que, apesar das alterações sofridas ao longo do tempo, era uma edificação passível de restauro, sendo um referencial da arquitetura tradicional do conjunto, constituindo-se em importante documento histórico, que deveria ter suas características preservadas ao máximo.

A falta de manutenção acarretou a interdição do prédio pelo corpo de bombeiros em 2013, sendo que as obras contratadas com recursos do PAC CH foram iniciadas em julho de 2014.

Em dezembro de 2015 as obras foram paralisadas por falta de recursos federais e pela necessidade de acréscimo de serviços não previstos em projeto. Essas questões estão sendo analisadas pelo PAC CH e a obra permanece paralisada (outubro de 2016).

4.1.1.2.1. As etapas de identificação, conhecimento do bem e diagnóstico

Levantamentos existentes no IPHAE serviram de base para o projeto, tendo sido realizados por acadêmicos de arquitetura vários anos antes, sem a participação do projetista, sendo que esses levantamentos não integraram o projeto e não foram localizados em processos do IPHAN.

O reflexo dessa situação pode ser visto no tratamento dado às portas, por exemplo, elementos de destaque na edificação. O levantamento e o diagnóstico referentes a elas não foram aprofundados por ocasião do projeto. Conforme consta no Caderno de Levantamento, Diagnóstico e Restauro, elaborado pelo escritório responsável pelo projeto, existia a orientação no sentido de identificar os caixilhos originais e executar prospecção para identificação da madeira.

Ainda quanto às portas, a orientação era que “para execução do restauro das peças originais deverão ser feitos desenhos, fotografias, diagnósticos, mapeamentos e procedimentos a serem utilizados individualmente em cada peça”. (IPHAN. Processo n. 01450.004517/2014-46. Caderno de Levantamento, Diagnóstico e Restauro, p. 165).

Ainda que o IPHAN, antes da contratação da obra, tenha realizado boa parte desse trabalho⁵⁹, o mesmo não foi integrado ao projeto quando da contratação da obra, não tendo sido previstos recursos para o tratamento indicado.

Com isso, muitas portas para as quais a indicação era o restauro (cerca de 60% do total), acabaram sendo substituídas por novas portas, confeccionadas em madeira

⁵⁹ Trabalho desenvolvido pela autora em 2013, com apoio do corpo técnico da Prefeitura Municipal de Jaguarão, em consultoria prestada ao IPHAN através de contrato com a UNESCO. O trabalho referido consta do Processo IPHAN n. 01450.004517/2014-46, volume 1, folhas 5 a 66 e apresenta, para cada porta, uma ficha com o diagnóstico, a localização em planta, fotos internas e externas e procedimentos indicados para cada peça.

de mogno, doada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, ou em louro freijó, sendo que apenas cerca de 20% do total foram restauradas (21 folhas de um total de 98, sendo cada porta composta por duas folhas).

Ainda podemos citar o reboco que foi todo substituído, não havendo registro de prospecção de traço da argamassa ou de cores.

Esses exemplos, e tantos outros com os quais comumente nos deparamos em supostas obras de restauração, demonstram que as etapas iniciais de levantamento e diagnóstico são essenciais para decisões de projeto e repercutem na qualidade da restauração e em questões pragmáticas como a elaboração de planilhas orçamentárias, fundamentais no planejamento de destinação de recursos públicos.

Outra questão a ser levantada diz respeito à existência de uma cisterna sob o pátio dos fundos do mercado. Relatos davam conta que no local existira um poço, mas a pesquisa histórica não foi realizada para a elaboração do projeto. No decorrer da obra, ao abrir o suposto poço, surgiu uma bela estrutura subterrânea de uma cisterna construída em tijolos abobadados, que não foi integrada ao projeto e permanecerá fechada e sem uso. (Figura 76).



Figura 76 – Fotos da cisterna encontrada no local onde se pressupunha existir um poço.
Fonte: Acervo IPHAN (foto de 20/8/2015).

Por outro lado, o elemento de captação de água que existia no encontro das águas do telhado da área coberta — sobre o qual também não se tem maiores informações e não se sabe quando foi acrescentado à edificação — foi eliminado (Figura 77). Sua existência é observada em fotos do período anterior ao início das obras do PAC CH (Figuras 78 e 79), embora não apareça em foto mais antiga (Figura 80).



Figura 77 - Área coberta sem o elemento vertical de captação de água do telhado.
(Foto de 2/10/2015)
Fonte: Acervo IPHAN.



Figura 78 – Remendo no piso do pátio onde se pressupunha a existência de um poço.
Ao fundo, área coberta com elemento vertical de captação de água do telhado.
Fonte: Acervo IPHAN (foto anterior à obra que começou em 2014).

Figura 79 - Detalhe do elemento de captação de água.
Fonte: idem à anterior.



Figura 80 - Foto antiga do pátio interno do Mercado (s/ data).
Fonte: Acervo IPHAN

Após a conclusão do projeto, algumas prospecções foram feitas por técnicos da empresa que hoje executa a obra, com o acompanhamento do IPHAN. Foi o caso daquelas em elementos decorativos e construtivos da edificação, porém um estudo mais aprofundado acabou por não ser produzido ou agregado ao projeto. (Figuras 81 e 82).



Figura 81 - Prospecção do cunhal⁶⁰.

A foto mais antiga (sem data) mostra o destaque do cunhal. Na segunda foto (2013), vemos que ele não mais existente. O mesmo não foi identificado na prospecção.

Fonte: Acervo IPHAN.

⁶⁰ Ângulo saliente no encontro de duas paredes.



Figura 82 - Fotos prospecções Mercado Público (2013).
Fonte: Acervo IPHAN.

As prospecções são importantes porque contam parte da história da edificação e, após realizadas, um relatório deve ser gerado a respeito, sendo esse registro um importante documento do bem.

Todas essas questões levam ao questionamento no que se refere à preservação da autenticidade do bem. A escolha do método de trabalho não é algo neutro e reflete um posicionamento quanto ao conceito de restauro e quanto aos valores tangíveis e intangíveis a preservar no bem, o que influencia na escolha de critérios de intervenção.

4.1.1.2.2. A proposta de intervenção

O projeto para o Mercado Público Municipal foi contratado pela prefeitura, ainda antes da seleção do PAC CH. Inicialmente o projeto apresentou uma proposta de intervenção urbana no entorno do Mercado (Figura 83), com a demolição do prédio da antiga usina de energia (Figura 84), causando uma polêmica no município e no

meio acadêmico. A ação do PAC CH acabou por deixar as definições do entorno para um segundo momento, investindo apenas dentro dos limites da edificação.

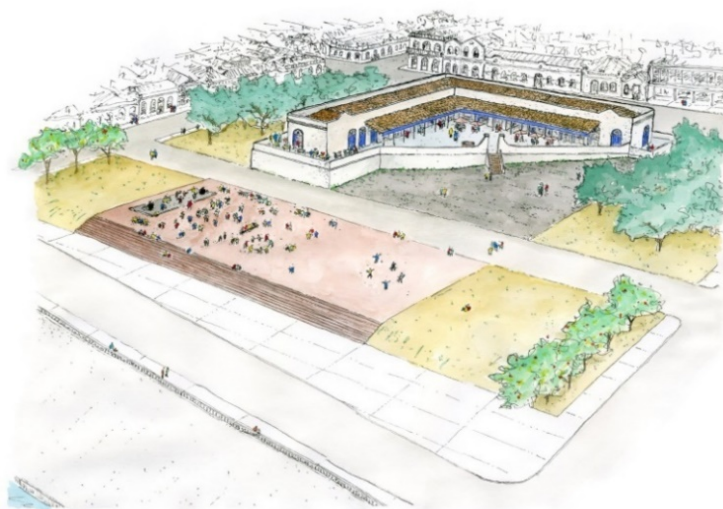


Figura 83 - Mercado Público de Jaguarão - Proposta de intervenção urbana.
Fonte: <http://brasilarquitectura.com/projetos/mercado-municipal-de-jaguarao/>
Acesso em 10 ago. 2016.



Figura 84 - Edificação da antiga Usina de Energia de Jaguarão.
Fonte: Foto da autora (abril/2016).

A intervenção proposta visa revitalizar o espaço, criando um ambiente de contemplação do rio com restaurantes e cafés. O projeto traz a polêmica a respeito dos novos usos e da vocação da edificação, tendo em vista que o Mercado deixará de funcionar com bancas típicas e como uma feira popular de hortifrutigranjeiros,

passando a maior parte do espaço a ser ocupado por restaurantes voltados ao turismo, sem prever espaços viáveis, com instalações mínimas necessárias, para atividades tradicionais. (Figura 85).

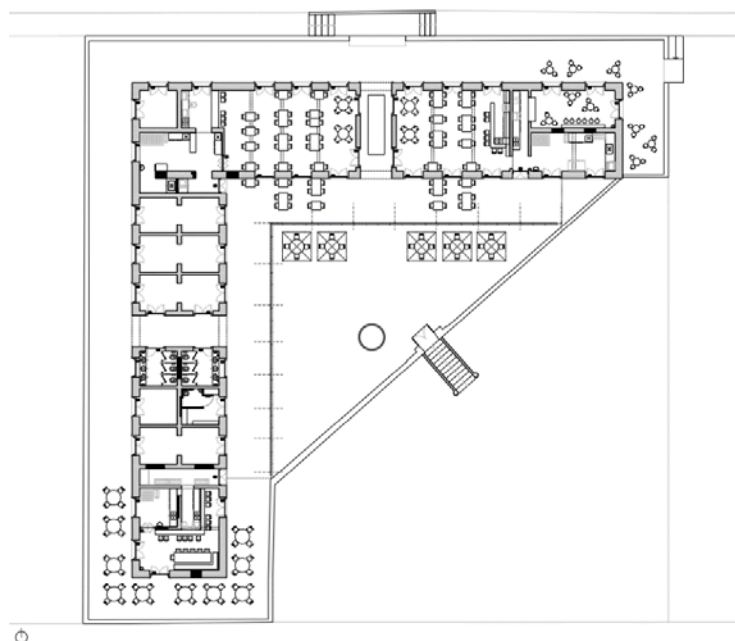


Figura 85 - Planta de layout proposto para o Mercado Público
Fonte: IPHAN. Processo n. 01450.004517/2014-46

Esse novo uso acarretou alterações internas, com remoção de paredes, por exemplo, e emprego de materiais não recomendados para uma edificação com grau de conservação rigorosa (C1).

Observamos que o projeto não seguiu as premissas e a metodologia recomendadas a uma restauração, nem a obra tem se apresentado como tal. Características que deveriam ser preservadas por se tratar de uma edificação com grau de conservação rigorosa, acabam por se perder.

Se considerarmos que, de acordo com a Carta de Veneza (1964), a restauração tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento, com base no respeito aos materiais originais e aos documentos autênticos, concluímos não se tratar de uma restauração (Figura 86), ainda que a ação do PAC

CH seja elencada como tal.



Figura 86 - Mercado Público de Jaguarão - Proposta de interior
 Fonte: <http://brasilarquitectura.com/projetos/mercado-municipal-de-jaguarao/>
 Acesso em 10 ago. 2016

Além dos aspectos materiais, entendemos que também os aspectos simbólicos serão prejudicados, do ponto de vista da restauração. A população acostumada a frequentar o mercado perderá essa referência de um espaço tradicional, assim como existem em tantos municípios brasileiros. Observa-se que o mercado tradicional também é atrativo ao turista, por suas próprias características tradicionais, ainda que se reserve algum espaço para a gastronomia.

No que diz respeito à obra, várias questões surgiram em seu decorrer, tanto pela falta de levantamento e diagnóstico minuciosos, quanto pela falta de detalhamento de projetos e consequentes definições prévias.

O novo uso proposto para a edificação também fez com que novas necessidades fossem surgindo ou sendo criadas no decorrer da obra, como instalações de portas de vidro e cortinas de ar para climatização dos ambientes de restaurantes e instalação de churrasqueiras e respectivas chaminés nesses ambientes, o que não teve a aprovação do IPHAE, que salientou, através do Ofício 075/2016/IPHAE/SEDAC, de 6 de maio de 2016, encaminhado ao prefeito do município:

(...) mais uma vez as adequações e situações para tomada de decisões

pontuais originam-se na falta de projeto executivo gerando soluções, muitas de forma irreversível, incompatíveis com os princípios do restauro. Isso é causa de enorme desconforto e preocupação quanto aos possíveis danos ao bem tombado estadual – Mercado Público de Jaguarão. (IPHAN. Processo n. 01450.004517/2014-46, pg. 1655).

Questões de projeto definidas no decorrer da obra acarretaram na falta de previsão de recursos e consequente dificuldade na liberação dos mesmos, provocando atrasos na sua execução. Surgiram, por exemplo, necessidade de reforços estruturais (grampeamentos de paredes e reforço de abóbadas⁶¹ do subsolo) e de acabamentos e/ou restauração de elementos externos (muros, escada, etc.) não previstos.

Em toda obra surgem aspectos imprevistos, cujo tratamento deve ser decidido com a mesma em andamento. O que se busca, através de um projeto detalhado, que se utilize de uma metodologia adequada, é a redução desse tipo de situação, principalmente porque tudo gera custo e requer tempo. Esses recursos não previstos acarretam, muitas vezes, decisões mais pragmáticas do que técnicas, quando não, políticas.

Assim, embora usualmente venha se falando em restauração, tanto no município quanto no IPHAN, a obra do Mercado Público não o é no entendimento mais consensual do conceito, tendo em vista as cartas patrimoniais e que a restauração pressupõe a preservação de valores históricos e estéticos do bem, assim como se fundamenta no respeito à vocação do mesmo e ao material original, na medida em que este é o suporte de memória e representa aspectos imateriais.

Assim, pela série de questões não investigadas ou não solucionadas preliminarmente com foco na materialidade e no significado da obra e em sistemática fundamentação histórica, bem como pelos novos usos propostos, sem espaço para

⁶¹ Cobertura em curva ou arco, no caso, de tijolos.

atividades conectadas com sua vocação como mercado público, não se deve falar em obra de restauração, já que desse ponto de vista várias questões ficaram sem tratamento, desrespeitando o documento histórico.

Para muitas intervenções em bens culturais tem sido usado termos como recuperação, revitalização, renovação, etc., a despeito dos valores associados a esses bens.

[...] termos que refletem posturas conceituais inadequadas, pois se afastam das razões que motivaram a preservação e que procuram distanciar-se do conceito de restauro, encarado erroneamente como ato que tolhe a criatividade, com intuitos apenas restritivos, que inviabilizaria uma transformação para atender de modo adequado às necessidades atuais. (KHÜL, 2008, p. 207).

A discussão a respeito do conceito de restauração se reflete no posicionamento dos arquitetos frente às questões práticas do restauro, não existindo neutralidade. A ação preservacionista é uma variável que se modifica com o grau de aplicabilidade do conceito de restauração. Embora existam os critérios para intervenções em bens culturais, que no caso de Jaguarão foram estabelecidos com o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico, existe uma variação em sua aplicabilidade.

Ainda que esses critérios tenham sido estabelecidos com base nos valores atribuídos ao patrimônio, existem posturas “mais” ou “menos” preservacionistas, estando as mesmas relacionadas com outros julgamentos, acabando por se ver, na prática, uma flexibilização, em maior ou menor grau, do conceito de restauração.

4.2. A conservação

Considerando que, de acordo com a Carta de Veneza de 1964, a restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional e a conservação exige, antes de tudo, manutenção permanente, é fundamental que em um conjunto tombado como o

de Jaguarão as questões práticas necessárias a essa conservação e manutenção sejam divulgadas amplamente.

Entendendo a manutenção como o conjunto de operações que visam manter a edificação em bom funcionamento e uso (o uso também é uma das maneiras de preservar, contanto que seja adequado e respeite o bem patrimonial e sua vocação), fica evidente que a mesma evita a necessidade de intervenções de maior porte, as quais significam maior agressão ao bem e custos mais elevados.

A manutenção é composta por uma série de operações preventivas. Fazem parte da manutenção todos os cuidados característicos de uma zeladoria, a exemplo de cuidados com a limpeza, com os elementos de madeira, com as paredes, com as instalações, com a presença de aves, com telhados, calhas e algerosas, com as áreas externas, etc.

O conceito de “zeladoria do patrimônio” traz a valorização das das pessoas como agentes, na medida que são elas que atribuem valores. A zeladoria se traduz em ações simples colocadas em prática, tal qual fazemos em nossas casas, estando ao alcance de todos, diferentemente de ações de restauro que requerem um conhecimento aprofundado.

A zeladoria deve andar lado a lado com a educação patrimonial, buscando exaltar o sentimento de pertencimento dos sujeitos afetados pelos bens patrimoniais. É importante a promoção de ações que contem com a participação e o envolvimento da população e que busquem a democratização do conhecimento e a fruição desses bens.

Algumas oficinas realizadas no Rio Grande do Sul exemplificam uma possibilidade de divulgação desse conhecimento, como foi o caso da “Oficina de Uso da Cal no Patrimônio Cultural”, ocorrida na Zona Sul de Porto Alegre, em maio de

2015, promovida pela Defender – Defesa Civil do Patrimônio Histórico, em parceria com a empresa paulista Studio Sarasá (Figura 87).



Figura 87 - Oficina “Uso da Cal no Patrimônio Cultural” em Porto Alegre (2015).
Fonte: Fotos da autora.

Ao contratar uma obra de restauração, o poder público deve incluir, como produto a ser entregue pela empresa contratada, a realização de atividades e oficinas voltadas para a população. Tais atividades visam preservar a cultura do saber fazer, contribuem para a formação de artífices locais, buscam a educação patrimonial nos aspectos materiais e imateriais e, não menos importante, esclarecem a respeito dos cuidados necessários para a correta conservação dos bens edificados.

Essa é uma maneira de democratizar o saber e de envolver mais a população. É a oportunidade, inclusive, de oferecer maiores informações a respeito dos projetos e obras em curso no município, trazendo a materialidade mais para perto de seus aspectos simbólicos.

A melhor maneira de evitar a degradação do bem e garantir sua autenticidade passa pelas pequenas ações do dia-a-dia, importantíssimas na preservação. A limpeza, por exemplo, deve ser executada de maneira adequada, de acordo com os materiais existentes, não utilizando água em excesso, alvejantes, saponáceos, detergentes, ácidos e produtos abrasivos ou palhas de aço.

Os elementos de madeira devem passar por cuidados especiais, com imunizações periódicas contra o ataque de insetos xilófagos⁶² e, no caso de aparecerem sintomas da ação daninha é imperioso a aplicação imediata de inseticida nos furos da madeira, com ajuda de uma seringa.

Os entrepisos não devem ser sobrecarregados e é necessário evitar a permanência de umidade junto aos pisos de madeira. Os pisos de madeira não devem ser lavados, apenas limpos com pano úmido e encerados periodicamente com cera incolor. Na necessidade de substituição de material é recomendada a utilização de peças novas, previamente imunizadas e do mesmo tipo do existente.

Deve-se evitar o acúmulo de umidade nas soleiras de portas e desobstruir periodicamente as pingadeiras das janelas. Deve-se pintar as esquadrias de tempos em tempos usando *stain*⁶³, no caso da madeira natural, sendo que o sistema de fechamento das mesmas não deve ser alterado.

Também é importante o cuidado com as paredes: não furá-las para pendurar objetos ou para a passagem de tubulações; não encostar móveis; não fixar cartazes; abrir as janelas diariamente para permitir a ventilação e arejar os ambientes, evitando a presença de mofo e umidade.

Em paredes assentadas com argamassa à base de cal, não se deve usar argamassa de cimento e tinta PVA ou acrílica em seu revestimento, tendo em vista que obstruem a porosidade, retendo a umidade no interior das paredes, degradando o material e causando bolhas e descascamentos. A recomendação é utilizar argamassa de cal virgem e areia, além de tinta à base de cal ou silicato.

⁶² Xilo, do grego *ksúlon*, que significa madeira, e fago, do grego *phagein*, que significa comer; xilófagos são insetos que comem madeira.

⁶³ Produto para pintura que protege a madeira e não cria película como ocorre com o verniz. Não pode ser aplicado caso tenha sido usado um tipo de pintura diferente anteriormente.

Equipamentos de climatização ou vigilância não devem ser instalados sem detalhado estudo prévio. Em alguns casos é necessária a autorização dos institutos de patrimônio.

Deve-se evitar a presença de aves não as alimentando. É necessário inspecionar periodicamente o telhado, identificar telhas deslocadas e quebradas para reposicioná-las ou substituí-las; examinar rotineiramente as calhas e algerozes, os terraços, os tubos de queda e as caixas de inspeção, de maneira a permitir a evacuação das águas das chuvas através da limpeza periódica, evitando infiltrações.

Recomenda-se manter limpas as áreas externas para facilitar a drenagem da água e eliminar plantas e canteiros encostados nas paredes. O funcionamento das instalações hidrossanitárias, pluviais, elétricas, de gás e de prevenção contra incêndio precisa ser verificado periodicamente.

Não devem ser permitidas Instalações elétricas improvisadas e sobrecarregadas. Vários equipamentos ligados em uma tomada, fios desencapados ou com fita isolante e fora de dutos, instalações fora de norma, etc. podem causar curtos-circuitos. A instalação de equipamentos que produzam calor, como reator, por exemplo, colocados diretamente sobre madeira ou qualquer outro material comburente também traz risco à edificação.

É importante ressaltar que a falta de manutenção na rede elétrica e o uso inadequado das instalações são, muitas vezes, responsáveis por incêndios em edificações históricas. Foi o que ocorreu no caso do Mercado Público de Porto Alegre, em 2013 (Figura 88), e no Museu da Língua Portuguesa, localizado no Complexo da Estação da Luz em São Paulo, em 2015 (Figura 89), trazendo enormes riscos à população e causando prejuízos irreparáveis ao patrimônio.



Figura 88 - Incêndio no Mercado Público de Porto Alegre/RS (2013).

Fonte: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/fotos/2013/07/incendio-atinge-mercado-publico-de-porto-alegre-na-noite-deste-sabado.html> Acesso em 23 Dez 2015.

Figura 89 - Incêndio na Estação da Luz em São Paulo/SP (2015).

Fonte: <http://noticias.terra.com.br/climatempo/sem-chuva-estacao-da-luz-tem-grande-incendio,4a735bcc49fb4abb2528b3eea0ebd827if5duv31.html> Acesso em 23 Dez 2015.

Perdas materiais e humanas que o fogo pode provocar em edificações históricas, sobretudo em função das características e da precariedade e falta de manutenção de tais edificações e suas instalações, é uma preocupação constante. As referidas perdas podem ser evitadas por uma prevenção tecnicamente estudada e também se torna imprescindível a conscientização dos usuários e o conhecimento básico sobre prevenção e combate a incêndios. (IPHAN, Prevenção de incêndios em conjuntos históricos, s/data)

É importante citar a existência de vários manuais publicados pelo IPHAN que tratam de questões práticas de conservação de edificações históricas. Eles abordam conservação de telhados, conservação de cantarias, conservação de madeiras, conservação de argamassas e revestimentos à base de cal, dentre outros assuntos, e estão disponíveis para *download* no *site* da instituição⁶⁴.

Ressaltamos que qualquer programa que invista na restauração de edificações de valor cultural deve prever, como parte integrante do projeto de restauração, a elaboração de um manual de uso e conservação específico para a edificação. Esse

⁶⁴Disponíveis em <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=20&busca=>> e em <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=29&busca=>> Acesso em 16 jan. 2016.

documento deve conter um plano de conservação programada, visando os cuidados necessários após a entrega da obra de restauração, de maneira a garantir sua durabilidade e seu uso de maneira adequada.

Esse manual deve conter, como elementos mínimos, orientações para a utilização dos espaços e os usos recomendados para os mesmos; histórico da edificação; capacidade de suporte dos recintos em função das características estruturais e das cargas elétricas, tendo em vista a conservação do patrimônio edificado e dos bens móveis e integrados, quando for o caso; além de outras orientações adequadas ao bom uso do bem, visando esclarecer sobre a importância de atender a essas orientações.

O manual proposto deve também especificar os tipos de serviços e rotinas de manutenção e conservação necessárias, a periodicidade em que os mesmos devem ser executados (diariamente, semanalmente, mensalmente, anualmente), bem como as técnicas, as ferramentas e os materiais indicados para cada tipo de serviço, tendo em vista a especificidade de cada material componente da edificação e de seus bens móveis e integrados, quando for o caso.

O plano de manutenção deve abranger as orientações para a conservação e manutenção de todas as instalações, com foco principal na prevenção.

A produção desse tipo de material, como parte integrante do projeto, já é comum em países como a Itália. Ele é importante para que os responsáveis por esses bens tenham o esclarecimento necessário na hora de orientar os serviços de zeladoria e manutenção ou de especificar a contratação dos mesmos, já que tais procedimentos não devem ser executados de modo empírico e sim com embasamento técnico, evitando-se a necessidade de novos restauros.

Quanto à ação privada, é importante destacar que a conservação dos imóveis

também é o melhor caminho para evitar maiores danos e maiores gastos e, ainda que o Decreto Lei 25 de 1937, em seu artigo 19, preveja a alegação de hipossuficiência⁶⁵, a mesma deve ser comprovada quando o imóvel precisar de “conservação e reparação”, e não quando o imóvel já necessitar de restauração, como ocorrido com o Sobrado do Barão Tavares Leite (Figura 94) em Jaguarão, por exemplo, que já apresenta inclusive problemas estruturais.



Figura 90 - Sobrado do Barão Tavares Leite
Fonte: Acervo IPHAN.

Enquanto a restauração é uma administração de perdas inevitáveis, a conservação requer, comparativamente, pouca ação e dificilmente acarreta perdas. Ainda assim, podemos observar que as verbas públicas são sempre destinadas à restauração. Não existe, em geral, aplicação de recursos em ações de conservação preventiva ou corretiva.

A preservação envolve um espectro muito amplo de atores e de ações, cabendo a cada um deles o cumprimento de seu papel. Dos cidadãos aos técnicos, dos institutos de patrimônio às instâncias governamentais, a todos cabe o dever ético de transmitir às gerações futuras o legado material e imaterial recebido.

⁶⁵ Falta de condições econômicas para conservar o bem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de um conjunto urbano de características ímpares no contexto do patrimônio cultural brasileiro, Jaguarão apresenta uma trajetória exemplar na luta por sua preservação, graças à soma de esforços governamentais, institucionais e, inquestionavelmente, da comunidade e de cada indivíduo, que se sentiu parte dessa história.

As características arquitetônicas, urbanas e paisagísticas do município são testemunhos dessa história e, junto a seus valores intrínsecos, trazem consigo um conjunto de referências e significados, sem os quais a identidade de sua comunidade se esvairia.

A preservação dos aspectos materiais desse patrimônio traz a segurança da perpetuação dessa história. O “monumento”, como o “lembrar”, atua na memória e sua natureza afetiva contribui para conter as inquietações trazidas pelo medo da morte, conforme já mencionado.

Essa relação entre o material e o imaterial, entre o objeto e o sujeito, contudo, nem sempre é tão clara e tampouco esses significados e valores são vistos de maneira uniforme pelos diversos agentes envolvidos.

Além de variar no tempo, de acordo com a vontade artística (*Kunstwollen*) de cada época, essa relação varia também de acordo com os interesses de cada um desses agentes, de onde advém grande parte da dificuldade de entendimento ou de aceitação de determinados critérios de intervenção estabelecidos.

O presente estudo mostrou que a teoria e a prática da preservação estão relacionadas com a ampliação do conceito de patrimônio e este, por sua vez, com os valores atribuídos aos bens, sendo que as categorias de valor vêm se multiplicando no decorrer do tempo, fazendo com que cada vez mais seja necessário explicitar a

operação de atribuição de valores.

Também há uma diversidade cada vez maior de agentes sociais interessados no tema da preservação, sejam eles contrários ou favoráveis, e as políticas de preservação não ficam isentas dessas pressões.

Ao abordarmos os grandes marcos na história da preservação do patrimônio pudemos verificar a atualidade de suas temáticas. O debate sobre a prevalência dos aspectos culturais sobre as questões pragmáticas e econômicas, por exemplo, que muitas vezes acabam por determinar um uso inadequado para a edificação, perdura por mais de duzentos anos. Observamos essa temática presente em Jaguarão, quando tratamos do Mercado Público Municipal.

Também a questão dos limites da restauração — presente desde o debate entre as ideias do restauro estilístico e do movimento anti-restauro — permanece em discussão. Hoje observamos a necessidade de ressaltar a importância da conservação e dar publicidade à maneira de colocá-la em prática nas ações do dia-a-dia, fazendo-se necessário, ainda, que os programas governamentais destinem recursos e promovam ações para a conservação, como uma maneira de evitar as restaurações.

Outro grande marco ocorreu quando Riegl conferiu aos sujeitos a responsabilidade da escolha, consolidando as práticas preservacionistas no âmbito cultural. As questões subjetivas — os valores atribuídos pelos sujeitos — passaram a definir a seleção do patrimônio e as maneiras de intervir no mesmo, de acordo com a intenção de arte (*Kunstwollen*) de cada geração.

A contribuição de Riegl para a discussão da preservação em Jaguarão diz respeito à necessidade de compreensão do “espírito” de nossa época e das necessidades “espirituais” do homem do nosso tempo — e do nosso lugar. São essas

necessidades que definem o que tem e o que não tem valor, o que deve ou não ser preservado.

Hoje, e cada vez mais, a identificação dos valores do patrimônio segue sendo o fundamento da preservação e do estabelecimento dos critérios de intervenção. A cada dia se amplia o espectro desses valores, sendo o foco cada vez mais redirecionado para uma abordagem territorial, para os aspectos intangíveis do patrimônio e para os significados impregnados nos suportes materiais.

Se em Jaguarão o valor está em sua paisagem cultural — tendo em vista que o conceito engloba os aspectos tangíveis e simbólicos do patrimônio e as relações do homem com seu meio —, é a paisagem cultural que deve ser preservada no município. E para isso é necessário, dentre outros, que as intervenções em seus bens respeitem não só a materialidade, mas também os aspectos intangíveis, como por exemplo, no caso do Mercado Público de Jaguarão, com a manutenção de suas atividades tradicionais.

O valor do significado, que despontou com o século XXI, carregado de subjetividade, é o valor exigido pela contemporânea vontade de arte. Observamos que o início deste século vem redirecionando o foco, que durante os séculos XIX e XX estava na questão do “como” preservar (aspectos físicos), para o “porquê”, “o que” e “para quem” preservar (aspectos simbólicos).

Os conceitos de conservação e de restauração seguem no centro do debate. Elaboraões teóricas importantes, que marcaram a história da preservação no século XX, ainda hoje têm reflexos nas práticas preservacionistas, a exemplo da aplicação das ideias do restauro científico à escala urbana, expressa na Carta de Atenas de 1931, das ideias do restauro crítico, consolidadas internacionalmente com a Carta de Veneza de 1964, e do tema da conservação integrada, cujos conceitos foram

explicitados no Manifesto de Amsterdã de 1975.

Contudo, no extremo da valorização da subjetividade e dos aspectos relativos aos significados dos bens está a ideia de restauração como uma atividade cujo objetivo é melhorar a eficácia simbólica e historiográfica dos bens, não dependendo do objeto, mas das expectativas das pessoas afetadas por ele, prevalecendo a função simbólica e intangível do mesmo. Assim, os critérios a serem adotados nas restaurações seriam aqueles que melhor contribuíssem para que o objeto funcionasse como símbolo.

Observamos que a valorização cada vez maior dos aspectos simbólicos e imateriais do patrimônio é também um grande marco, restando ainda saber quais serão seus desdobramentos na história da preservação.

Ainda que as teorias do campo da preservação se desenvolvam, em geral, a partir de uma ótica europeia, a transposição de conceitos para a realidade brasileira deve se dar a partir do entendimento dos valores específicos do nosso patrimônio, sejam eles materiais ou simbólicos.

Assim como ocorreu na Europa, no Brasil o conceito de patrimônio foi se ampliando gradativamente. A política nacional inicialmente voltada para a formação de uma (e apenas uma) identidade nacional, privilegiando a proteção de bens representativos do período colonial, em especial do barroco mineiro do século XVIII, começou a ser ampliada na década de 1960.

Acompanhando o movimento internacional, a noção de patrimônio histórico e artístico no Brasil, ligada aos fatos memoráveis da história ou às excepcionalidades estéticas, foi sendo ampliada com a valoração cada vez maior da base antropológica desse patrimônio, na qual o sujeito é o protagonista e onde se insere a questão do significado, ligado ao intangível e à memória afetiva e popular.

Ao assumirmos a importância do tema do “lugar” como unificador dos elementos tangíveis e intangíveis, somos remetidos à necessidade de um olhar sobre o patrimônio a partir das especificidades locais, sendo que nenhuma prescrição é devida no que diz respeito ao patrimônio, além da adoção de uma posição clara frente ao que ele significa para sua comunidade.

O conceito de Paisagem Cultural, adotado pelo IPHAN em 2009, traz essas questões em seu cerne, sendo fundamental para o entendimento da abordagem territorial na qual o patrimônio brasileiro começa a se inserir.

I. O patrimônio de Jaguarão sob a ótica do “lugar”

Abordar as questões do patrimônio sob a ótica específica do “lugar” significa lançar um olhar sobre o município, no caso, sobre Jaguarão, em seu contexto territorial e em interação com o homem de sua terra, identificando os valores então reconhecidos em seu patrimônio.

Considerando o conceito de Paisagem Cultural (IPHAN, 2009), podemos falar em valor paisagístico de Jaguarão como a síntese dos demais valores — históricos, artísticos, antropológicos.

Jaguarão testemunhou os processos de ocupação das coroas portuguesa e espanhola nas Américas, sendo palco de acontecimentos responsáveis pela definição de fronteiras no sul do Brasil. Sua configuração urbana expressa o caráter militar da ocupação do território. (Figura 90).



Figura 91 – Aspectos históricos e urbanísticos de Jaguarão.
Fonte: Acervo IPHAN.

Sua economia do gado, característica da região dos Pampas, reproduziu relações sociais escravocratas, como ocorreu em todo o Brasil. O município também traz o testemunho de projetos nacionais de segurança nas fronteiras e de implantação da malha férrea.

As condições geográficas do município, seu relevo e hidrografia, foram determinantes na implantação e desenvolvimento da cidade, que apresenta uma arquitetura preservada, com exemplares representantes de diversas linguagens — com destaque para seu acervo eclético (Figura 91) — e um traçado urbano planejado que, além de atender aos interesses de controle militar, refletem influências platinas.



Figura 92 - Aspectos arquitetônicos de Jaguarão.
Fonte: Acervo IPHAN.

Jaguarão é um ponto de aproximação entre o Brasil e os vizinhos do Prata, compartilhando tradições, atividades sociais e econômicas e toda uma cultura que integra e une a fronteira, ao invés de dividi-la.

Todos esses aspectos (valores), inseridos em uma paisagem urbana e rural com características naturais particulares, em interação com o homem de sua terra, fazem com que Jaguarão apresente um valor paisagístico sem igual no contexto brasileiro (Figura 92).



Figura 93 – Aspectos antropológicos e paisagísticos de Jaguarão.
Fonte: Acervo IPHAN.

A compreensão desses valores culturais, que fazem de Jaguarão um “Patrimônio Nacional”, é *conditio sine qua non* para a abordagem acerca das condições que atualmente dificultam a preservação no município, bem como dos critérios de intervenção em seu patrimônio.

“Só se preserva o que se ama, só se ama o que se conhece” é uma conhecida frase do professor Júlio Curtis⁶⁶, eternizada na Carta de Pelotas de 1978. Se não conhecemos, não sabemos diferenciar o que tem valor do que não tem, não dando importância aos cuidados necessários que devemos ter para com esses bens.

Em Jaguarão se observa que a população se envolve com as questões da preservação de seu patrimônio, o que se comprova a partir das ações de preservação

⁶⁶ Renomado arquiteto e urbanista que dedicou a vida profissional à área do patrimônio e da preservação, tendo sido Diretor Regional do IPHAN de 1978 a 1987, falecido em abril de 2015 aos 86 anos.

empreendidas no município desde a década de 1980.

Observamos a importância dessas ações na mobilização da população, a qual acabou por protagonizar o pedido de tombamento do conjunto em nível federal.

Observamos, também, que a ideia de conservação integrada e de melhoria da qualidade de vida da população, assim como a abrangência dos aspectos imateriais do patrimônio, estavam presentes tanto no Projeto Jaguar quanto no PRIJ e, posteriormente, no PAC CH.

Ações objetivas, como mobilizações pela preservação das ruínas da antiga Enfermaria Militar e a elaboração do IPACJ e de critérios de intervenção para o patrimônio edificado, foram fundamentais nessa trajetória.

O PRIJ traçou as bases para uma política de preservação no município, sendo posteriormente incorporado ao Plano Diretor, através da Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Turístico de Jaguarão, de 2007.

O conceito de Patrimônio Ambiental Urbano utilizado pelo PRIJ já abarcava os valores histórico paisagísticos que viriam a ser protegidos com o tombamento pelo IPHAN em 2012. A manutenção das características de alinhamento predial e horizontalidade, que conferem homogeneidade ao conjunto, também já eram preocupações fundamentais à época, assim como a manutenção de suas linhas de composição e de sua volumetria.

Com o desenvolvimento dos estudos para o tombamento do conjunto urbano pelo IPHAN, utilizando-se da metodologia do SICG, foi possível a elaboração do Dossiê de Tombamento, tendo o mesmo fundamentado a proposta de tombamento, tanto do conjunto, quanto da Ponte Mauá como bem isolado.

Conforme abordado, o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão se insere em um contexto de ampliação conceitual do patrimônio que ocorre

no Brasil, sendo um novo marco para os tombamentos, onde o valor paisagístico sintetiza os valores históricos, arquitetônicos, urbanísticos e antropológicos, em uma abordagem territorial, indo ao encontro do conceito de Paisagem Cultural.

Com o tombamento e o estabelecimento de diretrizes para os setores de tombamento e de entorno, o IPHAN passou a ser o responsável pela análise de projetos, no que diz respeito ao atendimento dessas diretrizes, continuando o Escritório Técnico da Prefeitura, contudo, com suas atribuições relativas às análises visando o atendimento das leis municipais.

Considerando que a Lei PPHAT do município se reporta ao PRIJ e às posturas estabelecidas no mesmo, as questões relativas à manutenção das características de alinhamento predial e horizontalidade, manutenção das linhas de composição e de volumetria, manutenção e utilização de revestimentos e pintura em harmonia com o conjunto e de acordo com padrão original e manutenção das proporções dos vãos (Figura 93), também devem fazer parte da análise municipal.



Figura 94 - Características do conjunto: alinhamento predial, horizontalidade, volumetria, linhas de composição, modinatura, revestimento e colorística.

Fonte: Acervo IPHAN

Com o tombamento, essas diretrizes foram mantidas e inclusive reforçadas,

sendo muito importante na análise do IPHAN a situação da “face de quadra” que, conforme nosso entendimento, não é flexibilizadora desses critérios, mas restritiva, já que se busca reverter a tendência de descaracterização de determinadas áreas.

A preservação desse patrimônio deve levar em conta, fundamentalmente, sua relação com o ambiente natural e urbano, pois é, em última instância, o valor paisagístico que se busca preservar.

Algumas questões abordadas são importantes para que haja uma maior transparência em relação às diretrizes de intervenção, facilitando o atendimento das mesmas por parte da população.

A primeira delas é deixar claro que o inventário é um instrumento de conhecimento, auxiliar à proteção e preservação do patrimônio cultural. A proteção real só ocorre por força de lei, por exemplo, se estiver inserido no Plano Diretor ou em área tombada.

As edificações inventariadas pelo município, inseridas na Lei PPHAT (243 edificações), parte integrante do Plano Diretor, devem seguir os critérios municipais, independentemente de estarem ou não inseridas em área tombada.

Das edificações inventariadas pelo IPHAN (627 edificações), 422 delas encontram-se em áreas de tombamento, cabendo para estas os graus de conservação — rigorosa, intermediária, volumétrica — atribuídos com o tombamento.

Para as edificações inventariadas fora da área tombada, o IPHAN pode recomendar ou sugerir determinados critérios específicos, que digam respeito à edificação em si e não à sua relação com o conjunto tombado, mas não obrigar a segui-los.

Considerando que as áreas de entorno visam a manutenção da ambiência e da visibilidade do bem tombado, as restrições a imóveis localizados nessas áreas só

podem existir com o objetivo de conferir visibilidade ao bem tombado, garantindo a harmonia com sua vizinhança, ou seja, sua ambiência.

Assim, entendemos que para esses setores — Setores 5 a 10, conforme Mapa Síntese à página 109 (Figura 37) — as análises de projetos devam ser, por parte do IPHAN, apenas referentes a gabarito, recuo e volumetria, devendo ser repensada a possibilidade de inserção de alguns bens na área tombada, a exemplo da Santa Casa e da antiga Estação Ferroviária.

Com relação à análise de projetos pelo IPHAN para bens dentro da área tombada, não se pode perder de vista que o valor paisagístico é a base do tombamento e que uma das principais características dessa paisagem é a conformação de seus espaços, público (a rua) e privado (o lote), através de uma massa compacta de edificações que deve ser preservada com o controle do alinhamento predial das edificações, em toda extensão e altura das fachadas.

Outra característica é a silhueta horizontal do conjunto, pela qual a rigidez no controle do gabarito é fundamental.

Verificamos que a preocupação com ações de restauração no conjunto tombado de Jaguarão diz respeito, no máximo, a 13% dos imóveis, o que reforça ainda mais a importância da preservação das características gerais do conjunto e dos cuidados com os aspectos compositivos, colorísticos, dentre outros.

Isso, conforme visto, não significa congelamento do centro histórico, mas a necessidade de um esforço conjunto, envolvendo as instâncias governamentais e a população, que vise a preservação da paisagem e dos atributos que garantem ao município uma perspectiva de desenvolvimento sustentável a partir de seu patrimônio cultural.

As ações do PAC Cidades Históricas no município têm contribuído nesse

sentido, ainda que pesem suas limitações. Além do fato de o programa estar restaurando/intervindo em bens significativos do conjunto tombado, a existência do Plano de Ação elaborado pelo município deve nortear os investimentos, sejam eles municipais ou federais.

Contudo, apesar dos esforços que vêm sendo empreendidos no sentido de colocar em prática a ideia de conservação integrada, exposta no Manifesto de Amsterdã e referida em Jaguarão desde o PRIJ, a relação entre conservação patrimonial e desenvolvimento local ainda é incipiente, não só em Jaguarão, mas na maioria das cidades brasileiras.

Observa-se a falta de uma estratégia ampla de desenvolvimento que estabeleça relações entre identidade cultural e sustentabilidade a partir de uma abordagem econômica, social, ecológica, cultural e política. Os recursos culturais arquitetônicos ainda contribuem pouco para a melhoria da qualidade de vida da população.

O patrimônio ainda não foi amplamente reconhecido por todos os agentes envolvidos no processo como elemento de desenvolvimento local, mesmo existindo uma consciência coletiva no município a respeito da importância de seu patrimônio cultural e uma soma de esforços governamentais nesse sentido.

As restaurações e revitalizações em geral, e as promovidas pelo PAC Cidades Históricas em particular, pouco atentam para os aspectos de manutenção, necessários para a conservação das edificações para as gerações futuras.

A cultura do preservar deve manter não apenas o bem, mas também o saber fazer. O registro das técnicas, tanto do restauro quanto de manutenção dos bens, assim como o próprio registro da obra de restauro, são também patrimônios dos quais não se pode prescindir. E os recursos devem ser previstos para isso.

O patrimônio imaterial relacionado aos bens materiais e à sua preservação é fundamental nesse processo. É um aspecto para o qual as atenções devem ser voltadas cada vez mais, visto que a apropriação e a perpetuação dos valores estão relacionadas à identidade e ao sentimento de pertencimento dos sujeitos.

Questões específicas da restauração no patrimônio de Jaguarão foram abordadas nesta dissertação a partir de exemplos de ações do PAC CH no município.

O projeto de restauração da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo e a obra de restauração do Mercado Público Municipal nos apresentam questões que permeiam as discussões sobre o restauro no âmbito internacional a mais de dois séculos.

Ambas as edificações se encontram dentro do perímetro de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão e apresentem grau de conservação rigorosa (C1), pelo qual devem ser preservadas ao máximo suas características, cabendo a aplicação dos princípios da restauração, conforme aceito internacionalmente, e de acordo com as orientações estabelecidas pelo IPHAN para a elaboração de projetos.

Segundo a Carta de Veneza de 1964, a restauração tem seu fundamento no respeito ao material original e nos documentos autênticos. Observamos, contudo, que o tratamento dado aos dois casos em estudo tem sido diverso do ponto de vista da restauração, motivo pelo qual tem havido divergências de posicionamentos entre os institutos de patrimônio sobre o que deva ou não ser permitido na intervenção.

Essa discussão demonstra que a prática da restauração ainda está descolada, muitas vezes, das teorias mais consensuais do restauro, tendo em vista algumas questões mais imediatistas ou alguns entendimentos que não estão calcados em critérios culturais.

No caso do Mercado de Jaguarão, por exemplo, um projeto que não priorizou

levantamentos e diagnósticos detalhados, diferentemente do que ocorreu no caso da Igreja Matriz, reflete tal prática descolada dessas teorias.

Devemos considerar a importância de se restaurar, dentre outras, a função simbólica e intangível do bem, sendo que a intervenção deve contribuir para que o bem funcione melhor como símbolo.

Com a proposta de novo uso para o mercado — priorizando o turismo a partir de uma descaracterização da sua função original e não a partir da preservação da vocação da edificação e da valorização do uso tradicional, que também seriam atrativos ao turista — perde-se a oportunidade de uma reaproximação da população local com uma referência importante na história e na memória do município, o que prejudica a restauração do significado do bem.

Ressaltamos, ainda, que uma obra de restauração sofre com decisões imediatistas, que se afastam do campo cultural, seja por questões políticas, por necessidade de atender a prazos burocráticos ou por indisponibilidades orçamentárias, dentre outros entraves.

A falta de destinação de recursos para ações preventivas de conservação do patrimônio, as quais evitariam uma intervenção maior como a restauração, também é um sério dificultador da preservação em geral, e de Jaguarão em particular, tanto no que se refere à ação pública quanto à ação privada.

Concordamos com Salvador Viñas que diz que a patrimonialidade provém dos sujeitos e não dos objetos, sendo que a conservação deve garantir a preservação do bem sem que altere sua capacidade simbólica e a restauração só deve existir na medida em que potencialize essa capacidade simbólica.

John Ruskin era contrário à restauração por entendê-la como a maior destruição que um edifício poderia sofrer. Ainda hoje, infelizmente, vemos muitas

intervenções que carecem dos critérios culturais e acabam por causar essa destruição, fazendo com que o bem perca sua característica de suporte de memória e, conseqüentemente, perca seu significado.

Concordamos também que preservar não é uma questão de conveniência ou simpatia, mas uma questão de respeito ao que pertence àqueles que se esforçaram para realizar e cujo direito não findou com suas mortes. É um legado, do qual não temos direito de dispor, pois não pertence só a nós, mas a todas as gerações que ainda estão por vir, conforme defendia Ruskin.

Mostrar a importância da preservação material do patrimônio não será suficiente se as pessoas não perceberem, através de seus sentimentos, que esse patrimônio está preservando suas memórias e que é através dele que essa memória poderá ser materializada e se perpetuará. É através dele que a memória de sua comunidade, sua própria memória, serão preservadas.

A preservação do bem só existe em função dos sujeitos, daqueles que são afetados, de maneira intangível, pela existência (ou desaparecimento) desse bem. Por isso a preservação deve ser assumida estritamente como um ato de cultura, calcada em seus valores, e não na lógica do mercado, por exemplo, como muitas vezes acontece.

As necessidades pragmáticas não podem ser um fim em si mesmas e sim um meio para a preservação, sendo que hoje se espera que não haja retrocessos e que não se tomem decisões calcadas nos interesses pragmáticos, desconsiderando séculos de amadurecimento teórico no campo da preservação.

Os critérios de intervenção definidos com o tombamento do conjunto urbano de Jaguarão, no que diz respeito aos setores de tombamento (Setores 1 a 4), são totalmente adequados, porém carecem de algum detalhamento, como no caso da

questão da colorística, por exemplo, assim como carece de normatização.

É necessário, ainda, um maior esclarecimento à população e aos técnicos envolvidos acerca dos valores, dos critérios culturais e dos conceitos envolvidos na conservação, na restauração e nas demais intervenções no patrimônio do município, que devem ter por base o respeito à história, às linguagens arquitetônicas e aos princípios compositivos.

Referente aos setores de entorno (Setores 5 a 10), cabe alguns ajustes visando uma melhor adequação ao conceito de entorno enquanto uma área de transição e amortecimento, que tem como objetivo garantir a visibilidade e a ambiência do bem tombado.

É fundamental compreender o valor dessa paisagem para que haja adequadamente, quando for o caso, a releitura do antigo, a adequação ao contexto, o respeito à face de quadra, à ambiência e à visibilidade do bem e a compreensão do que pode e o que não pode ser feito nesse patrimônio, esteja ele em área tombada ou em área de entorno.

Quanto às questões relativas à conservação do patrimônio de Jaguarão, considerando que esse tema diz respeito à grande maioria dos imóveis no município, diferentemente do tema da restauração que atinge apenas os bens considerados de conservação rigorosa ou intermediária (que representam apenas 13% dos imóveis), é importante que se dê publicidade a essas questões.

Para isso, devemos ter sempre em vista o princípio da mínima intervenção, já que a restauração é sempre invasiva e só deve ocorrer em situações extremas, às quais não deveríamos deixar que chegassem. E, por mínima que seja a intervenção, a mesma deve ser fundamentada em conhecimentos técnicos multidisciplinares, pelo qual cabe ao poder público fazer com que esses conhecimentos cheguem aos

usuários dos bens patrimoniais.

Nenhuma intervenção deve ser baseada em gostos pessoais ou em interesses setoriais e imediatistas, mas em critérios culturais, em interesses coletivos e em uma perspectiva histórica, pois, enfim, estamos tratando de documentos históricos a serem legado respeitosamente às futuras gerações.

A preservação do patrimônio arquitetônico e paisagístico, especialmente em uma cidade como Jaguarão na qual todo o conjunto urbano é tombado ou está localizado em área de entorno, é um desafio e um dever de cada cidadão, e acima de tudo, um direito: “[...] habitar um bem cultural é usufruir de uma obra de arte e não um ônus. É também, dentre outras vantagens, o privilégio de desfrutar de qualidades especiais únicas”. (IPHAЕ, 2011, p. 14).

Muitas vezes, contudo, ainda que se queira essa preservação, muitos não sabem como agir em prol da mesma. É fundamental que se dê publicidade às boas práticas de intervenção nas edificações. Conforme vimos anteriormente, elas abrangem desde pequenas ações de manutenção necessárias no dia-a-dia, passam por ações de conservação e chegam ao projeto e à obra de restauração, sempre seguindo os critérios e metodologia adequados.

A expressão “boas práticas” — do inglês *“best practice”* — diz respeito às melhores técnicas identificadas para a realização de determinadas tarefas. Em várias áreas do conhecimento é usual aprimorar, registrar, criar manuais dessas práticas, visando sistematizar conhecimentos e atingir os melhores resultados.

Quem atua na área do patrimônio, principalmente quando diretamente ligado às atividades de manutenção e conservação de bens arquitetônicos, percebe as dificuldades que vão desde a falta de informações disponíveis sobre como executar

pequenas tarefas como limpeza, por exemplo, até a falta de clareza sobre as regras para intervir em áreas tombadas e de entorno.

Entra aqui também uma analogia que podemos fazer com a “Teoria das Janelas Quebradas”, que demonstra que a destruição e o descuido ocorrem de maneira exponencial. O inverso também é verdadeiro, ou seja, se todos os vizinhos cuidam de suas casas, mantendo-as pintadas e bonitas, ninguém se sentirá bem em ver sua própria casa descuidada e, por outro lado, se tudo ao redor estiver deteriorado e malcuidado, naturalmente isso desestimulará as pessoas a preservarem seus bens.

Essa analogia foi exposta em 2012, em uma aula do professor José La Pastina Filho. A *“Broken windows theory”* é um modelo norte-americano de política de segurança pública no enfrentamento e combate ao crime que entende a desordem como fator de elevação dos índices da criminalidade.

Apesar das críticas em relação a essa teoria, no que diz respeito às soluções que aponta para a segurança pública, ela é aqui utilizada como uma ilustração. Conforme essa teoria, o delito é maior nas zonas onde o descuido, a sujeira, a desordem e o maltrato são maiores. Se o vidro de uma janela de um edifício quebra e ninguém o repara, rapidamente estarão quebrados os demais. Se uma comunidade exhibe sinais de deterioração e isso parece não importar a ninguém, esse comportamento acaba sendo fator de geração de delitos.

Muitas vezes a deterioração de edificações e a degradação de materiais estão relacionadas à falta de conhecimento a respeito desses materiais e do comportamento dos sistemas construtivos das edificações antigas. Consequentemente, intervenções — das mais simples, como uma pintura, por exemplo, às mais complexas, como o restauro integral de uma edificação de interesse cultural — são feitas de maneira indevida, podendo acarretar graves patologias nas edificações.

Essas questões dizem respeito à educação patrimonial, cuja importância para o patrimônio de Jaguarão vem sendo salientada desde o Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão — PRIJ.

Para uma orientação acerca dos aspectos práticos relacionadas à preservação do patrimônio de Jaguarão, além de outras ações de educação patrimonial, é importante a elaboração de um guia ou manual, a exemplo do Manual do Usuário de Imóveis Inventariados, do município de Pelotas (2008), dirigido aos proprietários, usuários e profissionais que atuam na área do patrimônio, abordando de maneira simples, clara e ilustrada, as diversas questões relativas à preservação.

Dentre elas temos a demonstração do privilégio que é desfrutar de uma cidade como Jaguarão; a importância histórica e cultural do município e os valores relacionados a seu patrimônio; os instrumentos legais relacionados à preservação; o esclarecimento do papel de cada órgão público; as etapas e premissas de um projeto de restauração bem elaborado, além das orientações a respeito da conservação e da manutenção dos bens.

Uma possível estrutura de tópicos para um “Manual de Boas Práticas no Patrimônio de Jaguarão” é apresentada no Apêndice C desta dissertação.

É importante salientar que o valor paisagístico de Jaguarão, como a síntese dos demais valores — sejam eles materiais ou imateriais — em um marco territorial, deve ser mais amplamente explicitado, para que a compreensão acerca do que pode/deve e do que não pode/não deve ser feito em termos de intervenções no município seja ampla e assumida por todos os agentes preocupados com a preservação a partir de critérios culturais.

Deve-se conservar e restaurar por questões éticas, já que o patrimônio, assim como a natureza, é um legado inalienável da vida social e cultural. Essa conservação

e restauração devem ter como princípio as questões culturais, relacionadas tanto aos aspectos simbólicos e ao papel do bem como suporte de memória, como aos aspectos formais, estéticos, relativos à materialidade do bem e a seu valor histórico e documental.

II. Futuras pesquisas

Como sugestões para futuras pesquisas, alguns temas são listados a seguir:

- a) Composição arquitetônica no conjunto tombado de Jaguarão;
- b) Colorística no conjunto tombado de Jaguarão;
- c) O processo participativo na elaboração do Plano de Ação da Cidade Histórica e os canais existentes de participação popular no planejamento e na gestão urbana de Jaguarão.

Apesar de vários estudos já terem sido desenvolvidos a respeito do patrimônio de Jaguarão, sua importância e grandeza suscita a necessidade de pesquisas e de aprofundamento dos temas citados, dentre outros, que englobam a multidisciplinaridade necessária às abordagens do patrimônio.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Discursos da sustentabilidade urbana**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais Nº 1. Maio 1999. Disponível em <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/27/15>> Acesso em 31 jul. 2016.

APONTAMENTOS PARA UMA MONOGRAPHIA DE JAGUARÃO: 2ª. Exposição Agro-Pecuária. Porto Alegre: Intendência Municipal de Jaguarão, 1912.

BARROS, José D'Assunção. **Alois Riegl e a visibilidade pura**: revisitando a obra de um historiador de arte de fins do século XIX. Cultura Visual, n. 18, dezembro/2012, Salvador: EDUFBA, p. 61-72. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcvisual/article/view/6178/4641>> Acesso em 04 out. 2015.

BÉNAC, Henry. O Romantismo francês. **Organon**. N. 8-9. Revista da Faculdade de Filosofia. UFRGS. 1963. Páginas 5-27. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/38726/24825>> Acesso em 29 set 2015.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. Tradução: Paulo Mugayar Kühl, Beatriz Mugayar Kühl. 3ª. edição. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções Urbanas na Recuperação de Centros Históricos**. Brasília, DF: IPHAN, Programa Monumenta, 2010.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. 3ª. edição. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em 28 dez 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 14 ago. 2016.

BRASIL. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. **Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências**. Disponível em <<http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto%20n%C2%BA%203%2051%20de%2004%20de%20agosto%20de%202000.pdf>> Acesso em 31 jul. 2016.

BRASIL. LEI nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em 10 set. 2015.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções Sobre o Patrimônio Urbano: Modelos e Perspectivas**. In: FÓRUM PATRIMÔNIO. Belo Horizonte, 2007. Disponível em <<http://www.forumpatrimonio.com.br/material/pdfs/d23192f049e13a93838d.pdf>> Acesso em 6 set. 2015.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação e Valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. In: GOMES, Marco A. A. F. e CORRÊA, Elyane L. (Org.). **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011.

CERVELLATI, P. L. e SCANNAVINI, R. **Bolonia: Política y Metodología de La Restauracion de Centros Historicos**. CG, 1976.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. 4ª. edição. São Paulo: UNESP, 2006.

CURTIS, Julio N. B. Patrimônio ambiental urbano: um conceito. **Boletim SPHAN/PRO-MEMÓRIA**, n. 6. Mai./Jun. 1980, p.8. Disponível em <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BOL_SPHAN&PagFis=472&Pesq=>> Acesso em 7 ago. 2016.

DUARTE JÚNIOR, Romeu. **Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil**. Revista CPC, São Paulo, n. 10, p. 49-88, maio/out 2010. Disponível em <www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15661/17235> Acesso em 16 nov. 2015.

GIANECCHINI, Ana Clara. **O IPHAN e o Programa Monumenta**. In: XVI ENANPUR, Belo Horizonte, 2015. Disponível em <http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=675> Acesso em 15 nov. 2015.

GOMIDE, José Hailon; SILVA, Patrícia Reis e BRAGA, Sylvia Maria. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005. Cadernos Técnicos 1. Disponível em <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/CadTec1_Manual_de_Elaboracao_de_Projetos_m.pdf> Acesso em 21 nov. 2015.

GONSALES, Celia H. Castro. O excepcional e o exemplar: valor e patrimônio recente. **Cadernos PROARQ 21**, 2014, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 14-28. Disponível em <http://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/Proarq_21-014.pdf> Acesso em 19 abr. 2015.

GUTIÉRREZ, Ramón. Prohibido no tocar: Repensando el patrimonio desde Latinoamérica. Patrimônio. **Revista de la Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación**. Número 4. Ministério de Educación y Cultura. Uruguai. Páginas 11-17. 2014.

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. **Mercado Público Municipal de Jaguarão**. Levantamento Histórico. Março de 2010.

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. **Patrimônio Edificado**. Orientações para sua preservação. 2ª edição. Porto Alegre: CORAG, 2011.

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual. **Bens Tombados**. Disponível em <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>> Acesso em 3 set. 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Prevenção de Incêndios em Conjuntos Históricos**. 13ª. Superintendência Regional do IPHAN-MG. (sem data)

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em 7 set. 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de aplicação**. Brasília, 2000. Disponível em <<http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual do INRC.pdf>> Acesso em 19 set. 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo nº 1.569-T-08** – Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão. RS. 2008.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Paisagem Cultural**. Brasília, 2009.

IPHAN. Ficha SICG. **Cadastro do Mercado Público de Jaguarão**, 2009.

IPHAN. Ficha SICG. **Cadastro da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão**, 2009.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **PAC Cidades Históricas: Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania**. IPHAN. 2009. Disponível em: < <http://portal.IPHAN.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1332>> Acesso em 17 nov. 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Planos de Ação para Cidades Históricas: Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social**. IPHAN. 2009. Disponível em < <http://www.IPHAN.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4162> > Acesso em 12 abr. 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Disponível em < [http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/legislacao/Portaria n 420 de 22 de dezembro de 2010.pdf](http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf)> Acesso em 14 ago. 2016.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Normatização de Cidades Históricas**. Orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas. Brasília, 2010.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer Técnico 005/2011 - DEPAM/ IPHAN**. Assunto: Delimitação do entorno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Itabirito – MG. 02/06/2011. DEPAM/IPHAN.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão.** Porto Alegre, 2011.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG – Manual de Aplicação.** Brasília: DEPAM/IPHAN, 2012. Disponível em <http://www.iepro.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/01/anexo_II_sistema_integrado_de_conhecimento_e_gestao_sicg.pdf> Acesso em 25 nov. 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer IPHAN/RS nº 231/2013.** 2013.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo nº 01512.003051/2013-17**– Restauração da Igreja Matriz do Divino Espírito Santo de Jaguarão. RS. 2013.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo nº 01450.004517/2014-46** – Restauração do Mercado Público Municipal de Jaguarão. RS. 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer IPHAN/RS nº 479/2014.** 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer IPHAN/RS nº 525/2014.** 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer IPHAN/RS nº 923/2015.** 2015.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a teoria da restauração. **Revistas USP.** Pós n. 21. São Paulo. 2007. Disponível em <www.revistas.usp.br/posfau/article/download/43516/47138> Aceso em 5 jun. 2016.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização:** problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

MARTINS, Roberto Duarte. **A Ocupação do Espaço na Fronteira Brasil-Uruguay:** a construção da cidade de Jaguarão. Barcelona, Universitat Politècnica de Catalunya – Escola Tècnica Superior D'Arquitectura, Departament de Composició Arquitectònica, 2001. Disponível em <<http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/6077/07TESIS2.pdf;jsessionid=02AA9B39F6126AC456CFC93994730344.tdx1?sequence=7>> Acesso em 7 jul. 2015.

MEIRA, Ana L. G. e FINGER, Anna E. **Dos monumentos aos conjuntos urbanos:** trajetória da preservação em nível nacional no Rio Grande do Sul. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA, CIDADE E URBANISMO. PROPUR/UFRGS – 2012. (Disponibilizado pela autora Ana Meira).

NAOUMOVA, Natalia e LAY, Maria C. Dias. **Policromia Histórica e Identidade Cromática da Paisagem Urbana.** 2007. Disponível em <

<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3433/3363>> Acesso em 9 dez. 2015.

NAOUMOVA, Natalia. **Qualidade Estética e Policromia de Centros Históricos**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 2v. Tese (Doutorado). Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16472/000696656.pdf>> e <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16472/000696656-02.pdf>> Acesso em 7 set. 2015.

NUNES, Valdo Dutra e GARCIA, Jorge A. **Projeto Jaguar**: Ficha Técnica da Proposição – Estudo Preliminar. Jaguarão: 1982. Documento disponível para consulta no Arquivo do IPHAN-RS.

OLIVEIRA, A. L. C. e SEIBT, M. B. (Org.) **Projeto Jaguar**: Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão - RS. Pelotas: UFPEL, 1988.

OLIVEIRA, A. L. C. e SEIBT, M. B. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão**. Pelotas: UFPEL, 1992.

OLIVEIRA, Mário Mendonça. **A Documentação como Ferramenta de Preservação da Memória**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2008. Cadernos Técnicos 7. Disponível em <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/publicacao/CadTec7_DocumentacaoComoFerramenta_m.pdf> Acesso em 28 dez 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das Fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.) **Fronteiras Culturais. Brasil-Uruguai-Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. Lei nº 4.682, de 19 de dezembro de 2007, **Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Turístico de Jaguarão** — PPHAT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Plano de Ação da Cidade Histórica de Jaguarão**. Secretaria de Cultura de Jaguarão, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Plano Diretor de Jaguarão**. Disponível em <http://www.jaguarao.rs.gov.br/?page_id=316> Acesso em 17 mai. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Manual do Usuário de Imóveis Inventariados**. Patrimônio Cultural de Pelotas. Pelotas: Nova Prova, 2008.

RIBEIRO, M. F. B; MELO, A. D.; LIMA, A. G. Cidade, Memória e Política: Jaguarão/RS- Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300879978_ARQUIVO_cidade33.pdf> Acesso em 23 nov. 2013.

RIEGL, A. **El Culto Moderno a los Monumentos**: Caracteres y Origen. Traducción: Ana P. López. 3ª. edição. Madrid: Machado Libros, 2008.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano. In: KÜHL, Beatriz Mugayar (org.). **Gustavo Giovannoni: textos escolhidos**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013, p. 63-88. Disponível em <[https://www.academia.edu/13215579/Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano](https://www.academia.edu/13215579/Gustavo_Giovannoni_e_o_Restauro_Urbano)> Acesso em 11 out. 2015.

RUSKIN, John. **A Lâmpada de Memória**. Tradução: Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia SP: Ateliê Editorial, 2008.

SANTOS, Carlos A. Ávila. **O Ecletismo Historicista em Pelotas: 1870-1931**. Disponível em < <http://ecletismoempelotas.files.wordpress.com/2011/05/o-ecletismo-historicista-em-pelotas-1870-1931.pdf> > Acesso em 29 jun. 2014.

SCHORSKE, Carl E. **Viena Fin-de-Siècle: política e cultura**. São Paulo: Schwarcz. 1989.

SOARES, Eduardo A. de Souza. **Igreja Matriz do Divino Espírito Santo da Cidade de Jaguarão**. Jaguarão: Evangraf, 2011.

SPHAN. Revitalização de núcleos históricos tem Olinda como projeto. **Boletim SPHAN/Pró-Memória**, n. 35, Mar./Abr. 1985. Disponível em < http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bol_sphan&pagfis=956&pesq=> Acesso em 13 dez. 2015.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. 2003. Disponível em < <http://portal.IPHAN.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf> > Acesso em 19 jul. 2016.

VIÑAS, S. M. **Teoria Contemporânea de La Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. 3ª edição. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

WAISMAN, Marina. **O Interior da História: Historiografia Arquitetônica para uso de Latino-Americanos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ZAMBRANO, Laura e CAETANO, Fábio. O Programa Monumenta em Pelotas. In: MICHELON, Francisca F., MACHADO, Cláudio Sá e GONZÁLEZ, Ana Maria S. (orgs.). **Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2012. Disponível em < http://www2.ufpel.edu.br/ich/ppgmp/v03-01/wp-content/uploads/2013/04/PPublicas_ebook.pdf > Acesso em 5 dez. 2015.

APÊNDICES

A. Tabela Síntese - Pareceres do IPHAN referentes a projetos de Jaguarão (2013 a 2016)

Ano	AP/NAP	Nº do parecer	Sector	Quadra	Nº do lote	Graus de proteção	Motivação
2013	Aprovados	183	6	32	1.300	-	O projeto arquitetônico proposto atende as diretrizes para o disciplinamento da área de tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão. No entanto, a relação das proporções de cheios e vazios, e o ritmo predominante na quadra, conforme podemos observar pelo levantamento de face de quadra, é quebrado pela composição arquitetônica proposta, uma vez que a lógica das edificações de porta e janela, sobre o alinhamento, e com platibanda e porão alto, não é seguida pelo projeto. Está alteração compositiva é acentuada principalmente pelo telhado aparente com inclinações diversas.
		230	1	11	484	C3	1. Deverá ser apresentado para análise do IPHAN a descrição e especificação técnica da intervenção, contendo informações mínimas para o perfeito entendimento do que está sendo proposto. Caracterizar como reforma simplificada, ou se for o caso, apresentar anteprojeto contendo plantas, cortes, fachadas e memorial descritivo. 2. Atender às recomendações para análise e aprovação, conforme portaria nº 420 do IPHAN, que estabelece os procedimentos e documentação o mínima a ser apresentada para análise e autorização de intervenções em imóveis tombados e suas áreas de entorno.
		267	2	41	714	-	1. Recomendamos manter o mesmo material das e proporção das demais esquadrias nas aberturas menores da fachada da Rua Menna Barreto. 2. O Projeto arquitetônico de intervenção apresentado ao IPHAN/RS está aprovado.
		363	x	1	870	C3	1. O projeto sofreu a alteração, conforme solicitado pelo IPHAN no parecer técnico nº164, de incluir uma platibanda em todas as faces da nova edificação a fim de esconder o telhado em fibrocimento, como os critérios de normatização e planejamento dos setores o pedem para essa zona da cidade. Além disso foram acrescentados elementos decorativos verticais nas esquinas, parecidos com aqueles que estruturam a fachada da igreja, a fim de compatibilizar com a linguagem arquitetônica da última, considerada com bem de interesse volumétrico ao conjunto tombado. 2. não deverá ser apresentado novamente.
	Não aprovados	116	5	29	1.055	-	1. As alterações propostas para o imóvel estão fora das normativas incidentes na área – Setor 5, principalmente quanto a altura total da edificação, que não poderá passar de 7 metros para todos os volumes propostos, como chaminés e caixas d'água. Deverá ser revisto projeto quanto a este item. 2. Deverá ser apresentado junto ao projeto o estudo de face de quadra, mostrando a relação da edificação com o contexto da quadra onde está inserido. 3. Rever o posicionamento do volume da chaminé da lareira, incidindo no meio da fachada principal. 4. Deverá ser atendida as alterações de projeto, e após reencaminhado para a análise e aprovação. 5. Deverá ser apresentado documento que comprove a propriedade do imóvel pelo requerente ou procuração do proprietário, uma vez que a certidão de registro do imóvel está em outro nome, que não o do requerente.
		164	x	1	870	-	1. Recomenda-se a alteração do projeto quanto à volumetria proposta. Sugerimos a inclusão de platibanda em todas as faces da nova edificação, a fim de esconder o telhado em fibrocimento e compatibilizar com a linguagem arquitetônica da igreja, considerada com bem de interesse volumétrico ao conjunto tombado. 2. Deverá ser apresentado para aprovação nova proposta atendendo à recomendação.
		182	1	32	60	-	1. Recomenda-se a alteração da proposta, uma vez que as novas edificações deverão adequar-se às normativas e diretrizes da área de tombamento, principalmente em relação ao gabarito que não poderá exceder o térreo mais um pavimento, e neste caso específico poderá atingir ao máximo de 8 metros de altura. 2. Deverá ser apresentada nova proposta atendendo à recomendação.
		227	5	30	1	-	1. O projeto arquitetônico proposto atende em partes as diretrizes para o disciplinamento da área de tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão. Deverá ser revista a altura total proposta para a volumetria do imóvel, uma vez que a altura estabelecida pela diretriz corresponde a 7 metros no total, em todos os volumes que o compõe, e o projeto prevê 8,75 metros no topo do volume para a caixa d'água. O projeto deverá ser revisto e reapresentado ao IPHAN para análise e aprovação, a fim de atender ao que estabelece a normativa, uma vez que o objetivo da delimitação de um gabarito máximo é o de garantir a homogeneidade do conjunto preservado e das visuais de percepção da paisagem tombada. 2. Solicitamos que seja apresentado o estudo de face de quadra para cada uma das ruas que o lote possui testada, bem como fotos da situação atual e da situação proposta. A fim de avaliar a possibilidade da construção do volume para a caixa d'água com a altura de 8 metros no total. 3. reapresentar o projeto para aprovação atendendo às recomendações quanto à altura total da edificação.
		231	6	24	1039	C3	1. Manter as características da cobertura e seu coroamento, restaurando o telhado com beiral de cimbalha e caimento paralelo à calçada. 2. Manter a proporção, tamanho e ritmo dos vãos originais da fachada, principalmente a composição de porta e janela da fachada da rua 15 de Novembro. 3. Deverá ser reapresentado o projeto para análise e aprovação atendendo às recomendações apontadas no parecer, uma vez que dizem respeito a manutenção de elementos que conferem ao imóvel o interesse como patrimônio arquitetônico do conjunto histórico tombado de Jaguarão.

Ano	AP/NAP	Nº do parecer	Setor	Quadra	Nº do lote		Motivação
2014	Aprovados	234	5	17	594	-	Conforme as diretrizes de disciplinamento do entorno do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, RS, asseguradas pela PORTARIA do IPHAN nº 185 de 04/10/1995, Decreto-lei nº 25/1937 - que organiza a proteção do patrimônio cultural nacional e os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, segue o parecer técnico.
		240	2	4	872	C3	1. O projeto apresenta proposta de modificação dos vãos laterais da fachada existente e recolocação dos adornos decorativos que os emolduram. Recomendamos que as dimensões dos vãos originais seja mantidas, inclusive para as portas laterais propostas, tendo em vista que a proposição é de portas em vidro de duas folhas. Além disso, a ampliação dos vãos pressupõe a modificação dos adornos originais da fachada, acabando por produzir um "Falso Histórico".
		381	6	27	1.074	C2	Embora o projeto não atender à diretriz quanto ao recuo do lote, trata-se de projeto bem elaborado, de qualidade estética, e bem contextualizado à edificação existente. A ampliação proposta está mais recuada em relação à existente, deixando-a em destaque, especialmente por encontrar-se numa esquina. Entende-se que em parte a antiga edificação existente já cumpre a exigência da diretriz, já que a mesma foi construída na esquina.
		410	6	47	1.164	-	A proposta atende à diretriz quanto ao recuo do lote. Trata-se de projeto com renovação de uso, de comercial no térreo e residencial no pavimento superior. Em termos gerais está bem contextualizado às edificações existentes na quadra. A ampliação proposta apresenta questões de volumetria, cores e texturas condizentes com o entorno.
		418	6	8	1.174	-	A proposta atende à diretriz quanto ao recuo do lote. Trata-se de projeto com renovação de uso, de comercial no pavimento superior e residencial no pavimento térreo (existente). Em termos gerais está bem contextualizado às edificações existentes na quadra. A ampliação proposta apresenta questões de volumetria, cores e texturas condizentes com o entorno.
		429	1	37	196	C1	1. A proposta de intervenção foi elaborada de forma a respeitar os valores culturais da edificação, procurando causar o mínimo de interferência na autenticidade estética, histórica, dos materiais e dos processos construtivos. Os critérios adotados foram de autenticidade, contemporaneidade, reversibilidade e diferenciação. O projeto apresenta proposta de retorno do acesso principal para a fachada da Rua XV de Novembro, tendo em vista que essa era a situação original, conforme levantamento histórico.
		479	3	33	263	C3	Embora o projeto não atender à diretriz quanto ao recuo do lote, trata-se de projeto bem elaborado, de qualidade estética, e bem contextualizado à edificação existente. A ampliação proposta está mais recuada em relação à existente, deixando-a em destaque, especialmente por encontrar-se numa esquina. Entende-se que em parte a antiga edificação existente já cumpre a exigência da diretriz, já que a mesma foi construída na esquina.
		514	9	1	491	-	O projeto não atende à sugestão proposta na diretriz referente ao gabarito, sendo o limite máximo de altura de cinco metros, pois trata-se de entorno imediato da Antiga Enfermaria Militar. No entanto, tratando-se de estar em cota bem abaixo da intervenção (CIP) edificada no terreno da Antiga Enfermaria Militar, não há obstrução da visual referida na diretriz de altura.
		525	3?	27	252	-	O projeto atende à diretriz referente ao gabarito, mas não atende quanto ao recuo. A altura limite máxima é de sete metros. A recomendação da diretriz é de se construir novas edificações no recuo, mas entende-se que por ser construção nova de boa qualidade, o projeto será aprovado.
		576	9	48	166	-	Apesar de não atender à sugestão da diretriz referente ao gabarito, com limite máximo de altura de cinco metros, o projeto proposto não compreende ao entorno imediato da Antiga Enfermaria Militar e por estar em cota bem abaixo da Antiga Enfermaria Militar e da intervenção (CIP) edificada no terreno, não há obstrução da visual referida na diretriz a partir da Enfermaria.
		613	9	1A	5	-	A edificação proposta atende às diretrizes.
		624	3	29	364	-	A edificação proposta atende às diretrizes.
	Não aprovados	554	1	48	25	-	O projeto não atende à sugestão proposta na diretriz referente ao gabarito, excedendo o limite máximo de altura de sete metros, pois trata-se do Setor 1 - Núcleo Original.

Ano	AP/NAP	Nº do parecer	Sector	Quadra	Nº do lote	Grau de proteção	Motivação
2015	Aprovados	141	2	13	535	C2	1. Não haverá intervenção que altere características externas originais e as alterações propostas dizem respeito exclusivamente ao interior da edificação. Recomendamos que, para sanar o problema de infiltrações, sejam realizados drenos externos, tendo em vista que a impermeabilização em paredes com argamassa de cal apenas faz com que a umidade migre para áreas não impermeabilizadas.
		440	7	27	252	-	1. O projeto atende aos critérios de preservação da ambiência e da visibilidade do conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão. Recomendamos a aprovação do mesmo.
		719	1	18	648	-	O projeto está adequado às diretrizes da área de tombamento.
		720	1	31	333	C3	1. Reforma e ampliação em bem de interesse de conservação volumétrica (imóveis de acompanhamento) – C3. 2. A proposta de intervenção tem por objetivo a reforma e ampliação de edificação comercial, com reforma do pavimento térreo e acréscimo de pavimento superior. A edificação sofre um acréscimo de 1,22m no ponto mais alto do telhado. A cobertura é em telha cerâmica. A proposta para a fachada é de restabelecimento dos vãos originais. A cor proposta é rosa em tom pastel, mantendo a unidade com a fachada contígua.
		756	2	36	830	-	1. A edificação não tem grau de conservação atribuído e a alteração de fachada proposta está de acordo com as diretrizes de preservação para o Setor 2, preservando a harmonia do conjunto.
		798	2	35	824	C2	1. Conforme informações do projeto, a Taxa de Ocupação estabelecida pelo município (80%) foi respeitada e telhas de barro foram instaladas na área indicada na apranção 1/1 como a regularizar, atendendo ao parecer 0457/2015-IPHAN/RS.
	Não aprovados	64	1	30	192	-	A edificação proposta não atende às diretrizes. Não é permitido recuo lateral, contudo alguns afastamentos podem ser projetados a título de poços de luz, visando a iluminação e ventilação da edificação, bem como eventuais necessidades de atendimento ao PPCI. Panos de vidro não são permitidos, devendo se mantido um ritmo de cheios e vazios na fachada principal, em harmonia com o entorno. Partes a demolir e a construir devem ser representadas graficamente conforme normas técnicas. O projeto deverá indicar a cor a ser utilizada no exterior da edificação, devendo a mesma se harmonizar com o entorno imediato. Conforme Portaria IPHAN 420/2010, cópia do CNPJ do requerente deverá ser anexada ao processo.
		143	1	18	648	-	Visando a qualificação arquitetônica do sítio tombado, observar as leis que regulam o exercício profissional de engenheiros e arquitetos, especialmente no que tange a intervenções em sítios de valor cultural e seu entorno. Observar Portaria do IPHAN nº 420/2010 que requer, dentre os documentos a apresentar, a cópia do CPF ou CNPJ do requerente e, dentre os elementos de projeto, a implantação e os desenhos com a diferenciação de partes a manter e a construir, conforme normas da ABNT. Observar que a altura máxima da edificação deve ser de até 7,00m, contando a partir do nível médio do passeio até o ponto mais alto da edificação. No memorial descritivo deve constar a cor a ser usada externamente na edificação. Verificar a compatibilidade da inclinação indicada para o telhado e a telha cerâmica, constante no memorial descritivo. Recomendamos adequar os elementos de comunicação visual às instruções do IPHAN, visando evitar a necessidade de adequações após a publicação de portaria.
		457	2	35	824	C2	1. O número da edificação que consta no selo da planta e no laudo técnico (n. 284) não corresponde ao cadastro do IPHAN (n. 824). 2. O grau de conservação que consta no laudo técnico (C3 - Conservação Volumétrica) não está correto, devendo constar o grau C2 - Conservação Intermediária. 3. A RRT apresentada é um rascunho, devendo ser apresentado um documento válido. 4. A data de construção da ampliação deve ser informada e, caso seja anterior à data do tombamento, deve ser anexado documento que comprove essa situação. 5. Caso a data de construção da ampliação seja posterior ao tombamento, a edificação deverá se adequar às seguintes questões: a) A área total construída deve ficar dentro da Taxa de Ocupação estabelecida pelo município que, conforme indicado no projeto, é de 80% (406,00 m²), tendo em vista a importância da permeabilidade do terreno para a preservação do patrimônio; b) O telhado deverá ser com telhas de barro, visando a manutenção da ambiência do conjunto, principalmente quando visualizado dos pontos mais altos da cidade.
		721	2	45	769	-	A análise do projeto foi feita sem considerar a questão referente à atribuição profissional dos engenheiros, no que diz respeito à elaboração de projeto arquitetônico, em especial quando a edificação se encontra em área de tombamento ou de entorno. A despeito dessa questão, o projeto não apresenta condições de aprovação pelos motivos relacionados a seguir: Falta de documentos (requerimento e memorial descritivo); falta de elementos de projeto (estudo de face de quadra, identificação em planta da área a regularizar); não é permitido recuo frontal; a taxa de ocupação excede aos permitido; os princípios arquitetônicos do conjunto devem ser mantidos, não sendo permitido o uso de laje de cobertura (usar telha cerâmica). A análise de outros itens foi prejudicada pela falta do memorial descritivo. CONSIDERANDO A NAD EXPEDIDA EM 9/9/2015 (PROCESSO 01512.002498/2015-22), RECOMENDO O EMBARGO DA OBRA ATÉ QUE O PROJETO ADEQUADO SEJA APRESENTADO.
		923	6	39	902	-	O projeto não atende às diretrizes no que diz respeito à face de quadra. De acordo com o contexto em que a edificação está inserida, o alinhamento predial deve ser mantido em toda a fachada, bem como o ritmo de vãos. Não é permitido o revestimento da fachada com pedra, cerâmica, etc. Recomenda-se (não obrigatório) a manutenção da cimalha na fachada, tendo em vista a valorização de um período histórico de importância para o município, expressa pela mesma. Recomendamos adequar os letreiros da fachada às instruções do IPHAN (disponíveis para consulta na prefeitura ou no IPHAN) pelas quais deve possuir área máxima de 0,50m², com espessura máxima de 0,05m, visando evitar a necessidade de adequações após a publicação de portaria. Não recomendamos uso de selador e tinta acrílica sobre paredes assentadas com argamassa de cal, por impedir a transpiração das paredes, restando a umidade no interior das mesmas, para as quais indicamos a utilização de tinta à base de cal. A rampa de acesso proposta não atende à acessibilidade, para a qual sugerimos estudar a viabilidade de rebaixamento parcial do piso interno.

Ano	AP/NAP	Nº do parecer	Setor	Quadra	Nº do lote	Graus de proteção	Motivação
2016 (Janeiro a junho)	Aprovados	314	3	Ponte Mauá		C1	O projeto atende às diretrizes da área e aos critérios de preservação estabelecidos.
	Não aprovados	385	1	23	302	C3	A proposta não atende às diretrizes de intervenção para o setor em que a edificação se localiza (Setor 1 –NÚCLEO ORIGINAL– Zona de Proteção Rigorosa 1). A edificação existente deve preservar sua volumetria, sendo permitidas alterações em seu interior. Para a parte nova, aos fundos da edificação existente, a altura deve ser de até 7,00m. Por se tratar de edificação protegida por inventário, os elementos que caracterizam a linguagem eclética simplificada da edificação devem ser preservados. O revestimento em pedra da base pode ser retirado, por representar um acréscimo posterior e sem valor histórico, porém os demais elementos devem ser mantidos (esquadrias de madeira, molduras, frisos, platibandas) e devem ficar aparentes. No Setor 1 deve ser utilizada telha cerâmica. Não recomendamos revestimentos e pinturas impermeabilizantes em alvenaria com argamassa de cal, se este for o caso. A cor externa a ser utilizada na edificação deve ser informada. O projeto deve ser apresentado sem divergências de informações em seus desenhos.

Fonte: IPHAN - Ficha SICG M2 02 junho de 2010 - Jaguarão

C. Tópicos propostos para um “Manual de boas práticas no patrimônio de Jaguarão”

1. Introdução: sobre o manual, a quem se dirige, seus objetivos.
2. Conceitos: patrimônio, manutenção, conservação, restauração.
3. Jaguarão e seus aspectos históricos, geográficos, paisagísticos e climáticos.
4. A paisagem cultural de Jaguarão e os valores materiais e intangíveis a preservar.
5. Linguagens arquitetônicas e edificações de destaque.
6. Proteção legal do patrimônio: Constituição Federal (artigos 216 e 217); Decreto Lei 25 de 1937, que organiza e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, destacando-se que os casos de hipossuficiência são protegidos pelo artigo 19; Decreto nº 3179 de 21 de setembro de 1999, que regulamenta a Lei dos Crimes Ambientais (Capítulo II - Seção IV - Das sanções aplicáveis às infrações contra o Ordenamento Urbano e Patrimônio Cultural); tombamento nacional do conjunto (área tombada e área de entorno), tombamentos estaduais (Teatro Esperança, Antiga Enfermaria Militar, Mercado Público, Antigo Fórum e Clube 24 de Agosto); lei municipal (PPHAT); competências de cada instância; diretrizes estabelecidas; responsabilidades cidadãos (ressaltando que a execução de obras sem licença é falta contra a legislação vigente).
7. Principais fontes de danos ao patrimônio: causas físico-químicas (calor e umidade relativa, luz, poluição), causas biológicas (insetos e roedores, mofo e fungos), incêndios, intervenções inadequadas, uso inadequado, vandalismo.
8. O papel do arquiteto: a necessidade de contratação de profissional, a importância da multidisciplinaridade em projetos de restauração e de equipe coordenada por arquiteto (a Resolução n. 51 de 2013 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo —

CAU/BR e o porquê da área do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico ser de atuação privativa do arquiteto para determinadas atividades).

9. A elaboração de projetos: as premissas e a metodologia do projeto de restauração; novas inserções (descaracterizações, faces de quadra, composição arquitetônica, cheios e vazios); reformas; elementos de comunicação visual; orientações para aprovação de projeto no IPHAN (Portaria IPHAN n. 420 de 2010);
10. Questões de conservação e manutenção: o papel do proprietário/usuário; como agir preventivamente (ações diárias, mensais, trimestrais, anuais); como solucionar problemas (como identificar o problema, como identificar a causa, como agir) em fundações, alvenarias, telhados, instalações (hidráulica, elétrica, climatização, prevenção de incêndio), revestimentos, escadas, elementos especiais e artísticos (cantaria, estuque, escaiola, cirex/cimento penteado, vitrais, bens móveis e integrados), forros, pisos, esquadrias, áreas externas; colorística, tipos de tinta, como pintar; como limpar.
11. Fontes de financiamento e apoio a projetos de preservação do patrimônio: PAC CH - Financiamento para recuperação de imóveis privados⁶⁷ (previsto no programa, porém não entrou em vigor no estado até o momento); BNDES - Apoio a Projetos de Preservação e Revitalização do Patrimônio Cultural Brasileiro⁶⁸; PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura⁶⁹; PRÓ-CULTURA RS/LIC – Lei de Incentivo à Cultura⁷⁰.

⁶⁷ Informações disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/509> acesso em 7 dez 2015.

⁶⁸ Informações disponíveis em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Cultura/Patrimonio_Cultural_Brasileiro/patrimonio_historico.html Acesso em 7 dez 2015.

⁶⁹ Informações disponíveis em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/622> Acesso em 7 dez 2015.

⁷⁰ Informações disponíveis em <http://www.procultura.rs.gov.br/> Acesso em 7 dez 2015.

ANEXOS

A. Carta de Veneza

*The Venice Charter*⁷¹

translated
in

PORTUGUESE

PORTUGAIS

*ICOMOS National Committee using this version:
Portugal*

CARTA DE VENEZA, Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios

II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, 1964. Adoptada pelo ICOMOS em 1965.

Introdução

Portadores de uma mensagem espiritual do passado, os monumentos históricos de um povo constituem um testemunho vivo das suas tradições seculares. A Humanidade, que tem vindo progressivamente a tomar consciência da singularidade dos valores humanos, considera os monumentos como um património comum, reconhece a responsabilidade colectiva pela sua salvaguarda para as gerações futuras e aspira, simultaneamente, a transmiti-los com toda a riqueza da sua autenticidade.

É, pois, essencial que os princípios orientadores da conservação e do restauro dos monumentos sejam elaborados colectivamente e acordados a nível internacional, ficando cada nação com a responsabilidade pela aplicação destes princípios, no quadro específico do seu contexto cultural e das suas tradições.

A Carta de Atenas, de 1931, ao expressar pela primeira vez estes princípios fundamentais, contribuiu para o desenvolvimento de um amplo movimento internacional,

⁷¹ Documento disponível em <www.icomos.org/charters/Venice%20Charter%20-%20Portuguese.DOC> Acesso em 11 set. 2016.

expresso, nomeadamente, na elaboração de vários documentos nacionais; na actividade do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e na criação, por esta última entidade, do Centro Internacional de Estudo para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM). A sensibilidade e a percepção crítica sobre estas matérias colocam problemas cada vez mais complexos e variados, pelo que parece também chegada a altura de reexaminar os princípios daquela Carta para os aprofundar e proceder ao alargamento do seu âmbito através da elaboração de um novo documento.

Assim, o II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza, de 25 a 31 de Maio de 1964, aprovou o seguinte texto:

DEFINIÇÕES

Artigo 1.º

A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural.

Artigo 2.º

A conservação e o restauro dos monumentos exige a colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e para a salvaguarda do património monumental.

Artigo 3.º

A conservação e o restauro dos monumentos visam salvaguardar, quer a obra de arte, quer o testemunho histórico.

CONSERVAÇÃO

Artigo 4.º

A conservação dos monumentos impõe, em primeiro lugar, uma manutenção permanente dos mesmos.

Artigo 5.º

A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade. Tal afectação é desejável mas não pode, nem deve, alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber, e que se podem autorizar, as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.

Artigo 6.º

A conservação de um monumento implica a conservação de uma zona envolvente à sua escala. Quando ainda exista o enquadramento tradicional, este deverá ser conservado, não devendo ser permitidas construções novas, demolições ou quaisquer arranjos susceptíveis de alterar as relações de volume e cor.

Artigo 7.º

O monumento é inseparável da História, da qual é testemunho, e também do meio onde está inserido. Consequentemente, a deslocação de um monumento, na totalidade ou apenas de uma parte, não pode ser permitida, a não ser que a sua salvaguarda o exija, ou quando razões de relevante interesse nacional ou internacional o justifiquem.

Artigo 8.º

Os elementos de escultura, pintura ou decoração que fazem parte integrante de um monumento não se podem separar dele, a não ser que esta seja a única forma de assegurar

a sua conservação.

RESTAURO

Artigo 9.º

O restauro é uma operação altamente especializada que deve ter um carácter excepcional. Destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos. Não devem ser empreendidos restauros quando se está em presença de hipóteses visando reconstituições conjecturais. Nestes casos, qualquer acrescento ou complemento, que se reconheça indispensável, por razões estéticas ou técnicas, deverá harmonizar-se arquitectonicamente com o existente e deixar clara a sua contemporaneidade. O restauro deverá ser sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Artigo 10.º

Nos casos em que as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação de um monumento pode ser assegurada através do recurso a outras técnicas modernas de conservação e de construção, desde que a sua eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida pela experiência.

Artigo 11.º

A unidade de estilo não deve constituir um objectivo a alcançar no decurso de um restauro. Pelo contrário, devem ser respeitados os contributos válidos das diferentes fases de construção. Quando um edifício contiver estilos diferentes, em resultado de diversas campanhas de obras ao longo do tempo, não se justifica a remoção de partes do edifício, a não ser excepcionalmente, quando os elementos a remover tenham pouco interesse e quando aquilo que se pretenda pôr a descoberto possua um relevante valor histórico, arqueológico ou estético, e o seu estado de conservação seja suficientemente aceitável para justificar a acção. A apreciação sobre o valor histórico, arqueológico ou estético dos referidos elementos e a decisão sobre as eventuais remoções a efectuar não podem depender unicamente da opinião do responsável pelo restauro.

Artigo 12.º

Os elementos destinados a substituir as partes inexistentes de uma edificação devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se sempre das partes originais, a fim de que o restauro não falseie o significado artístico ou histórico do documento.

Artigo 13.º

Os novos acrescentos apenas podem ser tolerados se respeitarem todas as partes interessantes do edifício, bem como a sua localização tradicional, o equilíbrio da sua composição e as suas tradicionais relações com o meio envolvente.

SÍTIOS MONUMENTAIS

Artigo 14.º

Os sítios monumentais devem ser objecto de cuidados especiais a fim de salvaguardar a sua integridade e de assegurar a sua limpeza, organização harmoniosa e valorização. Os trabalhos de conservação e de restauro a efectuar nos sítios monumentais devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes.

ESCAVAÇÕES

Artigo 15.º

As escavações devem realizar-se em conformidade com normas científicas e de

acordo com a “Recomendação sobre os princípios internacionais aplicáveis a escavações arqueológicas”, adoptada pela UNESCO em 1956.

Deve ser assegurada a valorização e apresentação das ruínas e tomadas as medidas necessárias tendo em vista a conservação e a protecção permanente dos elementos arquitectónicos e outros objectos postos a descoberto. Para além disso, devem tomar-se todas as medidas no sentido de facilitar a compreensão do monumento sem nunca desvirtuar o seu significado.

No entanto, todos os trabalhos de reconstrução deverão, à partida, ser excluídos. Apenas a anástilose, isto é a remontagem das partes existentes, mas desmembradas, poderá ser encarada. Os materiais de reintegração deverão ser sempre reconhecíveis e o seu uso deverá restringir-se ao mínimo necessário para assegurar a conservação do monumento e restabelecer a continuidade das suas formas.

DOCUMENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

Artigo 16.º

Todos os trabalhos de conservação, de restauro e as escavações deverão ser sempre acompanhados pela compilação de documentação precisa, sob a forma de relatórios analíticos ou críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, de consolidação, de recomposição e de reintegração, assim como os elementos técnicos e formais identificados no decurso dos trabalhos deverão ser anotados. Esta documentação deverá ser guardada nos arquivos de um organismo público e colocada à disposição dos investigadores, recomendando-se a sua publicação.

Comité de redacção: Pietro Gazzola (Itália) Presidente, Raymond Lemaire (Bélgica) Relator, Carlos Flores Marini (México), Dioclecio Redig de Campos (Santa Sé), Djurdje Boskovic (Jugoslávia), Eustathios Stikas (Grécia), François Sorlin (França), Sr.^a Gertrud Tripp (Áustria), Harald Langberg (Dinamarca), Harold Plenderleith (ICCROM), Hiroshi Daifuku (UNESCO), José Bassegoda-Nonell (Espanha), Jan Zachwatowicz (Polónia), Jean Merlet (França), Jean Sonnier (França), Luís Benavente (Portugal), Mario Matteucci (Itália), Mustafa S. Zbiss (Tunísia), P. L. de Vrieze (Países Baixos), Paul Philippot (ICCROM), Roberto Pane (Itália), S. C. Jakub Pavel (Checoslováquia) e Víctor Pimentel Gurmendi (Peru)

Tradução: Miguel Brito Correia e Flávio Lopes

B. Tabela Síntese das Linguagens Arquitetônicas de Jaguarão

Linguagem	Definição
Luso-brasileira	 <p>Caracterizada pela horizontalidade dos prédios e singeleza das fachadas. Apresentam cobertura em telhas cerâmicas com amplos beirais, janelas em guilhotina ou de abrir com postigo, portas relhadas ou almofadadas, vergas em arco abatido, arco pleno ou retas.</p>
Eclética Século XIX	 <p>Caracterizam-se pela imponência. Algumas apresentam porões altos, janelas de abrir com postigo, gradis nas sacadas, portas de acesso a um hall de entrada antes do interior (paravento). Quanto aos ornamentos e variações, aparecem diferentes tipos de platibandas (fechadas ou vazadas), elementos de linguagem neoclássica (como frontões triangulares e colunas clássicas) ou neo-renascentistas (linhas curvas, arco pleno, guirlandas) e ornamentos superiores como vasos, compoteiras, pinhas e estátuas.</p>
Eclética Século XX	 <p>Caracterizadas pela simplificação e geometrização dos elementos decorativos das fachadas, com destaque para as platibandas cegas. Aparecem na composição dos ornamentos da fachada elementos de linguagem neogótica (como arcos ogivais simples ou trilobulados), <i>art-nouveau</i> (como formas assimétricas e delgadas, derivadas da natureza) e <i>art-déco</i> (como formas geométricas)</p>
Eclética simplificada	 <p>Semelhante às edificações ecléticas do século XIX e XX, mas apresentando pouca ou nenhuma ornamentação. Pertencem a essa categoria ainda as edificações ecléticas que tiveram seus ornamentos retirados ou alterados.</p>
Neocolonial	 <p>Se configuram como uma colagem de soluções da arquitetura colonial, como cobertura em telha tipo capa e canal com beirais, torreões, frontões curvos, vergas de arco abatido, treliças, painéis de azulejos decorados e a própria pedra de alicerce reforçando alguns detalhes construtivos.</p>

Protomoderna		Caracterizada pela adoção simultânea de vertente classicista e de uma atitude moderna coincidente com a difusão do concreto armado e maior racionalização na construção. Apresentam plantas simétricas ou quase simétricas, volumes compactos, distribuição interna compartimentada. Elementos curvos, marquises e pestanas de janelas em concreto armado evidenciam o desenvolvimento tecnológico, que convivem com elementos como cobertura em telhas cerâmicas.
Vernacular		Edificações com elementos de fachadas e esquadrias simplificados, apropriando-se de alguns elementos dos casarões e casas de maior poder aquisitivo de diversas linguagens, mas sem preocupação com proporções ou coerência de linguagem entre os elementos.
Modernista		Volumetria claramente definida, com a adoção de formas geométricas, independência entre a estrutura e da vedação, uso de pilotis, panos de vidro contínuo e <i>brises soleils</i> (na forma de elementos vazados de cerâmica ou concreto).
Contemporânea		Grandes edificações se valendo do jogo de volumes, e de seus elementos. Apresentam algum princípio compositivo e organização.
Indefinido		Construções recentes, sem uma organização ou princípio compositivo perceptível.

Fonte: Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão (2011).

C. Parecer Técnico IPHAN Nº013/2010 - Recomenda o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão. Processo IPHAN Nº 1569-T-08

 MINISTÉRIO DA CULTURA IPHAN <small>INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL</small>		Parecer nº: 013/2010	Data: 05/10/2010
---	--	-------------------------	---------------------



Ao Sr. Dalmo Vieira Filho
 Diretor do DEPAM

Parecer Técnico

Assunto: Análise do Processo nº 1.569-T-08 – Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão – RS.

Prezado Diretor,

O presente Parecer analisa do Processo de Tombamento do Processo número 1.569-T-08, denominado “Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, Município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul”.

Sobre o Processo de Tombamento

O Processo de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão foi aberto em março de 2008 a pedido da Superintendente da então denominada 12ª Superintendência Regional do IPHAN. Naquele momento foram apresentados diversos documentos, dentre eles: o “Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão”, elaborado em 1992 pela Prefeitura Municipal em coordenação com a Universidade Federal de Pelotas e que contém estudos sobre a caracterização do patrimônio cultural de Jaguarão e diretrizes para sua preservação (impresso e em meio digital); uma planta da área urbana de Jaguarão, elaborada pela Prefeitura Municipal; e uma série de imagens iconográficas impressas. Posteriormente foram anexadas ainda cartas da Prefeitura Municipal, onde o pedido de tombamento é reforçado, a Lei Municipal nº 4.682/2007, que instituiu o Plano de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Turístico de Jaguarão; e matérias na imprensa sobre o assunto. Um segundo volume contém ainda as plantas conforme levantamentos feitos pela equipe contratada para este fim, a iconografia disponível sobre a cidade, e uma cópia de estudos e levantamentos sobre o edifício da antiga Enfermaria Militar.

Para auxiliar na instrução do processo, em dezembro de 2008 foi contratada uma equipe para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a ocupação do território e a definição das fronteiras meridionais do Brasil, necessárias para contextualizar a importância histórica de Jaguarão e seu patrimônio arquitetônico e urbanístico. Esse trabalho, desenvolvido entre janeiro e



Continuação Parecer 013/2010 – Anna Finger

dezembro de 2009, serviu para a elaboração do Dossiê de Tombamento, finalizado agosto de 2010 pelo Depam com o apoio da Superintendência do IPHAN Rio Grande do Sul, e cujos 2 (dois) volumes com a argumentação que embasa a presente proposta de tombamento, foram anexados ao Processo nº 1.569-T-08.

O primeiro contém uma caracterização geral da ocupação do estado do Rio Grande do Sul, contextualizando o conjunto agora apresentado e outros bens, cujos estudos específicos ainda estão em fase de elaboração (especificamente o Conjunto Histórico e Paisagístico de Bagé e a Ponte Internacional Mauá, em Jaguarão, mas mencionando também uma série de outros elementos que podem vir a ser alvo de proteção futura, como fortes, estâncias, charqueadas, entre outros). Esses bens compartilham do mesmo argumento utilizado na elaboração da proposta de tombamento de Jaguarão e, portanto, compreende-se que são complementares e historicamente indissociáveis, tendo sido escolhidos propositalmente para representarem um capítulo da história denominado pelo presente trabalho como testemunhas do avanço da fronteira meridional do Brasil. Este volume traz ainda uma análise da cidade de Jaguarão, com informações sobre localização, dados geográficos e ambientais, contextualização histórica e evolução urbana, análise arquitetônica e urbanística, justificativa de proteção, delimitação de poligonais e diretrizes para a gestão da área a ser protegida.

O segundo volume contém 30 pranchas com os mapas necessários para o entendimento do objeto, entre eles: perímetro do município e localização do Centro Histórico, evolução urbana, mapeamento e caracterização dos imóveis de interesse, usos, número de pavimentos, características estilísticas, estado de conservação e caracterização dos imóveis, e delimitação das poligonais de tombamento e entorno. Além disso, traz também diretrizes para a gestão da área pós-tombamento.

Os estudos sobre o avanço e definição da fronteira meridional do Brasil

Conforme apresentado, o tombamento de Jaguarão vem neste momento abrir caminho para a proteção de uma série de **bens representativos do processo de ocupação territorial e definição das fronteiras meridionais do Brasil**, sendo associados a dois movimentos principais:

1. As disputas territoriais entre Portugal e Espanha pela posse e controle do território ao sul das suas possessões na América, e após os processos de independência, entre o Brasil e as antigas colônias espanholas;
2. O desenvolvimento de uma cultura específica em decorrência direta dos processos históricos ali ocorridos, pautada em grande medida no desenvolvimento da agropecuária, que relacionam a região sul do Brasil com os demais países da Região Platina.

Conforme descrito no capítulo “Proposta de Proteção Nacional” do Dossiê, durante o período conhecido como União Ibérica (1580-1640), a priori, as disputas territoriais pelos territórios americanos foram suspensas, uma vez que toda a extensão das novas terras pertenceria então à Coroa Espanhola. Mas justamente nesse período foram descobertas as primeiras minas de prata na região andina e os primeiros caminhos de acesso a elas a partir da navegação pelos afluentes do

12

Rio da Prata, e com restauração do reino de Portugal, iniciou-se um longo processo de disputas pelo controle do território banhado pela Bacia do Prata.

Como naquele momento ainda não haviam sido descobertas jazidas de ouro em território português, a coroa lusitana partiu para a ocupação das terras ao sul do seu último ponto estabelecido: a Capitania de São Vicente, através da fundação de portos e povoações (mais tarde elevadas a vila) nas baías de Paranaguá e da Babitonga, na Ilha de Santa Catarina, em Laguna, Rio Grande e também no Estuário do Prata (Colônia de Sacramento, 1680), rompendo a demarcação estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas. Esse movimento de expansão deflagrou uma série de confrontos entre os dois países, que implicou na revogação do Tratado de Tordesilhas e no firmamento de outros para tentar solucionar a questão das fronteiras, e deixaram marcas no território ainda hoje perceptíveis, como o estabelecimento de postos militares e a fundação de povoações, que deram origem a diversas das cidades da região.

O Dossiê detalha ainda o desenvolvimento das atividades econômicas que caracterizam ainda hoje a região platina, que a exemplo da pecuária, contribuem para aproximar culturalmente o sul do Brasil dos países vizinhos, como Uruguai, Paraguai e Argentina.

O desenvolvimento da pecuária decorre de fatores históricos (a inserção do gado na região das missões jesuíticas e seu posterior abandono, permitindo a formação das “vacarias” que deram origem às estâncias de gado), mas também ambientais, pois na região do pampa essa produção encontrou um local extremamente propício para seu desenvolvimento. Também seu processamento posterior foi favorecido, pois se no inverno as temperaturas caem significativamente, os verões quentes permitiam a produção do charque em grandes quantidades, de boa qualidade e a baixos custos, já que o gado não precisava ser deslocado por grandes distâncias e, desta forma, não perdia peso.

Assim, o Dossiê de Tombamento caracteriza esse processo de ocupação territorial e desenvolvimento sócio-econômico e cultural da região, através da análise de aspectos históricos, econômicos e ambientais. Entre os aspectos históricos é caracterizada desde a ocupação pré-colonização, as primeiras investidas e os conflitos entre as duas coroas e os diferentes tratados firmados para tentar solucionar a questão, até a identificação de locais detentores de elementos que materializem esse processo, como vilas, fortificações, locais de batalhas, entre outros. Entre as questões sócio-econômicas destacamos a formação dos rebanhos de gado que deram origem às estâncias e, mais tarde, forneceram o gado para as charqueadas, permitindo o rápido desenvolvimento de algumas das localidades estudadas (como Jaguarão, Bagé e Pelotas) e a formação dos caminhos de articulação territorial (Caminho das Tropas, implantação da malha ferroviária). São abordadas ainda questões políticas, como as sucessivas revoluções que mesmo após a independência das colônias, continuaram tendo a região platina como palco (como a Revolução Farroupilha e a Revolução Federalista), e o estudo chega até os dias atuais, com uma caracterização do atual panorama sócio-econômico, características ambientais, potencialidades regionais, entre outros aspectos.

Nesse contexto, a proposta de tombamento de Jaguarão, situada na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, é justificada por este local ser um ponto essencial para a compreensão dos processos de definição territorial do país, materializando também toda a cultura desenvolvida a partir dos processos históricos ali ocorridos.



Continuação Parecer 013/2010 – Anna Finger

Analisaremos a seguir as questões relativas especificamente ao sítio urbano de Jaguarão e o acervo ali ainda preservado.

O Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão – RS

A povoação da região às margens do Rio Jaguarão foi iniciada em 1792 com a fundação de uma guarnição militar espanhola, no local conhecido como Cerro da Pólvora (hoje dentro da área urbana da cidade, onde se localizam as ruínas da Enfermaria Militar). Em 1801 essa guarda foi tomada pelos portugueses, que no ano seguinte se instalaram nesse ponto, dando origem à povoação do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão.

Como ao longo de sua história a cidade foi palco de disputas e batalhas, inicialmente entre as coroas portuguesa e espanhola e, mais tarde, após a independência e quando as fronteiras já estavam relativamente bem definidas, entre a elite pecuarista regional e o Governo Central. Para aumentar a presença oficial e aumentar o controle sobre o território, a povoação foi elevada a vila em 1832, e já em 1855 foi reconhecida como cidade.

Pela sua localização na fronteira e sua posição estratégica para a defesa do território, a cidade se desenvolveu voltada para o Uruguai, pois ao mesmo tempo em que o Rio Jaguarão (que nesse trecho delimita a divisão política entre os dois países) oferecia proteção, o relevo permitia a observação da movimentação militar naquele território a partir dos postos militares instalados nos Cerros. Por esse motivo a cidade cresceu envolta em uma atmosfera militar, e apesar de as fortificações originais não existirem mais, outros elementos marcam essa presença, como as ruínas da antiga Enfermaria Militar e um novo quartel do exército, construído já no século XX, que abriga um contingente significativo de militares se comparado ao porte do município.

Mas a despeito das disputas políticas e militares, a população transitava entre os dois lados de maneira praticamente irrestrita, e o comércio de fronteira – em grande parte irregular e pautado nos laços de parentesco e nas propriedades rurais que os pecuaristas mantinham nos dois lados da fronteira – garantia a manutenção dos laços culturais que os governos tentavam separar politicamente.

E como em outros pontos da fronteira, Jaguarão e Rio Branco se desenvolveram de maneira interdependente. E esta dependência se estendia a toda a região sul do Brasil e ao Uruguai, e ganhou destaque com a construção da Ponte Internacional Mauá e a implantação da linha férrea, que conectou a malha gaúcha ao porto de Montevideu, por onde eram transportados os produtos pecuários (principal atividade econômica da região), como alternativa aos portos brasileiros e suas altas tarifas. Assim, a construção da Ponte e a implantação da linha férrea representa ainda a resistência das elites pecuaristas gaúchas, em constante disputa inicialmente com a coroa portuguesa e, mais tarde, com a administração centralizada no Rio de Janeiro e dominada pelos cafeicultores da região sudeste.¹ E a opção de passagem por Jaguarão, mesmo com as dificuldades

¹ No Rio Grande do Sul a economia do charque permitiu o estabelecimento de uma classe social economicamente fortalecida, mas que encontrava dificuldades junto ao Governo Central, sendo seus interesses muitas vezes preteridos em favor de outros interesses econômicos politicamente mais bem representados, como o dos cafeicultores. E a tensão entre os pecuaristas no sul e o governo acabou chegando a deflagrar conflitos armados, com as revoluções Farrroupilha e Federalista, até hoje de grande importância para a cultura gaúcha.



Continuação Parecer 013/2010 -- Anna Finger

apresentadas pela transposição do rio, em detrimento de outras localidades de "fronteira seca", demonstra a importância da cidade durante aquele momento.

Quanto à implantação da malha urbana de Jaguarão, é nítida a interação entre esta e o ambiente natural. Tendo as guardas militares se instalado em pequenas elevações (os Cerros da Pólvora e das Irmandades) em função da já mencionada visão privilegiada do espaço no entorno, a cidade se implantou entre esses Cerros e o rio, estando constantemente protegida, ao mesmo tempo em que podia desenvolver seu comércio no entorno do porto. E, respeitando essas condições de defesa, se espraiou sem obstruir as visuais a partir dos pontos estratégicos, que ainda hoje são mirantes privilegiados para a observação do ambiente natural (composto pelo pampa e cortado pelo Rio Jaguarão), da área urbana da cidade, e também do Uruguai.

Quanto ao traçado urbano adotado, o Dossiê traz uma comparação entre Jaguarão e as cidades coloniais brasileiras. Jaguarão destaca-se pelas características retilíneas, possivelmente em função da forte influência espanhola e seu urbanismo, e a observação da primeira planta da cidade (ver página 96 do Dossiê de Tombamento), datada de 1815, permite perceber uma impressionante semelhança entre o traçado urbano de Jaguarão e plantas de cidades espanholas. Essa característica é reforçada pelo fato de que em Jaguarão buscou-se não apenas ordenar o espaço já ocupado, mas estabelecer um planejamento prévio para a forma que a cidade deveria assumir, com a definição prévia do arruamento e o macro-parcelamento. Também é mencionado o fato de a atual Praça Alcides Marques, que à época levava o nome de "Praça Militar", ser configurada de forma semelhante às *Plazas Mayores* espanholas, pois apesar de abrigar atualmente a Igreja Matriz, essa só foi edificada mais tarde, sendo que à época da elaboração da cartografia existia no local apenas um barracão coberto por palha. A construção da Matriz, iniciada em 1846 e concluída no último quartel do século XIX é, inclusive, muito posterior às igrejas das demais cidades luso-brasileiras formadas no mesmo período da povoação do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão, demonstrando uma preocupação secundária em relação à religião, e o enfoque na função militar da cidade.

Segundo apontado no Dossiê, essas características diferem sensivelmente do urbanismo português, onde a ocupação ocorria de forma mais livre, pois apesar de existirem orientações gerais visando garantir o alinhamento e ordenamento da cidade, não era comum um planejamento urbano tão preciso previamente à implantação dos edifícios, com a divisão em quadras e lotes. Além disso, nas cidades de origem portuguesa o principal espaço urbano era invariavelmente determinado pela construção da Igreja Matriz, em função da qual era demarcada a praça. Ou seja, exatamente o contrário do que aconteceu em Jaguarão.

Portanto, o conjunto urbano de Jaguarão é apresentado como um sincretismo de influências portuguesas e espanholas, que resultaram em um projeto urbanístico único, ao qual se soma um conjunto de edificações coloniais, ecléticas, *art-déco* e modernistas, que variam em tipologias, formas de implantação e acabamentos, testemunha dos diversos períodos pelos quais a cidade passou. É destacado o século XIX, quando, assim como aconteceu em diversas cidades brasileiras que testemunharam ou estiveram no ponto central de grandes processos econômicos, também Jaguarão desenvolveu uma arquitetura eclética rica e opulenta durante o período áureo da pecuária e produção do charque. E a delicadeza na ornamentação dos edifícios contrasta com a rudeza da produção do charque e da escravidão, mão de obra fundamental para o desenvolvimento dessa economia.

5



Continuação Parecer 013/2010 – Anna Finger

Consideramos, portanto, que o Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, além de estar historicamente relacionado com os processos de definição de fronteiras e formação da cultura platina cuja importância extrapola o território brasileiro, **reflete ainda outros processos relacionados diretamente à história do Brasil, como a escravidão (apontada como fundamental para o desenvolvimento da economia do gado e a edificação das áreas urbanas da região), e o rápido desenvolvimento econômico e cultural do século XIX ligado a um determinado processo econômico.** Além disso, é destacado o fato de, em Jaguarão, estarem presentes também testemunhos de “projetos nacionais”, como questão da segurança nas fronteiras (através da forte presença militar), e a implantação da malha férrea, que tornou a cidade um importante ponto de articulação internacional.

E quanto ao patrimônio material sobre o qual recairá a proteção do tombamento, é caracterizado como **um dos acervos urbanísticos e arquitetônicos atualmente mais íntegros e bem preservados do Brasil, notável ainda no que tange à relação entre o traçado viário, acervo edificado e ambiente natural.**

A atuação institucional do IPHAN em Jaguarão

Apesar de não contar com nenhum bem protegido pelo IPHAN, a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico de Jaguarão vem sendo feita, em grande medida, pela própria população, tendo sido oficialmente encampado pela Prefeitura Municipal através de projetos e leis específicas, como demonstra a Lei Municipal nº 4.682/2007, que instituiu o Plano de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Turístico de Jaguarão. E recentemente, quando do lançamento do PAC para as cidades históricas, foi uma das primeiras a aderir.

Nesse aspecto, a prefeitura tem se mostrado uma parceira fundamental para as ações de preservação, e ao contrário do que ocorre em diversas cidades brasileiras, em Jaguarão não apenas a administração municipal, mas também os moradores cobram o IPHAN o tombamento de seu centro histórico. Assim, a proposta de tombamento vem de encontro às iniciativas locais, que anseiam pelo reconhecimento de sua importância, como demonstram as cartas da Prefeitura Municipal e as matérias jornalísticas que compõe o primeiro volume do Processo.

Para avançar na gestão da área a ser protegida pelo IPHAN foram desenvolvidos estudos onde são detalhadas as características de cada região da cidade, bem como dadas diretrizes para nortear intervenções propostas para esses locais. Além disso, essas diretrizes apontam também projetos estratégicos para a requalificação urbana, e ainda durante seu período de elaboração, já se mostraram de acordo com os anseios locais, pois ratificam propostas como a implantação de um Centro de Interpretação do Pampa nas ruínas da antiga Enfermaria Militar e qualificação de seu entorno como parque, em desenvolvimento pelo município.

Portanto, o tombamento de Jaguarão é uma oportunidade única não apenas de garantir a preservação de um dos conjuntos mais bem caracterizados do Brasil, mas de desenvolver uma atuação conjunta entre administrações públicas de diferentes instâncias, pautada na preservação do patrimônio cultural para garantir o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população da cidade.



Delimitação das poligonais de tombamento e entorno

Analisando as poligonais de tombamento e entorno descritas entre as páginas 213 e 117 do Dossiê de Tombamento, e apresentadas graficamente na página 218 e na Prancha 29 (Anexo), observamos o conjunto de bens a ser protegido por tombamento é composto por **duas poligonais de tombamento descontínuas** (uma abrangendo a maior parte do conjunto urbano e um trecho do Rio Jaguarão, outra abrangendo o Cerro da Pólvora e ruínas da antiga Enfermaria Militar) mais o **edifício da Estação Ferroviária**. Essa definição visa preservar um acervo identificado como fundamental para a compreensão da cidade, mas percebe-se que entre essas áreas a predominância de bens de interesse é relativamente baixa, não sendo justificável estender a poligonal de tombamento para áreas já descaracterizadas para abarcar as três regiões. Entretanto, destacamos que **essas áreas, apesar de descontínuas, constituem um mesmo conjunto, não configurando tombamentos isolados**.

As três áreas de tombamento estão inscritas em uma mesma **poligonal de entorno**, delimitada com o intuito de garantir a ambiência das três áreas e a relação ainda existente entre elas, e funcionar como uma região de “amortecimento” entre as áreas de tombamento e o restante da cidade.

Analisando as poligonais conforme apresentadas, julgamos serem pertinentes, uma vez que abarcam com clareza os bens que se deseja preservar.

Conclusão e Recomendação de Tombamento

A história da cidade de Jaguarão esteve ligada a dois momentos significativos da história do Brasil: o processo de definição das fronteiras territoriais do sul do Brasil e o desenvolvimento de uma cultura que relaciona o país a outros países da América do Sul. Nesse contexto, transcrevemos aqui um trecho da justificativa de proteção, conforme apresentada no Dossiê de Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão:

(...) o tombamento de Jaguarão como patrimônio nacional, ao mesmo tempo em que reconhece a extensão dos processos econômicos e sociais do Brasil, que chegaram até as fronteiras mais distantes, é também o reconhecimento de um sistema cultural distanciado da “capital” e da “corte”, que a despeito das disputas políticas, se desenvolveu entre a população dos dois lados da fronteira, que se reconhece verdadeiramente como irmãos. Essa influência platina faz com que a cultura local tenha, por vezes, mais semelhanças com outros países da América do Sul como o Uruguai, o Paraguai e a Argentina, do que com os elementos tradicionalmente reconhecidos como referenciais para a “cultura brasileira”. E nesse contexto, Jaguarão representará um capítulo pouco conhecido e menos ainda apropriado pela história brasileira quando contada a partir dos bens reconhecidos atualmente como patrimônio nacional.

Espera-se assim que o reconhecimento de Jaguarão como Patrimônio Cultural brasileiro contribua não apenas para explicitar e reforçar os laços existentes com nossos *hermanos*, mas também para a percepção de que o Brasil é formado por diferentes nuances culturais, com múltiplas origens, que contribuem igualmente para sua formação.²

² Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão – RS – Dossiê de Tombamento, p. 181

7

Continuação Parecer 013/2010 – Anna Finger

Além disso, seu Centro Histórico constitui um dos conjuntos maiores e mais bem preservados do Brasil, com destaque para seu patrimônio eclético, que testemunham períodos áureos dos processos históricos que ali se desenvolveram, e que atualmente representam um potencial para o desenvolvimento sustentável da cidade, pautado em referenciais como a qualidade ambiental urbana associada à preservação do patrimônio cultural.

Assim, por compreender que o **Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão**, além de materializar os processos de definição das fronteiras do Brasil e contribuir para ressaltar características que nos unem aos demais países da América do Sul, possui um acervo digno de figurar entre as cidades consideradas Patrimônio Nacional, é este **Parecer favorável ao seu tombamento, propondo sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, assim como no Livro do Tombo Histórico**, conforme disposto no Art. 4º do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937.

É o parecer.


 Anna Finger
 Coordenadora de Gestão, Normas e Fiscalização
 Coordenação Geral de Cidades Históricas
 DEPAM/ IPHAN

22 Acordo
 reunião 11/11
 15/11/2010
 DEPAM/ IPHAN

D. Parecer do Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN - Recomenda o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão. Processo IPHAN Nº 1569-T-08



Processo de Tombamento nº 1.569- T- 08 **“Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, Município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul” e**

Processo de Tombamento nº 1.570-T-09 – **“Ponte Mauá, Município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul”**

Exmo. Sr. Presidente do IPHAN.

Srs. Conselheiros.



Foi com satisfação que recebi do Sr. Presidente do IPHAN, Dr. Luiz Fernando de Almeida, através da professora Anna Maria Serpa Barroso, a missão de examinar e opinar sobre estes dois processos que se complementam. Denomina-se o primeiro, “Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, Município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul”, e o segundo, “Ponte Mauá, Município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul”.

O município de Jaguarão está localizado na fronteira com o Uruguai na região dos Pampas à sudeste do Rio Grande do Sul, às margens do rio do mesmo nome que por sua vez desagua na lagoa Mirim que chega ao Oceano Atlântico e distante 395 kms de Porto Alegre por rodovias asfaltadas. O gentílico é Jaguareense.

Conforme os textos históricos registrados no dossiê, a trajetória da cidade foi vivamente influenciada pela saga de conquista da região conhecida como Pampa Gaúcho e que inclui parte norte da Argentina, todo o território Uruguaio e o sul do Rio Grande do Sul. De fato, a formação da cidade de Jaguarão, que se une à de Rio Branco no Uruguai pela Ponte Internacional Mauá, está relacionada com os processos das ocupações portuguesa e espanhola no território sul americano e às estratégias utilizadas para garantir sua posse.

“A ocupação da região platina, data do século XVII após a descoberta das minas de prata nos Andes e dos primeiros caminhos de acesso pelos afluentes do Rio da Prata. Com o fim da União Ibérica (1580-1640) e restauração do reino de Portugal (e pelo fato de ainda não terem sido descobertas jazidas de ouro em território português), a coroa lusitana partiu para a ocupação das terras ao sul do seu último ponto estabelecido: a Capitania de São Vicente, através da fundação de portos e povoações (mais tarde elevadas a vila) nas baías de Paranaguá e da Babitonga, na Ilha de Santa Catarina, em Laguna, Rio Grande e no próprio Estuário do Prata, com a Colônia de Sacramento”.

“A formação de Jaguarão, assim como de Rio Branco no lado Uruguaio, descendem desse contexto. Às margens do rio, no local conhecido como Cerro da Pólvora, (hoje dentro da área urbana da cidade, onde se localizam as ruínas da Enfermaria Militar) foi estabelecida inicialmente uma guarnição militar espanhola (1792), mais tarde transferida para a margem oposta do rio (1801), dando origem à povoação de Arredondo (atual Rio Branco). No local da antiga guarda espanhola, os portugueses ergueram a Guarda da Lagoa e do Cerrito (1802), no entorno da qual se desenvolveu a povoação do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão”.

“As disputas entre Portugal e Espanha pela posse do território se estenderam até a



independência de suas colônias, e mesmo após, entre o Brasil, Uruguai e Argentina, motivadas principalmente pelo controle sobre a Bacia do Prata. E como forma de marcar a posse da região, as duas povoações foram oficialmente reconhecidas quase que simultaneamente. Em 1831 Arredondo foi oficializada como povoado (em 1853 seu nome foi alterado para Vila Artigas e, em 1909, para Rio Branco), e no ano seguinte, em 1832 um Decreto Imperial elevou também a povoação do Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão à condição de Vila (em 1855 foi elevada à condição de cidade, com o nome de Jaguarão)".

"Nesse período a economia se fortalecia a partir da exploração do gado originário das Missões, que após a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, havia permanecido solto na região. Uma gravura de Debret, denominada "Vila do Espírito Santo do Cerrito", mostra uma cena do Rio Jaguarão com os animais atravessando livremente a fronteira entre os dois países. E como o controle era difícil, apesar da separação política e definição de uma linha de fronteira, as relações comerciais e de parentesco estabelecidas entre a população dos dois lados continuavam acontecendo, e seus habitantes transitavam livremente ignorando a demarcação oficial. Assim, as duas povoações cresceram mantendo estreita relação comercial e social e social".

"O rio Jaguarão que banha a cidade foi sempre um importante fator de acessibilidade e desenvolvimento. De fato, a questão do acesso fluvial será fundamental para o entendimento da evolução urbana. Ainda assim, a localização da povoação era estratégica para a articulação territorial, pois a partir da navegação do rio era possível chegar à Lagoa Mirim e daí a Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e ao Oceano Atlântico. Já por via terrestre a cidade dava acesso a Ainda São José do Norte, Estreito, Tavares, Mostardas, Palmares do Sul, e destacava-se sua posição na fronteira com o Uruguai. Por este motivo, a povoação desde os primórdios de sua fundação adquiriu a característica de um importante entreposto comercial".

A tarefa de elaborar o parecer foi mais uma vez facilitada pela qualidade dos estudos que se encontram nos dossiês de Tombamento. No entanto é minha obrigação oferecer aos conselheiros e as conselheiras, uma síntese o mais possível fiel do que me foi dado examinar nas mais de 1240 páginas dos dois processos examinados: O primeiro, do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, consta de dois volumes do processo propriamente dito e mais dois anexos de estudos recentemente realizados pelas equipes do IPHAN para subsidiar o tombamento. Já no caso da Ponte Mauá temos mais dois volume de processo e seus anexos, que subsidiam informações ao tombamento individualizado.

No primeiro caso o processo se inicia com Memorando nº 114/08 de 29/02/08 de Eduardo Hann, Chefe da Área Técnica da 12ª SR. do IPHAN dirigido à Arquiteta Ana Lúcia Goelzer Meira, Superintendente da 12ª Regional do IPHAN, no qual solicita autorização para abertura do processo administrativo visando a instrução do Processo de Tombamento da cidade de Jaguarão/RS.

Em 23/09/2009, o processo de tombamento foi solicitado pela Superintendente Regional ao Sr. Diretor do DEPAM, Dr. Dalmo Viera Filho, através do Memorando, 699/12ªSR.

Em 08/10/2008, através do Memorando nº 0267/08 GAB/DEPAM aquela diretoria solicitou ao setor competente a abertura do processo de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico.

Segue-se cópia do “Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão”, elaborado desde 1991 através de convênio entre a Prefeitura de Jaguarão e a Universidade Federal de Pelotas, que produziu pioneiros estudos sobre a caracterização do acervo de arquitetura urbana. Trata-se de uma sólida base técnica e de pesquisas que desde então passou a orientar os trabalhos de preservação daquela cidade.

Este documento elaborado pelo Grupo de Revitalização Cultural de Jaguarão sob a coordenação da professora arquiteta Ana Lúcia Costa de Oliveira contou com uma dedicada equipe de professores e acadêmicos da Universidade Federal de Pelotas, bem como de representantes da comunidade Jaguarense, que passo aqui a citar transcrevendo os créditos do documento, reconhecendo sua relevante contribuição no processo de salvaguarda do acervo:

O acadêmico de direito Evandro Chies Machado, a acad. arq. Fernanda Albuquerque Monteiro, o acad. arq. Marcelo Bento Terres, o acad. arq. Maurício Borges Seibt. A colaboração do Prof. arq. Mauricio Couto Polidori, do prof. belas artes José Luís Marasco Leite, do artista plástico Fernando Gonçalves Duarte, do acadêmico em pintura Acelino Carús Guedes e Júlio Vinícius Ramos de Brito. São citados também como representantes da comunidade o prefeito João Alberto Dutra Silveira, o Sr. Eduardo Alvarez de Souza Soares, o professor Cleo dos Santos Severino e o Sr Ely Chagas.

O plano como um todo contou ainda com a orientação técnica de renomados especialistas como os arquitetos Dora Alcântara, Augusto Ivan de Freitas, Carlos Lemos, Ramón Gutierrez e Noemi Antunez, e teve como marco referencial teórico e norteador de sua ideologia preservacionista, princípios do Manifesto de Amsterdam (1975) e da Carta de Veneza (1964).

Também contribuíram para esta iniciativa a celebração de outros acordos entre a UFPel e o Centro de Integração Empresa-Escola de Jaguarão, que suscitaram atividades paralelas como palestras, exposições e debates sobre a questão da preservação Paisagístico Cultural, que foram capazes de mobilizar a participação da comunidade, fator determinante para assegurar o êxito de qualquer iniciativa nesta direção, qual seja, o compromisso local, o interesse e a sensibilidade com a causa.

O estudo é precedido de uma cronologia histórica que abrange desde o final do período colonial, destacando os principais fatos que de alguma forma contribuíram para a formação deste território e a compreensão do contexto. Inclui uma 1ª Planta Urbana datada de 1815 quando o povoamento original ainda se denominava Guarda do Serrito, fundado pelos espanhóis para demarcar propriedade do território às margens do rio.

Baseia-se no Inventário do Patrimônio Arquitetônico da Cidade de Jaguarão-IPACJ e realiza uma análise das características tipológicas da arquitetura encontrada, com identificação dos elementos construtivos através de desenhos primorosamente detalhados, definidores das diferentes linguagens arquitetônicas formais.



Segue-se no estudo um minucioso esforço de classificação tipológica por estilos e épocas em que o estilo classificado como Ecletismo Historicista foi sistematicamente dividido em 4 fases cronológicas sendo que a 1ª Fase (1850/1880), 2ª Fase (1880/1900), 3ª Fase (1900/1920), 4ª Fase (1920/1940). Estas foram seguidas das fases Neocolonial, e daquelas marcadas pela ocorrência de exemplares de tipologias classificadas como "Kitsch" com influências entre o Art-Nouveau e o Art-Decô, chegando aos exemplares mais recentes representantes do Modernismo.

Tais estudos denotam um esforço de pesquisa acadêmica na busca do conhecimento das características do acervo de arquitetura urbana e grande comprometimento dos envolvidos na tentativa de compreender em profundidade a natureza do acervo que tinham em mãos. Sem dúvida é um dos primeiros passos de quem pretende preservar.

Na sequência o documento propõe instrumentos urbanísticos que visam não só a preservação da paisagem urbana local mas também a harmonização entre o edificado e as novas construções a serem realizada dentro das zonas preservadas. São propostas as Zonas de Preservação Histórica Arquitetônica e as Zonas de Preservação Histórica Natural. Sempre procurando se harmonizar com o Plano Diretor existente desde 1978, o estudo elabora a Determinação do Regime de Usos e dos Índices Urbanísticos para estas áreas.

Também promove a elaboração dos primeiros Critérios de Intervenção e Construção para as zonas de preservação. Estabelece diferentes métodos de intervenção assim definidos como o Método Arqueológico, Método Científico, Método Artístico ou de Reintegração Estilística. Classifica os tipos de intervenção possíveis e os graus de descaracterização. O documento do PRIJ preconiza ainda a criação de um núcleo Técnico Urbano no âmbito da administração municipal vinculado à Secretaria de Obras; introduz o incentivo fiscal por isenção parcial do IPTU. Todo o documento do PRIJ está referenciado em rica bibliografia que aparece citada ao final.

Na sequência, consta dos autos, datado de 01/06/2009, o ofício nº 182/09, do Prefeito de Jaguarão, José Cláudio Ferreira Martins, que também evidencia a sintonia da administração municipal com os propósitos da preservação do acervo arquitetônico urbano e manifesta seu compromisso com o processo de tombamento, ao encaminhar cópia da lei municipal nº 4.682/2007, de 19/12/2007, denominada "Lei de Preservação do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Turístico de Jaguarão" como parte integrante do Plano Diretor Participativo de Jaguarão (PDPJ).

Observa-se que os artigos e parágrafos da lei estão em conformidade com o PRIJ fato que reforça a existência de uma indispensável integração entre os poderes de âmbito nacional e local para o bom funcionamento dos planos. Esta lei municipal é estratégica, não só para a consolidação do Plano Diretor, mas também como pré-requisito a um tombamento de área urbana, assegurando que a municipalidade já possui o aparato necessário para exercer com eficiência o seu papel no controle e conservação da mesma.

Em 21/09/2009 o ofício nº 269/09- GP também do Prefeito José Cláudio Ferreira

Martins demonstrando apoio à criação do Museu do Pampa, ao tombamento do centro histórico e ao Plano de Apoio às Cidades Históricas. Este documento é seguido de exemplares de notícias de jornais e cópia de excerto de um livro de textos de autor local, Sérgio da Costa Franco, sobre a origem (militarizada) de Jaguarão.

O segundo volume do processo se inicia com o Termo de Abertura lavrado em 30/08/2010 e contém uma completa e detalhada cartografia, cuja elaboração foi contratada pelo IPHAN e datada de Janeiro a Março de 2009 que padroniza, atualiza, amplia e consolida as informações contidas nos estudos anteriores.

Segue-se uma coletânea de documentos fotográficos organizados em fichas técnicas de inventário nos moldes do modelo de Relatório Fotográfico do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do IPHAN. No todo somam cerca de 320 fotos antigas de vistas urbanas, de edificações isoladas ou de conjuntos, copiadas do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, um verdadeiro tesouro de iconografia que certamente está contribuindo para todos os estudos no momento presente.

Encontrei no segundo volume deste processo uma cópia sépia de interessante documentação oriunda da Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado-CPHAE vinculada à Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

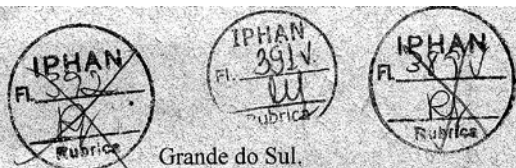
É datada de 1986 e nos atesta que há um quarto de século o arquiteto José Albano Wolkmer então coordenador do CPHAE, solicitava a abertura de um processo de tombamento estadual para a Enfermaria Militar de Jaguarão, e anexava "os dados históricos, cópia da planta de situação, desenhos do projeto original e de detalhes construtivos, bem como cópias de fotografias revelando o monumento já bastante arruinado".

Segue-se em 05 de novembro de 1986, o ato declaratório de Abertura de processo de tombamento estadual da Enfermaria Militar, sendo designados o arquiteto Eduardo Martinez e o arqueólogo Fernando La Salvia para a "realização de estudos, pesquisas e laudos técnicos, bem como para o acompanhamento dos projetos de utilização que se fizerem necessários."

Na sequência, um recorte de jornal de 1984, com depoimentos de dois estudantes de arquitetura de nomes Jorge Arismende Garcia e Valdo Nunes, nos dá conta de que, dois anos antes do pedido de tombamento estadual já surgia um movimento da comunidade Jaguarenses denominado "Projeto Jaguar" onde se promovia uma vigília cívica em torno das ruínas da Enfermaria Militar, convocando a comunidade Jaguarenses para um ato de valorização histórico e cultural da ruína, com a meta de salvá-la do abandono, transformando-a em Monumento Histórico Municipal.

A mesma notícia informa que esta já seria a segunda vigília sendo que a primeira fora promovida um ano antes e dera origem ao já referido movimento denominado "Projeto Jaguar" visando envolver o maior número de cidadãos no propósito de preservar a memória cultural da cidade.

Em 10 de Abril de 1987 o arquiteto Eduardo Martinez emite seu parecer favorável ao tombamento das ruínas como Patrimônio Cultural do Estado do Rio



Grande do Sul.

Segue-se ofício do então vice-prefeito de Jaguarão, Fernando Gonçalves Barreiros, apoiando o tombamento e oferecendo agilidade nos procedimentos para solucionar questões relativas à propriedade do terreno e um outro documento da mesma lavra com a solicitação formal de tombamento por parte da autoridade municipal e dirigida à Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado.

Em 05 de julho de 1990 através de resolução assinada pelo Sr. Carlos Jorge Appel, Secretário do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural a Enfermaria Militar foi finalmente tombada pelo Estado.

Em seguida temos o excelente Parecer Técnico da arquiteta Anna Finger, Coordenadora de Gestão, Normas e Fiscalização DEPAM/IPHAN que realiza uma avaliação precisa dos fatos, estabelece uma perfeita ordenação dos assuntos no contexto do processo e se manifesta favorável ao tombamento.

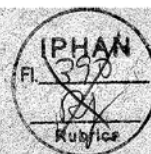
Em 09/11/2010 segue-se o encaminhamento ao Procurador Federal junto à 12ª SR/IPHAN, Dr. Oscar Tomasoni Monteiro de Barros que após minuciosa análise dos autos, elabora parecer confirmando aprovação ao tombamento proposto, não só pelos méritos das manifestações técnicas nele contidas, mas também pela integral observância dos aspectos legais e jurídicos. E conclui pelo seu encaminhamento a este Conselho Consultivo, submetendo-o antes à consideração do Senhor Procurador-Chefe e ao Senhor Presidente do IPHAN.

Em 22/11/2010 a superintendente Ana Lúcia Goelzer Meira encaminha o processo ao Dr. Antônio Fernando Leal Alves Nery, Procurador Geral do IPHAN em Brasília, que o aprova em 03/12/2010.

Estão aí anexadas as minutas de notificação de rotina que definem as poligonais de tombamento, bem como as minutas de Aviso de Notificação publicadas sempre em jornais de grande circulação e assinadas pelo Presidente do IPHAN.

No final do processo as cópias dos ofícios de notificação que foram encaminhados em 13/12/2010, respectivamente aos seguintes destinatários: Sua Excelência a Senhora Yeda Rorato Crusius, Governadora do Rio Grande do Sul; Senhora Alexandra Resckhe, Secretária da Secretaria de Patrimônio da União em Brasília; Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal de Jaguarão, José Cláudio Ferreira Martins; Senhora Rose Carla Silva Correia Superintende da Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 14 de dezembro de 2010, o processo é encaminhado a Secretária do Conselho, professora Anna Maria Serpa Barroso incluindo-se nele um último e significativo documento: Trata-se do ofício nº 002/2011 de 05/01/2011, do prefeito de Jaguarão, em resposta à Notificação de Tombamento emitida pelo Presidente do IPHAN, anuindo com satisfação e destacando a divulgação que foi dada ao fato junto a sociedade local e estadual. Anexo ao ofício estão cópias de diversas notícias da imprensa local e gravações de entrevistas esclarecedoras aos proprietários de imóveis que estão situados nas áreas tombadas.



O prefeito trata ainda dos entendimentos que já vem sendo mantidos para orientação dos proprietários dos imóveis tombados e com a Superintendência do IPHAN para a implantação, em médio prazo, de um escritório técnico na cidade devido a distância que a separa de Porto Alegre e a grande quantidade de imóveis a serem monitorados. Por fim faz-se porta voz da imensa satisfação com que a comunidade Jaguarêense recebeu a notificação de tombamento e agradece os recursos investidos na restauração do Teatro Esperança, bem como a expectativa de todos pelo início das obras do Centro de Interpretação do Pampa, bem como de outras obras incluídas no PAC das Cidades Históricas.

Passo agora a ocupar-me do conteúdo dos dois anexos ao processo. São ao todo 308 páginas de admirável nível técnico contratado pelo IPHAN e executado no período de janeiro a dezembro de 2009. Organizado com participação de técnicos do DEPAM e da 12ª SR do IPHAN é amparado em minuciosos estudos anteriores já aqui citados.

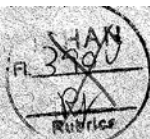
O primeiro volume apresenta uma caracterização geral do Estado do Rio Grande do Sul focalizando não só o conjunto de Jaguarão, mas também o caso de Bagé e outros acervos que futuramente poderão ser objeto de tombamento como fortalezas, estâncias ou charqueadas. Tais bens compartilham dos mesmos antecedentes que foram identificados como responsáveis pela gênese de Jaguarão e, portanto estão sendo reconhecidos como indissociáveis do ponto de vista da história, havendo sido relacionados para representarem um importante testemunho do avanço da fronteira meridional do Brasil.

Assim nos informa o texto do dossiê:

“Como aconteceu em diversas cidades brasileiras que testemunharam ou estiveram no ponto central de grandes processos econômicos, também Jaguarão desenvolveu uma arquitetura rica e opulenta a partir do século XIX, durante o período áureo da pecuária e produção do charque. A delicadeza na ornamentação dos edifícios contrasta com a rudeza da produção do charque e da escravidão, mão de obra fundamental para o desenvolvimento dessa economia”.

“Assim, o Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, além de materializar o episódio de expansão da ocupação portuguesa para além dos tratados oficiais e a definição das fronteiras brasileiras como as conhecemos hoje, representa todo um processo econômico e social que marcou a região sul do Brasil e os países platinos. A economia do gado reflete ainda processos semelhantes ao restante do Brasil, como a escravidão e o rápido desenvolvimento econômico e cultural ocorrido no século XIX graças ao rápido enriquecimento de uma elite a partir de determinado processo econômico”.

“Em Jaguarão estão presentes ainda testemunhos dos “projetos nacionais”, como a estratégia para a segurança nas fronteiras através da forte presença militar, e a implantação da malha férrea, que ao mesmo tempo em que conectava a cidade ao restante do país, permitia a ligação entre o Brasil e o Uruguai, tornando-se um importante ponto de articulação internacional”.



Este volume trás ainda uma análise da cidade, com informações sobre a localização, dados geográficos e ambientais, contextualização histórica, análise arquitetônica e urbanística, justificativa de proteção, delimitação de poligonais e diretrizes para a gestão da área a ser protegida. Trata-se de uma coleção de documentos ilustrados com rica iconografia de fotos, mapas e desenhos que traduzem a importância do patrimônio cultural representado no acervo de arquitetura, urbanismo, ambiental e paisagístico.

O documento avalia em detalhes o meio natural, a presença e influência do rio Jaguarão e das duas elevações, os Cerros da Pólvora e o das Irmandades bem como de toda a paisagem no entorno e as suas relações com o conjunto de arquitetura urbana não só de Jaguarão propriamente dita, mas também de Rio Branco, a cidade uruguaia do outro lado da ponte internacional Mauá.

Esta condição natural do sítio permitia vigiar as movimentações das tropas inimigas e o rio, e sendo assim a área urbana era constantemente protegida, ao mesmo tempo em que podia desenvolver seu comércio no entorno do porto. E ainda hoje estes pontos estratégicos, são mirantes privilegiados para a observação do ambiente natural (composto pelo pampa e cortado pelo Rio Jaguarão), da área urbana da cidade, e também do Uruguai, tornando indissociável a relação entre a cidade e seu ambiente natural.

Já o segundo volume contém 30 pranchas que fundamentam o conteúdo do primeiro sobre uma sólida base de mapas elaborados com os melhores recursos da cartografia digitalizada e georeferenciada, necessários não só para o entendimento do conjunto, mas também para serem utilizados como ferramentas de monitoramento e controle para fins de conservação do acervo.

Quanto à delimitação das poligonais de tombamento e entorno recorro ao que consta no parecer técnico da Arquiteta Anna Finger da equipe do DEPAM que além de autora do mesmo, havia participado com extrema dedicação e competência de todas as etapas de elaboração dos trabalhos de pesquisa que compõe os dois anexos ao processo e portanto, estudou a fundo a questão:

Assim ela descreve a solução proposta:

Analisando as poligonais de tombamento e entorno descritas entre as páginas 213 e 217 do Dossiê de Tombamento e apresentados graficamente na página 218 e prancha 29 (anexo), observamos o conjunto de bens a ser protegido é composto por duas poligonais de tombamento descontínuas (uma abrangendo a maior parte do conjunto urbano e um trecho do rio Jaguarão, outra abrangendo o Cerro da Pólvora e ruínas da Antiga Enfermaria Militar) mais o edifício da Estação Ferroviária.

Esta definição visa preservar um acervo identificado como fundamental para a compreensão da cidade, mas percebe-se que entre estas áreas a predominância de bens de interesse é relativamente baixa, não sendo justificável estender a poligonal de tombamento para áreas já descaracterizadas para abarcar as três regiões. Entretanto, destacamos que estas áreas, apesar de descontínuas constituem um mesmo conjunto, não configurando tombamentos isolados.

Assim é que as três áreas de tombamento estão inseridas em uma mesma poligonal de entorno, delimitada com o intuito de garantir a ambiência das três áreas e a relação ainda existente entre elas, e funcionar como uma região de "amortecimento" entre as áreas de tombamento e restante da cidade.

Como nos demais exemplares de cidades que já são reconhecidas na lista do nosso patrimônio nacional, este acervo tem a face do indiscutível valor histórico, urbanístico, arquitetônico e paisagístico. Contando com cerca de 30 000 habitantes, Jaguarão, como a grande maioria das cidades tombadas deve (de forma paradoxal) às décadas de recessão econômica o fato de haver conservado a sua estrutura urbana e as edificações. E também de haver mantido certas qualidades ambientais que se perderam para sempre em grande parte de nossas cidades.

Dentre as razões para o tombamento podemos atentar para a qualidade do conjunto de arquitetura urbana, onde se destaca a preservação do gabarito original, que resulta na manutenção da horizontalidade, além de haver mantido seu traçado urbano bastante preservado, com sua malha retangular. Ao mesmo tempo na avaliação dos inventários e dados revelados nos estudos, não obstante algumas descaracterizações já ocorridas em alguns dos imóveis pode-se constatar que a maioria está ainda bem caracterizada ou apenas parcialmente afetada por intervenções.

Conforme revelam os estudos apresentados no dossiê de tombamento *"o conjunto urbano de Jaguarão é, portanto, um sincretismo de influências portuguesas e espanholas, que resultaram em um conjunto de edificações testemunha dos diversos períodos pelos quais a cidade passou. O acervo conta com edificações coloniais, ecléticas, art-déco e modernistas, que variam em tipologias, formas de implantação e acabamentos, e constituem um acervo ainda extremamente bem preservado e íntegro"*.

Por outro lado transparece neste processo através de notícias de jornais, uma série de iniciativas que demonstram o nível de consciência que a comunidade manifesta em relação ao acervo de patrimônio cultural, e o protagonismo das instituições municipais, das entidades não governamentais e da sociedade civil, pelo interesse e apoio ao processo de tombamento.

Como lembra o texto do dossiê : *"Projetos como o Projeto Jaguar, que mapeou as edificações de interesse para a cidade, e dissertações e teses acadêmicas, vêm documentando esse patrimônio, e a prefeitura municipal promove anualmente seminários sobre o tema, com ampla participação dos moradores e para os quais são convidados participantes de universidades e instituições públicas de proteção como o IPHAN e o IPHAE"*.

Portanto e citando aqui o que recomenda a arquiteta Ana Finger em seu excelente parecer técnico: *O tombamento de Jaguarão é uma oportunidade única não apenas de garantir a preservação de um dos conjuntos mais bem caracterizados do Brasil, mas de desenvolver uma atuação conjunta entre administrações públicas de diferentes instâncias, pautadas na preservação do Patrimônio Cultural para garantir o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população da cidade...*

De tudo que se informa neste dossiê, se afigura mais do que urgente que acervo de



urbanismo, arquitetura e paisagem natural, testemunha incontestada da saga de ocupação de extensões do território sul da fronteira brasileira passe definitivamente à relação dos bens protegidos pelo IPHAN, instituição nacional que visa à preservação da memória e da história do país.



Senhores conselheiros e conselheiras, estamos avaliando aqui um conjunto de mais de 800 edificações, em sua maioria ainda bem preservadas e representativas do estilo eclético. É mais um dos tesouros do patrimônio cultural ambiental e urbano brasileiro, que vem a lume na ótica deste conselho e que está sendo proposto para ser oficialmente reconhecido como tal. É a primeira cidade que possui seu núcleo urbano precisamente situado na linha de fronteira a ser tombada pelo IPHAN na lista do Patrimônio Histórico Nacional, mas gostaria, já ao final desta avaliação, de me referir a apenas dois destes 800 imóveis. É verdade que são dois casos emblemáticos do valor simbólico deste acervo e dos seus múltiplos significados para a cultura do país.

O primeiro foi várias vezes citado e por isto faço questão de destacar as referências à elevação do terreno denominada originalmente Cerro da Guarda e hoje Cerro da Pólvora. É significativo que, no contexto deste imenso território dos Pampas Gaúchos, vasto cenário de séculos de história da conquista e ocupação da América do Sul, um pequeno pedaço de chão, tenha o poder mágico que deve ser, suponho, o de simplesmente se constituir em elevação em meio às extensas planuras que o cercam, e por permitir ver ao longe a paisagem em várias direções, tenha se tornado o epicentro de tão expressivos fatos históricos, e concentrado em si tanta carga de simbolismo, que ao longo dos séculos os eventos mais significativos a ele retornaram e que por esta força imanente ele subsista e finalmente adquira o dom de vencer o abandono.

Pois foi mesmo no princípio que neste local os espanhóis construíram a primeira fortificação. E se chamou Guarda do Cerrito. Foi confirmado pelos portugueses como Guarda da Lagoa e do Cerrito. Séculos depois foi o ponto ideal indicado para abrigar a sede da Enfermaria Militar. Mesmo arruinada a Enfermaria tornou-se a mais dramática e comovente ruína. E em 1984, foi escolhida, a Enfermaria e o sítio, para serem o local de ritual em defesa do patrimônio cultural, cenário para atos cívicos por um movimento da comunidade Jaguareense, o "Projeto Jaguar".

Logo foi distinguida por esta mesma comunidade para ser tombada como monumento estadual, marco inspirador de outras ações em defesa do patrimônio cultural da região. E para descrever o mais recente episódio, através do qual este sítio fundador se tornou o centro das atenções, só posso me valer das precisas palavras de autoria de Aldyr Garcia Schlee, notável e brilhante escritor Jaguareense, em sua obra denominada, "Na Fronteira, Um Espaço De Reflexão Sobre O Pampa":

"A Enfermaria, com os desolados restos de uma fachada de dez janelões e de uma imponente portada central, cercada pelo mistério e pela magia que sua imagem e sua história impõem, como sentinela avançada do pampa – que nunca deixou de ser – depois de injustificáveis anos e anos de abandono, descaso e incúria, está destinada agora a recolher e a difundir nossa memória e nossa imaginação, sendo delas depositária, ao transformar-se num Museu – um novo e renovado, um vivo e revivido, um atual e atualizado, um ativo e atuante museu: o Museu do Pampa.

Esse Museu transformará as ruínas da Enfermaria num apropriado lugar de

reflexão sobre o pampa – esse mítico espaço onde povos de pastores campeiros desenvolveram sua centenária cultura comum, ligada originalmente à captura e depois à criação extensiva de gado, e que foi traduzida e amalgamada na figura supranacional do gaúcho.

Esse Museu se chamará muito propriamente Centro de Interpretação do Pampa”.

O outro monumento que me cumpre agora destacar a propósito, é a Ponte Internacional Mauá, que cinge as áreas urbanas das cidades de Jaguarão e Rio Branco, sendo o único acesso terrestre ao longo de vários quilômetros da fronteira, no trecho demarcado pelo rio. Faço-o não só por ser o motivo do segundo processo de tombamento que doravante estaremos avaliando, mas pelas suas também imensas e múltiplas expressões simbólicas e culturais.

De início é preciso lembrar que nos termos do primeiro processo que acabamos de avaliar, a ponte já estará tombada no conjunto de bens incluídos na poligonal “A” de tombamento e também classificada na relação dos monumentos sujeitos ao regime de preservação rigorosa. Mas é tal a força de seu significado, que um outro processo de tombamento individual fora iniciado, simultaneamente, em virtude do fascínio e do forte simbolismo que esta “obra de arte” representa para as populações da fronteira.

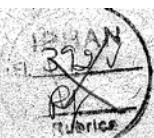
Assim o processo a seguir, denominado Processo de Tombamento número 1.570-T-09, “**Ponte Mauá, Município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul**” pretende consagrar com um ato de tombamento individual, a Ponte Internacional Mauá pelo que passamos a relatá-lo.

O procedimento foi iniciado pela Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência – Arquivo Central do IPHAN, em 2009, a partir de processo administrativo que tramitava anteriormente na Superintendência do IPHAN no RS.

O Processo de Tombamento é composto por 2 volumes e 2 anexos, contendo:

Volume I:

- Pedido de tombamento da Ponte Internacional Mauá, assinado pelo Prefeito Municipal Sr. Henrique Edmar Knorr Filho, em 31 de outubro de 2007;
- Artigo “A Ponte”, do prof. Andrey Rosenthal Schlee, que analisa a história da construção da Ponte Mauá, detalhando aspectos relativos ao projeto, a técnica e a execução da obra;
- Texto do mesmo autor intitulado “Quando volto a Jaguarão”, que aborda aspectos simbólicos da obra;
- Documentação relativa a abertura do Processo Administrativo no âmbito da Superintendência do IPHAN no RS para reunir os documentos sobre a Ponte Internacional Mauá visando seu tombamento, assinado pelo Chefe da Área Técnica Eduardo Hahn, em 29/02/2008;
- Cópia do livro: SOARES, Eduardo Alvares de Souza. Ponte Mauá – Uma história. Porto Alegre: Evangraf, 2005;
- Memorando da Superintendente do IPHAN no RS, Ana Meira, ao Diretor do Depam, Dalmo Viera Filho, encaminhando o material acima mencionado e solicitando a



abertura do Processo de Tombamento, datado de 23/09/2008, tramitado para a arquiteta Anna Finger para providências;

- Memorando de Anna Finger ao Diretor do Depam solicitando a abertura de 2 processos de tombamento: 1 – Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão – RS; 2 – Ponte Mauá, em Jaguarão – RS, conforme pedido da Superintendente, datado de 23/09/2008;

- Memorando do Diretor do Depam à Gerente de Documentação Arquivística e Bibliográfica, Sra. Francisca Helena B. Lima, solicitando a abertura de Processo de Tombamento da Ponte Mauá, em Jaguarão/RS;

- Memorando da Gerente de Documentação Arquivística e Bibliográfica, Sra. Francisca Helena B. Lima ao Diretor do Depam, Sr. Dalmo Viera Filho, informando o atendimento ao pedido..

Anexo I:

- 3 folders de divulgação do município, que abordam a história, a localização, a arquitetura (ecletismo), destacando os principais bens que compõe o conjunto: 1 – “Jaguarão – Cidade Heróica”; 2 – “Arquitetura da Costa Doce – Jaguarão”; 3 – “Jaguarão – Governo de um Novo Tempo”.

Volume II:

- Ata da III Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL Cultural, realizada em Buenos Aires, Argentina, em 22 e 23 de junho de 2010, onde a Ponte Internacional Mauá é aceita como projeto piloto para o processo de reconhecimento de bens culturais regionais;

- Cópia da Resolución 929/1977, do Uruguai, sobre os Monumentos Históricos e onde “Se Declaran Diversos Bienes Culturales em el Departamento de Cerro Largo”, dentre os quais está incluída a “Puente Internacional sobre el río Yaguarón, construído em ejecución del Tratado celebrado entre nuestro país y los Estados Unidos del Brasil em julio de 1918”;

- Parecer Técnico nº 002/2011, de 11/02/2011, assinado pela técnica Anna Finger e direcionado à Coordenadora Geral de Bens Imóveis, sra. Érica Diogo, analisando o processo de tombamento. (Este parecer recebeu “Ciente e de acordo” da Coordenadora em 21/02/2011, que o encaminhou ao Diretor do Depam, que por sua vez deu também seu “de acordo” e encaminhou à PROFER em 22/02/2011);

- Parecer nº 30/2011-PF/IPHAN/SEDE/GM, de 8 de abril de 2011, assinado pela Procuradora Federal Dra. Genésia Marta Alves Camelo e aprovado pelo Procurador-Geral Dr. Antônio Fernando Alves Leal Neri em 12 de abril de 2011, em que:

- analisa a proposta de tombamento da Ponte Internacional Mauá e o Processo de Tombamento em seus aspectos técnicos e legais;

- analisa a motivação, dissertando sobre o valor histórico, valor artístico e paisagístico, concluindo que “o bem se encontra extremamente caracterizado, além de evidenciar os valores histórico, artístico e paisagístico a ensejar o tombamento da Ponte Internacional Mauá, entre Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.” (fl. 233 do Volume II);

- analisa a delimitação do bem e de sua área de entorno, concluindo que “o caráter transfronteiriço do bem, não impede o seu tombamento, contudo, restringe os efeitos jurídicos do instituto do tombamento, o qual apenas produzirá efeitos dentro do território brasileiro, respeitados os tratados celebrados com o Uruguai.” (fl. 238);

- sobre a propriedade do bem, por se tratar de um bem público, recomenda dar conhecimento desse tombamento: “a) ao Prefeito Municipal de Jaguarão; b) ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul; c) ao Superintendente da SPU no Estado do Rio Grande do Sul; d) ao Superintendente do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul” (fls. 242 e 243)

- Minuta de Edital: “Edital de Comunicação a Respeito do Tombamento da Ponte Internacional Mauá, Entre Jaguarão/Rs, no Brasil e Rio Branco no Uruguai” (A Ser Publicada no DOU)

- “Minuta de Aviso de Comunicação, a ser publicada em Jornal de Grande Circulação”;

- Minutas de Notificação a serem expedidas;

- Edital de Comunicação a Respeito do Tombamento da Ponte Internacional Mauá, Entre Jaguarão/Rs, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai, assinado pelo Presidente do IPHAN;

- Cópia do DOU, Seção 3, pg. 11-12, de 25 de abril, onde foi publicado COMUNICADO sobre o tombamento da ponte;

- Solicitação ao Coordenador-Geral de Logística da publicação em jornal de grande circulação do “AVISO DE COMUNICAÇÃO” do tombamento da ponte;

- 2ª via de todas as notificações, conforme minutas fornecidas pela PROFER (a 1ª via de todas foram para os destinatários, e uma 3ª via foi arquivada), todas assinadas pelo Presidente do IPHAN;

- Notificação nº 33/2011-PRESI/IPHAN, “A Sua Senhoria a Senhora Paula Maria Motta Lara – Secretária da Secretaria do Patrimônio da União”, datada de 27 de abril de 2011;

- Memorando nº 51 PRESI, à “Sra. Ana Lúcia Goelzer Meira – Superintendente do IPHAN no Rio Grande do Sul”, datado de 27 de abril de 2011;

- Ofício nº 241/2011-PRESI/IPHAN, à “Sua Senhoria a Senhora Rose Carla Silva Correia – Superintendente da SPU no Estado do Rio Grande do Sul”, datado de 27 de abril de 2011;

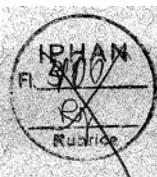
- Ofício nº 242/2011-PRESI/IPHAN, à “Sua Excelência o Senhor Tarso Fernando Herz Genro – Governador do Estado do Rio Grande do Sul”, datado de 27 de abril de 2011;

- Ofício nº 243/2011-PRESI/IPHAN, à “Sua Excelência o Senhor José Cláudio Ferreira Martins – Prefeito Municipal de Jaguarão/RS”, datado de 27 de abril de 2011;

Anexo II:

- Dossiê de tombamento da “Ponte Internacional Mauá – Jaguarão-Rio Branco – Brasil-Uruguai”, elaborado pelo IPHAN em fevereiro de 2011

Toda a documentação aí contida segue o mesmo padrão de qualidade do caso



anterior. Os argumentos históricos para o seu tombamento são comuns àqueles já apresentados para o conjunto histórico e paisagístico da cidade. Assim devemos nos restringir ao que é próprio deste monumento.

Diz o texto do dossiê:

"A construção da Ponte Internacional Mauá, entre a cidade brasileira de Jaguarão e a cidade uruguaia de Rio Branco, está inserida no contexto da ocupação da região platina e delimitação das fronteiras meridionais do Brasil".

"Como o primeiro bem transfronteiriço proposto para tombamento, os valores atribuídos a ela se relacionam em grande medida ao reconhecimento da influência da cultura platina sobre essa porção do território brasileiro. Assim, a proposta agora apresentada vem no sentido não de diferenciar nossa cultura dos demais países da América do Sul e afirmar uma identidade nacionalista, mas ao contrário, de reconhecer o quão próximos somos dos nossos vizinhos".

"Por esse motivo a escolha da Ponte Internacional Mauá para esse tombamento pioneiro torna-se simbólica, pois esta foi também a primeira grande obra de infraestrutura construída por esforço de união entre os dois países vizinhos – pois até o momento todos os esforços haviam sido feitos com o objetivo de consolidar a separação, proteção e garantia da soberania sobre os territórios fronteiriços".

"Assim, seu reconhecimento como patrimônio nacional abre caminho para uma aproximação com os demais países do MERCOSUL, reconhecendo como significativo para a cultura do Brasil aspectos até hoje pouco valorizados e menos ainda apropriados pela população brasileira, mas fundamentais para a compreensão da diversidade cultural brasileira".

Trata-se de uma construção de grande porte, em concreto armado, com 2.113 m de comprimento, com vão sobre o rio de 276 m, vencido por nove arcos de aproximadamente 27 m cada um. Sua altura é de 2,21 m acima da cota da maior enchente até então ocorrida (1881), e 13 m de largura.

Apresenta ainda quatro torres de dois pavimentos, em ambas as margens, para a instalação dos postos fiscais de polícia e alfândega. O percurso da ponte é pavimentado e ainda apresenta antigos trilhos do trem da linha que fazia a ligação com Bagé, conectando a malha gaúcha ao porto de Montevidéu. Construída em linguagem neocolonial, possui revestimento em cimento penteado típico da região, e as sacadas das torres são pavimentadas com ladrilho hidráulico.

Lembra ainda o texto do dossiê que :

"A construção da Ponte veio unir fisicamente os dois lados de uma mesma cultura platina, que apesar de separados politicamente, se reconhecem como irmãos. E que no passado, o comércio, apesar de intenso, era dificultado pelo assoreamento do Rio Jaguarão e pelos frequentes alagamentos na época das cheias. Para tentar contornar o problema, desde meados do século XIX era cogitada a construção de uma ponte".

"Em 1909 foi assinado o Tratado da Lagoa Mirim, que modificou as fronteiras entre os dois países (antes definida pela margem uruguaia, e após pelo talvegue do Rio Jaguarão). Uma comissão mista nomeada para fazer a demarcação também realizou os estudos e sondagens utilizados no projeto da ponte, encomendado à firma do engenheiro gaúcho Rudolf Ahrons.

Em 1913 Ahrons apresentou o "Projeto da ponte de cimento armado para o rio Jaguarão, em frente à cidade de mesmo nome", que contou com a participação do arquiteto Theo Wiederspahn, dos mais renomados do Rio Grande do Sul.

Para o financiamento da obra foi utilizada uma dívida entre o Uruguai e o Brasil decorrente de empréstimos para financiamento da Guerra do Prata. O Tratado da Dívida, firmado em 1918, previa que o Uruguai financiaria a construção da ponte.

Após concorrência pública, o Ministério de Obras Públicas do Uruguai contratou a empresa carioca *E. Kemnitz & Cia.* para a execução das obras, iniciadas em fevereiro de 1927, sendo inaugurada em 30 de dezembro de 1930".

Assim nos cabe reiterar os termos do parecer exarado pela arquiteta Anna Finger:

"Nos textos do dossiê entre as páginas 24 e 29 do volume "Ponte Internacional Mauá", Anexo II do Processo de Tombamento nº 1.570-T-09 encontra-se a justificativa para seu tombamento como patrimônio nacional, onde foram explicitados os valores histórico, técnico, artístico e paisagístico que embasam a proposta de proteção da Ponte Internacional Mauá".

"Pelos argumentos ali expostos, não restam dúvidas sobre o valor histórico da Ponte Internacional Mauá, pela vinculação que tem com os processos econômicos e sociais que ainda hoje marcam a cultura da região. Além disso, do ponto de vista da técnica, por seu ineditismo em relação ao porte e ao desenvolvimento técnico que representou para os dois países, também são motivadores de seu reconhecimento nesse âmbito".

"Também é evidente sua importância paisagística, decorrente de sua plena integração à paisagem do pampa e à paisagem urbana de Jaguarão e Rio Branco, que a torna um dos elementos referenciais mais importantes da região".

"Mas, além disso, deve-se considerar que a Ponte Internacional Mauá possui também um grande valor artístico, testemunho de um período de busca por uma nova estética própria aos materiais industriais (como o concreto), que consideramos também necessário reconhecer."

"Pesquisando sobre o conceito de Artes Aplicadas encontramos várias definições, mas todas relacionadas às coisas com inserção no cotidiano, como alguns setores da arquitetura, engenharia, artes decorativas, design, desenho industrial, artes gráficas, mobiliário, etc. Não descartam nem diminuem sua importância artística, apenas as diferenciam por contarem também com a função utilitária.

Esse conceito tem ligação com o movimento Arts and Crafts, que ganhou força no século XIX a partir da reafirmação do trabalho artesanal em contraposição à produção industrial massificada, valorizando conceitos como o uso de novos materiais e técnicas industriais, mas com o refinamento e as especificidades do trabalho artesanal personalizado. Esse conceito propõe, portanto, uma articulação entre arte indústria, função e forma, utilidade e ornamento.

E consideramos que a Ponte Internacional Mauá é detentora de valores artísticos intrinsecamente relacionados ao seu projeto e às técnicas e materiais utilizados, sendo autêntica em relação ao seu tempo e à linguagem estética da época. Seu projeto busca uma linguagem arrojada e compatível com a utilização do concreto armado, representada pelos arcos vazados.



Ao mesmo tempo essa busca por uma linguagem característica ao novo material é contrabalançada por características arquitetônicas que a relacionam à produção local, percebida nas torres da alfândega, de características neocoloniais. Ambas as influências foram mescladas de forma a constituírem um projeto equilibrado, onde a arte e a técnica convivem em harmonia e se complementam”.

Não fora por estes valores já devidamente ressaltados no excelente parecer, ao qual nada devo acrescentar, é ainda relevante lembrar que se trata de um monumento binacional desde sua origem, talvez o único (se for aqui aprovado) a integrar nossa lista de bens tombados e que o caso possui também uma vertente diplomática de relações internacionais com o vizinho Uruguai.

Todo o projeto desde as etapas de sondagens e os estudos iniciais foi realizado por comissões mistas entre os dois países. Construída através de tratados bilaterais utilizando a moeda uruguaia mas tendo projetos e obras executadas por empresas e tecnologia brasileiras.

Seguiu assim por sua natureza fronteiriça no próprio uso cotidiano e nas atividades de manutenção compartilhada entre as metades uruguaia e brasileira. Além do que o país vizinho já realizou seu tombamento como monumento nacional uruguaio há mais de três décadas. Portanto estamos em dívida no que tange ao capítulo do reconhecimento desta obra como Patrimônio Cultural.

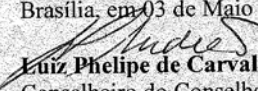
Para concluir, gostaria de sintetizar a impressão geral que guardei do exame detalhado de toda esta extensa documentação. O conjunto formado pelas cidades de Jaguarão e Rio Branco, geminadas pela majestosa ponte Mauá e a paisagem do rio Jaguarão e dos Cerros, compõe um cenário de excepcional harmonia entre o patrimônio erigido pela mão do homem e o ambiente que o cerca e estes elementos constituem um habitat perfeito para a gente que ali vive e trabalha e que de toda forma o mantiveram até os nossos dias como provas materiais e imateriais de que são também um belo testemunho remanescente e revelador da alma do povo dos pampas gaúchos.

Sendo assim e acompanhando as recomendações e os pareceres do Departamento de Patrimônio Material e da Procuradoria Federal que integram os autos destes dois processos, declaro-me favorável ao tombamento, e à conseqüente inscrição nos livros de tombo 1) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Histórico, sob a denominação de **“Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão, Município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul”**

Bem como favorável ao tombamento da **“Ponte Mauá, Município de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul”** e à sua conseqüente inscrição nos Livros de Tombo: 1) Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Histórico; 3) das Artes Aplicadas.

Este é o parecer que submeto ao Pleno deste Conselho.

Brasília, em 03 de Maio de 2011


Luiz Felipe de Carvalho Castro André
Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN.